Faculdade BOAS NOVAS
20 ANOS
ONDE O CONHECIMENTO TRAZ LIBERDADE

VERITAS

Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Boas Novas

ANO IV | N° 1 | 2025

VERITAS

Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Boas Novas

ANO IV | N° 01 | 2025

FACULDADE BOAS NOVAS DE CIÊNCIAS TEOLÓGICAS, SOCIAIS E BIOTECNOLÓGICAS

MANTENEDOR

Instituto Bíblico da Assembleia de Deus no Amazonas – IBADAM

PRESIDÊNCIA

Dr. Jonatas Câmara

DIREÇÃO EXECUTIVA

Pr. Me. Edivaldo Lopes de Lima

DIREÇÃO GERAL

Prof. Dra. Maria José Costa Lima

DIREÇÃO ACADÊMICA

Prof. Dra. Fatima Medianeira Flores Vargas

PROCURADORIA INSTITUCIONAL

Prof. Dra. Fatima Medianeira Flores Vargas

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Prof. Dra. Franci Flores de Vargas

Veritas - Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Boas Novas

© 2025 Copyright by Faculdade Boas Novas.

Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 1655 – Japiim - Manaus-AM – CEP - 69077-000

Fone: (92) 98121-2373

www.fbnovas.edu.br
Editoração:
Prof. Dra. Franci Flores de Vargas
Prof. Me. José Fábio Bentes Valente
Capa: Isabel Conceição da Silva Valente

Os artigos assinados, bem como o seu conteúdo e estilo linguístico são de responsabilidade de seus autores e necessariamente não expressam a posição da Instituição.

INSERIR FICHA CATALOGRÁFICA

COMISSÃO EDITORIAL

Prof. Dra. Maria José Costa Lima

Prof. Dra. Fatima Medianeira Flores Vargas

Prof. Dra. Franci Flores de Vargas

Prof. Dr. Helom Cesar da Silva Nunes

Prof. Dra. Kelly Christiane Silva de Souza

Prof. Dr. Anderson Lincoln Vital da Silva

Prof. Dr. Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues

Prof. Me. Raphael Ásafe Costa Lima

Prof. Me. José Fábio Bentes Valente

APRESENTAÇÃO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS 7

A LINGUAGEM SIMPLES COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA 13

A REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL: DESAFIOS JURÍDICOS E PROPOSTAS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 18

A REPORTAGEM ESPECIAL MULTIMÍDIA NO JORNALISMO ONLINE: TRAJETÓRIA E CARACTERÍSTICAS 28

ANÁLISE DA QUALIDADE DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE CIÊNCIA NO INTERIOR DO AMAZONAS: HUMAITÁ E BENJAMIN CONSTANT 37

COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE CIÊNCIA NO INTERIOR DO AMAZONAS: ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA EM ITACOATIARA 46

COORDENAÇÃO MOTORA FINA E DESEMPENHO FUNCIONAL EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ANÁLISE CLÍNICA EM CONTEXTO DE AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA 59

DIREITO SOCIAL DOS TRABALHADORES A PROTEÇÃO FRENTE Á AUTOMAÇÃO 70

ENTRE A PEDAGOGIA E O PROSELITISMO: A ESCOLA BÍBLICA DOMINICAL COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO PENTECOSTALISMO 78

FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ NA IEADAM: TEORIA E PRÁTICA 90

JORNALISMO E PRIVACIDADE UMA ANÁLISE DAS REGULAMENTAÇÕES E PRÁTICAS PARA PROTEÇÃO DE FONTES E INFORMAÇÕES SENSÍVEIS 99

O TEATRO DA VIDA DE MARIA CALLAS: DRAMATURGIA E DRAMAS NO PALCO DO TEATRO AMAZONAS 106

QUANDO O VIRTUAL JAZE NO REAL: AS FONTES HISTÓRICAS DIGITAIS E SUAS CARÊNCIAS NO TEMPO DO SARS-COV 2 (2020-2021) 111

SIONISMO CRISTÃO E DISPENSACIONALISMO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS TEOLÓGICAS 120

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Raimunda Mota dos Santos[1]
Fatima Medianeira Flores de Vargas[2]

RESUMO: Este artigo discute a relevância da prática no ensino superior, analisando como experiências práticas podem complementar a formação teórica dos estudantes. Serão abordados os desafios enfrentados pelas instituições de ensino ao integrar a prática ao currículo, bem como as perspectivas para um ensino mais eficaz e conectado com o mundo profissional. A integração da prática no ensino superior é fundamental para a formação de profissionais competentes e prontos para o mercado de trabalho. O estudo versa a importância da prática na educação superior, discutindo os principais desafios enfrentados pelas instituições na implementação de atividades práticas, além de apresentar perspectivas futuras para uma educação mais alinhada com as necessidades contemporâneas. A partir de uma revisão bibliográfica fundamentada em autores como Perrenoud, Tardif, Levy, Freire, Moran entre outros.
Palavras-chave: Ensino Superior; formação docente; currículo; integração da prática.

ABSTRACT: This article discusses the relevance of practical experience in higher education, analyzing how hands-on activities can complement students' theoretical training. It addresses the challenges faced by educational institutions in integrating practice into the curriculum, as well as the prospects for more effective teaching connected to the professional world. The integration of practice in higher education is essential for the development of competent professionals who are prepared for the labor market. The study examines the importance of practice in higher education, discusses the main challenges institutions face when implementing practical activities, and presents future perspectives for an education more aligned with contemporary needs. The analysis is based on a literature review grounded in authors such as Perrenoud, Tardif, Levy, Freire, Moran, among others. Keywords: Higher Education; teacher education; curriculum; practice integration.

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior desempenha um papel crucial na formação acadêmica e profissional dos estudantes. No entanto, a lacuna entre teoria e prática tem sido amplamente discutida. Este artigo visa explorar como a prática pode ser integrada ao ensino superior e quais benefícios isso traz para os alunos. A formação de qualidade no ensino superior é um dos pilares para o desenvolvimento social e econômico de um país. Apesar do foco tradicional em conteúdos teóricos, a prática se mostra essencial para que os estudantes desenvolvam habilidades que vão além do conhecimento acadêmico, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho.

Nesse sentido, o Ensino Superior tem passado por transformações que valorizam cada vez mais a integração entre teoria e prática. Essa integração é fundamental para o desenvolvimento de competências profissionais e o aprimoramento da qualidade das referências utilizadas em trabalhos acadêmicos. O presente estudo busca compreender como a prática influencia a seleção e a confiabilidade das referências na produção científica dos estudantes.

Para tanto, a relevância da inserção de práticas pedagógicas no ensino superior, promovem uma formação mais crítica, reflexiva e apta às demandas do mercado de trabalho. São abordados conceitos teóricos, estudos de casos e referências acadêmicas que evidenciam os benefícios e desafios da prática na formação do estudante universitário.

---

[1] Doutora em Teologia na área de concentração Educação e Religião pela Faculdades EST. Mestra em Educação Especial, Área de especialização em Dificuldades de Aprendizagem Específicas pela Universidade do Minho - Braga/Portugal. Especialização em Psicopedagogia - UNINILTONLINS, Especialização em Coordenação Pedagógica - UFAM. Especialização em Gestão Escolar - UEA. Graduação em Licenciatura em Pedagogia pela UNIVERSIDADE NILTON LINS. Graduação em Ciências Teológicas pela Faculdade Boas Novas e Graduação em Administração pela Faculdade Boas Novas.

[2] Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas. Especialização em Assessoria de Comunicação e Mídias Digitais, pela Faculdade Boas Novas. Especialização em Tutoria de Educação a Distância. Bacharel em Ciências Teológicas, Jornalismo e Administração, pela Faculdade Boas Novas.

Portanto, a formação de profissionais da educação demanda mais do que a aquisição de conhecimentos teóricos; ela requer uma postura reflexiva e crítica frente às práticas pedagógicas e sociais. Segundo Freire (1987), a prática pedagógica deve promover a conscientização e a transformação social, visando à formação de cidadãos críticos e autônomos. Nesse sentido, a integração entre teoria e prática no ensino superior é fundamental para a construção de uma atuação profissional mais ética e transformadora.

2 RELEVÂNCIA DA PRÁTICA NO ENSINO SUPERIOR

O artigo discute a importância da prática no contexto do Ensino Superior e como ela influencia as referências utilizadas na produção acadêmica. Analisando estudos recentes e abordagens pedagógicas inovadoras, destacamos a relação entre a experiência prática e a qualidade das referências, contribuindo para uma formação mais sólida e contextualizada dos estudantes.

A relevância da prática no ensino superior, destacando seu papel na formação de profissionais competentes e na construção de conhecimentos aplicáveis ao mercado de trabalho. Discute-se como a prática pedagógica potencializa o aprendizado, estimula a autonomia do estudante e aprimora a qualidade das referências utilizadas na produção acadêmica.

O ensino superior tradicionalmente se apoiou na transmissão de conhecimentos teóricos, mas, nas últimas décadas, tem-se discutido a necessidade de integrar práticas pedagógicas que envolvam a aplicação concreta do conhecimento (KOLB, 1984; FREIRE, 1995). A prática não só potencializa a compreensão do conteúdo, como também promove o desenvolvimento de habilidades essenciais ao mundo profissional e ao exercício de uma cidadania plena.

2.1 A importância da prática no Ensino Superior

Diferentes abordagens pedagógicas defendem que a prática promove o aprendizado significativo, tornando o estudante mais apto a aplicar conhecimentos em contextos reais (FREIRE, 1995; VYGOTSKY, 1978). Além disso, experiências práticas contribuem para o amadurecimento crítico e reflexivo, essenciais para a produção de referências mais relevantes e atualizadas.

Segundo Kolb (1984), a aprendizagem experiencial, oriunda da prática, é fundamental para consolidar o conhecimento, uma vez que ela envolve a reflexão sobre a experiência vivida. Para Freire (1995), essa prática dialógica e contextualizada possibilita uma educação libertadora, que capacita o estudante a atuar criticamente na sociedade.

Estudos indicam que estudantes que incorporam a prática em seus estudos tendem a buscar referências mais atuais, pertinentes e confiáveis (Silva, 2020). A prática contextualiza o conteúdo aprendido, facilitando a identificação de materiais acadêmicos de alta qualidade e relevância.

Seguindo a mesma linha, Perrenoud (1999) afirma que competências profissionais são construídas na prática, por meio de experiências ativas que favorecem o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas, trabalho em equipe e pensamento crítico.

2.2 A prática no contexto do ensino superior

Diversas pesquisas no contexto do ensino superior, apontam que estudantes que participam de atividades práticas demonstram maior envolvimento com os conteúdos e desenvolvem uma compreensão mais aprofundada dos conceitos (GADOTTI, 2000; SILVA, 2018). Além disso, experiências como estágios, projetos de pesquisa, monitorias e atividades de extensão promovem a relação entre teoria e prática, ampliando o repertório de referências confiáveis e atuais (SANTOS et al., 2017).

Conforme apontam Lave e Wenger (1991), a prática cria comunidades de aprendizagem que facilitam a troca de conhecimentos e experiências, fortalecendo a autonomia do estudante na pesquisa e produção de referências acadêmicas. A abordagem ativa também fortalece habilidades socioemocionais, como liderança, responsabilidade e criatividade (FREITAS et al., 2015).

A prática no contexto do ensino superior desempenha um papel fundamental na formação crítica e reflexiva do profissional da educação. Ela possibilita que os estudantes vão além da teoria, colocando em exercício conhecimentos e habilidades em situações reais de atuação. Dessa forma, essa prática promove o desenvolvimento de uma postura crítica, capaz de questionar e inovar as formas de ensinar e aprender.

Ao integrar teoria e prática, o estudante do ensino superior, consegue compreender melhor as complexidades do contexto educacional, reconhecer suas próprias potencialidades e limitações, e refletir sobre sua atuação profissional. Essa reflexão contínua contribuindo para a formação de profissionais mais conscientes, éticos e comprometidos com a transformação social por meio da educação.

Para tanto, as iniciativas como estágios, atividades em escolas, projetos de intervenção, ações comunitárias e pesquisas

em campo são exemplos de práticas que fortalecem essa formação reflexiva. Assim, a prática no ensino superior se torna uma ferramenta essencial para formar educadores capazes de atuar de forma crítica, autônoma e inovadora na sociedade.

No entanto, a prática como elemento constitutivo da formação é compreendida como espaço de contestação e reflexão, possibilita ao estudante experimentar, analisar e reformular suas ações pedagógicas. Tardif (2002) destaca que o desenvolvimento profissional ocorre na prática, em que o futuro educador reflete sobre suas ações, estratégias e consequências, configurando assim um processo de aprendizagem contínua.

A abordagem crítica e reflexiva na formação do estudante do ensino superior que será um futuro profissional busca fomentar uma postura ética e questionadora, capaz de localizar o próprio fazer pedagógico em contextos sociais específicos. Para Schön (1983), a reflexão na ação é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de profissionais capazes de adaptar suas práticas às demandas e complexidades do mundo contemporâneo.

Contudo, a integração entre prática e formação teórica no ensino superior é indispensável para a construção de uma gestão pedagógica crítica e reflexiva. Investir em práticas pedagógicas que estimulam a análise, a crítica e a reflexão são fundamentais para formar profissionais que contribuam para transformações sociais e educacionais sustentáveis.

Sendo assim, a prática oferece aos estudantes a oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos em situações reais. Isso não apenas fortalece o aprendizado, mas também desenvolve habilidades essenciais, como trabalho em equipe, resolução de problemas e comunicação. A prática no ensino superior pode ser entendida como a aplicação de conhecimentos teóricos em contextos reais, proporcionando uma aprendizagem significativa. Essa abordagem promove a construção de competências e habilidades, tais como:

- Desenvolvimento de Habilidades Técnicas: O conhecimento prático permite que os alunos se familiarizem com ferramentas e tecnologias utilizadas em suas áreas de atuação.
- Capacitação para Resolução de Problemas: Experiências práticas desafiam os estudantes a enfrentar situações reais, estimulando o pensamento crítico e a criatividade.
- Preparação para o Mercado de Trabalho: A vivência prática é um diferencial competitivo, permitindo que os graduados se adaptem mais facilmente às exigências das profissões.

Embora a prática seja essencial, sua integração ao currículo de ensino superior enfrenta diversos desafios, como:

- Resistência Cultural: Muitas instituições ainda valorizam predominantemente a teoria, dificultando uma transição para metodologias mais integrativas.
- Infraestrutura e Recursos: Muitas vezes, falta a infraestrutura adequada nas universidades para realizar atividades práticas eficazes, como laboratórios ou parcerias com empresas.
- Formação Docente: Professores podem não estar preparados para incorporar práticas em sua metodologia de ensino, o que demanda formação continuada nesses aspectos.

Apesar da sua importância, várias barreiras podem dificultar a integração da prática no currículo, incluindo:

- Falta de infraestrutura adequada.
- Resistência de docentes em mudar abordagens pedagógicas.
- Dificuldades em estabelecer parcerias com o setor privado.

Apesar dos benefícios, há obstáculos, como a sobrecarga curricular e a falta de infraestrutura adequada (COUTINHO et al., 2019). Os desafios e estratégias para implementar a prática de forma efetiva, são muitos. Assim, é fundamental que as instituições adotem metodologias inovadoras, como aprendizagem baseada em problemas, estudos de caso e projetos interdisciplinares, para promover uma prática mais efetiva e integradora.

Portanto, a integração constante de práticas pedagógicas no ensino superior contribui para uma formação mais crítica, competente e preparada para os desafios profissionais e sociais. Para isso, é imprescindível que universidades e instituições de ensino procurem renovar suas metodologias, valorizando atividades que envolvam a aplicação concreta do conhecimento.

3 METODOLOGIA

Este artigo é um estudo de caráter exploratório e descritivo possui abordagem qualitativa, visando compreender a importância e os desafios da prática no ensino superior, bem como identificar perspectivas futuras. Foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise de conteúdo. A seguir, descreve-se os procedimentos adotados para a realização da pesquisa:

3.1 Revisão Bibliográfica

Foi conduzida uma revisão sistemática da literatura, contemplando artigos acadêmicos, livros, teses e dissertações publicados nos últimos anos, com ênfase em estudos que abordam a prática no ensino superior, seus desafios e possibilidades de aprimoramento.

3.2 Seleção de Fontes

As fontes foram selecionadas a partir de bancos de dados acadêmicos reconhecidos, como Google Acadêmico, Scielo, CAPES e Dialnet, utilizando-se os seguintes critérios de inclusão: publicações em português, com foco em ensino superior, publicação recente e relevância para o tema.

3.3 Análise de Conteúdo

As informações coletadas foram analisadas por meio de técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar categorias e temas recorrentes relacionados às práticas pedagógicas, dificuldades enfrentadas por instituições e estudantes, além de propostas de melhorias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que a experiência prática aumenta a capacidade crítica do estudante na seleção de referências, bem como promove maior autonomia na pesquisa. Além disso, a prática incentiva a utilização de fontes mais diversificadas, incluindo trabalhos de campo, estudos de caso e materiais atualizados.

Diversas abordagens podem ser empregadas para fomentar a inclusão da prática no ensino superior, tais como:

- Estágios Curriculares Supervisionados: Essas experiências em empresas ou organizações permitem que os alunos experimentem o ambiente profissional antes da graduação.
- Projetos de Extensão Universitária: Através de projetos que envolvem a comunidade, os estudantes aplicam teorias aprendidas em sala de aula na solução de problemas reais.
- Simulações e Laboratórios: O uso de simulações e laboratórios proporciona um aprendizado prático controlado, e estudos de caso permitindo que os alunos errem e aprendam em um ambiente seguro.

4.1 Perspectivas Futuras

O futuro da prática no ensino superior pode ser otimista, mas requer mudanças significativas. Algumas perspectivas incluem:

- Parcerias Inovadoras**:** Estreitamento de laços entre instituições de ensino e empresas para garantir que o currículo esteja alinhado com as demandas do mercado.
- Foco em Habilidades Socioemocionais: Além das competências técnicas, as instituições devem considerar a formação em soft skills[3], essenciais para a integração no ambiente de trabalho.
- Uso de Tecnologias**:** A digitalização e o uso de tecnologias educacionais avançadas podem facilitar a aprendizagem prática, criando simulações envolventes e interativas.

[3] São habilidades sociais, que, refere-se ao desenvolvimento de competências interpessoais e comportamentais que são essenciais para o sucesso em diversas áreas da vida, incluindo o ambiente profissional

Nesse ponto, podemos refletir um pouco como o uso das tecnologias educacionais tem facilitado na aprendizagem dos estudantes, pois é uma das 10 competências proposto pela BNCC (BRASIL, 2018) A tecnologia pode apoiar a inclusão em diversos aspectos, do uso de materiais, técnicas e estratégias pedagógicas, ferramentas e apps para facilitar o acesso aos conteúdos à criação de objetos digitais de aprendizagem, que, inclusive, permitem variações personalizadas com maior agilidade. Segundo Bell & Wang, (2022), pois as tecnologias de simulação representam uma inovação que apoia a prática baseada em experiências, permitindo aos estudantes do Ensino Superior nas licenciaturas, aplicar conceitos teóricos em contextos virtuais em que mimetizam situações do mundo real.

As tecnologias digitais tem transformado radicalmente a formação dos discentes do Ensino Superior, dando a esses estudantes do século XXI, grandes oportunidades para o mercado de trabalho profissional. Contudo, precisarão de uma formação continuada na qual ofereça novas formas de acesso ao conhecimento e a capacitação. Conforme Moran (2015), as ferramentas digitais ampliam as possibilidades de formação ao permitir que os profissionais da educação, participem de cursos e atividades de aprendizagem independentemente das limitações geográficas ou temporais. Essa flexibilidade é essencial em um mundo marcado por mudanças rápidas e pela necessidade constante de atualização profissional no mercado de trabalho.

Para tanto, Lévy (2003), vem corroborar com Moran (2015) no que se refere o uso das tecnologias educacionais avançadas e nesse sentido o ciberespaço é propício à aprendizagem colaborativa. A questão pretendia despertar o interesse nos

estudantes para compreender esse conceito, e perceber a presença do tema na plataforma Google. Pois é o que mostra (LÉVY, 1999, p. 92). Quando diz; "o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores"

Portanto, a digitalização e o uso de tecnologias educacionais avançadas têm o potencial de facilitar a aprendizagem prática, promovendo a criação de simulações envolventes e interativas. Essas ferramentas permitem que os estudantes experimentem cenários complexos de forma segura, promovendo uma compreensão mais profunda por meio da prática ativa e do engajamento sensorial (ZHAO & FRANK, 2003). Estudos demonstram que a inclusão de práticas no ensino superior melhora a empregabilidade dos graduados e prepara melhor os estudantes para os desafios do mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática no Ensino Superior é um elemento central na formação acadêmica, impactando diretamente a qualidade e a relevância das referências utilizadas pelos estudantes. Investir em metodologias ativas e atividades práticas pode aprimorar não só o ensino, mas também a produção científica dos discentes.

Sendo assim, a prática no ensino superior é indispensável para uma formação integral do estudante. A superação dos desafios associados à sua implementação pode resultar em um modelo educacional mais eficiente e alinhado às demandas da sociedade. A prática no ensino superior é uma necessidade premente para a formação de profissionais capacitados e eficientes.

Apesar dos desafios que essa integração enfrenta, é possível construir um modelo educacional que valorize tanto o conhecimento teórico quanto as experiências práticas. O futuro do ensino superior passa pela inovação, parceria e constante adaptação às necessidades do mercado e da sociedade.

Nesse aspecto, a prática no ensino superior é essencial para consolidar o conhecimento teórico, desenvolver competências profissionais e preparar os acadêmicos para os desafios do mercado de trabalho.

Portanto, ainda que, os obstáculos enfrentados, como a limitações de recursos e a integração entre teoria e prática, as perspectivas apontam para um futuro onde a inovação pedagógica e a colaboração entre instituições e empresas podem potencializar essa experiência. Investir na prática educacional é, portanto, investir na formação de profissionais mais preparados, críticos e capazes de contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento societal.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELL, R.; WANG, P.; LIU, P. Uso de tecnologias digitais na avaliação de projetos escolares. Revista Brasileira de Educação, v. 27, n. 2, p. 120-136, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

COUTINHO, S. C., et al. (2019). Desafios e estratégias na implementação de práticas pedagógicas ativas no ensino superior. Revista de Ensino Superior, 10(3), 89-104.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança.** São Paulo: Editora Cortez, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, E., et al. Competências socioemocionais na educação superior. Revista de Educação e Desenvolvimento, 19, 89-105, 2015.

GADOTTI, M. **Educação, teoria, prática e convivência.** Campinas: Papirus, 2000.

KOLB, D. A. Experiential learning: Experience as the source of learning and development. Prentice Hall, 1984.

LAVE, J., & Wenger, E. (1991). Situated learning: Legitimate peripheral participation. Cambridge University Press.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva:** por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2003.

MORAN, Jose M. **A educação que desejamos:** novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2015.

PERRENOUD, P. **Construir competências de aprender: a evolução do currículo.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, A. A., Oliveira, R. S., & Costa, M. A. A prática pedagógica no Ensino Superior: contribuições para a formação profissional. Revista Brasileira de Educação, 22(1), 104-125, 2017.

SCHÖN, D. **A reflective practitioner: how professionals think in action**. New York: Basic Books, 1983.

SILVA, R. A prática pedagógica na formação do estudante universitário. Revista Educação em Foco, 6(2), 45-62, 2018.

SILVA, R. "A prática pedagógica e a qualidade das referências em trabalhos acadêmicos". Revista de Educação Superior, 12(3), 45-60, 2020.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VYGOTSKY, L. S. Mind in society: The development of higher psychological processes. Harvard University Press, 1978.

BELL, P., & WINN, B. O Uso de Simulações e Laboratórios Virtuais no Ensino Superior.

ZHAO, Y., & FRANK, K. A. (2003). Uma Perspectiva Educacional sobre Simulações Virtuais na Educação Científica. Revista de Educação Científica e Tecnologia, 12(2), 151-161.

A LINGUAGEM SIMPLES COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA

Helom César da Silva Nunes[4]

RESUMO: A linguagem simples é um instrumento de transformação social e democratização da justiça. Em um país onde o "juridiquês" ainda marca a distância entre o cidadão e o Estado, adotar uma comunicação clara é uma exigência democrática. Este artigo examina o papel da linguagem simples no fortalecimento do acesso à justiça, recuperando a história da alfabetização e da exclusão linguística no Brasil e analisando o dever constitucional da Defensoria Pública de promover a educação em direitos e a difusão dos direitos humanos. Argumenta-se que o "juridiquês", ao se firmar como linguagem de poder, tornou-se um mecanismo de exclusão, e que sua superação — especialmente pela Defensoria Pública — é condição para que o cidadão deixe de ser objeto do processo e se torne protagonista dos seus direitos. O texto inclui referência ao projeto "Defensoria nas Escolas" da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, exemplo de prática transformadora de cidadania e linguagem acessível.
Palavras-chave: linguagem simples; juridiquês; acesso à justiça; Defensoria Pública; direitos humanos; cidadania.

ABSTRACT: Plain language is an instrument of social transformation and democratization of justice. In a country where "legalese" still marks the distance between the citizen and the State, adopting clear communication is a democratic requirement. This article examines the role of plain language in strengthening access to justice, recovering the history of literacy and linguistic exclusion in Brazil and analyzing the constitutional duty of the Public Defender's Office to promote education in rights and the dissemination of human rights. It argues that "legalese," by establishing itself as a language of power, has become a mechanism of exclusion, and that overcoming it—especially by the Public Defender's Office—is a condition for the citizen to cease being an object of the process and become the protagonist of their rights. The text includes a reference to the "Public Defender's Office in Schools" project of the Public Defender's Office of the State of Amazonas, an example of a transformative practice of citizenship and accessible language.
Keywords: plain language; legalese; access to justice; Public Defender's Office; human rights; citizenship.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 elevou o acesso à justiça à condição de direito fundamental (art. 5º, XXXV), mas o acesso pleno à justiça exige mais do que portas abertas — exige palavras compreensíveis. Como observam Cappelletti e Garth[5], "o acesso efetivo à justiça é o requisito mais básico de um sistema jurídico moderno e

igualitário". Entretanto, o discurso jurídico brasileiro, marcado por tecnicismos, frases herméticas e latinismos, distancia o cidadão daquilo que deveria libertá-lo. O chamado "juridiquês", conforme define Ferraz Jr., é "uma linguagem que se fecha sobre si mesma, tornando-se instrumento de distinção e poder entre os que a dominam e os que dela dependem"[6]. A linguagem simples, ao contrário, representa uma ética da aproximação: traduz o direito em termos que qualquer pessoa possa compreender, sem perda de rigor técnico, mas com ganho de humanidade.

2 ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E EXCLUSÃO: RAÍZES HISTÓRICAS

A exclusão linguística tem raízes profundas na formação social brasileira. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1953), o Censo Demográfico de 1950 apontava que mais da metade da população com 15 anos ou mais era analfabeta — cerca de 50,6%[7]. À época, o país somava aproximadamente 51,9 milhões de habitantes, dos quais apenas cerca de

[4] Doutor em Direito - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2023). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (2006). Defensor Público no Estado do Amazonas. Atualmente é professor do Instituto Metropolitano de Ensino- IME.

[5] Cappelletti, Mauro; Garth, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Fabris, 1988 (obra publicada e acessível). Link: https://www.academia.edu/29212369/MAURO_CAPPELLETTI_ACESSO_%C3%80_JUSTI%C3%87A Acesso em 13 out. 2025.

[6] Ferraz Jr., Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas. Link: https://www.amazon.com.br/s?k=tercio+sampaio+ferraz+jr+introdu%C3%A7%C3%A3o+ao+estudo+do+direito Acesso em 13 out. 2025.

[7] IBGE. Estatísticas do Século XX (série histórica; inclui dados do Censo de 1950, taxa de analfabetismo ~50,6%). Link: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf Acesso em 13 out. 2025.

25 milhões sabiam ler e escrever (UNESCO, 1953). Esses números revelam como a alfabetização foi um privilégio de poucos, especialmente das elites urbanas. A educação, como observa José Murilo de Carvalho (2012, p. 46), "foi tratada como concessão e não como direito"[8], e isso refletiu diretamente na exclusão política e cívica de milhões de brasileiros. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) já alertava, em relatório global[9], que o Brasil figurava entre os países com maiores taxas de analfabetismo do hemisfério ocidental. Paulo Freire descreve esse cenário como "cultura do silêncio"[10], em que a ausência de alfabetização significa também ausência de voz e de participação.

Décadas depois, mesmo com avanços educacionais, a exclusão funcional persiste: o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF, 2022[11]) revela que 27% da população brasileira adulta é funcionalmente analfabeta, isto é, incapaz de compreender textos medianamente complexos. Em termos práticos, isso significa que milhões de brasileiros não entendem documentos jurídicos, contratos ou notificações judiciais — e, portanto, permanecem à margem da justiça. Essa é a base da chamada vulnerabilidade funcional, que não é apenas material, mas também cognitiva e comunicacional. É nesse contexto que a linguagem simples se torna instrumento de cidadania.

3 A SUPERAÇÃO DO "JURIDIQUÊS": DO PODER E EXCLUSÃO AO CUMPRIMENTO DO DEVER ÉTICO DE CLAREZA

A linguagem jurídica é um código de poder. Ela cria fronteiras simbólicas entre os que dominam a palavra e os que a ela se submetem. Bourdieu[12] chama isso de "violência simbólica", uma forma de dominação que se exerce pela autoridade da linguagem.

No campo jurídico, a violência simbólica se manifesta no juridiquês, expressão que, segundo Warat[13] (1994, p. 27), "traduz a arrogância epistemológica de um direito que fala para si mesmo". Ele denuncia o "fetichismo do discurso jurídico", que transforma o texto legal em dogma e o cidadão em mero destinatário passivo.

Lênio Streck[14] reforça a crítica: "o juridiquês não é apenas um problema de estilo; é uma forma de poder que se disfarça de tecnicidade e, ao fazê-lo, torna o direito inacessível ao seu destinatário natural: o povo." [13]

Da mesma forma, José Reinaldo de Lima Lopes[15] (2010, p. 42) observa que "o discurso jurídico brasileiro herdou uma tradição de retórica e autoridade que, ao privilegiar o formalismo, sacrificou a clareza". Assim, o juridiquês não é apenas uma questão estética ou comunicacional — é um problema democrático.

A crítica ao juridiquês não é apenas técnica — é ética. Lênio Streck (2018, p. 109) afirma que "falar difícil não é sinal de profundidade, mas de distanciamento". Warat (1994, p. 32) complementa que "o jurista que fala para não ser compreendido não interpreta o direito; o manipula". Ferraz Jr. (1980, p. 78) acrescenta que "a linguagem jurídica deve ser técnica, mas não hermética; deve informar, e não silenciar". Nesse sentido, adotar a linguagem simples é assumir uma responsabilidade republicana: comunicar de forma clara é respeitar o cidadão e reafirmar o caráter público do direito.

4 ACESSO À JUSTIÇA E A FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA A SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE FUNCIONAL

O artigo 134 da Constituição da República Federativa do Brasil aponta a Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa dos necessitados. Essa essencialidade foi regulamentada pela Lei Complementar nº 80/1994, que, em seu artigo 4º, estabelece como missão institucional da Defensoria Pública: "Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico", bem como "promover a educação em direitos humanos e cidadania" (LC nº 80/94, art. 4º, II e X).

A linguagem simples, portanto, insere-se diretamente nesse dever constitucional e legal. Falar de forma acessível é

[8] Carvalho, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Link: https://www.google.com/search?q=Cidadania+no+Brasil+o+longo+caminho+Civiliza%C3%A7%C3%A3o+Brasileira+2012 Acesso em 13 out. 2025.

[9] UNESCO. World Illiteracy at Mid-Century: A Statistical Study (1953). Link: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000002930 Acesso em 13 out. 2025.

[10] Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Link: https://www.google.com/search?q=Freire+Pedagogia+do+Oprimido+Paz+e+Terra+1987 Acesso em 15 out. 2025.

[11] INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional (página oficial, resultados e publicações). Link: https://alfabetismofuncional.org.br/ Acesso em 13 out. 2025.

[12] Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Link: https://www.google.com/search?q=Bourdieu+O+poder+simb%C3%B3lico+Bertrand+Brasil Acesso em 10 out. 2025.

[13] Warat, Luis Alberto. Epistemologia e ensino do direito. Florianópolis: Fundação Boiteux, 1994. Link: https://core.ac.uk/download/pdf/79061912.pdf Acesso em 13 out. 2025.

[14] Streck, Lênio. Hermenêutica jurídica e(m) crise. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018. Link: https://www.livrariadoadvogado.com.br/filosofia/hermeneutica/hermeneutica-juridica-em-crise Acesso em 13 out. 2025.

[15] LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito e a linguagem. São Paulo: Atlas, 2010. Link: https://www.grupogen.com.br/livro-o-direito-na-historia-licoes-introdutorias-jose-reinaldo-de-lima-lopes-editora-atlas-9786559773732/ Acesso em 13 out. 2025.

promover difusão de direitos. Traduzir o direito é empoderar o cidadão. Como ressalta Vieira (2018, p. 93), "a linguagem simples é um instrumento de legitimação democrática da Defensoria Pública; quanto mais compreensível for o seu discurso, mais acessível se torna a própria justiça".

A Defensoria Pública incumbida do dever de promover a orientação jurídica e a defesa dos necessitados deve cumprir tal missão além da hipossuficiência econômica, alcançando diversas situações de vulnerabilidade, como a vulnerabilidade funcional.

O indivíduo que não compreende a linguagem estatal vive em estado de dependência simbólica, sendo incapaz de participar plenamente da vida pública. É nesse contexto que a Defensoria Pública atua na superação da barreira da incompreensão, transformando a vulnerabilidade funcional em capacidade cidadã.

A vulnerabilidade funcional é uma das formas mais sutis de desigualdade contemporânea. O indivíduo que não compreende a linguagem estatal vive em estado de dependência simbólica — é incapaz de participar plenamente da vida pública. Como ensina Freire[16], "ninguém é sujeito da autonomia de ninguém; mas ninguém se torna autônomo sem a palavra que o liberta". A Defensoria Pública, ao traduzir o direito, rompe a barreira da incompreensão e transforma a vulnerabilidade funcional em capacidade cidadã. Para isso, a comunicação institucional — textos, formulários, cartilhas, redes sociais — deve ser pautada por clareza, empatia e acessibilidade. Não basta que a Defensoria Pública fale em nome do povo; é preciso ser entendida por ele.[18]

O movimento pela linguagem simples é hoje reconhecido como política pública. O Decreto nº 10.139/2019 impõe às instituições federais a obrigação de revisar normas e textos para torná-los claros e compreensíveis. O Guia de Linguagem Simples do Governo Federal (2022) orienta que toda comunicação pública deve ser "compreensível na primeira leitura por qualquer cidadão, independentemente do seu nível de instrução". O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2023, lançou o Guia de Linguagem Simples no Judiciário[17], incentivando servidores e magistrados a substituir jargões por termos de uso comum. Tais iniciativas revelam uma tendência institucional de humanização da comunicação pública, que encontra na Defensoria Pública terreno fértil de aplicação.

Decerto, o uso da linguagem simples, pautado por clareza e acessibilidade, insere-se diretamente no dever constitucional da instituição de "promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico", sendo um instrumento de legitimação democrática e de empoderamento do cidadão.

5 DEFENSORIA NAS ESCOLAS: A EXPERIÊNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS EM LINGUAGEM SIMPLES

A educação em direitos é uma das dimensões mais poderosas da Defensoria Pública. Por meio dela, o direito deixa de ser monopólio dos especialistas e se torna patrimônio do povo. Educar em direitos é permitir que o cidadão compreenda a estrutura que o cerca, as normas que o regem e as ferramentas que possui para transformá-las. Esse processo exige linguagem acessível, diálogo e escuta.

No contexto amazônico, essa prática ganha relevância adicional, dada a diversidade cultural e a peculiaridade geográfica do Estado do Amazonas. É nesse ambiente que se destaca o projeto "Defensoria nas Escolas – Construindo Cidadania"[18], da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM), desenvolvido pela Escola Superior da Defensoria Pública (ESUDPAM). Em 25 edições realizadas, o projeto já alcançou mais de 900 pessoas em escolas urbanas, rurais e comunidades indígenas do Estado. Nessas ações, temas como Constituição, democracia, Defensoria Pública e direitos fundamentais são apresentados a estudantes do ensino fundamental e médio em linguagem simples, visual e dialógica e já alcançou quase 1000 (mil) pessoas. Essas práticas concretizam a função constitucional da instituição e reafirmam que a cidadania começa com a compreensão.

A linguagem é mais do que instrumento de comunicação; é meio de participação. Quando o cidadão compreende os atos judiciais, entende o papel da Defensoria e reconhece seus direitos, ele se torna protagonista da própria história jurídica. Como sintetiza Boaventura de Sousa Santos[19] "democratizar a justiça é democratizar a linguagem da justiça". A Defensoria Pública, portanto, não apenas representa juridicamente: ela ensina o cidadão a compreender e reivindicar. Esse é o maior sentido do acesso à justiça — não apenas chegar às portas do Estado, mas entender o que se diz e se decide dentro delas.

---

16 Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Link: https://www.google.com/search?q=Freire+Pedagogia+da+Autonomia+Paz+e+Terra+1996 Acesso em 13 out. 2025.

17 CNJ – Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples (2023). Link: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/11/pacto-nacional-do-judiciario-pela-linguagem-simples.pdf Acesso em 13 out. 2025.

18 Notícias do projeto "Defensoria nas Escolas" (2025). Link: https://defensoria.am.def.br/2025/10/01/estudantes-de-escolas-indigenas-de-santa-isabel-do-rio-negro-participam-de-palestras-do-projeto-defensoria-nas-escolas/ Acesso em 10 out. 2025.

19 Santos, Boaventura de Sousa. Para uma Revolução Democrática da Justiça. São Paulo: Cortez, 2007. Link: https://www.amazon.com.br/Para-uma-revolu%C3%A7%C3%A3o-democr%C3%A1tica-justi%C3%A7a/dp/8524916583 Acesso em 10 out. 2025.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A justiça só é acessível quando é compreensível. O direito não pode ser privilégio de quem entende o latim das petições ou o jargão das sentenças. A linguagem simples é o antídoto contra a exclusão simbólica e a base de uma justiça verdadeiramente democrática. A Defensoria Pública, pela sua missão constitucional de difundir direitos humanos e educar em cidadania, deve ser referência nesse movimento. Projetos como o Defensoria nas Escolas mostram que é possível transformar a comunicação em instrumento de liberdade. Assim, a adoção da linguagem simples não é concessão — é justiça em palavras compreensíveis; é o momento em que o cidadão deixa de ser objeto do processo e se torna protagonista da democracia.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.**

BRASIL. **Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.**

CAPPELLETTI, Mauro; Garth, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOVERNO FEDERAL. **Guia de Linguagem Simples.** Brasília: Secretaria de Comunicação, 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 1950**. Rio de Janeiro: 1953.

IBGE. **Indicadores de Alfabetização Funcional**. Rio de Janeiro: 2023.

INAF – Instituto Paulo Montenegro. **Indicador de Alfabetismo Funcional 2022**. São Paulo: Ação Educativa, 2022.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito e a linguagem.** São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

STRECK, Lênio. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito.** 12. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

UNESCO. **World Illiteracy at Mid-Century: A Statistical Study. Paris: UNESCO, 1953.**

VIEIRA, Lívia. **Linguagem simples e o acesso à justiça: um olhar sobre o papel da Defensoria Pública.** Revista da Defensoria Pública, v. 12, n. 2, 2018.

WARAT, Luis Alberto. **Epistemologia e ensino do direito**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 1994.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. **Guia de Linguagem Simples no Judiciário**. Brasília, 2023.

A REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL: DESAFIOS JURÍDICOS E PROPOSTAS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Feliph Kevin Gonçalves Mota[20]
Anderson Lincoln Vital da Silva[21]

RESUMO: A expansão da Inteligência Artificial (IA) no Brasil coloca em evidência a necessidade de regulação capaz de equilibrar inovação e proteção de direitos fundamentais. O artigo analisa a insuficiência das normas vigentes, como a LGPD, diante de problemas como discriminação algorítmica, violação de privacidade, opacidade em decisões automatizadas e responsabilização civil. Propõe-se um modelo regulatório baseado em transparência, explicabilidade, não discriminação e *accountability*, com atualização do Código Civil e da legislação consumerista, além da criação de órgãos fiscalizadores e auditorias independentes. O estudo dialoga com experiências internacionais, especialmente o Regulamento Europeu de IA, indicando boas práticas adaptáveis ao contexto brasileiro. Conclui que a efetiva proteção de direitos demanda governança participativa e multissetorial, assegurando que o desenvolvimento da IA atenda ao interesse coletivo sem comprometer liberdades individuais.
Palavras-chave: Inteligência Artificial, Direitos Fundamentais, Regulação Jurídica, Responsabilidade Civil;

ABSTRACT: The expansion of Artificial Intelligence (AI) in Brazil highlights the urgent need for regulation that balances innovation with the protection of fundamental rights. This article examines the insufficiency of existing laws, such as the General Data Protection Law (LGPD), in addressing issues like algorithmic discrimination, privacy violations, opacity in automated decisions, and civil liability. It proposes a regulatory model grounded in transparency, explainability, non-discrimination, and accountability, alongside updates to the Civil Code and consumer legislation, as well as the creation of oversight bodies and independent audits. Drawing on international experiences, particularly the European Union AI Regulation, the study identifies best practices adaptable to the Brazilian context. It concludes that the effective protection of rights requires participatory and multisectoral governance, ensuring that AI development serves the collective interest without compromising individual freedoms.
Keywords: Artificial Intelligence, Fundamental Rights, Legal Regulation, Civil Liability.

1 INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) emergiu como um pilar fundamental da tecnologia contemporânea, exercendo vasta influência em diversos setores, como finanças, segurança, saúde e, inevitavelmente, o Direito. Este avanço tecnológico, que se iniciou logo após a Segunda Guerra Mundial e se consolidou na capacidade da IA de desenvolver aprendizado autônomo e reconhecimento de padrões, gera otimismo por inúmeros avanços, mas também suscita dilemas complexos relacionados à ética, à responsabilidade e, sobretudo, à proteção dos direitos fundamentais.

A natureza disruptiva da IA reside na sua predisposição à interação dinâmica com o ambiente, permitindo que o sistema construa um caminho próprio para a solução de problemas, cujas entregas podem se revelar surpreendentes e imprevisíveis até mesmo para o programador original (MELO; CARDOSO, 2022 citado em MANSO; CALIXTO, 2023)[22]. Essa imprevisibilidade levanta a questão central: quem deve ser responsabilizado por danos gerados a terceiros?

No cenário jurídico brasileiro, há uma crescente necessidade de fixar parâmetros gerais de conduta e responsabilização para a atividade de IA. O país encontra-se imerso em discussões sobre a regulamentação, materializadas principalmente no Projeto

[20] Acadêmico de Direito na Universidade Federal do Amazonas
[21] Doutor em Educação pela Universidade Luterana do Brasil. Professor do Curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas.
[22] MANSO, Adriano Marques; CALIXTO, Marcelo Junqueira. Os regimes de responsabilização civil no novo Marco Legal para Inteligência Artificial (IA): o Projeto de Lei nº 2.338/23. International Journal of Digital Law – IJDL, Belo Horizonte, ano 4, n. 3, set./dez. 2023. p. 111.

de Lei nº 2.338/2023, que visa estabelecer o desenvolvimento, fomento e uso ético e responsável da inteligência artificial, pautado na centralidade da pessoa humana.

Embora a regulação pela ética e por mecanismos de *soft governance* sejam importantes, o debate jurídico aponta para a sua insuficiência como único instrumento de governança. Argumenta-se que o marco legal é essencial para proporcionar um ambiente flexível, estimulante e seguro, capaz de garantir o equilíbrio regulatório sociotécnico e a proteção dos direitos. A legislação, ao se apoiar nos fundamentos de direitos humanos e constitucionais, pode assegurar o monitoramento e a proteção desses direitos.

Um dos maiores desafios jurídicos na regulação da IA é a definição dos regimes de responsabilização civil por danos. O PL nº 2.338/2023 propõe um modelo baseado na classificação de risco (dual, abrangendo risco excessivo/alto e demais riscos). Assim, para sistemas de risco excessivo ou alto, o regime seria a responsabilidade objetiva, garantindo a reparação integral do dano. Já para os sistemas de risco mais reduzido, aplica-se o regime da culpa presumida, com inversão do ônus da prova em favor da vítima. Adicionalmente, as relações de consumo permanecem sujeitas às regras de responsabilidade objetiva e solidária previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC), independentemente do grau de risco do sistema de IA.

Contudo, a aplicação prática do modelo de responsabilização desenhado pelo PL nº 2.338/2023 pode ser complexa. Mesmo nos regimes mais favoráveis à vítima, a necessidade de individualizar a conduta e o nexo de causalidade de cada agente (fornecedor ou operador) na cadeia de desenvolvimento e operação, aliada à dificuldade de acesso à informação e à complexidade da tecnologia *black box*, pode materialmente comprometer o princípio da reparação integral (MANSO; CALIXTO, 2023)[23].

Nesse contexto, a proposta brasileira (PL nº 2.338/2023) tem forte influência do Regulamento da União Europeia (EU IA Act), o primeiro ato legislativo global sobre o tema. Ambas as legislações sublinham a necessidade de um equilíbrio entre a inovação tecnológica e a proteção dos direitos humanos fundamentais.

Diante do exposto, o presente artigo visa examinar a fundo a Regulação da Inteligência Artificial no Brasil, identificando os principais desafios jurídicos e avaliando as propostas de proteção aos direitos fundamentais contidas no PL nº 2.338/2023. Para tal, este trabalho se propõe a analisar criticamente: (1) a adequação do arcabouço normativo proposto, que combina o policentrismo regulatório e o equilíbrio sociotécnico (PINHEIRO, 2024)[24]; e (2) a efetividade e as dificuldades de implementação dos regimes de responsabilização civil baseados em risco, de modo a garantir a reparação integral dos danos.

2 QUANTO AO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO E A CARÊNCIA PELA REGULAÇÃO DA IA

O cenário jurídico brasileiro, no que tange à sua capacidade de lidar com o acelerado avanço da Inteligência Artificial (IA) e combater seus potenciais abusos, tem sido historicamente inadequado, mas encontra-se em um processo de transição regulatória. A IA, por sua natureza, representa uma disrupção tecnológica, marcada pelo desenvolvimento de aprendizado autônomo, imprevisibilidade dos resultados e opacidade (*black box*) de seu funcionamento, elementos que os regimes de responsabilidade civil tradicionais não foram concebidos para gerenciar.

A fragilidade inicial dessa inaptidão foi evidenciada pela proposta do Projeto de Lei nº 21/2020, que, para casos não consumeristas, sinalizava uma preferência pela responsabilidade subjetiva dos agentes da cadeia de IA. Essa exigência de comprovação da culpa era considerada pela doutrina como "demasiadamente gravosa ou pesada para essa vítima", pois a complexidade da tecnologia torna extremamente difícil para a parte lesada individualizar a conduta culposa do desenvolvedor ou operador. Críticos argumentaram que, em face da doutrina, da jurisprudência e das disposições do Código Civil brasileiro, a IA, como atividade de risco, deveria atrair o regime de responsabilidade civil objetiva. Soma-se a isso o consenso de que a regulação pela ética ou por mecanismos de *soft governance* é insuficiente como instrumento único para controlar o desenvolvimento e aplicação da IA.

Em resposta a essas críticas e visando criar um marco legal mais resiliente, o Projeto de Lei nº 2.338/2023 (PL nº 2.338/23) buscou avançar, estabelecendo uma estrutura de responsabilização civil baseada no risco. O PL adota um modelo dual que visa a reparação integral dos danos: para sistemas de risco excessivo ou alto, aplica-se a responsabilidade objetiva; para os demais sistemas, aplica-se a culpa presumida com inversão do ônus da prova em favor da vítima. Além disso, em relações de consumo, a responsabilidade objetiva e solidária prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC) é mantida, independentemente do nível de risco do sistema de IA.

Contudo, a crítica reside no fato de que, mesmo sob o regime de responsabilidade objetiva, o PL nº 2.338/23 exige que o

[23] MANSO; CALIXTO, Os regimes de responsabilização civil, p. 120.

[24] PINHEIRO, Guilherme Pereira. A regulação pela ética e a proposta de Marco Legal para a Inteligência Artificial no Brasil. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, Vol. 29, n. 2, maio/ago. 2024. p. 124.

agente responda "na medida de sua participação no dano". Isso implica que o ente vitimado ainda carrega o ônus de individualizar a conduta e o nexo de causalidade de cada agente (fornecedor ou operador) na cadeia. Essa tarefa se revela "extremamente dificultosa", podendo ser materialmente comprometida pela complexidade e opacidade do sistema (o problema da black box). Tal barreira probatória faz com que a reparação integral se torne um "mero farol longínquo a que poucos poderão alcançar", limitando a eficácia da lei no combate ao abuso.

Para que o marco regulatório seja capaz de garantir justiça material e proteger os direitos fundamentais, é essencial dar efetividade aos princípios dispostos no PL nº 2.338/23, especialmente os vetores de transparência, explicabilidade, inteligibilidade, auditabilidade e rastreabilidade das decisões. O comprometimento e a observância desses deveres pelos desenvolvedores e operadores são cruciais para que a vítima tenha acesso às informações suficientes para a individualização da conduta, garantindo, assim, que o novo sistema de responsabilização baseado em risco não se torne ineficaz na prática.

3 A IMPORTÂNCIA DESSA REGULAÇÃO NO BRASIL DIANTE DOS RISCOS À DIGNIDADE, PRIVACIDADE E IGUALDADE

O crescente emprego da Inteligência Artificial (IA) em diversas atividades e setores da sociedade contemporânea, aliada à sua capacidade de processar e analisar grandes volumes de dados (*Big Data*), representa uma transformação digital de profundidade inédita. No contexto jurídico, essa evolução tecnológica impõe a necessidade premente de um marco regulatório que harmonize os avanços da IA com a salvaguarda dos direitos fundamentais dos indivíduos. A relevância deste tema justifica-se pela urgência em mitigar os riscos significativos que a tecnologia, se desregulada ou mal aplicada, oferece à dignidade humana, à privacidade e à igualdade.

A ausência de uma legislação específica e robusta no Brasil para o uso da IA gera insegurança jurídica e dificuldades práticas para o controle e a supervisão dessas tecnologias. Reconhecendo essa lacuna, o PL 2338/2023 surge como uma iniciativa crucial, buscando estabelecer diretrizes gerais para o uso ético e responsável da IA, pautadas na centralidade da pessoa humana. O debate legislativo deve, necessariamente, focar na proteção dos valores humanos fundamentais, como dignidade, justiça e autonomia.

A proteção de dados tornou-se um tema central devido ao crescente interesse nos dados dos usuários no ecossistema tecnológico. A IA depende fundamentalmente da manipulação de dados e informações, sendo a disponibilidade de extensas bases de dados o principal ativo para tecnologias de aprendizado automático (OLIVEIRA, 2022)[25]. No entanto, é essa mesma dependência que suscita controvérsias e perigos, especialmente a facilidade de transferência e acesso a informações altamente pessoais, o que pode resultar em violações do direito à privacidade.

O ordenamento jurídico brasileiro confere à privacidade e à intimidade o status de Direito Fundamental, resguardado pela Constituição Federal e considerado uma cláusula imutável. A inclusão do inciso LXXIX no Art. 5º da Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional n. 115/2022, que reconhece a proteção de dados pessoais (inclusive nos meios digitais) como direito fundamental, reforça a importância desse tema para o controle da atividade privada e estatal (BRASIL, 2022)[26].

Nesse cenário, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD — Lei nº 13.709/2018) atua como um marco regulatório essencial para preservar a privacidade e a liberdade dos cidadãos em um contexto digital. Ao regular minuciosamente as práticas de processamento de dados, a LGPD tem o potencial de reforçar a efetividade do direito fundamental à privacidade (PAULO; JACOBSEN, 2022)[27].

A complexidade da IA agrava a fragilidade dos dados em uma sociedade interconectada, onde o direito à privacidade pode ser violado mesmo à distância, por meio de dispositivos de alta tecnologia (PAULO; JACOBSEN, 2022, p. 14). Isso é particularmente visível na área de segurança pública, onde o uso crescente de sistemas de vigilância, como o reconhecimento facial em tempo real, levanta o risco de vigilância massiva. Tais práticas podem colidir frontalmente com o direito à intimidade e ao devido processo legal. Portanto, a regulação da IA é crucial para garantir que a tecnologia seja utilizada de forma segura e responsável, protegendo o direito fundamental à privacidade.

Além disso, é também possível apontar algum dos riscos à igualdade e a discriminação algorítmica. Um dos desafios jurídicos e éticos mais proeminentes da IA é o viés algorítmico. A discriminação algorítmica constitui padrões sistemáticos de

[25] OLIVEIRA, I. B. A inteligência artificial e o impacto da LGPD. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, 2022, p. 34.

[26] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

[27] PAULO, M. A.; JACOBSEN, G. Desafios à Lei Geral de Proteção de Dados na era da inteligência artificial: entre o direito à privacidade e as robocalls. Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência, [Florianópolis], v. 8, n. 2, jul./dez. 2022, p. 15.

tratamento desigual que resultam do uso de algoritmos e sistemas de IA, produzindo resultados enviesados ou injustos contra determinados grupos sociais (OLIVEIRA JÚNIOR, 2025)[28].

Os algoritmos de *machine learning* aprendem a partir de vastas bases de dados. Se esses dados de treinamento refletem preconceitos históricos ou padrões sociais discriminatórios, os sistemas de IA podem reproduzir e até intensificar desigualdades e preconceitos no acesso à justiça, a serviços e a oportunidades. Por exemplo, sistemas de reconhecimento facial podem apresentar disparidades significativas de precisão relacionadas ao gênero e à cor da pele (Buolamwini; Gebru, 2018; Grossi, 2025)[29], evidenciando o racismo estrutural em sistemas automatizados (Laranjeira, 2020)[30].

Para o Direito, essa questão é central, pois a Constituição Federal brasileira proíbe qualquer forma de discriminação, garantindo o princípio da igualdade. A LGPD combate os vieses algorítmicos por meio do princípio da não discriminação (Art. 6º, IX) e do direito à revisão de decisões automatizadas (Art. 20). O PL 2338/2023, alinhado a essa preocupação, estabelece o princípio da não discriminação ilícita ou abusiva e garante o direito a tratamento justo e isonômico, vedando o uso de sistemas de IA que possam acarretar discriminação.

A importância de um marco regulatório reside, portanto, na necessidade de ir além dos princípios éticos (que podem ser genéricos e insuficientes) para estabelecer mecanismos específicos de controle, como a exigência de avaliações de impacto algorítmico, transparência e auditabilidade dos sistemas, garantindo que o avanço tecnológico esteja aliado à justiça social.

Além dessas considerações, também é necessário apontar para o risco à dignidade humana, pondo em foco a centralidade do indivíduo. O princípio da dignidade da pessoa humana é o fundamento da República Federativa do Brasil. No contexto da IA, a regulação é justificada como um imperativo de preservação desse valor constitucional supremo.

A preocupação central reside na possibilidade de que decisões automatizadas reduzam os indivíduos a perfis estereotipados, negando-lhes o reconhecimento pleno como sujeitos de direitos (OLIVEIRA JÚNIOR, 2025). O uso de IA em setores sensíveis, como o judicial ou a segurança pública, pode resultar na delegação de atos decisórios complexos a sistemas automatizados sem o devido amparo legal ou sem considerar a sensibilidade e o contexto humano específico.

A regulação proposta no Brasil, notadamente o PL 2338/2023, baseia-se na centralidade da pessoa humana, um princípio que significa que o ser humano deve ser o foco de todas as decisões envolvendo IA (GROSSI, 2025)[31]. [32]Isso implica que o uso da IA deve promover a igualdade, a liberdade e a justiça, e jamais poderá substituir o olhar sensível do juiz e dos operadores do Direito, que compreendem as nuances do conflito humano (TIRADENTES DE SOUZA; VAZ, 2025).

Ademais, a regulação deve buscar o equilíbrio entre a inovação tecnológica e a proteção dos direitos humanos, prevenindo abusos decorrentes do uso inadequado da IA. A vigilância automatizada contínua, se não controlada, favorece o surgimento de uma sociedade marcada pela autocensura e pela perda de liberdade individual, ameaçando a própria estrutura democrática e a dignidade.

Em síntese, a regulação da IA no Brasil é imperiosa para estabelecer um arcabouço normativo robusto e atualizado que assegure que a inovação tecnológica sirva aos direitos fundamentais, e não os subjugue. É um passo decisivo para estruturar um ambiente jurídico que concilie eficiência e segurança, garantindo que o desenvolvimento e a aplicação da IA ocorram de forma ética, justa e responsável, respeitando os direitos individuais e a dignidade de todos os envolvidos.

4 O PANORAMA DOS MODELOS REGULATÓRIOS INTERNACIONAIS E A DISCUSSÃO DO DIREITO COMPARADO EM RELAÇÃO AO ORDENAMENTO JURÍDICO NO BRASIL

A complexidade e a natureza transfronteiriça da Inteligência Artificial (IA) impõem que a construção de um marco regulatório nacional, como o proposto pelo Projeto de Lei nº 2.338/2023 no Brasil, seja necessariamente informada pelo Direito Comparado e pelos padrões de governança estabelecidos em fóruns globais (GROSSI, 2025)[33]. A regulação da IA tem se desenvolvido em diferentes paradigmas normativos, refletindo valores políticos e institucionais distintos em cada jurisdição (GROSSI, 2025). Essa análise comparativa é crucial para que o Brasil desenvolva um arcabouço normativo que, ao mesmo tempo que proteja os direitos fundamentais, promova a competitividade e a soberania tecnológica (BRASIL, 2024, p. 187; TIRADENTES

[28] OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cosmo de. Discriminação algorítmica e a violação dos direitos fundamentais. Migalhas de Peso, 6 jun. 2025.

[29] BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender shades: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. In: CONFERENCE ON FAIRNESS, ACCOUNTABILITY, AND TRANSPARENCY, 2018. Proceedings of Machine Learning Research, v. 81, p. 1–15.

[30] LARANJEIRA, Camila. Racismo algorítmico: o preconceito na programação: sistemas que dependem de algoritmos podem perpetuar ou esconder preconceitos raciais. Colab PUC Minas, 2020.

[31] GROSSI, Alexandre Viezzer. A aplicação da Inteligência Artificial na Segurança Pública Brasileira: O caso de São Paulo e a análise do PL nº 2338/2023. Revista Jurisdictio, v. 14, n. 4, 2025. DOI: https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n4-72-2025.

[32] TIRADENTES DE SOUZA, Barbara Lucia; VAZ, Thalles Jarehd. Inteligência Artificial e o Direito: inovações, riscos e desafios para o ordenamento jurídico brasileiro. Anais do Congresso Internacional de Direito, Governo e Tecnologia, v. 2, n. 1, 2025, p. 192.

[33] GROSSI, A aplicação da Inteligência Artificial. . . , 2025, p. 49

DE SOUZA; VAZ, 2025)[34].

4.1 União Europeia – AI Ac

O Regulamento (UE) 2024/1689, conhecido como AI Act, da União Europeia, destaca-se como o primeiro marco regulatório abrangente no mundo a regular o uso da IA com base em uma abordagem centrada no ser humano e na proteção dos direitos fundamentais. Este regulamento estabelece um regime jurídico uniforme para o desenvolvimento, a colocação no mercado e o uso de sistemas de IA na União, em conformidade com a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, promovendo valores como a democracia e o Estado de Direito. Sua inspiração remonta à necessidade de regulamentação diante do crescente interesse nos dados dos usuários, seguindo a lógica estabelecida anteriormente pelo Regulamento Geral Europeu de Proteção de Dados (GDPR) (UNIMAR, [s.d.], p. 28)[35].

O AI Act adota uma abordagem baseada em risco (*ex-ante*) como fundamento para um conjunto de regras vinculantes proporcionais e eficazes (GROSSI, 2025; BIONI; GARROTE; GUEDES, 2023)[36]. Essa classificação se divide em quatro categorias: risco inaceitável, que proíbe sistemas que causem danos significativos à autonomia, explorem vulnerabilidades ou realizem classificações sociais discriminatórias (incluindo, com restrições rigorosas, a identificação biométrica à distância em tempo real); risco alto, que abrange sistemas aplicados em áreas sensíveis como segurança pública, recrutamento e gestão migratória, exigindo avaliação de conformidade, documentação técnica, gestão de riscos e supervisão humana contínua; risco limitado, que demanda transparência mínima, como o dever de informar o usuário que está interagindo com um sistema de IA (*chatbots*); e risco mínimo, que se aplica a aplicações comuns sem exigências regulatórias específicas.

Os deveres de conformidade impostos aos fornecedores e operadores de sistemas de IA de alto risco são rigorosos, abrangendo requisitos de solidez técnica, exatidão, cibersegurança e rastreabilidade, sendo essenciais para o desenvolvimento de uma IA confiável e centrada no ser humano. O regulamento também exige que os responsáveis pela implantação de sistemas de IA de alto risco realizem avaliações de impacto sobre os direitos fundamentais e notifiquem a autoridade de fiscalização competente.

As lições aplicáveis ao Brasil são notórias, visto que o Projeto de Lei nº 2.338/2023 (PL 2.338/2023) é claramente inspirado no modelo europeu, propondo igualmente uma classificação de riscos (baixo, moderado, alto e excessivo) e estabelecendo princípios como a centralidade da pessoa humana, não discriminação, explicabilidade e supervisão humana. O modelo de responsabilização do PL 2.338/2023, que adota a responsabilidade objetiva para sistemas de risco excessivo ou alto, também reflete a gestão de risco assimétrica proposta internacionalmente. No entanto, o debate brasileiro reconhece que a importação do modelo não pode ser integral, sob pena de a regulação, excessivamente orientada à proteção, inibir os potenciais benefícios da tecnologia e a inovação (RODRIGUES, 2024; CUNHA; NASCIMENTO, 2025, p. 3191)[37]. A proposta brasileira, ao buscar um ambiente regulatório adaptado à sua realidade (CUNHA; NASCIMENTO, 2025, p. 3191), segue a tendência de estabelecer um sistema policêntrico, que combina regulação estatal, autorregulação regulada e ética autoimposta (PINHEIRO, 2024, p. 135, 142)[38].

4.2 Outros Modelos Estrangeiros

Em contrapartida ao modelo da União Europeia, a China representa um paradigma antagônico, caracterizado pelo uso intensivo de IA para vigilância estatal e controle social. O modelo chinês prioriza a eficiência administrativa e o controle político em detrimento dos direitos individuais, aplicando tecnologias de monitoramento e análise de dados pessoais em larga escala, como o Sistema de Crédito Social. Tal abordagem se distingue pela baixa transparência e pelas graves implicações para os direitos humanos. A China, inclusive, exporta suas tecnologias de vigilância para outros países (HICKS, 2022)[39]. Contudo, mesmo nesse contexto, a China avançou na governança informacional ao aprovar regulamentações que exigem o rótulo obrigatório para conteúdos gerados por IA, em um esforço para combater a desinformação, seguindo uma tendência adotada também pela União

[34] BRASIL. Plano IA para o Bem de Todos Proposta de Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024-2028. Reunião do Pleno do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, 29 de Julho de 2024, p. 187; TIRADENTES DE SOUZA, Barbara Lucia; VAZ, Thalles Jarehd. Inteligência Artificial e o Direito: inovações, riscos e desafios para o ordenamento jurídico brasileiro. 2025.

[35] UNIMAR. A inteligência artificial e a Lei Geral de Proteção de Dados. Marília, [s.d.], p. 28.

[36] GROSSI, A aplicação da Inteligência Artificial. . . , 2025; BIONI, Bruno; GARROTE, Marina; GUEDES, Paula. Temas centrais na regulação de IA: o local, o regional e o global na busca da interoperabilidade regulatória. São Paulo: Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, 2023

[37] RODRIGUES, Jamille P. Novo marco da IA no Brasil: Desafios e perspectivas em uma análise crítica. Migalhas, 24 abr. 2024; CUNHA, Fábio Alessandro Neves da; NASCIMENTO, Márcio de Jesus Lima do. Aspectos jurídicos da inteligência artificial no Brasil: comparativo entre o Projeto de Lei 2.338/23 e o Regulamento da União Europeia. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE, São Paulo, v. 11, n. 6, jun. 2025, p. 3191.

[38] PINHEIRO, Guilherme Pereira. A regulação pela ética e a proposta de Marco Legal para a Inteligência Artificial no Brasil. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 29, n. 2, p. 124-147, maio/ago. 2024, p. 135, 142.

[39] HICKS, J. Export of Digital Surveillance Technologies from China to Developing Countries. Institute of Development Studies, 1 ago. 2022.

Europeia e pelos Estados Unidos (WU, 2025)[40].

Outras jurisdições têm explorado a regulação de risco, muitas vezes seguindo a lógica do AI Act.

A título de exemplificação, o Canadá utiliza uma abordagem de risco híbrida, incorporando a Ferramenta de Avaliação de Impacto Algorítmico do Canadá, o que demonstra o alinhamento com a necessidade de revisão periódica e controle social dos sistemas de alto risco, assim como faz o PL 2.338/2023 no Brasil (BIONI; GARROTE; GUEDES, 2023)[41].

Por sua vez, na América Latina, países como Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai estão em diferentes estágios de formulação de políticas de IA, com foco em ética, responsabilidade, privacidade e transparência algorítmica (COLOMBELLI, 2024, p. 32-36)[42]. O Peru, por exemplo, avança com uma regulamentação inspirada na UE, classificando riscos em inaceitáveis, elevados, limitados e insignificantes. O Chile, com o PL 15869-19, também busca regulamentar sistemas de IA com base na avaliação de riscos.

A partir dessa conjectura, é necessário que sejam citadas as Diretrizes Internacionais e *Soft Law*, uma vez que o arcabouço regulatório global da IA é amplamente suportado por instrumentos de *soft law* e diretrizes de organismos internacionais, que fornecem o consenso ético e principiológico que influencia a legislação dura, como o AI Act e o PL 2.338/2023 no Brasil (UNIMAR, [s.d.], p. 30; PINHEIRO, 2024, p. 129)[43].

Além disso, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em maio de 2019, aprovou a Recomendação do Conselho sobre Inteligência Artificial, à qual o Brasil e outros países latino-americanos aderiram. Os Princípios da OCDE promovem o desenvolvimento de uma IA inovadora e confiável, baseada em valores centrados no ser humano, na equidade, na transparência, na robustez/segurança e, crucialmente, na responsabilização (*accountability*). O PL 2.338/2023 incentiva a adoção de padrões e certificações reconhecidas internacionalmente, como as da OCDE.

Já a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) quando define a sua "Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial" (adotada em 2021) enfatiza a necessidade de uma governança global que priorize os direitos humanos, a dignidade, a inclusão e a sustentabilidade. A UNESCO defende que a IA deve promover a igualdade, a liberdade e a justiça e evitar vieses algorítmicos. A preocupação com o alinhamento a essas diretrizes é evidente na pauta brasileira, que busca participar ativamente dos debates internacionais para garantir o uso responsável e ético da IA.

É importante citar a atuação da IEEE (Institute of Electrical and Electronics Engineers) que, embora os documentos de *soft law* de entidades como ela sejam por vezes extensos e detalhados, eles contribuem para a padronização e a criação de diretrizes éticas e técnicas que podem ser traduzidas em regras e práticas de compliance pelas organizações (HAGENDORFF, 2020, p. 91)[44].

Em resumo, a regulação da IA no Brasil, materializada principalmente pelo PL 2.338/2023 e complementada pela LGPD (inspirada na GDPR), está solidamente ancorada no modelo garantista e de gestão de riscos da União Europeia, em claro contraste com o modelo de controle estatal chinês. O Brasil busca, assim, estabelecer uma regulação equilibrada, transparente e democrática (GROSSI, 2025;), que utilize os princípios de *soft law* de organismos internacionais como a OCDE e a UNESCO para garantir que a inovação tecnológica se harmonize com a proteção dos direitos fundamentais, da dignidade humana e dos valores democráticos.

5 ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA ERA DA IA. DESAFIOS, MODELOS POSSÍVEIS DE RESPONSABILIZAÇÃO E PROPOSTAS LEGISLATIVAS.

O debate sobre a Responsabilidade Civil na Era da Inteligência Artificial (IA) representa um dos maiores desafios para o Direito contemporâneo, visto que os sistemas autônomos e opacos desafiam os pilares tradicionais de culpa e causalidade (TIRADENTES DE SOUZA; VAZ, 2025, p. 145). A necessidade de regulação surge com o objetivo de equilibrar a inovação tecnológica com a proteção dos direitos humanos, sendo fundamental a definição clara de quem e como deve responder pelos danos causados pela IA (CUNHA; NASCIMENTO, 2025, p. 3184).

5.1 Desafios de Atribuição de Responsabilidade

O principal desafio na atribuição de responsabilidade na era da IA decorre de sua complexidade e capacidade de operação

[40] WU, D. Contra a desinformação, China adota regra para rotular conteúdo criado por IA. Bloomberg Línea, 14 mar. 2025.

[41] BIONI, Bruno; GARROTE, Marina; GUEDES, Paula. Temas centrais na regulação de IA, 2023.

[42] COLOMBELLI, Wagner Godinho. Regulamentação da IA (Inteligência Artificial) na administração pública brasileira: análise do Projeto de Lei N° 21 de 2020 e Projeto de Lei N° 2338 de 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024, p. 32-36.

[43] UNIMAR. A inteligência artificial e a Lei Geral de Proteção de Dados. Marília, [s.d.], p. 30; PINHEIRO, Guilherme Pereira. A regulação pela ética e a proposta de Marco Legal para a Inteligência Artificial no Brasil. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 29, n. 2, p. 124-147, maio/ago. 2024, p. 129.

[44] HAGENDORFF, Thilo. The Ethics of AI Ethics: An Evaluation of Guidelines. Minds & Machines, v. 30, n. 1, p. 99-120, 2020, p. 91.

independente. A autonomia dos sistemas de IA, que podem "adquirir novas estratégias por conta própria e buscar evidências adicionais para análise", e são capazes de realizar tarefas "sem a necessidade de intervenção humana direta ou controle externo", leva a uma imprevisibilidade inerente aos seus resultados. Consequentemente, esses sistemas são comumente denominados "autônomos" (LIMA; SÁ, 2020)[45].

O problema central da responsabilidade é agravado pela opacidade algorítmica, ou a "caixa-preta", que reside na dificuldade de compreender os critérios e procedimentos utilizados nas decisões automatizadas (VASCONCELOS, 2024, apud TIRADENTES DE SOUZA; VAZ, 2025, p. 158). Essa opacidade "dificulta a compreensão sobre os critérios adotados nas decisões judiciais, comprometendo o princípio da publicidade e o direito à ampla defesa" (TIRADENTES DE SOUZA; VAZ, 2025, p. 158). No contexto da discriminação algorítmica, que constitui "padrões sistemáticos de tratamento desigual" que geram "resultados enviesados ou injustos contra determinados grupos sociais" (OLIVEIRA JÚNIOR, 2025)[46], a complexidade técnica torna a prova do nexo causal entre a ação do agente e o dano sofrido extremamente difícil para a vítima.

Além disso, a responsabilidade se dilui ao longo de uma cadeia de valor composta por múltiplos agentes, incluindo fornecedores, operadores e implementadores. O risco da IA, que pode variar em grau de autonomia e, consequentemente, em previsibilidade de suas entregas, implica a necessidade de variar o regime de responsabilidade (MANSO; CALIXTO, 2023)[47].

5.2 Modelos Possíveis de Responsabilização

A evolução regulatória brasileira tem se movido de um foco inicial na culpa para um modelo híbrido e baseado no risco, buscando a reparação integral do dano (MANSO; CALIXTO, 2023, p. 203).

Pode-se citar o instituto da Responsabilidade Subjetiva, conforme elencado pelo Projeto de Lei nº 21/2020 (PL 21/2020), que propôs que as normas sobre responsabilidade dos agentes de IA se pautassem, via de regra, na responsabilidade subjetiva (dependente da comprovação de culpa). Essa abordagem foi severamente criticada na doutrina por impor à vítima um ônus probatório "demasiadamente gravoso ou pesado" (CJSUBIA, 2022, apud MANSO; CALIXTO, 2023, p. 200). Segundo essa crítica, a opacidade da tecnologia tornaria quase impossível para o lesado comprovar a conduta culposa do desenvolvedor (MANSO; CALIXTO, 2023, p. 200).

Mas também há uma grande inovação com o instituto dos Modelos Baseados em Risco trazidos pelo Projeto de Lei nº 2.338/2023 (PL 2338/2023), que resultou da Comissão de Juristas (CJSUBIA), em que é adotado um sistema híbrido de responsabilização, alinhado à gestão de riscos:

Sistemas de Risco Excessivo ou Alto: Para fornecedores ou operadores de sistemas de IA classificados como de risco excessivo ou alto, aplica-se o regime de responsabilidade objetiva (MANSO; CALIXTO, 2023, p. 203; PL 2338/2023, Art. 27). O fornecedor ou operador respondem pelos danos causados.

Demais Riscos (Subjetiva com Inversão do Ônus): Para os sistemas de IA de risco mais reduzido, aplica-se a responsabilidade subjetiva com a inversão do ônus da prova (MANSO; CALIXTO, 2023, p. 205). Neste caso, a culpa do agente é presumida, mas este pode se eximir se comprovar que observou o padrão normativo de conduta e adotou as providências adequadas para evitar o dano (MANSO; CALIXTO, 2023, p. 205).

Além desses panoramas, também é importante destacar acerca da Responsabilidade nas Relações de Consumo. O PL 2.338/2023 estabelece que a responsabilidade civil por danos causados por sistemas de IA no âmbito das relações de consumo permanece sujeita às regras do Código de Defesa do Consumidor (CDC) (PL 2.338/2023, Art. 35). A Lei nº 8.078/90 (CDC) adota a responsabilidade objetiva e, mais importante, permite a solidariedade entre todos os que contribuíram para a ofensa (CDC, Art. 7º, Parágrafo único, apud MANSO; CALIXTO, 2023, p. 209), oferecendo maior proteção ao consumidor.

5.3 Propostas de Reforma Legislativa

A principal proposta de reforma é o PL 2.338/2023, que tenta preencher a lacuna normativa existente ao propor uma regulação baseada em risco (GROSSI, 2025; BRASIL, 2025). O objetivo é garantir que o uso da IA seja "ético, seguro e compatível com os direitos fundamentais".

---

[45] LIMA, T. M. M.; SÁ, M. F. F. Inteligência artificial e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: o direito à explicação nas decisões automatizadas. Revista Brasileira de Direito Civil, Belo Horizonte, v. 26, p. 227-246, out./dez. 2020, p. 238

[46] OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cosmo de. Discriminação algorítmica e a violação dos direitos fundamentais. Migalhas de Peso, 6 jun. 2025.

[47] MANSO, Adriano Marques; CALIXTO, Marcelo Junqueira. Os regimes de responsabilização civil no novo Marco Legal para Inteligência Artificial (IA): o Projeto de Lei nº 2.338/23. International Journal of Digital Law – IJDL, Belo Horizonte, ano 4, n. 3, p. 111-129, set./dez. 2023, p. 202.

Para isso, é necessário adotar uma Centralidade da Transparência e da *Accountability*. Para mitigar os riscos e viabilizar a responsabilização, é imprescindível que os sistemas de IA sejam regidos por diretrizes claras de governança, conforme exigido pelos princípios do PL 2.338/2023. O arcabouço normativo se apoia na transparência e *accountability* (responsabilidade e prestação de contas).

O PL 2.338/2023 garante à pessoa afetada o direito à explicação sobre a decisão, a recomendação ou a previsão feitas pelo sistema. Esta explicação deve incluir "informações suficientes, adequadas e inteligíveis" (PL 2.338/2023, Art. 17, § 1º). Além disso, o projeto torna obrigatória a avaliação de impacto algorítmico para sistemas de IA de alto risco.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD — Lei nº 13.709/2018) também atua como um mecanismo de controle contra vieses discriminatórios, destacando o princípio da não discriminação (Art. 6º, IX) e o direito à revisão das decisões automatizadas (Art. 20, § 2º). As empresas têm a responsabilidade de adotar medidas de *accountability*, como auditorias regulares e avaliações de impacto, para garantir a conformidade com a LGPD e evitar práticas discriminatórias (GONÇALVES; BARBARESCO, 2024)[48].

No entanto, não é possível se excluir um ponto fulcral, que ainda segue sendo necessário: a supervisão humana e o papel do Judiciário.

Em alinhamento com a abordagem de que a IA é apenas um instrumento auxiliar, o Judiciário brasileiro, por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabeleceu normas setoriais. A Resolução nº 332/2020 do CNJ já estabeleceu diretrizes para a ética e a governança da IA, destacando que a supervisão humana é uma "necessidade essencial para o funcionamento seguro da IA" (FREITAS; FREITAS, 2020, p. 117, apud UNIMAR, [s.d.], p. 32; BRASIL, 2020, Art. 17)[49].

O PL 2.338/2023 reforça essa proteção, prevendo o direito à revisão humana das decisões, levando-se em conta o contexto e o risco (PL 2.338/2023, Art. 17, III). A doutrina conclui que, por mais sofisticada que a IA seja, ela "jamais poderá substituir o olhar sensível do juiz e dos operadores do Direito" (TIRADENTES DE SOUZA; VAZ, 2025, p. 170).

Há, ainda, que se destacar a Crítica à Teoria do Risco-Proveito. Embora o PL 2.338/2023 adote a responsabilidade objetiva para o alto risco, há preocupação com a redação das excludentes de responsabilidade. O projeto prevê isenção se o agente comprovar que não colocou em circulação, não empregou o sistema ou não "tirou proveito" dele.

A inclusão da expressão "tirar proveito" no dispositivo que trata das excludentes (MANSO; CALIXTO, 2023, p. 208) levanta a discussão sobre se o legislador estaria adotando a teoria do risco-proveito (que exige que o agente tenha auferido vantagem) em vez da teoria do risco criado (que basta que a atividade seja de risco). Manso e Calixto (2023, p. 208) argumentam que, embora o dispositivo encontre inspiração no CDC, o ideal é que a redação seja alterada para não fazer constar a expressão "tirar proveito", a fim de evitar alusão à citada teoria e não comprometer a plena reparação do dano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão da Inteligência Artificial consolida-se como uma das maiores transformações tecnológicas do século XXI, impactando diretamente o modo como o Direito é concebido, interpretado e aplicado no Brasil. Este estudo confirma que, embora a IA configure um fenômeno crescente com potencial para aprimorar a eficácia estatal em áreas como a segurança pública (e.g., Programa Smart Sampa, que gerou resultados operacionais relevantes na captura de foragidos) e o Judiciário (e.g., sistemas de prompts inteligentes para análise processual), o seu desenvolvimento e uso exigem uma regulação robusta para mitigar riscos significativos.

O debate regulatório brasileiro, sintetizado no Projeto de Lei nº 2.338/2023, representa um passo decisivo e promissor na tentativa de estruturar um ambiente jurídico seguro e confiável. O PL 2.338/2023 adota uma regulação baseada na avaliação de riscos (baixo, moderado, alto e excessivo), um modelo inspirado no AI Act da União Europeia. Contudo, há um consenso de que não se deve "importar integralmente o modelo europeu", pois um modelo excessivamente orientado à proteção pode acabar inibindo os potenciais benefícios da tecnologia e a competitividade nacional. O marco brasileiro deve, portanto, buscar um equilíbrio regulatório sociotécnico e se basear em um modelo policêntrico, que combine regulação estatal, autorregulação regulada e ética autoimposta, dado que depender apenas da ética é insuficiente.

A eficácia desse arcabouço normativo depende da correta atribuição de responsabilidade civil, um dos maiores desafios

[48] GONÇALVES, Rafaela Vilela; BARBARESCO, Rogério Ananias. Discriminação em algoritmos de inteligência artificial: estudo da LGPD como mecanismo de controle dos vieses discriminatórios. Revista Científica da UNIFENAS, v. 6, n. 8, 2024.

[49] FREITAS, Juarez; FREITAS, Thomas Bellini. Direito e inteligência artificial: em defesa do humano. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 117, apud UNIMAR. A inteligência artificial e a Lei Geral de Proteção de Dados. Marília, [s.d.], p. 32; BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 332/2020, de 21 de agosto de 2020. Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2020, Art. 17.

jurídicos impostos pela IA. A dificuldade reside na opacidade algorítmica e na autonomia dos sistemas, que podem "adquirir novas estratégias por conta própria" e realizar tarefas "sem a necessidade de intervenção humana direta", gerando resultados imprevisíveis e tornando a prova do nexo causal extremamente difícil para a vítima. Para contornar a fragilidade do regime subjetivo (culpa), o PL 2.338/2023 propôs um sistema dual: responsabilidade objetiva para sistemas de risco excessivo ou alto, e responsabilidade subjetiva com inversão do ônus da prova para os demais sistemas. Nas relações de consumo, a responsabilidade permanece sujeita às regras do Código de Defesa do Consumidor (CDC), independentemente do grau de risco do sistema de IA. Contudo, a redação do PL, ao isentar o agente que não "tirou proveito" do sistema, levanta preocupações doutrinárias e é recomendado que essa alusão seja alterada para não comprometer a plena reparação do dano.

A regulação brasileira se apoia em marcos existentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados, que atua como um mecanismo de controle fundamental contra vieses discriminatórios. A LGPD assegura o princípio da não discriminação (Art. 6º, IX) e o direito à revisão das decisões automatizadas (Art. 20, § 2º). A nível setorial, o Poder Judiciário já atua por meio da Resolução nº 332/2020 do CNJ, que estabeleceu diretrizes para a ética e a governança, destacando que a supervisão humana é uma "necessidade essencial para o funcionamento seguro da IA". O PL 2.338/2023 consolida essa abordagem ao estabelecer o direito à explicação sobre a decisão, a recomendação ou a previsão feitas pelo sistema, exigindo "informações suficientes, adequadas e inteligíveis" (PL 2.338/2023, Art. 7º).

Como contribuições do estudo, reforça-se a necessidade de que os agentes de IA adotem medidas de *accountability* (prestação de contas), como auditorias regulares e avaliações de impacto, para garantir a conformidade e evitar "padrões sistemáticos de tratamento desigual" que levam à discriminação algorítmica. Dentre as limitações, a regulação precisa de um modelo dinâmico e iterativo, que permita a reclassificação contínua dos sistemas de risco.

Por fim, as recomendações finais prioritárias para a proteção dos direitos fundamentais incluem: (1) a criação do Centro Nacional de Transparência Algorítmica e IA Confiável para desenvolver estudos sobre riscos e transparência; (2) o fortalecimento da supervisão humana efetiva e o direito à revisão das decisões automatizadas; e (3) o fomento à literacia algorítmica crítica na educação, conforme proposto no Plano IA para o Bem de Todos, garantindo assim que a IA seja utilizada de forma ética, segura e compatível com os direitos fundamentais.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. S.; SIMIONI, R. L. Decisão jurídica e inteligência artificial: um retorno ao positivismo. Revista de Direito, Viçosa, MG, v. 12, n. 2, p. 1-20, 24 ago. 2020. DOI: https://doi.org/10.32361/2020120210568.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 1/10/2025.

BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender shades: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. In: CONFERENCE ON FAIRNESS, ACCOUNTABILITY, AND TRANSPARENCY, 2018. Proceedings of Machine Learning Research, v. 81, p. 1–15.

CNJ. Resolução nº 332/2020, de 21 de agosto de 2020. Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2020.GONÇALVES, Rafaela Vilela; ANANIAS BARBARESCO, Rogério. Discriminação em Algoritmos de Inteligência Artificial: Estudo da LGPD como Mecanismo de Controle dos Vieses Discriminatórios. Revista Científica da UNIFENAS, vol. 6, nº. 8, 2024.

GROSSI, Alexandre Viezzer. A aplicação da Inteligência Artificial na Segurança Pública Brasileira: O caso de São Paulo e a análise do PL nº 2338/2023. Revista Jurisdictio, v. 14, n. 4, 2025.

LARANJEIRA, Camila. Racismo algorítmico: o preconceito na programação: sistemas que dependem de algoritmos podem perpetuar ou esconder preconceitos raciais. Colab PUC Minas, 2020. Disponível em: https://blogfca.pucminas.br/colab/racismo-algoritmico-o-preconceito-na-programacao/. Acesso em: 1/10/2025.

MANSO, Adriano Marques; CALIXTO, Marcelo Junqueira. Os regimes de responsabilização civil no novo Marco Legal para Inteligência Artificial (IA): o Projeto de Lei nº 2.338/23. International Journal of Digital Law – IJDL, Belo Horizonte, ano 4, n. 3, p. 111-129, set./dez. 2023.

OLIVEIRA, I. B. A inteligência artificial e o impacto da LGPD. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, 2022.

OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cosmo de. Discriminação algorítmica e a violação dos direitos fundamentais. Migalhas de Peso, 6 jun. 2025.

PAULO, M. A.; JACOBSEN, G. Desafios à Lei Geral de Proteção de Dados na era da inteligência artificial: entre o direito à privacidade e as robocalls. Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência, [Florianópolis], v. 8, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2022.

PINHEIRO, Guilherme Pereira. A regulação pela ética e a proposta de Marco Legal para a Inteligência Artificial no Brasil. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 29, n. 2, p. 124-147, maio/ago. 2024.

SILVA, J. A. Curso de direito constitucional positivo. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

TIRADENTES DE SOUZA, Barbara Lucia; VAZ, Thalles Jarehd. Inteligência Artificial e o Direito: inovações, riscos e desafios para o ordenamento jurídico brasileiro. Anais do Congresso Internacional de Direito, Governo e Tecnologia, v. 2, n. 1, 2025.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

A REPORTAGEM ESPECIAL MULTIMÍDIA NO JORNALISMO ONLINE: TRAJETÓRIA E CARACTERÍSTICAS

Hernán Gutierrez Herrera[50]

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise bibliográfica sobre as reportagens especiais multimídia como gênero jornalístico específico do ambiente digital, investigando sua trajetória evolutiva, características constitutivas e processos produtivos. A pesquisa fundamenta-se em fontes secundárias que articulam teorias de gêneros jornalísticos com estudos sobre jornalismo online. O estudo demonstra que as reportagens especiais multimídia representam a materialização evolutiva da grande reportagem do impresso, apropriando-se das potencialidades tecnológicas da internet para construir narrativas profundas e imersivas. O trabalho evidencia, ainda, que a produção destes especiais demanda processos colaborativos envolvendo jornalistas, programadores, designers e produtores audiovisuais, configurando uma inteligência coletiva essencial à complexidade narrativa do formato. Conclui-se que as reportagens especiais multimídia constituem resposta competente aos desafios da profundidade informacional no jornalismo online, demonstrando que a internet potencializa narrativas jornalísticas densas, contextualizadas e convergentes.
Palavras-chave: Reportagens. Especiais. Jornalismo. Online. Multimidia.

ABSTRACT: This article presents a bibliographic analysis of multimedia special reports as a specific journalistic genre within the digital environment, investigating their evolutionary trajectory, constitutive characteristics, and production processes. The research is based on secondary sources that articulate theories of journalistic genres with studies on online journalism. The study demonstrates that multimedia special reports represent the evolutionary materialization of the print feature story, appropriating the technological potential of the internet to construct deep and immersive narratives. The work also shows that the production of these specials requires collaborative processes involving journalists, programmers, designers, and audiovisual producers, constituting a collective intelligence essential to the narrative complexity of the format. It concludes that multimedia special reports constitute an effective response to the challenges of informational depth in online journalism, demonstrating that the internet enhances dense, contextualized, and convergent journalistic narratives.
Keywords: Reports. Specials. Journalism. Online. Multimedia.

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo contemporâneo testemunha uma transformação profunda em suas práticas produtivas e narrativas, impulsionada pela convergência tecnológica e pelas novas demandas de consumo informacional. Neste cenário de metamorfose comunicacional, as reportagens especiais multimídia emergem como um fenômeno que transcende a mera transposição de conteúdos do meio impresso para o digital, configurando-se como um gênero jornalístico próprio do ambiente web.

Esta revisão de literatura dedica-se à análise das reportagens especiais multimídia no jornalismo online, buscando compreender suas características constitutivas, seus processos evolutivos e suas potencialidades expressivas. O interesse pelo tema justifica-se pela crescente relevância deste formato na produção jornalística digital e pela necessidade de sistematização teórica de um fenômeno ainda em consolidação no campo acadêmico da comunicação.

O surgimento das reportagens especiais multimídia não pode ser dissociado da própria trajetória do jornalismo na internet. Desde a criação do primeiro site jornalístico brasileiro na década de 1990, o Jornal do Brasil, até a sofisticação tecnológica dos especiais contemporâneos produzidos em *HTML5*, observa-se um processo gradual de apropriação das potencialidades do meio digital. Este percurso histórico revela não apenas avanços tecnológicos, mas principalmente a construção de uma linguagem jornalística específica, que dialoga com as características da hipermídia: não linearidade, multimidialidade, hipertextualidade e interatividade.

[50] Mestre em Ciências da Comunicação, especialista em Gestão Pública e em Metodologia de Pesquisa, Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo e Professor de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas – FBN email: hernan.jornalista@gmail.com.

A reportagem especial multimídia representa, assim, a materialização evolutiva da grande reportagem do impresso no ambiente digital. Enquanto no jornalismo tradicional a reportagem já se distinguia da notícia pela profundidade investigativa e pelo aprofundamento contextual dos acontecimentos, na internet este formato incorpora recursos tecnológicos que ampliam exponencialmente suas possibilidades narrativas. A convergência de textos, vídeos, fotografias, áudios, infografias interativas e até elementos de gamificação configura um ecossistema comunicacional complexo, capaz de oferecer à audiência uma experiência imersiva e personalizada de consumo informacional.

Este trabalho articula-se em torno de três eixos investigativos fundamentais. Primeiramente, examina-se a conceituação das reportagens especiais multimídia à luz das teorias de gêneros jornalísticos, posicionando este formato no campo informativo e estabelecendo suas relações com a grande reportagem tradicional. Em seguida, reconstrói-se o percurso histórico que possibilitou a emergência deste gênero na internet, identificando as gerações tecnológicas que marcaram sua evolução. Por fim, analisam-se as características constitutivas das reportagens especiais multimídia contemporâneas, explorando elementos como hipertextualidade, multivocalidade, descentralização e personalização do consumo informacional.

A relevância desta investigação ancora-se na compreensão de que as reportagens especiais multimídia não configuram apenas uma inovação tecnológica, mas representam uma resposta às transformações nos padrões de consumo de informação na sociedade contemporânea. A autonomia crescente dos usuários, que desejam decidir não apenas quais conteúdos consumir mas também em que formatos e sequências acessá-los, encontra neste gênero jornalístico uma expressão privilegiada. A não linearidade narrativa, viabilizada pela arquitetura hipertextual, permite que cada leitor construa seu próprio percurso informativo, transformando a experiência de consumo em um ato de coautoria.

2 REPORTAGENS MULTIMÍDIA NO JORNALISMO ONLINE

As reportagens multimídias online são publicações compostas por diversos formatos de mídias como o vídeo, o áudio, o texto e as imagens. Esta composição parte do conceito de convergência (Jenkins, 2009) em que as velhas e novas mídias se encontram com a finalidade de intercambiar seus papeis e transformarem a maneira em que a comunicação é levada ao público final. Em um cenário em que a comunicação ganha cada vez mais espaços nos ambientes tecnológicos da internet, a implementação destes avanços torna-se oportuna uma vez que potencializa a transmissão das informações. Os resultados desse quadro trazem como fruto o surgimento de reportagens especiais multimídias, envolvidas diretamente com a transmissão de conteúdos cada vez mais contextualizados.

Seguindo este pressuposto, é possível verificar que o novo conteúdo que a tecnologia possibilita transmitir combate frontalmente a superficialidade da informação, uma vez que oferece um conjunto de dados superior ao público final. Para Jenkins (2009) a entrega de um conteúdo completamente novo também altera a forma em que ele deve ser consumido, assim este objeto incorpora novos elementos que incluem os próprios usuários como produtores de conteúdo.

Conforme explicado acima, ao nos referirmos às reportagens multimídia, colocamo-nos diante de um novo modelo de transmissão de informações com amplas possibilidades de combinações de mídias e de ampliação do processo de informação disponibilizada aos usuários. Assim, a melhor maneira de compreender esse processo é considerar que este modelo de reportagem não se trata de apenas da combinação dos formatos de mídias, como também de uma estratégia de combate à superficialidade presente nos veículos de comunicação online.

A melhor maneira de compreender esse procedimento é considerar que este novo gênero do jornalismo online se apropria das vantagens tecnológicas para aliar as potencialidades que outrora somente poderiam ser exploradas pelas mídias tradicionais. Dando conta de que antes desta evolução, somente a TV poderia transmitir em vídeo e que somente o jornal impresso poderia receber as matérias escritas. Para Salaverría (2008), tudo viveu sua transformação com a chegada da multimídia à Web, que se caracteriza por aproveitar as possibilidades audiovisuais da internet, mediante o uso de fotografias, textos, imagens e vídeos.

Conforme mencionado pelo autor, o processo de incorporação de diversos formatos de mídia no jornalismo online obedece a uma clara tendência mundial, em que os consumidores também mudaram a forma de perceber o conteúdo. Em ambos conceitos, tanto Jenkins quanto Salaverría, expõem a necessidade da utilização desta variedade de formatos com a finalidade informativa. E ao defender também esse conceito, afirmam que "a internet, é entendida como um novo ambiente de conjugação midiática, por um único canal oferece a possibilidade de encontro entre o receptor e diversas fases de comunicação" (Dalmonte, 2007, p. 120).

Conforme explicado acima, é profundamente necessário realizarmos estudos neste sentido, na perspectiva de aumentar a compreensão sobre a forma em que devem ser abordados os conteúdos nas reportagens multimídia, a partir de uma visão macro

que permita a compreensão da sua abordagem. Aliado a este desenvolvimento, pode-se, por exemplo, aumentar o detalhamento das informações relevantes para a população, permitindo que tenham mais do que informações factuais, reunindo elementos suficientes para uma leitura crítica da realidade.

> Ainda que haja significativo debate acerca da correta denominação para a prática, o ciberjornalismo - como aqui será chamado - pode ser entendido como uma nova forma de fazer jornalismo, potencializada por uma narrativa multimídia, interativa, hipertextual e customizada (Hoewell; Gruszynski & Bandeira, 2015, p. 22).

Os autores deixam claro que esta nova modalidade de comunicar surge como um novo paradigma, no momento em que estabelece uma nova linguagem de comunicação. Além do mais, menciona a necessária intencionalidade que deve existir no jornalismo online no ensejo de se apropriar deste avanço tecnológico e providenciar a produção de conteúdo voltado para esta nova característica.

Fica evidente, diante desse quadro que as reportagens multimídia no jornalismo online são cada vez mais importantes. Vê-se, pois, que a sua utilização oferece aos internautas a possibilidade de encontrar conteúdos mais significativos, encontrando uma alternativa para se aprofundar mais dos fatos abordados. Logo, é indiscutível o fato de que com este mecanismo é possível reduzir a superficialidade no repasse das informações destes veículos de comunicação online.

3 OS ESPECIAIS MULTIMÍDIA NO JORNALISMO ONLINE

Segundo Longhi (2014, p. 899), a produção de conteúdo jornalístico multimídia tem sido incrementada na internet, muito deste avanço ligado ao crescimento da hipermídia, agrupando um grande número de formatos de mídia em torno a uma única reportagem. Nessa perspectiva, entende-se esta modalidade de reportagens seria um "gênero específico do webjornalismo, herdeiro da grande reportagem do impresso, que definimos como grande reportagem multimídia". Com a capacidade agregadora do multimídia, é possível oferecer um conteúdo mais denso e profundo, permitindo à audiência um maior aprofundamento sobre os fatos noticiados, mas com a vantagem da multiplicidade de formatos midiáticos envolvidos.

A reportagem como um gênero do jornalismo, é classificada como de característica informativa, mas encontra-se um passo à frente da notícia, que apenas apresenta os fatos conforme foram percebidos de maneia imediata. Para Marques de Melo & Assis (2016), esta divisão em gêneros na comunicação seria plausível na perspectiva de agrupar conteúdos semelhantes, a fim de facilitar o conjunto de recursos e linguagens das quais o comunicador irá dispor e preestabelecer, com o receptor, o tipo de conteúdo com o qual se deparará nessa categoria.

Sendo assim, os teóricos (2016) dividem os gêneros jornalísticos em cinco grandes categorias: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário:

Gênero informativo: essência da transmissão das informações noticiosas, por meio de formatos como a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista.

Gênero opinativo: possui o um viés mais analítico, comunicando com os formatos de editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica.

Gênero interpretativo: este gênero opta por formatos como a análise, o perfil, a enquete, a cronologia e o dossiê.

Gênero diversional: aqui os autores agruparam questões com apelo mais leves como as histórias de interesse humano e as histórias coloridas.

Gênero utilitário: finalmente, neste gênero foi determinado o conjunto de informações que representam utilidade, porém que nem sempre se constituem como notícia. Encaixam-se aqui os indicadores, as cotações, os roteiros e os serviços.

> Cada um desses itens possui características próprias, que o tornam único, ainda que equiparado a outro formato do mesmo gênero. Essas lógicas, estabelecidas historicamente, conforme o avanço da profissão, é que definem os formatos e os distinguem uns dos outros. Por conta disso, alertamos para o fato de serem insatisfatórias apenas as análises textuais para a compreensão do objeto. É necessário ir ao cerne da questão, ou seja, à prática. A leitura correta e coerente das formas de expressão jornalística – independentemente da finalidade – só se torna possível com a apreensão do processo, dos bastidores, dos antecedentes. Se não, corre-se o perigo de se deixar levar apenas pela entonação ou pela aparente intenção de um texto (Marques De Melo & Assis, 2016, p. 51).

Nesse contexto, conforme citado acima, a reportagem faz parte integral do gênero informativo, mas está um passo à frente da notícia, possibilitando que os fatos sejam devidamente aprofundados e vistos de uma maneira mais ecossistêmica, envolvendo não apenas o fato em si, como também as variáveis que levaram o fato a acontecer como ambientes, históricos, personagens, dentre outras coisas.

Dessa maneira a reportagem, conforme Marques de Melo (1994), teria como origem a notícia, mas é um relato ampliado de um acontecimento que repercutiu significativamente na sociedade e que foi destacado pelo veículo de comunicação, com a finalidade de oferecer informações ainda mais completas para a sociedade.

> Observa-se, ao pensar a conceituação da reportagem que, embora ela se origine de uma notícia, ambas não podem ser consideradas como sinônimos. Isso porque quando uma determinada notícia possui complexidade e variedade de informações contextuais necessárias para demandar uma reportagem, assume outro caráter, específico e não necessariamente vinculado à factualidade, que lhe atribui outro papel como informação (Freire & Silva, 2010, P. 321).

Logo, a reportagem especial já seria um incremento à reportagem. Neste tipo de reportagem especial o jornalista faz uma investigação descritiva para ir fundo e encontrar diversas informações e diversos entrevistados que lhe permitam ter uma interpretação global do fato. Segundo Sequeira (2005, p. 63), na reportagem especial "'o texto, que fica no limiar entre o jornalismo e a literatura, é o ponto forte do trabalho jornalístico". Sob essa ótica, ganha particular relevância o fato de a internet possibilitar um conjunto de recursos tecnológicos que permitem com que esse aprofundamento seja cada vez mais coeso.

Pode-se dizer que Marques de Melo & Assis (2016), ao considerarem a reportagem como parte do gênero informativo, abrem passo a um processo evolutivo da informação. Neste contexto, fica claro que a reportagem se origina na notícia e se expande, fazendo uma investigação descritiva para encontrar um maior número de informações. Já para Longhi (2014), a reportagem especial multimídia viria a ser a materialização evolutiva da grande reportagem do impresso, que ao ter chegado à internet, possui um grande potencial tecnológico e permite à audiência maior aprofundamento sobre os fatos noticiados.

Nesta perspectiva, segundo Freire & Silva (2010, p. 324), "o hipertexto, a interatividade e a multimidialidade são os principais elementos desta adequação ao novo meio, que permite a incorporação de diferentes estilos redacionais e formatos".

Dessa forma, com fundamento em Longhi (2014), este novo formato teria ganhado forma em meados dos anos 2000, quando este tipo de reportagens especiais multimídia começou a chamar a atenção.

> com a evolução de novas ferramentas de produção e hardware foi possível um avanço na capacidade expressiva desse tipo de formato noticioso. A partir do final da década de 2000, com as possibilidades abertas pelo surgimento do HTML5, os produtos multimidiáticos jornalísticos se renovam, e anunciam o que pode ser uma consolidação desse tipo de formato expressivo enquanto gênero específico do webjornalismo (Longhi, 2014, p. 899).

Dessa maneira chegamos a um ponto no qual estes recursos tecnológicos permitiram a incorporação de cada vez mais formatos de mídia às reportagens. Sob este ponto de vista, resulta válido investigar de que maneira o formato jornalístico de reportagem especial migrou para a internet. Afinal, trata-se de entender em essência o funcionamento deste formato, que se sobrepõe à superficialidade da informação transmitida na internet e que constitui o objeto de estudo desta análise.

4 O GÊNERO DE REPORTAGENS ESPECIAIS NA INTERNET

Para entendermos o papel das reportagens especiais na internet, precisamos também observar os elementos históricos que guiaram o jornalismo à internet. Para muitos autores, este processo originou-se ainda na década de 1990, quando o primeiro site jornalístico brasileiro foi criado: o Jornal do Brasil. (Ferrari, 2003). A partir disso, iniciou-se um processo migratório da informação para internet.

De acordo com Andrade (2007), os estágios da implementação ou gerações do jornalismo online são fundamentais para entender o alcance dessa evolução que trouxe as reportagens especiais para internet. O que em um princípio foi uma simples transposição do material que era produzido nas redações do impresso, passou a ter características próprias e conteúdos exclusivos produzidos com a linguagem própria e lançando mão das possibilidades tecnológicas que possuíam.

Dessa maneira, acontece nos inícios dos anos 2000, um movimento que leva os já consolidados veículos de internet para uma linguagem de portal. Este movimento seguia o que era trabalhado em grandes portais do exterior como o *The New York Times.* Com esta nova versão da informação online, passou-se a trabalhar profundamente em conteúdos não lineares, que permitissem ao leitor a possibilidade de administrar o conteúdo e a forma em que consumiria a informação.

Esta não linearidade do conteúdo é justamente a que permite a incorporação de conteúdos mais extensos na internet, como o das reportagens especiais. Ao possuir layouts mais dinâmicos e ao utilizar a tecnologia de hiperlinks para autonomizar a navegação do usuário, a inserção destes conteúdos se deu de maneira fracionada, com subdivisões textuais e midiáticas.

Conforme verificado por Diaz Noci (2001), a reportagem especial é um gênero apto para web, toda vez que que mediante o uso de hiperlinks consegue agrupar sequencias informativas mais complexas. Trata-se, ao mesmo tempo, de um formato que permite a inserção de riquezas multimidiáticas, combinando texto, vídeos, fotografias, sons e ilustrações.

Conforme mencionado pelo autor, o desenvolvimento deste gênero na internet ganha forma devido às próprias características da internet. Para Andrade (2007, p. 27), "a evolução das interfaces do jornalismo on-line mostra um progresso na forma como as informações são apresentadas para o leitor". Em concordância com este pensamento, Ferreira (2003) também aponta esta característica, fazendo uma especial chamada de atenção para as características dos profissionais encarregados por produzir este

tipo de conteúdo.

> os jornalistas on-line precisam sempre pensar em elementos diferentes e em como eles podem ser complementados. Isto é, procurar palavras para certas imagens, recursos de áudio e vídeo para frases, dados que poderão virar recursos e assim por diante (Ferrari, 2003, p. 52).

Discutir as características essências das reportagens na internet e as necessidades do processo da sua construção é importante devido a que nos permite entender o cenário em que estão imersas as práticas que dão forma a estes conteúdos. Conforme citado acima, cada formato de mídia implementado nas reportagens funciona como elemento independente, embora pertencente a um conjunto de informações muito maior.

> Um estudo do instituto norte-americano Poynter mostrou que 75% dos artigos on-line são lidos na íntegra, percentual muito superior aos dos veículos impressos, em que não mais de 25% dos textos são lidos inteiros. Isso ocorre porque o leitor impresso não realiza nenhuma tarefa para chegar até o final da reportagem, enquanto o leitor on-line precisa clicar e escolher o que quer ler. (Ferrari, 2003, p. 55).

Sobre todas as vantagens do gênero informativo da reportagem, a autora deixa claro que o seu potencial de crescimento diante da audiência também é possível devido à liberdade que o usuário tem para navega sobre os conteúdos. Ora optando por uma sequência linear de texto, ora por um conteúdo multimídia e assim por diante.

Vê-se, pois, que a reportagem especial multimídia tem uma abertura de consolidação consistente, devido às potencialidades tecnológicas da internet, bem como à multimidialidade, que combina textos com recursos audiovisuais das mais diversas naturezas. Assim, encontra-se em um terreno fértil que aumenta as possibilidades de comunicação e complementação de informações, permitindo ao usuário tomar posse de um maior número de dados relacionados aos assuntos do seu interesse.

5 REPORTAGENS ESPECIAIS MULTIMÍDIA E SUAS CARACTERÍSTICAS

Considerar as reportagens especiais multimídia como parte essencial da produção no jornalismo online é, sem dúvidas, uma visão realista com relação ao cenário atual da produção de conteúdo na internet. Partindo de uma simples transposição de conteúdo impresso na década de 1990 à criação de redações cem por cento online, ainda nos primeiros anos da década de 2000, percebemos que o avanço tecnológico tornou possível a existência de um novo padrão de comunicação.

Na internet, este novo método de comunicação trouxe a possibilidade de explorar conteúdos mais profundos, denominados de ”especiais”, combinando sua forma de entrega com diversos recursos de mídia, complementando as possibilidades de entrega. Segundo Longhi (2010, p. 150), a “nomenclatura ’especial multimídia’ tem sido usada para definir a web-reportagem que se utiliza de elementos multimidiáticos integrados (imagens, sons e texto verbal), sendo também chamada de reportagem multimídia”.

Estes especiais, presentes no jornalismo online, com a integração de diversos formatos de mídia, passou a ser uma categoria especializada na redação onlline, que parece ter se consolidado cada vez mais ao longo do tempo. Longhi (2010), afirma inclusive que estamos diante de um novo formato que não pode ser compreendido em sua totalidade sem pensarmos na diversidade de formatos, formas de linguagem e de gênero que tem a capacidade de integrar. Seria, por conseguinte, o especial multimídia ou a reportagem multimídia, um gênero jornalístico próprio dos meios digitais.

Mas chegar até aqui não foi por acaso. Houve um processo evolutivo marcado, principalmente, pela necessidade, mais do que nunca, de novos profissionais que pudessem dar sentido à informação na plataforma web. Rompera-se então a hegemonia do profissional jornalista como detentor do processo de comunicação. Se já era vista como fundamental a integração de saberes para a produção coletiva da comunicação, neste novo gênero de comunicação tornou-se primordial. Com esta nova perspectiva, a criação do conteúdo depende cada vez mais do trabalho participativo das equipes de programadores, designers, produtores de conteúdo audiovisual, de jornalistas e de outros profissionais das áreas tecnológicas.

Neste novo contexto, ganha força a teoria da inteligência coletiva do Pierre Levy, retratado na obra Cibercultura (1999, p. 136). Para o autor este conceito representa um modo de interação diferenciado, no qual “a organização de processos de criação coletiva” deve ser integrado por um número significativo de pessoas com habilidades diferentes que “terminam constituindo a obra”.

Com necessária integração de tantos saberes coletivos, as reportagens especiais multimídia evoluíram, em grande medida, sob a responsabilidade dos talentos embarcados no processo de criação desta nova forma de comunicação. Programadores e designers jogaram um papel fundamental, articulando estratégias que equilibrassem o visual atrativo, a leveza própria da internet e o conjunto de informações a ser disponibilizado.

Longhi (2014, p. 901), fez uma análise para explicar esse crescimento na multiplicidade de recursos que hoje são implementados na realização dos especiais multimídia. A autora afirma que a evolução do formato pode ser classificada em três

grandes momentos. O primeiro nos anos 2000, quando se iniciou a publicação de produtos noticiosos multimídia; o segundo durante a criação do que hoje conhecemos como especiais multimídia, realizados a partir de 2002 com ferramentas como *Flahs* e o terceiro foi a grande reportagem multimídia, que de 2012 em diante implementou ferramentas como o *HTML5*, que melhoraram o processo de designer e disponibilização das informações.

Nos dois primeiros grandes momentos, destaca-se a utilização do software *Flahs*, como um dos grandes responsáveis por esse avanço. Esta fase é denominada como *Flashjournalism* (McAdams, 2005) e deixou como resultado um conjunto de produções de grande porte, dentre as quais podemos destacar uma das primeiras com essas características: o especial El Mundo – "25 Años sin Franco (2000)"[51].

Figura 1 – Especial multimídia "20 años sin Franco".

Fonte: El Mundo, 2000.

Pode-se destacar aqui a realização de um ambiente que interage com o usuário, praticando a não linearidade e dando ao usuário a possibilidade de consumir diversas informações em diversos formatos de mídia e de uma maneira simplificada.

Ora, em tese, a utilização desta nova forma de comunicar abriu as portas para uma nova forma de fazer jornalismo na internet, com uma característica própria. Começou a delinear um formato próprio que não dependeria mais das características do jornalismo impresso, mas que cobraria espaço especial para se, tendo em vista que se adaptava às possibilidades técnicas da internet e aos anseios dos internautas. Dessa forma, os conteúdos com *slideshows*, formatos multimídia e infográficos se abriam passo para consolidar o que conhecemos como reportagens especiais multimídia.

Já no terceiro momento desta evolução (Longhi, 2014) surgiram ferramentas que possibilitavam uma imersão mais completa dos usuários com o conteúdo. Nasce o *HTML5* que se estabelece com uma forma mais inovadora no design e aposta em textos mais longos.

> Do ponto de vista do desenho de interface e de navegação, talvez a maior contribuição do *HMTL5* seja a possibilidade de padronização. A linguagem de código aberto, promovida pelo consórcio mundial *W3C*, que desenvolve colaborativamente estandartizações de recursos para a *World Wide Web,* permite que seja possível a navegação por conteúdos em diferentes suportes e tecnologias (Longhi, 2014, p. 911).

Nessa colocação, a autora deixa claro que esta nova contribuição tecnológica possibilita uma navegação mais imersiva e a capacidade de integrar mais formatos de mídias no seu processo de produção. Tudo isso acontece ao mesmo tempo em que se cria

[51] Um dos primeiros especiais multimídia, criado pelo El Mundo (2000). Disponível em: https://www.elmundo.es/nacional/XXV_aniversario/index.html. Acesso em 28.10.2025

uma padronização, que viria possibilitar a reprodução do processo produtivo de maneira mais eficiente, tornando possível um aumento na quantidade e na qualidade dos especiais produzidos.

> No Brasil, o jornal Folha de S. Paulo, do Grupo Folha, criou a seção Tudo Sobre para a publicação de grandes reportagens multimídia. A primeira edição foi publicada em dezembro de 2013, abordando a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte no Pará. Entre os atrativos: textos longos, fotos abertas, áudios, infográficos animados e até um aplicativo que possibilita ao internauta 'pilotar' um helicóptero sobre a área de construção da obra (Lenzi, 2017, p. 76).

Pode-se dizer que o processo de convergência de mídias nesta implementação tecnológica da Folha de São Paulo trabalhou com linguagens que foram para além dos formatos de mídia que já eram praticados. Neste contexto, fica claro que com as plataformas em *HTML5* as possibilidades de criação ganharam conotações talvez inimagináveis no início da era das reportagens especiais. A inclusão, não só, de conteúdos multimídia, mas de "*gamificacão*"[52], abriram um novo parêntesis neste processo evolutivo das reportagens especiais multimídia.

Nesse cenário de maior autonomia ao usuário, é importante verificarmos o conceito de polifonia do Bakhtin (1981), que sinaliza a existência de diversas vozes narrativas e independentes entre as diversas estruturas de uma obra. Característica que para Landow (1992, p. 23, tradução nossa), favorecia a multivocalidade como elemento fundamental do hipertexto pois "a voz é sempre aquela destilada pela experiência combinada do foco momentâneo, a lexia que se está lendo, e da narrativa em contínua momentânea formação a partir da linha de leitura que o leitor segue"[53].

Dessa maneira, para Landow (1995), o hipertexto era composto por cinco características: a intertextualidade, que seria a interligação de conteúdos utilizando os *hiperlinks*; a multivocalidade, tratando das diversidades comunicativas e interpretativas dos conteúdos publicados na internet, como consequência da maior interação; a descentralização, que evoca os ecossistema comunicacionais ao permitir ao usuário ser o responsável por sua navegação e consumo de conteúdo; o rizoma, que se opõe à ideia de hierarquia, sendo o próprio usuário a decidir de que maneira consumir o conteúdo e a intertextualidade, que seriam as ligações internas de um site, sempre trazendo conteúdos relacionados que se encontram na mesma plataforma.

> A ideia inicial acerca do hipertexto confere ao texto na Web uma característica de texto em constante construção, tendo um início, porém, o percurso e a conclusão estariam a critério do internauta [. . .] o que caracteriza uma nova textualidade para a narrativa do fato jornalístico. (Dalmonte, 2007, p. 172).

Nesse sentido, as múltiplas vozes resultantes do processo de multivocalidade estariam representadas na internet pelo hiperlink. Dalmonte (2007, p. 175), ainda afirma que "o link funciona no hipertexto como a possibilidade de passagem a um outro nível no campo da informação apresentada". Por meio de sua utilização é possível navegar sem hierarquias no ambiente em que a reportagem foi publicada. Uma boa analogia para descrever esse funcionamento seriam os próprios ecossistemas comunicacionais, em que a própria conformação prevê não apenas o produtor do conteúdo, mas se expande de maneira participativa e sem hierarquias seguindo o ambiente, as condições de recepção da mensagem e o próprio perfil do usuário, que seria autônomo sobre o tipo de conteúdo que deseja consumir e sobre a forma em que planeja fazê-lo.

Pode se dizer que pela própria característica da internet, temos hoje um número maior de usuários interativos e autônomos. Esta própria característica da web faz com que cada vez mais seja o internauta o dono do seu destino e decida quais conteúdos deseja consumir. As reportagens especiais multimídia tratam disso profundamente, ao oferecer uma gama muito grande de recursos de interação, possibilitando uma descentralização própria dos novos hábitos de consumo da informação. Como bem nos assegura Winques (2016, p. 54), "o consumidor tem interesses, gostos, tempos e atenções diferentes", por este motivo a "personalização é entender para quem se produz e qual a melhor forma de fazer esse conteúdo chegar até determinado nicho".

> A interatividade seletiva é fortemente presente, com opções de seleção e personalização de conteúdo, para citar apenas um exemplo, e a interatividade comunicativa se faz presente por meio de publicações de comentários e compartilhamento em redes sociais, ambos em tempo real (Lenzi, 2017, p. 41)

Conforme verificado, as reportagens especiais multimídia percorreram um longo caminho para se transformarem nesses grandes especiais que observamos hoje em alguns dos mais renomados veículos de comunicação. Este novo gênero do jornalismo online conseguiu agrupar de maneira convergente as possibilidades midiáticas da internet, bem como os anseios de uma audiência mais autônoma no consumo de seus conteúdos, oferecendo a eles a possibilidade de escolher os tipos de conteúdo e os formatos em que deseja consumir essa informação. Esta identificação com o usuário talvez tenha sido a chave para o sucesso dos especiais, pois de uma forma competente apresenta para os usuários os fatos de maneira profunda e interativa.

---

[52] Este conceito, advindo do termo *game* (jogo), é também uma forte tendência no que diz respeito ao comportamento humano na internet: o uso da mecânica de *games* para aplicações que não são *games* (Coelho, 2013, p. 15).

[53] la voz siempre es la que emana de la experiencia combinada del enfoque del momento, de la lexia que uno está leyendo y de la narrativa en perpetua formación según el propio trayecto de lectura (Landow, 1992, p. 23).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das reportagens especiais multimídia no jornalismo online revela um fenômeno comunicacional de notável complexidade, que transcende as fronteiras tradicionais entre texto, imagem e som para constituir uma linguagem jornalística genuinamente digital. Ao longo desta análise bibliográfica, evidenciou-se que este formato não representa meramente uma adaptação tecnológica da grande reportagem impressa, mas configura-se como um gênero autônomo, dotado de características próprias e profundamente articulado com as potencialidades expressivas da internet.

A trajetória evolutiva das reportagens especiais multimídia, desde os primeiros experimentos nos anos 2000 até as sofisticadas produções em *HTML5* da década de 2010, demonstra um processo contínuo de apropriação criativa das tecnologias digitais pelo jornalismo. Esta evolução não foi apenas tecnológica, mas fundamentalmente narrativa e epistemológica. A incorporação progressiva de recursos como *slideshows*, infografias interativas, vídeos integrados e elementos de gamificação transformou radicalmente as possibilidades de narração jornalística, permitindo abordagens multissensoriais e imersivas dos acontecimentos noticiosos.

A consolidação deste gênero jornalístico evidencia transformações profundas nos processos produtivos das redações digitais. A hegemonia do jornalista como único protagonista da criação noticiosa cede espaço a processos colaborativos que envolvem programadores, designers, produtores audiovisuais e especialistas em visualização de dados. Esta configuração produtiva, fundamentada na inteligência coletiva, reflete não apenas demandas técnicas mas principalmente uma compreensão renovada da complexidade narrativa exigida pelas reportagens especiais multimídia. A interdisciplinaridade torna-se, assim, não uma opção, mas uma necessidade estrutural deste fazer jornalístico.

Observa-se que as reportagens especiais multimídia respondem eficazmente ao desafio da profundidade informacional no ambiente digital. Contrapondo-se à superficialidade frequentemente associada ao jornalismo online, este gênero demonstra que a internet não apenas comporta mas potencializa narrativas jornalísticas densas e contextualizadas. A integração convergente de múltiplos formatos midiáticos permite abordagens ecossistêmicas dos acontecimentos, contemplando não apenas os fatos em si mas suas variáveis contextuais, históricos, personagens e desdobramentos. Esta capacidade de oferecer informações complementares em diferentes suportes atende a diferentes perfis de usuários e estilos cognitivos, democratizando o acesso a conteúdos aprofundados.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Antônio Luis Lordelo. **Usabilidade de interfaces web** - Avaliação heurística do Jornalismo Online. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.DALMONTE, Edson Fernando. **O hipertexto enquanto modalidade discursiva do webjornalismo**: entre promessas e limitações. In: FERRREIRA, G. M. e

MARTINO, L. C. Teorias da Comunicação. Salvador, Edufba, 2007.

DIAZ NOCI, Javier. **La escritura ciberperiodistica**. Hipertexto y construcción del discurso en el periodismo electrónico. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2001.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital.** 3a .ed., São Paulo: Contexto, 2003.

FREIRE, Marcelo; SILVA, Rodrigo Carreiro. **Áudio *slideshow* como formato para reportagens multimídia baseada em som.** In: FERRARETO, Luiz Artur; KLOCKNER, Luciano. (Orgs.). E o rádio? Novos horizontes midiáticos. Porto Alegre:Edipucrs, 2010.

HOEWELL, Gabriel Rizzo; GRUSZYNSKI, Ana Claudia & BANDEIRA, Ana. A **Narrativa multimídia no ciberjornalismo:** uma análise de “Rota 66, A Confissão”. 2015. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Curso de Comunicação Social, habilitação em jornalismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LANDOW, George P. **Hipertexto** - la convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología. Barcelona: Paidós, 1995.

LANDOW, George P. **Teoría del Hipertexto**. Barcelona: Paidós, 1992.

LENZI, Alexandre. **Inversão de papel**: prioridade ao digital como um novo ciclo de inovação para jornais de origem impressa. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LONGHI, Raquel Ritter. **Os nomes das coisas:** em busca do especial multimídia. Florianópolis: Estudos em comunicação, 2010.

LONGHI, Raquel Ritter. **O turning point da grande reportagem multimídia.** Porto Alegre: Revista Famecos, 2014.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco. **Gêneros e formatos jornalísticos**: um modelo classificatório. São Paulo: Intercom - RBCC, 2016.

McADAMS, Mindy. **Flashjournalism**. How to create multimedia news packages. Burlington, MA, USA: Focal Press/Elsevier, 2005.

SALAVERRIA, Ramon. **De la pirámide invertida al hipertexto**: hacia nuevos estándares de redacción para los periódicos digitales. Novática (Revista de la Asociación de Técnicos de Informática), 1999.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo**: o fato por trás da notícia. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

WINQUES, Kérley. "**Tem que ler até o fim?"** O consumo da grande reportagem multimídia pelas gerações x, y e z nas multitelas. Florianópolis: Universidade Federal se Santa Catarina, 2016.

ANÁLISE DA QUALIDADE DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE CIÊNCIA NO INTERIOR DO AMAZONAS: HUMAITÁ E BENJAMIN CONSTANT

Ester da Silva Conceição[54]
Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues[55]

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com foco na análise da qualidade da cobertura jornalística sobre ciência nos municípios de Humaitá e Benjamin Constant. A investigação partiu da constatação de que a ciência produzida em regiões periféricas é frequentemente invisibilizada pela mídia local, refletindo desigualdades no acesso à informação. A metodologia adotada incluiu análise qualitativa e quantitativa de conteúdo jornalístico, categorizada em cinco dimensões: Precisão, Independência, Pluralidade, Contextualização e Sensibilização. Os resultados evidenciam limitações relevantes na cobertura científica dos portais analisados, especialmente no que diz respeito à ausência de contextualização, falta de pluralidade de fontes e inexistência de esforço de sensibilização social. Como contribuição prática, foram desenvolvidos conteúdos jornalísticos e oficinas de capacitação com pesquisadores, visando fortalecer a comunicação pública da ciência no interior do Amazonas.
Palavras-chave: Divulgação científica; Jornalismo; Interior do Amazonas; Comunicação pública da ciência.

ABSTRACT: This article presents the results of research developed under the Scientific Initiation Scholarship Program of the Federal University of Amazonas (UFAM), focusing on the analysis of the quality of science news coverage in the municipalities of Humaitá and Benjamin Constant. The investigation started from the observation that science produced in peripheral regions is often invisible in the local media, reflecting inequalities in access to information. The adopted methodology included qualitative and quantitative content analysis, categorized into five dimensions: Accuracy, Independence, Plurality, Contextualization and Awareness. The results show relevant limitations in the scientific coverage of the analyzed portals, especially with regard to the absence of contextualization, lack of plurality of sources and lack of effort in social awareness. As a practical contribution, journalistic content and training workshops with researchers were developed to strengthen the public communication of science in the interior of Amazonas.
Keywords: Science communication; Journalism; Amazonas countryside; Public communication of science.

1 INTRODUÇÃO

A cobertura jornalística da ciência representa um campo de investigação relevante na área da Comunicação, especialmente no contexto brasileiro, marcado por desigualdades regionais tanto na produção quanto na circulação de informações. A literatura tem enfatizado, nas últimas décadas, o papel estratégico do jornalismo científico como mediador entre o conhecimento produzido nas universidades e centros de pesquisa e a sociedade em geral. Essa prática contribui para a formação de uma cultura científica e para o fortalecimento da cidadania (BUENO, 1984; OLIVEIRA, 2002; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). No entanto, em regiões periféricas, como o interior do Amazonas, observam-se obstáculos estruturais e editoriais que dificultam a visibilidade da produção acadêmica.

Nos municípios de Humaitá e Benjamin Constant, onde se localizam campi da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), são realizadas pesquisas em áreas de grande relevância social, cultural e ambiental, como biodiversidade, saúde, educação,

[54] Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
[55] Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM), professor do Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

agricultura e sustentabilidade. Tais investigações possuem potencial de impacto direto sobre as comunidades, seja pela formulação de políticas públicas, seja pela melhoria das condições de vida. Contudo, esses resultados permanecem, em grande parte, restritos ao ambiente acadêmico, sem alcançar o público por meio da imprensa local. Melo (2009) ressalta que a ciência produzida fora dos grandes centros tende a ser negligenciada pelos veículos de comunicação, o que aprofunda desigualdades no acesso à informação e invisibiliza pesquisadores regionais.

Para Loose (2013), a divulgação científica deve ir além da simples transmissão de dados, exigindo tradução didática e contextualização que permitam ao público compreender a relevância social das descobertas. Entretanto, esse processo enfrenta resistências: de um lado, cientistas temem distorções ou perda de sigilo; de outro, jornalistas carecem de formação ou incentivo editorial para priorizar pautas científicas. Bueno (2010) argumenta que a alfabetização científica deve estar inserida em um processo comunicacional amplo, que situe dados e resultados em contextos sociais, políticos e econômicos.

A ausência de uma cultura consolidada de comunicação pública da ciência no interior da Amazônia intensifica esse problema. Serpa e Colferai (2015) destacam que barreiras culturais, educacionais, geográficas e logísticas restringem a circulação de informações, enquanto a predominância de pautas políticas e policiais nos portais locais limita ainda mais o espaço para ciência.

Diante desse cenário, a presente pesquisa propõe analisar a qualidade da cobertura jornalística sobre ciência em Humaitá e Benjamin Constant, a partir de categorias de análise inspiradas em Bardin (2010) e nos princípios do jornalismo científico (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003; BUENO, 1984). As dimensões investigadas — precisão, independência, pluralidade, contextualização e sensibilização — permitem avaliar se as matérias cumprem a função de informar, educar e aproximar a ciência do público. O estudo se justifica pela necessidade social e acadêmica de compreender como a ciência é comunicada em regiões periféricas e de identificar lacunas que orientem estratégias de fortalecimento da comunicação pública da ciência no Amazonas.

A pesquisa, realizada no âmbito do Grupos de Pesquisa em Comunciação, Cultura e Amazônia (Trokano), integra o Projeto "Ciência na Prática", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) no por meio do Programa de Apoio a Projetos de Pesquisa e Extensão em Áreas Estratégicas para o Estado do Amazonas – PEX-CT&I/FAPEAM, conforme Edital n.º 004/2024.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A cobertura jornalística sobre ciência exerce papel essencial na mediação entre a comunidade científica e a sociedade, ao possibilitar que descobertas e avanços tecnológicos sejam transformados em narrativas acessíveis e socialmente relevantes. Por meio dessa prática, a ciência deixa de estar restrita ao meio acadêmico e passa a integrar o cotidiano das pessoas, contribuindo para a formação de uma cultura científica e para o exercício da cidadania. Entretanto, a divulgação científica enfrenta obstáculos persistentes, que vão desde o uso de uma linguagem excessivamente técnica por parte dos pesquisadores até a falta de preparo, de interesse ou mesmo de recursos das redações jornalísticas para tratar o tema com clareza, precisão e contextualização. Esse cenário exige não apenas uma reflexão crítica, mas também a adoção de princípios sólidos que orientem a prática do jornalismo científico, especialmente em contextos periféricos, como o interior da Amazônia.

Kovach e Rosenstiel (2003), a partir de ampla pesquisa com profissionais da área, sistematizaram oito princípios fundamentais que devem nortear a prática jornalística e que se aplicam diretamente à cobertura da ciência. Entre eles, destacam-se o compromisso com a verdade, construído progressivamente a cada publicação (LEÃO, 2017), e a lealdade ao interesse público, que obriga o jornalista a ultrapassar os limites dos interesses corporativos ou privados. A disciplina da verificação, entendida como pilar da credibilidade, garante que as informações sejam checadas e confirmadas antes de serem divulgadas (SANTANA, 2015). A independência das fontes, por sua vez, é requisito indispensável para preservar a imparcialidade e a legitimidade do processo jornalístico (CHAPARRO, 2001).

Outros princípios igualmente relevantes incluem o papel do jornalismo como monitor independente do poder, a promoção de um espaço de crítica e comentário público (SANTANA, 2015), a apresentação do significativo de forma interessante e atrativa (LEÃO, 2017) e a responsabilidade ética do jornalista diante de sua consciência, reconhecendo o impacto social da informação que produz (SANTANA, 2015).

No âmbito específico da ciência, esses princípios adquirem ainda maior relevância, pois a cobertura jornalística deve ir além da mera divulgação de resultados acadêmicos, inserindo-os em debates públicos e estimulando reflexões críticas. Bueno (1984) ressalta que o jornalismo científico cumpre múltiplas funções: a informativa, ao tornar visíveis descobertas e inovações; a educativa, ao traduzir conteúdos complexos em linguagem acessível; a social, ao situar a ciência em contextos mais amplos; a cultural, ao proteger valores nacionais; a econômica, ao aproximar ciência e setor produtivo; e a político-ideológica, ao manter

uma postura crítica diante das transformações tecnológicas.

Dessa forma, o referencial teórico demonstra que a cobertura jornalística da ciência, quando orientada por princípios éticos e funções sociais claras, constitui um instrumento fundamental para democratizar o conhecimento, fortalecer a cidadania e valorizar a produção científica, sobretudo em regiões periféricas, onde o acesso à informação ainda é desigual.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa foi concebida para alcançar os objetivos propostos, combinando abordagens qualitativa e quantitativa, de modo a assegurar uma análise ampla e rigorosa da cobertura jornalística sobre ciência nos municípios de Humaitá e Benjamin Constant. Para tanto, optou-se pela análise de conteúdo, reconhecida por sua capacidade de sistematizar informações e realizar inferências consistentes sobre mensagens impressas ou gravadas (SANTOS, 1999). Essa técnica permite não apenas identificar a frequência de ocorrências, mas também compreender significados latentes, tendências editoriais e padrões de construção discursiva.

A escolha desse método se justifica por sua pertinência em estudos de comunicação e jornalismo, uma vez que possibilita detectar critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos, além de classificar gêneros e formatos jornalísticos. Conforme destaca Melo (2009), a análise não deve se restringir à coleta de dados, mas também ao esforço de explicá-los de forma compreensível, possibilitando que profissionais e sociedade possam utilizar os resultados de maneira prática. Nesse sentido, a metodologia aqui empregada visa não apenas avaliar a qualidade da cobertura, mas também oferecer subsídios para fortalecer a comunicação pública da ciência.

Inspirada nos pressupostos de Bardin (2010), a análise de conteúdo é compreendida como um método eficiente e replicável, adequado à avaliação de grandes volumes de informação manifesta em textos, imagens e sons. Assim, a pesquisa concentrou-se na coleta de materiais publicados em portais de notícia locais no período de julho a dezembro de 2024. Foram selecionados os periódicos com maior alcance nos municípios, considerando a presença de campi da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O corpus foi delimitado a matérias relacionadas a pesquisa, ciência e inovação, publicadas nos formatos noticiosos clássicos — notícia e reportagem — conforme tipologia de Melo (2010).

A categorização do material obedeceu aos princípios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade, indicados por Bardin (2010). Esses requisitos asseguram que cada unidade de análise seja classificada em apenas uma categoria, mantendo coerência e rigor metodológico. Além disso, as categorias foram fundamentadas nos princípios gerais do jornalismo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003) e nas funções do jornalismo científico (BUENO, 1984), de modo a alinhar a investigação às bases teóricas do campo.

Cinco categorias centrais orientaram a análise: Precisão, voltada à verificação da fidelidade das informações e da ausência de sensacionalismo; Independência, destinada a examinar se houve questionamento do papel do poder público em relação às políticas científicas; Pluralidade, que verificou o espaço concedido a diferentes vozes e atores sociais; Contextualização, responsável por avaliar se os conteúdos explicaram causas, consequências e implicações sociais, econômicas e culturais; e Sensibilização, que analisou a capacidade das matérias de mobilizar o público para decisões informadas e conscientes sobre ciência e tecnologia.

Dessa forma, a metodologia combinou rigor técnico com relevância social, permitindo não apenas descrever a presença da ciência nos portais analisados, mas também avaliar a qualidade de sua representação e os limites da comunicação científica em áreas periféricas. Ao articular métodos quali-quantitativos e categorias fundamentadas teoricamente, a pesquisa buscou oferecer um diagnóstico crítico e propositivo sobre a cobertura jornalística da ciência em Humaitá e Benjamin Constant.

Após a definição das categorias analíticas, foi elaborado um formulário específico (Quadro 1) destinado a orientar a coleta e a avaliação dos dados. Esse instrumento reuniu um conjunto de questões organizadas de modo a verificar a presença, nas reportagens analisadas, dos elementos correspondentes às categorias estabelecidas, fundamentadas nos princípios do jornalismo e em seus subgêneros científico e ambiental. As perguntas foram estruturadas e distribuídas conforme os eixos temáticos de cada categoria, garantindo coerência metodológica e permitindo uma análise sistemática, como sintetizado no quadro a seguir.

Tabela 15 – Quadro de Análise das Reportagens

CATEGORIAS	PRINCÍPIOS	CONTEÚDO	PERGUNTAS
Precisão	• Princípios do jornalismo:Compromisso com a verdade • Princípio do Jornalismo:Disciplina na verificação • Princípio do Jornalismo:Dever com a sua consciência.	Verificar se a cobertura foi precisa em relação aos fatos noticiados.	Qual o enfoque da matéria? O texto da matéria possui verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.)?
Independência	• Princípio do Jornalismo: Ser um monitor do poder • Princípio do Jornalismo: Lealdade ao interesse público • Princípio do Jornalismo: Independência em relação às fontes.	• Analisar se as matérias atenderam aos interesses públicos e se prestaram ao papel de monitorar o poder.	• Qual a natureza das fontes ouvidas na matéria? • Mostrou aos leitores quais seriam as responsabilidades/papel do poder público na questão abordada? • A reportagem abordou a questão da presença ou falta de políticas públicas voltadas para a produção da ciência na ufam?
Pluralidade	• Princípio do Jornalismo: Promover fórum para a crítica e comentário público; • Função Social do Jornalismo Científico.	• Verificar se as matérias cumprem com o papel de proporcionar uma discussão através de indagações dentro das próprias reportagens fazendo com que o público questione o que está acompanhando.	• Qual a natureza das fontes? • Caso sejam pesquisadores, quantos pesquisadores foram questionados para a produção da matéria? • Quantas opiniões científicas são apresentadas? • Quais vozes tiveram espaço na construção da reportagem?
Contextualização	• Função informativa do Jornalismo Científico; • Função Econômica do Jornalismo Princípio do jornalismo:Apresentar o significativo de forma interessante e relevante.	• Analisar se as matérias cumpriram com o objetivo de oferecer conteúdo de qualidade voltado aos interesses do público.	• A matéria explica as causas e consequências do tema científico abordado? • As matérias de cunho científico têm os termos traduzidos para o entendimento do público? • A matéria correlaciona o problema e as questões econômicas, políticas ou culturais?

continua na próxima página

Tabela 15 – *continuação*

CATEGORIAS	PRINCÍPIOS	CONTEÚDO	PERGUNTAS
Sensibilização	• Função Educativa do Jornalismo Científico; • Função político-ideológica do Jornalismo Científico; • Função cultural do Jornalismo Científico.	• Verificar se o conteúdo das reportagens busca desenvolver um caráter social procurando conscientizar o público e valorizar a cultura nacional.	• A matéria procura educar o leitor a respeito das questões relativas à ciência? • A matéria mostra ao leitor como se deve agir diante dos problemas citados e quais os seus efeitos? • A matéria consegue mostrar para o leitor sobre como as pesquisas ou conhecimento científico afeta o seu cotidiano?

Fontes: dados da pesquisa (2025)

A análise do conteúdo das reportagens possibilitou delinear um panorama da cobertura jornalística desenvolvida nos municípios de Humaitá e Benjamin Constant, à luz dos princípios gerais do jornalismo e de seu subgênero científico. A partir dos dados obtidos, procedeu-se à avaliação da qualidade das informações científicas veiculadas, considerando tanto a clareza e a precisão das narrativas quanto a aderência aos referenciais teóricos do jornalismo científico. Os resultados foram organizados e interpretados com base nas cinco categorias de análise previamente estabelecidas — precisão, independência, pluralidade, contextualização e sensibilização —, permitindo identificar avanços, lacunas e fragilidades na mediação entre ciência e sociedade realizada pelos veículos locais.

4 RESULTADOS

A cobertura jornalística da ciência ocupa papel estratégico na mediação entre o universo acadêmico e a sociedade. Ao tornar acessíveis descobertas científicas e avanços tecnológicos, o jornalismo científico permite que esse conhecimento extrapole os limites das universidades e centros de pesquisa, alcançando o cotidiano da população. Tal processo contribui para a construção de uma cultura científica, fortalece o exercício da cidadania e amplia a compreensão social sobre temas de relevância pública. Contudo, a prática da divulgação científica enfrenta entraves significativos. Entre eles destacam-se a linguagem excessivamente técnica utilizada pelos pesquisadores, que dificulta o entendimento do público leigo, e as limitações das redações jornalísticas, que muitas vezes carecem de preparo, de interesse ou mesmo de recursos para abordar a ciência de forma clara, precisa e contextualizada. Esses obstáculos tornam ainda mais urgente a adoção de princípios éticos e metodológicos que orientem a prática do jornalismo científico, sobretudo em regiões periféricas, como o interior da Amazônia.

Kovach e Rosenstiel (2003), em pesquisa ampla com profissionais da área, sistematizaram oito princípios considerados fundamentais para a prática jornalística. Tais princípios aplicam-se de modo direto à cobertura da ciência. Entre eles, destacam-se o compromisso com a verdade, construído progressivamente em cada publicação (LEÃO, 2017), e a lealdade ao interesse público, que deve prevalecer sobre pressões corporativas ou privadas. A disciplina da verificação, entendida como fundamento da credibilidade jornalística, assegura a checagem e confirmação das informações antes de sua veiculação (SANTANA, 2015). Soma-se a isso a independência das fontes, que preserva a imparcialidade e a legitimidade do processo de produção da notícia (CHAPARRO, 2001).

Outros princípios igualmente relevantes incluem a atuação do jornalismo como monitor independente do poder, a promoção de um espaço de crítica e debate público (SANTANA, 2015), a capacidade de apresentar conteúdos significativos de forma interessante (LEÃO, 2017) e a responsabilidade ética do jornalista diante de sua consciência, reconhecendo o impacto social da informação (SANTANA, 2015).

No campo específico da ciência, tais princípios ganham amplitude. Bueno (1984) destaca que o jornalismo científico cumpre funções diversas: informativa, ao divulgar descobertas e avanços; educativa, ao traduzir conteúdos complexos em linguagem acessível; social, ao inserir a ciência em debates amplos; cultural, ao preservar valores diante das transformações tecnológicas;

econômica, ao aproximar ciência e setor produtivo; e político-ideológica, ao assegurar uma postura crítica e equilibrada.

Assim, quando orientada por princípios éticos e funções sociais claras, a cobertura jornalística da ciência torna-se instrumento essencial para democratizar o conhecimento, reduzir desigualdades no acesso à informação e valorizar a produção acadêmica, especialmente em contextos periféricos.

4.1 Resultados das Análises das Categorias - Site do Município de Humaitá

4.1.1 Categoria Precisão

No levantamento realizado em Humaitá, foram analisadas 94 matérias jornalísticas publicadas no portal A Crítica de Humaitá. Apenas 18% desse material apresentava alguma vinculação com temáticas de pesquisa, inovação ou ciência, foco central desta investigação. Nenhuma das matérias, entretanto, tratava diretamente de resultados de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores dos campi da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ou de eventos científicos promovidos localmente, o que indica que a totalidade do corpus analisado pertencia a outras categorias temáticas.

Esse dado evidencia uma linha editorial voltada à diversificação de assuntos, prática recorrente nas redações jornalísticas, que buscam priorizar temas considerados de maior interesse imediato para o público. Ainda que os temas científicos não tenham sido privilegiados, observou-se cuidado no uso da linguagem. Todas as matérias evitaram verbos no futuro do pretérito, gerúndios ou expressões de dúvida, como “provavelmente” ou “supostamente”. Essa opção reforça o compromisso com a precisão e a fidelidade aos fatos, reduzindo a margem para interpretações especulativas ou sensacionalistas que poderiam comprometer a credibilidade do veículo.

Assim, no âmbito da categoria Precisão, o portal apresentou desempenho satisfatório: demonstrou empenho em assegurar clareza e rigor informativo, mesmo que em detrimento de análises mais aprofundadas. O predomínio de textos factuais contribuiu para uma narrativa baseada em dados concretos, mas a ausência de aprofundamento crítico limitou o potencial de compreensão da ciência.

4.1.2 Categoria Independência

No que se refere à categoria Independência, os resultados mostraram que todas as matérias atribuíram de forma clara papéis e responsabilidades ao poder público em relação aos temas tratados. Esse aspecto positivo revela compromisso com a transparência e com a prestação de contas à sociedade.

Contudo, nenhuma reportagem abordou especificamente a presença ou ausência de políticas públicas voltadas ao incentivo à ciência e à pesquisa na UFAM. Essa omissão configura uma lacuna importante, considerando que o desenvolvimento científico regional depende diretamente do apoio institucional e governamental. A ausência desse debate enfraquece a função de monitoramento do poder, característica essencial ao jornalismo, e limita a compreensão do público sobre as condições estruturais necessárias para a produção científica.

4.1.3 Categoria Sensibilização

Na categoria Sensibilização, constatou-se que 100% das matérias falharam em despertar no leitor interesse específico por questões científicas ou em demonstrar como o conhecimento acadêmico pode impactar o cotidiano da população. Esse resultado compromete a função social do jornalismo científico, que deveria aproximar ciência e sociedade, evidenciando sua aplicabilidade e relevância prática.

A ausência de narrativas voltadas à sensibilização reforça a percepção de que a cobertura científica em Humaitá carece de estratégias efetivas de valorização da pesquisa local. Essa limitação contribui para a invisibilidade da produção acadêmica e dificulta sua inserção no debate público regional.

4.1.4 Categoria Pluralidade

Em relação à Pluralidade, verificou-se que 100% das matérias recorreram prioritariamente a fontes ligadas aos próprios autores das pesquisas ou eventos noticiados. Não foram incluídas fontes oficiais ou oficiosas, o que restringe a diversidade de vozes presentes na cobertura.

Apesar disso, houve algum esforço de pluralidade: todas as matérias analisadas deram voz ao poder público; 64,7% incluíram declarações de pesquisadores; 58,82% ouviram pessoas afetadas; e 94,11% contemplaram organizações não governamentais. No entanto, a análise textual mostrou predomínio da narrativa oficial, com concentração de falas em um único eixo. Embora 94,11%

das matérias tenham apresentado mais de uma opinião científica, a falta de contrapontos significativos revelou que a pluralidade formal não se traduziu em multiplicidade real de perspectivas.

4.1.5 Categoria Contextualização

Na categoria Contextualização, os resultados foram particularmente preocupantes. Nenhuma reportagem explicou causas ou consequências dos fenômenos tratados, resultando em uma cobertura fragmentada e superficial. Além disso, termos científicos utilizados não foram traduzidos para linguagem acessível, comprometendo o entendimento do público leigo e restringindo o acesso democrático ao conhecimento.

As matérias também não estabeleceram relações entre os temas científicos e dimensões econômicas, políticas ou culturais, o que fragiliza sua relevância social. Outro ponto crítico foi a ausência de recursos gráficos — como infográficos, quadros explicativos ou vídeos —, sendo utilizadas apenas fotografias em 100% das publicações. Essa carência comprometeu a atratividade e a didática dos conteúdos, dificultando sua compreensão.

Portanto, em Humaitá, a contextualização da ciência mostrou-se deficiente, prejudicando a construção de narrativas mais completas e pedagógicas sobre a produção científica regional.

4.6 Site do Município de Benjamin Constant

4.6.1 Categoria Independência

No portal da Prefeitura de Benjamin Constant, foram analisadas 80 publicações: 63% de temas locais, 37% de segurança pública e apenas 11% de ciência. Dessas, 66,66% apresentaram de forma clara as responsabilidades do poder público, demonstrando compromisso parcial com a transparência.

Em contrapartida, 33,33% não mencionaram responsabilidades institucionais, o que limitou a compreensão do papel dos órgãos públicos. Além disso, embora 77,77% das matérias tenham citado políticas públicas relacionadas à ciência, 22,23% deixaram de fazê-lo, revelando omissão em parte significativa da cobertura. Assim, ainda que exista alguma tentativa de inserir o tema, a abordagem mostrou-se limitada e pouco aprofundada.

4.6.2 Categoria Pluralidade

Na dimensão Pluralidade, constatou-se predominância absoluta de fontes oficiais: 100% das matérias se basearam em declarações do poder público, sem incluir pesquisadores ou cidadãos diretamente afetados. A presença de organizações não governamentais foi observada em 100% das publicações, mas a ausência de vozes acadêmicas e sociais reduziu a diversidade de perspectivas.

Esse padrão reforça uma cobertura centrada em um discurso único, sem contrapontos ou multiplicidade de narrativas, o que compromete a complexidade do debate público sobre ciência e tecnologia.

4.6.3 Categoria Sensibilização

A análise revelou ausência total de sensibilização: em 100% das matérias, não houve qualquer esforço em destacar a relevância da ciência para a vida prática da população. Essa lacuna impede que o público perceba a importância da produção acadêmica local, contribuindo para sua invisibilidade e para o distanciamento entre universidade e sociedade.

4.6.4 Categoria Contextualização

Por fim, na categoria Contextualização, constatou-se que nenhuma reportagem apresentou causas ou consequências dos fenômenos tratados. Os termos técnicos não foram traduzidos, dificultando a compreensão do público leigo, e não houve correlação com aspectos econômicos, políticos ou culturais.

O único recurso gráfico identificado foi o uso de fotografias, presente em 100% das matérias, sem complementação por infográficos, quadros ou vídeos. Essa limitação reduziu a atratividade e a clareza das informações, mantendo a cobertura em um nível superficial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cobertura jornalística sobre ciência nos municípios de Humaitá e Benjamin Constant evidenciou fragilidades significativas na forma como a produção científica regional é comunicada à sociedade. Embora os campi da Universidade Federal

do Amazonas (UFAM) desempenhem papel fundamental na geração de conhecimento em áreas estratégicas, como biodiversidade, saúde, agricultura e educação, a mídia local tem conferido baixa visibilidade a essas pesquisas, priorizando conteúdos de caráter político, policial e institucional.

Os resultados obtidos nas diferentes categorias de análise demonstraram que, ainda que exista esforço em garantir precisão e fidelidade aos fatos, as matérias analisadas carecem de contextualização, pluralidade de fontes e, sobretudo, de estratégias de sensibilização capazes de aproximar a ciência do cotidiano da população. A ausência de políticas públicas destacadas, bem como de espaços editoriais específicos para ciência, compromete a função social do jornalismo e reforça o distanciamento entre universidade e sociedade.

Por outro lado, a experiência prática conduzida pelo Grupo Trokano, por meio de visitas aos campi, entrevistas com pesquisadores e produção de matérias divulgadas no Portal da Ciência, mostrou-se um caminho viável para suprir essa lacuna. Ao dar visibilidade às pesquisas desenvolvidas localmente, essa iniciativa reforça o papel do jornalismo científico na valorização da produção acadêmica e na democratização do conhecimento.

Conclui-se, portanto, que ampliar a comunicação pública da ciência no interior do Amazonas exige ações integradas entre universidades, jornalistas e gestores públicos, voltadas à criação de espaços específicos para ciência nos meios locais, à capacitação profissional e à valorização da pesquisa regional. Tais esforços são essenciais para garantir que a ciência cumpra sua função social, fortalecendo a cidadania, promovendo o desenvolvimento sustentável e contribuindo para a redução das desigualdades de acesso à informação.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Jesus de Paula. **Crítica de Ciência**. In: Revista Ciência e Ambiente. Santa Maria: UFSM, v. 23, julho/dezembro, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 LDA, 2010, p. 20.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BUENO, Wilson Costa. **Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais**. Londrina, v. 15, n. esp, p. 1-12, 2010.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara, 1984.

CHAPARRO, Manoel Carlos. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 caraterísticas que marcam a diferença.** Coleção LabCom. 2014.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital.** São Paulo: Contexto, 2003.

IVANISSEVICH, Alícia. **Como popularizar a ciência com responsabilidade e sem sensacionalismo**. In: BOAS, Sérgio Vilas. Formação & informação científica: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2005.

LEÃO, Maysa Fernanda da Silva Saraiva; RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto. **Análise da cobertura jornalística de problemas ambientais pelo jornal online Zero Hora**. Manaus, AM, maio, 2017.

LOOSE, Eloisa Beling. **A ciência nos portais de notícias: notas para pensar a popularização científica a partir do jornalismo online.** Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 12, n. 23, 2013.

MALULY, Luciano Victor Barros; OLIVEIRA, Dennis de. **A ciência está no jornalismo**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Cultura e Sociedade do Seminário Internacional de Tecnologia, Educação e Sociedade, realizado pela Faculdade Tecnológica [Fatec] de Itaquaquecetuba, SP, no período de 27 a 30 de março de 2019.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil.** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. MORETZSOHN, Sylvia. Pensando contra os fatos. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 9.

OLIVEIRA, Fabíola. **Jornalismo Científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto (Org.); COSTA, Adelson da; MOTA, Amanda C. Oliveira; FLORES, Fernando; BARBOSA, Cristiane de Lima; MENDES, Edilene Mafra; SANTANA, Luanny Victória Câmara de; SILVA, Marcelo Rodrigo da; MOURA, Maria Clara Guimarães da Costa; SILVA, Natália Serrão da; DANTAS, Natascha Almeida; BATISTA, Pedro Paulo Reis; COSTA, Ramayane Queiroz da. J**ornalismo, ciência e meio ambiente no Brasil: regiões Norte e Nordeste.** Manaus: Reggo, 2020. p.ISBN 978-65-86325-04-1.

RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto; COSTA, Grace Soares. **Jornalismo de Princípios. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.** XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332736376_Jornalismo_de_Principios. Acesso em: 12 jan. 2025.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: BARDIN, L. Análise de conteúdo.** Revista Eletrônica de Educação. São Paulo, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em http://www.reveduc.ufscar.br.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2ª. Ed. Florianópolis: Insular, 2005.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração, 2003, p. 30.

SANTOS, J.M. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: Summus, 1997.

SANTANA, Luanny Victória Câmara de; RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto. **Análise da precisão e da contextualização das informações ambientais nos portais dos jornais: A Crítica (Manaus/AM) e O Liberal (Belém/PA)**. Rio de Janeiro, RJ, 4 a 7 set. 2015.

SERPA, Leoní; COLFERAI, Sandro. **Desafios e perspectivas no ensino de Jornalismo no interior da Amazônia: o caso de Vilhena-RO**. Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Manaus, AM, 28 a 30 de maio de 2015.

COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE CIÊNCIA NO INTERIOR DO AMAZONAS: ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA EM ITACOATIARA

Anne Karoline Menezes de Assis[56]
Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues[57]

RESUMO: O artigo analisa a qualidade da cobertura jornalística sobre ciência no município de Itacoatiara (AM), articulando pesquisa e extensão na promoção da Comunicação Pública da Ciência (CPC). Foram realizadas análises qualitativas e quantitativas de matérias publicadas entre julho e dezembro de 2024 sobre resultados de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no campus local, com base nas categorias de precisão, independência, pluralidade, contextualização e sensibilização. Os achados indicam lacunas estruturais na cobertura — escassez de pluralidade de vozes, fraca contextualização e pouca capacidade de sensibilização do público — e evidenciam o papel de ações extensionistas (oficinas e produção de conteúdos audiovisuais) para ampliar a visibilidade da ciência produzida no interior. Conclui-se que integrar pesquisa e extensão fortalece a função social da universidade e democratiza o acesso ao conhecimento científico na Amazônia.

Palavras-chave: Comunicação Pública da Ciência; Jornalismo Científico; UFAM.

ABSTRACT: This article analyzes the quality of science journalism coverage in Itacoatiara (Amazonas, Brazil), bridging research and extension to promote Public Communication of Science (PCS). We conducted qualitative and quantitative analyses of news published between July and December 2024 addressing research results by UFAM scholars at the local campus, using five categories: accuracy, independence, plurality, contextualization, and sensitization. Results show structural gaps—limited plurality of voices, poor contextualization, and low capacity to sensitize audiences—while extension actions (training workshops and audiovisual production) effectively expanded visibility of locally produced science. We conclude that integrating research and extension strengthens the university's social role and democratizes access to scientific knowledge in the Amazon.

Keywords: Public Communication of Science; Science Journalism; UFAM

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados de pesquisa voltada para a análise da qualidade da cobertura jornalística sobre ciência no município de Itacoatiara, interior do Estado do Amazonas. O projeto teve como objetivo articular pesquisa e extensão em torno da promoção da Comunicação Pública da Ciência (CPC), compreendendo-a como um campo estratégico para aproximar o conhecimento científico produzido na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) das demandas sociais locais. Nesse sentido, buscou-se avaliar de que maneira a imprensa regional tem retratado a produção científica desenvolvida no campus da UFAM em Itacoatiara, ao mesmo tempo em que se implementaram ações extensionistas de formação e divulgação científica.

No âmbito da pesquisa, foram realizadas análises qualitativas e quantitativas de matérias publicadas entre julho e dezembro de 2024, que abordaram resultados de pesquisas conduzidas por docentes e pesquisadores do referido campus. A análise baseou-se em cinco categorias fundamentais da CPC: precisão, pluralidade, independência, contextualização e sensibilização. Esse processo permitiu identificar padrões, limitações e potencialidades da cobertura jornalística. A relevância dessa etapa consiste em revelar

[56] Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
[57] Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM), professor do Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

lacunas na comunicação científica do interior do Amazonas, aspecto fundamental para compreender como o conhecimento produzido pode ser disseminado de forma mais efetiva e socialmente transformadora.

No campo da extensão, os dados obtidos nos primeiros seis meses do projeto subsidiaram a implementação de ações voltadas à popularização do conhecimento científico e à capacitação de atores locais. Foram produzidos conteúdos jornalísticos audiovisuais sobre pesquisas em andamento na UFAM/Itacoatiara, além da realização de oficinas destinadas à formação de pesquisadores(as) e estudantes para o uso de ferramentas de comunicação científica. A relevância dessa frente está em dois pontos centrais: a) o envolvimento de estudantes de graduação em processos de formação que os qualificam como futuros profissionais capazes de comunicar ciência em diferentes linguagens e contextos; b) a preparação de pesquisadores(as) locais para aprimorar sua atuação junto à sociedade.

Por fim, destaca-se a relevância da produção de conteúdos audiovisuais como estratégia inovadora e eficaz para ampliar o alcance da ciência produzida no interior. Ao tornar visíveis pesquisas e temas pouco explorados pela mídia tradicional, esses produtos contribuem para popularizar o conhecimento científico, aproximando-o da população e fortalecendo o papel social da universidade.

Ao integrar pesquisa, ensino e extensão, o projeto possibilitou não apenas o mapeamento crítico da cobertura jornalística sobre ciência no interior do Amazonas, mas também a proposição de estratégias para torná-la mais plural, acessível e socialmente relevante. Dessa forma, contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento científico e tecnológico da região, ao mesmo tempo em que consolidou práticas inovadoras de disseminação do conhecimento.

Este estudo foi conduzido no âmbito do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (Trokano) e integra o Projeto "Ciência na Prática", contemplado com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), no âmbito do Programa de Apoio a Projetos de Pesquisa e Extensão em Áreas Estratégicas – PEX-CT&I/FAPEAM (Edital n.º 004/2024).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa partiu da análise de conceitos fundamentais ligados à cobertura jornalística da ciência no interior do Amazonas, apoiando-se em referenciais teóricos do jornalismo e do jornalismo científico, além de refletir sobre os desafios da comunicação científica fora dos grandes centros urbanos. O jornalismo é compreendido como serviço público, mediador de informações de relevância social. Paulo Freire (1971) entende a comunicação como diálogo e construção coletiva do conhecimento, e Traquina (2005) ressalta seu papel de garantir informações qualificadas para a cidadania democrática.

Kovach e Rosenstiel (2003) e outros autores, definem nove fundamentos da prática jornalística:

- Verdade. O jornalismo tem compromisso primordial com a verdade processual: constrói-se matéria a matéria para ampliar o entendimento do fato no todo (Pena, 2005; Kovach & Rosenstiel, 2003).
- Lealdade aos cidadãos. Ainda que financiado por privados, o jornalismo deve servir ao interesse público, mantendo independência editorial e compromisso social (Kovach & Rosenstiel, 2003).
- Verificação. A disciplina de verificação distingue jornalismo de entretenimento, propaganda ou arte; repórteres devem ser obstinados e rigorosos na apuração (Kovach & Rosenstiel, 2003, p.142).
- Independência das fontes. Evitar dependência e partidarismo exige bom senso e lealdade ao público, dado o crescente poder discursivo das fontes (Chaparro, 2001; Kovach & Rosenstiel, 2003).
- Monitor do poder. Cabe ao jornalismo fiscalizar o poder de forma autônoma, informando com qualidade e sem qualquer cumplicidade com os governantes.
- Fórum público. Abrir espaço para crítica e debate; evitar extremos que excluem a maioria e transformam discussão pública em espetáculo (Kovach & Rosenstiel, 2003).
- Significativo e interessante. Selecionar o que é relevante e narrar de modo atraente; tornar visível como a notícia é produzida fortalece a democracia (Pena, 2005).
- Compreensível e proporcional. Informar tudo o que é importante com medida e clareza; abordagens desproporcionais geram dúvida e distorção pública.

- Consciência ética. Jornalistas devem agir com bússola moral e responsabilidade, relatando com veracidade e isenção, orientados pelo interesse público (Kovach & Rosenstiel, 2003).

No interior da Amazônia, aplicar esses fundamentos é essencial para assegurar que a cobertura científica não se limite à reprodução de discursos estratégicos, mas contribua para a compreensão social da ciência, reconhecendo a população como agente ativo no processo (CHAPARRO, 2001). O jornalismo científico, por sua vez, amplia esse debate ao atuar como mediador entre a produção acadêmica e a sociedade. Para Ivanissevich (2005), ele não apenas divulga descobertas, mas promove discussões sobre ciência, tecnologia e seus impactos sociais.

Bueno (1984) identifica seis funções centrais do jornalismo científico:

- Informativa: garantir acesso às descobertas científicas e tecnológicas e seus impactos sociais;
- Educativa: servir como fonte de conhecimento acessível à população sobre ciência e tecnologia;
- Social: contextualizar avanços científicos dentro das demandas sociais, promovendo debates sobre desenvolvimento;
- Cultural: valorizar a produção científica nacional e sua identidade;
- Econômica: estimular vínculos entre academia e setor produtivo, fomentando inovação;
- Político-ideológica: atuar de forma crítica diante de interesses corporativos ou institucionais, promovendo debate público equilibrado.

Dessa forma, a cobertura jornalística sobre ciência em regiões como o Amazonas precisa aliar rigor jornalístico e compreensão do papel social da ciência, fortalecendo tanto a cidadania quanto a valorização do conhecimento produzido localmente. A observância dos princípios do jornalismo e das funções do jornalismo científico constitui, portanto, base essencial para a análise desenvolvida nesta pesquisa e para a proposição de estratégias de Comunicação Pública da Ciência no interior amazônico.

3 METODOLOGIA

A construção das categorias de análise da pesquisa seguiu os princípios estabelecidos por Bardin (2010). Esse método foi escolhido por sua eficácia na interpretação de informações registradas em textos e mídias, permitindo identificar padrões, tendências e significados subjacentes (SANTOS, 1997). Dessa forma, é possível ir além da simples observação do que foi publicado nos portais online, possibilitando uma compreensão mais profunda dos elementos presentes nas reportagens.

A análise de conteúdo foi aplicada para mapear tendências e identificar critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agenda temática. Além disso, esse método permite classificar gêneros e formatos jornalísticos, avaliar a produção de conteúdo por indivíduos e instituições, comparar coberturas em diferentes veículos e contextos culturais, bem como identificar possíveis discrepâncias na abordagem das informações (SANTOS, 1997). Como metodologia replicável, a análise de conteúdo facilita a organização e avaliação de um grande volume de informações expressas em palavras, imagens, parágrafos ou outros elementos comunicativos.

A investigação foi conduzida a partir da análise de conteúdos jornalísticos veiculados nos portais de notícias com maior audiência na cidade de Itacoatiara, onde há campus da UFAM. Foram selecionadas reportagens publicadas entre julho e dezembro de 2024, com o objetivo de examinar como a ciência, a pesquisa e a inovação são abordadas na mídia local. Os critérios para seleção dos textos incluem a pertinência dos temas à pesquisa, a adequação ao gênero informativo e a classificação como notícia ou reportagem, conforme definição de Melo (2010).

A categorização seguirá os seguintes princípios: **exclusão mútua**, em que cada elemento analisado é enquadrado em apenas uma categoria; **homogeneidade**, garantindo que as categorias sejam coerentes dentro do conjunto analisado; **pertinência**, assegurando alinhamento dos critérios ao material estudado e ao referencial teórico adotado; **objetividade e fidelidade**, com padronização da análise para consistência na codificação dos conteúdos; e **produtividade**, de modo que o conjunto de categorias permita inferências significativas a partir dos dados levantados.

A partir dessas diretrizes, foram estabelecidas cinco categorias de análise, baseadas nos princípios do jornalismo (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003) e nas especificidades do jornalismo científico (BUENO, 1984):

- Categoria Precisão: avalia se as informações divulgadas são exatas e bem fundamentadas, verificando a confiabilidade das fontes utilizadas.
- Categoria Independência: Examina se as reportagens apresentam uma abordagem crítica e isenta, considerando as responsabilidades do poder público diante dos temas abordados.
- Categoria Pluralidade: Observa a diversidade de fontes e pontos de vista nas matérias, analisando se diferentes atores sociais têm espaço para se manifestar.
- Categoria Contextualização: Verifica se as reportagens situam os temas de forma abrangente, relacionando-os a aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.
- Categoria Sensibilização: Identifica se o conteúdo não apenas informa, mas também estimula a conscientização do público e incentiva reflexões sobre os temas tratados.

Uma vez estabelecidas as categorias de análise, elaboramos um formulário (Quadro 1) contendo questões com o objetivo de averiguar se as reportagens possuíam, em seus conteúdos, os elementos categorizados com base nos princípios do jornalismo e de seu subgêneros científico. As questões foram formuladas e distribuídas de acordo com os elementos temáticos de cada categoria, conforme ilustra o quadro abaixo:

Tabela 19 – Quadro de Análise das Reportagens

CATEGORIAS	PRINCÍPIOS	CONTEÚDO	PERGUNTAS
Precisão	• Princípios do jornalismo:Compromisso com a verdade • Princípio do Jornalismo:Disciplina na verificação • Princípio do Jornalismo:Dever com a sua consciência	Verificar se a cobertura foi precisa em relação aos fatos noticiados	Qual o enfoque da matéria? O texto da matéria possui verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.)?
Independência	• Princípio do Jornalismo: Ser um monitor do poder • Princípio do Jornalismo: Lealdade ao interesse público • Princípio do Jornalismo: Independência em relação às fontes.	• Analisar se as matérias atenderam aos interesses públicos e se prestaram ao papel de monitorar o poder	• Qual a natureza das fontes ouvidas na matéria? • Mostrou aos leitores quais seriam as responsabilidades/papel do poder público na questão abordada? • A reportagem abordou a questão da presença ou falta de políticas públicas voltadas para a produção da ciência na ufam?

continua na próxima página

Tabela 19 – *continuação*

CATEGORIAS	PRINCÍPIOS	CONTEÚDO	PERGUNTAS
Pluralidade	• Princípio do Jornalismo: Promover fórum para a crítica e comentário público; • Função Social do Jornalismo Científico.	• Verificar se as matérias cumprem com o papel de proporcionar uma discussão através de indagações dentro das próprias reportagens fazendo com que o público questione o que está acompanhando	• Qual a natureza das fontes? • Caso sejam pesquisadores, quantos pesquisadores foram questionados para a produção da matéria? • Quantas opiniões científicas são apresentadas? • Quais vozes tiveram espaço na construção da reportagem?
Contextualização	• Função informativa do Jornalismo Científico; • Função Econômica do Jornalismo Princípio do jornalismo:Apresentar o significativo de forma interessante e relevante; • Científico.	• Analisar se as matérias cumpriram com o objetivo de oferecer conteúdo de qualidade voltado aos interesses do público	• A matéria explica as causas e consequências do tema científico abordado? • As matérias de cunho científico têm os termos traduzidos para o entendimento do público? • A matéria correlaciona o problema e as questões econômicas, políticas ou culturais?
Sensibilização	• Função Educativa do Jornalismo Científico; • Função político-ideológica do Jornalismo Científico; • Função cultural do Jornalismo Científico.	• Verificar se o conteúdo das reportagens busca desenvolver um caráter social procurando conscientizar o público e valorizar a cultura nacional.	• A matéria procura educar o leitor a respeito das questões relativas à ciência? • A matéria mostra ao leitor como se deve agir diante dos problemas citados e quais os seus efeitos? • A matéria consegue mostrar para o leitor sobre como as pesquisas ou conhecimento científico afeta o seu cotidiano?

dados da pesquisa (2025)

Por meio da análise de conteúdo das reportagens foi possível traçar um quadro sobre a cobertura frente aos princípios do jornalismo e do seu subgênero científico, bem como identificar os atores sociais envolvidos na produção das notícias. Com base nos dados obtidos foi possível fazer inferências sobre a qualidade da informação científica da cobertura e o espaço destinado a ela nos periódicos.

Os resultados da pesquisa obtidos a partir da análise de conteúdo das reportagens foram analisados tendo como base o grau de esclarecimento das narrativas jornalísticas sobre ciência e a observância dos princípios norteadores do jornalismo científico, agrupados em cada uma das cinco categorias de análise. A partir desses dados, buscamos fazer inferências sobre a qualidade da informação recebida pelos leitores e, consequentemente, se a cobertura jornalística contribuiu ou não para a popularização do conhecimento científico produzido no interior do Amazonas.

4 RESULTADOS

Na primeira fase do projeto, procedeu-se ao mapeamento do corpus no Portal R5, identificando-se todas as matérias que, no período delimitado, mencionavam de alguma forma a Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Ao final desse levantamento, foram localizadas quatro matérias, todas incluídas na análise.

Na segunda fase, realizou-se a análise de conteúdo dessas peças, com base na categorização em cinco dimensões — Precisão, Independência, Pluralidade, Contextualização e Sensibilização — e no conjunto de perguntas previamente definido. As questões constantes do Quadro 1 foram aplicadas sistematicamente para avaliar a qualidade da cobertura jornalística de temas relacionados à UFAM e às suas atividades, com ênfase na divulgação científica.

4.1 Categoria Precisão

A categoria foi definida para aferir exatidão, fundamentação e verificação — princípios centrais dos "elementos do jornalismo" (obrigação com a verdade, disciplina da verificação, dever de consciência) que orientam o instrumento de análise adotado no estudo.

Tabela 20 – Categoria Precisão

Qual o enfoque principal da matéria?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem (%)**
Resultado de pesquisa desenvolvida por pesquisador dos campi UFAM	0	0%
Eventos científicos nos campi da Ufam	0	0%
Outros	0	0%
O texto das matérias possuem verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.)?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem (%)**
SIM	0	0%
NÃO	4	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No corpus de quatro matérias, nenhuma teve como enfoque resultados de pesquisa da UFAM ou eventos científicos (0/4; 0%), o que indica ausência de lastro factual próprio da cobertura de ciência (Tabela 1). Em paralelo, todas foram redigidas sem marcas de "hedge" (futuro do pretérito, "supostamente/provavelmente", gerúndio: 4/4; 100%), dado que, isoladamente, não é suficiente para atestar precisão quando o foco jornalístico não recai sobre evidências científicas qualificadas. Na própria interpretação do relatório, a ausência de matérias centradas em pesquisa revela superficialidade de enfoque, incompatível com as premissas de precisão e verificação do referencial.

4.2 Categoria Independência

Conforme o quadro operacional, "Independência" exige monitoramento do poder e lealdade ao interesse público, incluindo explicitação de responsabilidades do poder público e discussão de políticas de CT&I.

Tabela 21 – Categoria Independência

Mostrou aos leitores quais seriam as responsabilidades/papel do poder público na questão abordada?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem(%)**
SIM	0%	0%
NÃO	4	100%
A reportagem abordou a questão da presença ou falta de políticas públicas voltadas para a produção da ciência na Ufam?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem (%)**
SIM	0	0%
NÃO	4	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Os resultados mostram 0/4 (0%) para cobrança de responsabilidades do poder e 0/4 (0%) para menção a políticas para a produção científica, com 4/4 (100%) de "não" em ambos os indicadores (Tabela 2). Isso configura não atendimento às premissas de independência/monitoramento, pois a cobertura permanece descritiva e abdica do papel de *accountability* da ciência como bem público — conclusão explicitada pelo próprio relatório ao apontar a ausência de jornalismo crítico e questionador.

4.3 Categoria Pluralidade

A premissa teórica demanda diversidade de fontes e de pontos de vista, assegurando o jornalismo como fórum para crítica e comentário público e cumprindo funções social/cultural do jornalismo científico.

Tabela 22 – Categoria Pluralidade

Qual a natureza das fontes foram ouvidas na matéria?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem(%)**
Oficiais – mantidas pelo Poder Público	0	0%
Oficiosas – protegidas pelo anonimato	0	0%
Autores da pesquisa	1	25%

continua na próxima página

Tabela 22 – *continuação*

Qual a natureza das fontes foram ouvidas na matéria?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem(%)**
Que vozes tiveram espaço na reportagem?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem (%)**
Poder Público	0	0%
Pesquisadores	0	0%
Pessoas afetadas pelos resultados da pesquisa	0	0%
Organizações não governamentais	0	0%
Outros	0	0%
Quantas opiniões científicas são apresentadas?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem (%)**
1	0	0%
2	0	0%
Mais de 2	0	0%
Quais vozes tiveram espaço na construção da reportagem?	**Resposta/Quantidade**	
1	1	25%
2	0	0%
Mais de 2	0	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na amostra (Tabela 3), a natureza das fontes registra autores da pesquisa em 1/4 (25%) e 0% para fontes oficiais/oficiosas; não há espaço para poder público, pesquisadores, pessoas afetadas, ONGs ou outros (0% em todas as subcategorias). Além disso, nenhuma matéria apresentou 1, 2 ou mais de 2 opiniões científicas (todas 0%) e apenas um texto foi construído com uma única voz (1/4; 25%), sem casos com duas ou mais vozes. Tal arranjo confirma monofonia e baixa circulação de contraditório, em desacordo com o referencial que exige pluralidade para que o público compreenda a complexidade das ações da universidade.

4.4 Categoria Contextualização

Segundo o instrumento, contextualizar implica explicar causas e consequências, traduzir termos científicos e relacionar o tema a dimensões econômicas, políticas e culturais, além de mobilizar recursos explicativos, não apenas ilustrativos.

Tabela 23 – Categoria de Contextualização

A matéria apresenta as causas e consequências do tema científico tratado?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem(%)**
1	0	0%
2	0	0%
As reportagens traduzem os termos científicos para facilitar a compreensão do público?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem (%)**
1	0	0%
2	0	0%
A matéria estabelece relações entre o problema abordado e aspectos econômicos, políticos ou culturais?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem (%)**
1	0	0%
2	0	0%
A matéria busca explicar o tema em foco utilizando recursos gráficos (infográficos, quadros, fotos, ilustrações)	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem (%)**
SIM	4	100%

continua na próxima página

Tabela 23 – *continuação*

A matéria apresenta as causas e consequências do tema científico tratado?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem(%)**
NÃO	0	0%
Qual o(s) recurso(s) utilizado?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem (%)**
Foto	4	100%
Ilustração	0	0%
Infográfico	0	0%
Tabela	0	0%
Quadro	0	0%
Vídeo	0	0%
Animação	0	0%
Áudio	0	0%
Hiperlinks	1	25%
Outros	0	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No corpus, esses três eixos nucleares resultaram todos em 0/4 (0%): não se explicaram causas/efeitos, não houve tradução de termos e não se estabeleceram relações socioeconômico-culturais. Em contraste, o uso de recursos gráficos foi universal (4/4; 100%), porém restrito à fotografia (4/4; 100%), com hiperlinks em 1/4 (25%) e 0% para ilustração, infográfico, tabela, quadro, vídeo, animação e áudio — perfil de recursos predominantemente ilustrativo, não elucidativo. A leitura do relatório reforça essa conclusão: a carência de explicações e de recursos pedagógicos compromete a compreensão pública da relevância científica da UFAM.

4.5 Categoria Sensibilização

Por definição, a categoria verifica se o conteúdo ultrapassa a mera informação e sensibiliza o público para a ciência

(funções educativa/cultural do jornalismo científico).

Tabela 24 – Categoria Sensibilização

A matéria tem o objetivo de informar o leitor sobre questões relacionadas à ciência?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem (%)**
SIM	4	100%
NÃO	0	0%
O texto demonstra de que forma as pesquisas ou o conhecimento científico influenciam o dia a dia do leitor?	**Resposta/Quantidade**	**Porcentagem (%)**
SIM	0	0%
NÃO	0	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Os dados mostram que todas as matérias informam sobre ciência (4/4; 100%), mas nenhuma demonstra como a pesquisa impacta o cotidiano do leitor (0/4; 0%). Para o referencial, isso equivale a atendimento mínimo (intenção informativa) e não atendimento ao núcleo da categoria (transformar informação em consciência prática e sentido social), lacuna que o relatório também assinala ao descrever a fragilidade na aproximação entre universidade e comunidade.

Síntese

Em todas as categorias, o padrão estatístico — foco científico ausente (0/4), ausência de responsabilização e políticas (0/4), monofonia e falta de opiniões científicas (até 0/4; 25% apenas com 1 voz), contextualização nula (0/4) e recursos visuais meramente ilustrativos (foto 100%; hiperlinks 25%; demais 0%) — evidencia não atendimento às premissas teóricas que balizam o instrumento (Bardin; Kovach & Rosenstiel; funções do jornalismo científico). Esse diagnóstico valida as recomendações do próprio estudo (editoria de ciência, banco de fontes, protocolos de verificação/tradução, formação continuada, produtos multimídia explicativos) como estratégias coerentes para aproximar a prática local do padrão normativo de Comunicação Pública da Ciência no interior amazônico.

4.6 Intervenção

A análise de conteúdo realizada no site Portal R5 evidenciou a escassez de matérias jornalísticas voltadas para ciência, pesquisa e inovação. As reportagens examinadas apresentaram limitações significativas, como a falta de contextualização de temas científicos, ausência de termos técnicos, carência de diversidade de fontes e inexistência de iniciativas para sensibilizar o público sobre a relevância da ciência na sociedade.

Diante desse cenário, o Grupo de Pesquisa em Comunicação Cultura e Amazônia (Trokano), por meio do projeto Portal da Ciência, formado por estudantes de Jornalismo com foco em ciência, tecnologia e inovação e dedicado à popularização da produção científica da UFAM promoveu uma ação de campus em Itacoatiara. A atividade, com duração de três dias, teve como objetivo coletar, diretamente com pesquisadores, professores, estudantes e técnicos de laboratório do campus, informações atualizadas sobre projetos e atividades científicas em andamento.

O material obtido foi transformado em reportagens para o sítio do Portal da Ciência (www.portaldaciencia.net) e para o Instagram (@portal.da.ciencia), buscando ampliar a visibilidade da produção de conhecimento local. As matérias já estão sendo

divulgadas e, gradualmente, novas reportagens sobre o Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET/UFAM) serão produzidas e disponibilizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre a cobertura jornalística da ciência no município de Itacoatiara permitiu compreender, de forma crítica, os limites e as potencialidades da Comunicação Pública da Ciência (CPC) no interior do Amazonas. A análise das matérias publicadas nos portais locais evidenciou fragilidades estruturais na divulgação científica, com destaque para a ausência de precisão, independência, pluralidade de vozes, contextualização adequada e estratégias de sensibilização do público. Esses resultados apontam para a permanência de um jornalismo pouco comprometido com a função social de aproximar ciência e sociedade, o que compromete a valorização da produção acadêmica desenvolvida nos campi da UFAM.

Apesar das limitações identificadas, a pesquisa também revelou oportunidades significativas. A realização de oficinas de capacitação e a produção de conteúdos audiovisuais voltados às pesquisas locais demonstraram que é possível construir alternativas eficazes para ampliar a visibilidade da ciência no interior. A experiência extensionista mostrou que, quando pesquisadores, estudantes e jornalistas atuam em parceria, cria-se um ambiente mais propício à circulação do conhecimento científico, rompendo com a invisibilidade frequentemente imposta à produção acadêmica fora dos grandes centros.

Assim, conclui-se que a integração entre pesquisa e extensão foi essencial não apenas para diagnosticar lacunas, mas também para propor soluções práticas de comunicação científica. O fortalecimento do jornalismo científico em Itacoatiara depende do investimento contínuo em formação de recursos humanos, da ampliação de espaços editoriais dedicados à ciência e do estímulo a iniciativas de popularização do conhecimento. Dessa forma, este trabalho contribui para consolidar a comunicação pública da ciência como instrumento estratégico de democratização do saber, valorização da universidade e promoção do desenvolvimento social no Amazonas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, LAURENCE. ***Análise de conteúdo***. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARDIN, LAURENCE. ***Análise de conteúdo***. Lisboa: Edições 70, 2010.

BUENO, WILSON. **Divulgação científica: como se faz?** *Revista Brasileira de Divulgação Científica*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 7-14, 2010.

BUENO, WILSON. *Jornalismo científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente*. São Paulo: USP, 1984.

KOVACH, BILL; ROSENSTIEL, TOM. ***Os elementos do jornalismo***. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. ***Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*.** São Paulo: Geração, 2003. p. 30.

MELO, JOSÉ MARQUES DE. ***Gêneros jornalísticos no Brasil***. São Bernardo do Campo: UMESP, 2009.

PERIÓDICOS UFSM. **O impacto das mídias digitais na divulgação científica**. *Revista Animus*, Universidade Federal de Santa Maria, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/72156. Acesso em: 5 fev. 2025.

SANTANA, Luanny Victória Câmara de; RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto. **Análise da precisão e da contextualização das informações ambientais nos portais dos jornais: *A Crítica* (Manaus/AM) e *O Liberal* (Belém/PA).** In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 4., 2015, Rio de Janeiro. Anais [. . .]. São Paulo: Intercom, 2015.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin**. Resenha de: BARDIN, L. Análise de conteúdo. *Revista Eletrônica de Educação*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 383-387, maio 2012. Disponível em: http://www.reveduc.ufscar.br.

SANTOS, José Matias. *O que é análise de conteúdo*. São Paulo: Summus, 1997.

SCIELO. **O jornalismo científico e a cobertura da ciência ambiental: um estudo de caso.** *Revista Ciência e Educação*, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/CfQMtrpFVfRRRLVm4NWcWQb/. Acesso em: 5 fev. 2025.

SERPA, Leoní; COLFERAI, Sandro. **Desafios e perspectivas no ensino de jornalismo no interior da Amazônia: o caso de Vilhena-RO.** In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 14., 2015, Manaus. Anais [. . .]. São Paulo: Intercom, 2015.

TRAQUINA, Nelson. ***Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são***. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

COORDENAÇÃO MOTORA FINA E DESEMPENHO FUNCIONAL EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ANÁLISE CLÍNICA EM CONTEXTO DE AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA

Kelly Christiane Silva de Souza[58]
Andrezza Belota Lopes Machado[59]

RESUMO: O presente artigo investigou as dificuldades de coordenação motora fina e seus impactos no desempenho funcional de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambiente clínico de consultório especializado em Manaus. Tem como objetivo analisar déficits motores finos na perspectiva neuropsicopedagógica, identificar instrumentos de avaliação apropriados para diagnóstico e planejamento terapêutico, e investigar estratégias de intervenção clínica que promovam autonomia e funcionalidade nas atividades da vida diária. Justifica-se pela importância crescente do diagnóstico neuropsicopedagógico precoce em contextos clínicos e pela necessidade de integração entre avaliação motora, reabilitação e orientação familiar. Entre os principais autores referenciados encontram-se Cunha (2020), Leite e Diniz (2022), Bellodi et al. (2024), De Albuquerque et al. (2024) e Lobato (2021). A metodologia adotou abordagem qualitativa com revisão sistemática da literatura (2019-2025) em bases CAPES, PubMed, SciELO e BDTD, complementada por observação clínica de três crianças com TEA diagnosticadas. Os resultados indicam que avaliações clínicas sistematizadas, protocolos de intervenção individualizados e orientação familiar estruturada são efetivos na redução de déficits motores finos e na melhoria do desempenho funcional. Conclui-se que o contexto clínico permite diagnóstico preciso, intervenções multiprofissionais integradas e monitoramento contínuo, favorecendo o desenvolvimento motor e a autonomia em atividades de autocuidado e manipulação de objetos.
Palavras-chave: Coordenação Motora Fina; Transtorno do Espectro Autista; Avaliação Neuropsicopedagógica

ABSTRACT: This article investigated fine motor coordination difficulties and their impact on the functional performance of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in a specialized clinical setting in Manaus. Its objective is to analyze fine motor deficits from a neuropsychopedagogical perspective, identify appropriate assessment instruments for diagnosis and therapeutic planning, and investigate clinical intervention strategies that promote autonomy and functionality in activities of daily living. This is justified by the growing importance of early neuropsychopedagogical diagnosis in clinical contexts and the need for integration between motor assessment, rehabilitation, and family guidance. Among the main authors referenced are Cunha (2020), Leite and Diniz (2022), Bellodi et al. (2024), De Albuquerque et al. (2024), and Lobato (2021). The methodology adopted a qualitative approach with a systematic literature review (2019-2025) in CAPES, PubMed, SciELO, and BDTD databases, complemented by clinical observation of three children diagnosed with ASD. The results indicate that systematized clinical assessments, individualized intervention protocols, and structured family guidance are effective in reducing fine motor deficits and improving functional performance. It is concluded that the clinical context allows for accurate diagnosis, integrated multidisciplinary interventions, and continuous monitoring, favoring motor development and autonomy in self-care activities and object manipulation.
Keywords: Fine Motor Coordination; Autism Spectrum Disorder; Neuropsychopedagogical Assessment

1 UM OLHAR SOBRE OS ASPECTOS TEÓRICOS

[58] A Autora é Doutora em Educação e Inclusão pela UFMG. Professora da Universidade do Estado do Amazonas- UEA e Coordenadora do Curso de Psicologia da Faculdade Boas Novas - FBN

[59] A Autora é Doutora em Psicologia pela UFMG. Vice-Presidente do Conselho Brasileiro para superdotação – ConBraSD (2025-2026). Professora da Universidade do Estado do Amazonas- UEA

1.1 Transtorno do Espectro Autista: Definição, Características e Implicações Clínicas

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um transtorno do neurodesenvolvimento complexo, caracterizado pela apresentação heterogênea de déficits persistentes na comunicação social, na reciprocidade social e por padrões restritos, repetitivos de comportamento, interesses e atividades. De acordo com o DSM-5, o diagnóstico do TEA contemporaneamente reconhece a variabilidade do espectro, considerando diversos níveis de suporte necessário e diferentes manifestações clínicas ao longo do ciclo de vida. No contexto clínico de consultório, a compreensão dessas características é fundamental para a avaliação abrangente que não se restrinja apenas a aspectos comportamentais e comunicativos, mas que integre a análise de funções motoras, habilidades sensoriais e aspectos neuropsicológicos correlatos.

A etiologia do TEA permanece multifatorial, envolvendo interações complexas entre fatores genéticos, ambientais e neurobiológicos. Estudos recentes destacam a contribuição de variações genéticas, como mutações nos genes MECP2, SHANK3 e CHD8, associadas a subgrupos fenotipicamente distintos. No entanto, a expressão clínica final resulta também de variáveis ambientais, condições gestacionais e fatores de risco perinatais. Para o profissional clínico, essa compreensão multidimensional orienta a necessidade de avaliação integradora que considere o histórico desenvolvimentista completo da criança, incluindo marcos motores, história gestacional e pós-natal, além de observações comportamentais diretas em ambiente controlado.

A taxa de prevalência do TEA tem aumentado significativamente nas últimas duas décadas, estimada em aproximadamente 1 em cada 54 crianças segundo dados epidemiológicos recentes. Esse aumento reflete não apenas maior conscientização clínica e expansão de critérios diagnósticos, mas também modificações ambientais e sociais pouco compreendidas. Em contexto amazônico, como Manaus, observa-se discrepância entre áreas urbanas bem servidas de recursos diagnósticos e regiões remotas onde diagnósticos ocorrem tardiamente ou não ocorrem, evidenciando disparidades no acesso a avaliação profissional especializada. Nesse cenário, avaliação profissional especializada assume papel estratégico na identificação precoce e no planejamento de intervenções.

1.2 Coordenação Motora Fina: Conceituação, Desenvolvimento e Relevância Clínica

A coordenação motora fina refere-se à capacidade de realizar movimentos precisos, controlados e delicados envolvendo os pequenos músculos das mãos e dos dedos, essenciais para a execução de tarefas que demandam destreza manual. Fundamenta-se em processos neuromotores complexos: integração sensoriomotora, controle postural proximal, dissociação segmentar dos dedos, feedback proprioceptivo e visomotor, além de fatores cognitivos como planejamento motor, sequenciamento e inibição de impulsos. No contexto do desenvolvimento típico, a aquisição de habilidades motoras finas segue sequência progressiva, iniciando-se com preensão palmar reflexa nos primeiros meses de vida e evoluindo para controle de pinça trípode digital durante o segundo e terceiros anos, consolidando-se progressivamente até a idade escolar.

Em crianças com TEA, o desenvolvimento da coordenação motora fina frequentemente apresenta peculiaridades. Algumas crianças demonstram capacidades motoras finas preservadas ou até superiores em determinadas tarefas, particularmente aquelas que se alinham aos interesses específicos ou habilidades preferenciais do espectro. Outras, contudo, exibem atrasos significativos, manifestando-se como imprecisão, lentidão, dificuldade na preensão, descontrole de força ou inadequação no planejamento motor sequencial. A integração sensorial pode estar comprometida, de modo que não apenas a capacidade motora, mas o processamento de inputs sensoriais táteis, proprioceptivos e visuais influencia o desempenho. Em ambiente clínico, essa variabilidade exige avaliação customizada, sensível às singularidades de cada criança.

A relevância clínica da coordenação motora fina estende-se além de tarefas escolares acadêmicas. Abrange atividades críticas de autocuidado, como manipulação de talheres durante alimentação, higiene pessoal (escovar dentes, pentear cabelo), vestiário (abotoar, fechar zíperes), e outras atividades da vida diária que impactam diretamente na autonomia e qualidade de vida. Déficits nessas habilidades comprometem não apenas a independência funcional, mas também geram impacto emocional, frustração e potencialmente afetam relacionamentos familiares. Na avaliação clínica, esses aspectos funcionais devem ser explicitamente investigados, pois refletem realidade vivida pela criança e por sua família.

1.3 Avaliação Clínica da Coordenação Motora Fina em TEA

A avaliação clínica da coordenação motora fina em criança com TEA requer instrumentos múltiplos, combinando abordagens padronizadas e observações qualitativas. Escalas e instrumentos de avaliação psicomotora adaptados, e protocolos específicos de terapia ocupacional permitem mensuração objetiva de habilidades. Contudo, a diversidade sensorial e comportamental em TEA exige também observação clínica atenta a como a criança interage com materiais, como reage a diferentes texturas, como

organiza movimentos em contexto naturalisticamente significativo. Buratti, Souza e Gorla (2020) destacam a importância de instrumentos que captem não apenas presença ou ausência de habilidade, mas grau funcional de desempenho em contexto relevante para a vida da criança.

A avaliação deve incluir componentes de história desenvolvimentista detalhada, exame neuromotor estruturado, testes de integração sensoriomotora, análise de atividades funcionais específicas e coleta de informações observacionais da família sobre desempenho em ambiente domiciliar. A triangulação dessas fontes oferece compreensão holística do perfil motor da criança. Em consultório, o profissional neuropsicopedagogo assume papel central em coordenar essa avaliação multidimensional, frequentemente em colaboração com terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, psicólogos e fonoaudiólogos que possam contribuir com perspectivas especializadas.

1.4 Intervenção Clínica e Estratégias de Reabilitação Motora em TEA

A intervenção clínica de déficits de coordenação motora fina em TEA fundamenta-se em princípios de neuroplasticidade, aprendizagem motora e sensibilidade às características sensoriais e comportamentais do espectro. Estratégias efetivas combinam atividades graduais de treino motor fino, respeito aos interesses individuais da criança, integração de abordagens lúdicas e uso de reforços significativos. Diferentemente do contexto escolar, no ambiente clínico há maior flexibilidade temporal, possibilidade de intensificar frequência de atendimento conforme necessidade clínica, e oportunidade de trabalhar com acuidade diagnóstica precisa que oriente intervenções específicas.

Abordagens psicomotoras, técnicas de facilitação neuromuscular proprioceptiva (PNF), atividades de integração sensorial e exercícios de fortalecimento gradual da musculatura intrínseca da mão representam recursos clinicamente validados. Adicionalmente, o uso de tecnologias assistivas, desde adaptações ergonômicas simples até aplicativos digitais de traçado e feedback visual, complementa intervenções. De Albuquerque et al. demonstram que a articulação entre intervenção direta com a criança e orientação familiar estruturada, onde pais recebem protocolos claros de exercícios domiciliares, potencializa ganhos e sustenta progresso entre sessões clínicas.

1.5 Papel da Família e Orientação Parental no Contexto Clínico

No ambiente clínico, a família emerge como agente central de intervenção. Ao contrário do contexto escolar onde professor e escola exercem mediação, no consultório a responsabilidade pela continuidade terapêutica repousa primordialmente sobre responsáveis. Bellodi et al. (2024) demonstram que orientação parental estruturada, onde pais compreendem a natureza dos déficits motores da criança, conhecem estratégias específicas de suporte, e mantêm consistência em exercícios domiciliares, gera impactos significativos no desenvolvimento motor. Ansiedade parental excessiva ou expectativas irrealistas, por outro lado, podem interferir na adesão terapêutica e gerar pressão contraproducente.

O profissional clínico deve equilibrar comunicação clara sobre diagnóstico e prognóstico com esperança fundamentada. Sessões específicas de orientação, demonstração de técnicas, co-planejamento de metas e celebração de pequenos progressos constroem aliança terapêutica e engajamento familiar duradouro. Em consultório, a criança e sua família recebem atenção individualizada, permitindo customização completa de abordagens conforme dinâmica familiar específica, estrutura domiciliar, recursos disponíveis e perfil de aprendizagem de responsáveis.

2. METODOLOGIA

2.1 Desenho de Pesquisa e Procedimentos

Adotou-se abordagem qualitativa combinando duas estratégias: (a) revisão sistemática da literatura sobre coordenação motora fina em TEA em contextos clínicos (2019-2025); (b) análise clínica observacional de cinco crianças com TEA diagnosticadas atendidas por profissionais especializados em Manaus. A pesquisa de campo fundamentou-se em observação clínica estruturada, sem, contudo, interferência nos procedimentos diagnósticos e terapêuticos de rotina. Todos os responsáveis das crianças consentiram formalmente com a pesquisa, respeitando-se rigorosamente aspectos éticos de confidencialidade, anonimato e beneficência.

2.2 Revisão Sistemática da Literatura

A revisão foi conduzida em quatro bases de dados principais: CAPES, PubMed, SciELO e BDTD (Biblioteca Digital

de Teses e Dissertações). Descritores combinados utilizaram operadores booleanos: "Transtorno do Espectro Autista" AND "coordenação motora fina" AND ("avaliação clínica" OR "intervenção clínica" OR "consultório" OR "reabilitação"). Incluíram-se estudos publicados entre 2019 e 2025, em português, com foco em TEA e coordenação motora fina em contextos clínicos ou de avaliação especializada. Excluíram-se trabalhos anteriores a 2019, estudos puramente teóricos sem aplicação clínica, e publicações sem acesso ao texto completo. A busca inicial identificou 267 registros, dos quais 169 foram excluídos por duplicação ou critérios de exclusão, resultando em 98 registros para triagem. Após leitura de títulos e resumos, 35 estudos atenderam critérios preliminares. Leitura integral com avaliação qualitativa metodológica resultou em 19 publicações incluídas na síntese final.

2.3 Contexto Clínico e Participantes da Pesquisa

A observação clínica ocorreu em consultório particular especializado em Manaus. Três crianças com diagnóstico confirmado de TEA (conforme critérios DSM-5), todas com laudo formal de especialista, participaram. Idades variaram entre 4 e 8 anos, abrangendo período crítico de desenvolvimento motor fino e aquisição de habilidades funcionais. Todas recebiam acompanhamento multiprofissional regular (fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicopedagogia). As avaliações clínicas de coordenação motora fina seguiram protocolo estruturado compreendendo: (a) história desenvolvimentista e sensorial detalhada; (b) exame neuromotor; (c) aplicação de escala de desempenho motor (escala de 1-5); (d) observação de atividades funcionais especificadas; (e) coleta de relatos familiares sobre desempenho domiciliar.

2.4 Instrumento de Avaliação: Escala de Desempenho Motor

Utilizou-se escala ordinal de 5 pontos para mensurar desempenho em três domínios: autonomia no uso de instrumentos de escrita (lápis, caneta), manuseio de tesoura, e habilidade de pinça (preensão fina de objetos pequenos). Parâmetros incluíram: Nível 1 (ausência ou desempenho muito limitado, requer suporte intensivo); Nível 2 (desempenho inicial, apoio constante necessário); Nível 3 (desempenho intermediário, auxílio ocasional); Nível 4 (desempenho próximo da autonomia, apoios pontuais); Nível 5 (desempenho autônomo, funcional e apropriado para idade). Essa categorização permitiu captar nuances de desempenho funcional e orientar planejamento de intensidade terapêutica.

2.5 Procedimentos de Análise

Os dados foram organizados em matriz temática integrando: manifestações de dificuldade motora fina, características sensoriais, perfil cognitivo-comportamental, estratégias de intervenção clínica implementadas, respostas às intervenções, e dados familiares sobre generalização de ganhos em contexto domiciliar. Análise de conteúdo temática identificou padrões convergentes e divergentes entre casos clínicos. Confronto sistemático de observações clínicas com achados bibliográficos gerou compreensão integrada, respeitando especificidades do contexto clínico versus escolar.

3. Resultados

3.1 Revisão Sistemática da Literatura

3.1.1 Caracterização Geral dos Estudos Incluídos

Tabela 28 – Distribuição Temporal

2019-2021	5	26%
2022-2024	14	74%
TOTAL	19	100%

Fonte: Dados coletados pelas autoras

Tabela 29 – Distribuição por Tipo de Publicação

Dissertações de Mestrado	10	53%
Artigos em Periódicos Científicos	6	32%
Capítulos de Livros	3	15%
TOTAL	19	100%

Fonte: Dados coletados pelas autoras

Tabela 30 – Distribuição Geográfica.

Sudeste	8	42%
Norte (incluindo Amazonas)	4	21%
Outras Regiões	7	37%
Total Instituições Brasileiras	19	79%

Fonte: Dados Coletados pelas autoras.

Tabela 31 – Detalhamento Região Norte - Foco Amazonas.

Amazonas	2	11% (do total)
Outras Regiões Norte	2	10% (do total)
Total Região Norte	4	21% (do total)

Fonte: Dados Coletados pelas autoras.

3.1.2 Heterogeneidade Fenotípica e Variabilidade de Apresentação Motora

A revisão evidenciou consenso científico robusto sobre heterogeneidade fenotípica do TEA no domínio da coordenação motora fina. Dos 19 estudos analisados, 16 (84%) explicitamente discutem a existência de subgrupos distintos dentro do espectro autista: enquanto aproximadamente 35-40% das crianças com TEA apresentam coordenação motora fina preservada ou mesmo superior, 45-50% exibem déficits moderados comprometendo algumas funções específicas, e 15-20% apresentam déficits severos impactando significativamente autonomia nas atividades da vida diária. Essa variabilidade não é aleatória, mas relaciona-se a fatores como nível de funcionamento geral, presença de comorbidades neurológicas, perfil sensorial específico e capacidade intelectual.

Estudos de Lloyd, Macdonald e Lord (2013) sobre habilidades motoras em crianças que estão começando a andar com TEA demonstraram que o tempo de aquisição de marcos motores finos em crianças com TEA frequentemente segue sequência alterada ou não linear, não sendo simplesmente mais lento, mas qualitativamente diferente. Pan et al. (2017) identificaram que déficits motores finos em crianças com TEA frequentemente correlacionam-se com dificuldades de praxia e planejamento motor, não apenas com fraqueza muscular, indicando envolvimento de estruturas cerebrais distintas daquelas em desenvolvimento típico.

3.1.3 Instrumentos de Avaliação e Desafios Diagnósticos

A revisão identificou pluralidade de instrumentos utilizados para avaliar coordenação motora fina em crianças com TEA. Vinte e um diferentes instrumentos foram citados nos 19 estudos analisados, incluindo: Teste de Desempenho Escolar (TDE-II), Bateria de Avaliação do Movimento para Crianças (MABC-2), escalas de integração sensorial, protocolos de terapia ocupacional, e testes de praxia adaptados. Contudo, 89% dos estudos (n=17) evidenciam limitações significativas dos instrumentos padronizados para avaliar crianças com TEA devido a demandas sensoriais específicas dos testes, dificuldades com transições entre atividades, necessidade de comunicação verbal que muitas crianças com TEA não possuem, e ausência de normas específicas para população autista.

Leite e Diniz (2022) particularmente argumentam que instrumentos originalmente desenvolvidos para população com desenvolvimento típico frequentemente subestimam capacidades em crianças com TEA que possuem interesses específicos em tarefas motoras finas, enquanto superestimam dificuldades em indivíduos com sensibilidades táteis exacerbadas. Consequentemente, 68% dos estudos (n=13) recomendam abordagem múltipla combinando avaliação padronizada com observação qualitativa, relatos familiares e análise de desempenho em contextos naturais.

3.1.4 Papel da Integração Sensorial e Processamento Sensoriomotor

Aspecto particularmente convergente na literatura foi a centralidade da integração sensorial na compreensão de déficits de coordenação motora fina em TEA. 79% dos estudos (n=15) explicitamente discutem como disfunção de integração sensorial frequentemente subjaz déficits aparentemente "motores". Ayres (2005) em obra seminal sobre integração sensorial em crianças argumenta que processamento adequado de informações proprioceptivas, táteis e visuais é pré-requisito para desenvolvimento coordenado de movimento fino.

O processamento sensorial em crianças com TEA frequentemente apresenta perfis heterogêneos e contrastantes. Dunn (1999), no desenvolvimento do *Sensory Profile,* instrumento padronizado amplamente utilizado na avaliação de processamento sensorial em populações clínicas, identifica que crianças podem apresentar diferentes padrões de resposta sensorial, variando de hipersensibilidade (*over-responsiveness*) a hipossensibilidade (*under-responsiveness*). Especificamente em população com TEA, Tomchek e Dunn (2007) em estudo comparativo entre crianças com e sem autismo encontraram que crianças com TEA apresentavam significativamente mais problemas de processamento sensorial, com prevalência aumentada tanto de hipersensibilidade quanto de hipossensibilidade a estímulos diversos.

Pesquisas posteriores confirmaram esse achado. Kern et al. (2007) investigaram especificamente correlações sensoriais em autismo, identificando que aproximadamente 70% das crianças com TEA apresentam hipersensibilidade tátil a certas texturas, manifestando-se como evitação, ansiedade ou respostas defensivas a contato físico ou materiais com texturas específicas. Em contraste, Tavassoli et al. (2019) em estudo sobre hipersensibilidade em adultos com TEA encontraram que parcela significativa da população autista (estimada em 15-25%) apresenta padrão oposto: hipossensibilidade sensorial com busca ativa por estimulação sensorial intensa, particularmente proprioceptiva e tátil de alta intensidade.

Esses perfis sensoriais distintos e frequentemente opostos demandam estratégias de intervenção fundamentalmente diferentes. Pfeiffer e Kinnealey (2003) em investigação sobre tratamento da defensividade sensorial descrevem que crianças com hipersensibilidade tátil requerem abordagens graduais de dessensibilização, exposição controlada e tolerância progressiva a diferentes texturas, com redução concomitante de ansiedade e defensividade. Em contraposição, crianças com hipossensibilidade necessitam aumento significativo de feedback sensorial proprioceptivo, tátil de alta intensidade e estimulação vestibular para facilitação de engajamento com tarefas motoras finas. Pfeiffer et al. (2011) em estudo sobre efetividade de intervenções de integração sensorial em crianças com TEA demonstram que abordagens sensoriomotoras customizadas conforme perfil específico de responsividade sensorial resultam em melhoras significativas em coordenação motora fina.

3.1.5 Efetividade de Intervenções Clínicas e Modalidades Terapêuticas

A literatura demonstra consenso sobre efetividade de intervenções estruturadas, embora com ressalvas importantes sobre variabilidade de resposta individual. Dos 19 estudos, 18 (95%) reportam que crianças com TEA são capazes de progresso significativo em coordenação motora fina quando expostas a intervenções apropriadamente customizadas. Contudo, magnitude de progresso variou substancialmente, com tamanhos de efeito pequenos a moderados em estudos bem controlados.

Pfeiffer et al. (2011) em estudo piloto de intervenções de integração sensorial em crianças com TEA demonstraram efetividade moderada, com 58% dos participantes apresentando melhoras clinicamente significativas após 10 semanas de intervenção intensiva. Pan et al. (2017) investigaram especificamente intervenção física em coordenação motora fina em TEA, encontrando que atividade estruturada combinada com feedback explícito resultou em melhoras em desempenho motor fino e em habilidades sociais correlatas.

A duração da intervenção emergiu como variável crítica. Estudos mostrando os maiores progressos tipicamente envolveram atendimento intensivo (3-4 vezes por semana) durante mínimo de 12-16 semanas, enquanto intervenções menos intensivas (1-2 vezes por semana) mostraram progressos mais modestos, embora ainda significativos. Igualmente, presença de orientação parental estruturada foi identificada como preditor importante de sucesso terapêutico, com estudos reportando que crianças cujas famílias recebem orientação sistemática progridem 1,5 a 2 vezes mais rapidamente que aquelas sem suporte familiar coordenado.

3.1.6 Importância da Abordagem Multidisciplinar

Achado convergente em 95% dos estudos (n=18) foi necessidade de abordagem multidisciplinar para otimizar resultados. Intervenção isolada por único profissional, embora benéfica, frequentemente produz resultados menos robustos que atuação coordenada de terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos e profissionais da educação especial. Sinergia entre profissionais permite identificação e tratamento de dificuldades correlatas (como dispraxia verbal acompanhando déficits motores finos), ajuste contínuo de estratégias conforme evolução do cliente, e implementação de intervenções integradas que abordam criança como totalidade.

3.1.7 Lacunas na Literatura Identificadas

A revisão sistemática identificou lacunas importantes no corpo de conhecimento científico atual. Primeiro, há escassez de estudos longitudinais de longa duração (>12 meses), dificultando compreensão de trajetórias de desenvolvimento motor fino em TEA a longo prazo e previsão de resultados funcional na vida adulta. Segundo, poucos estudos abordam especificamente contextos clínicos em consultórios privados, concentrando-se predominantemente em ambientes escolares ou centros de reabilitação públicos. Terceiro, investigações sobre fatores que predizem velocidade e magnitude de resposta à intervenção são limitadas, dificultando personalização de prognósticos clínicos. Quarto, existe necessidade de maior rigor metodológico em estudos brasileiros, com frequente ausência de grupos controle, tamanhos amostrais pequenos e limitações em validade interna.

3.2 Resultados da Observação Clínica: Perfil Motor Individual

Participante 1 (JB., 5 anos, Pré-escolar):

JB apresentava preensão palmar supinada, sem dominância manual estabelecida. Autonomia no uso de lápis situava-se no Nível 2: traços imprecisos, pressão inconsistente, exigia suporte físico constante para manutenção de postura. No manuseio de tesoura, atingia Nível 1, incapaz de coordenação bilateral sem intervenção manual contínua. Habilidade de pinça também em Nível 1. Intervenções clínicas enfatizaram exercícios graduais de fortalecimento intrínseco, técnicas de facilitação neuromuscular proprioceptiva (PNF), e atividades com variadas texturas respeitando preferências sensoriais. Desafios concentravam-se em impulsividade, pouco controle inibitório e dificuldades em tarefas que exigiam planejamento fino. Intervenções incorporaram atividades metacognitivas, autoinstruções verbais e reforços contingentes. Após 16 semanas de atendimento duas vezes por semana, B. evoluiu para Nível 2 em autonomia do lápis, demonstrando maior estabilidade postural e controle de força.

Participante 2 (B., 4 anos, Pré-escolar):

B. apresentava acentuados déficits de integração sensoriomotora, hipotonia distal e ausência de pinça trípode funcional. Avaliação inicial: Nível 1 em todos os domínios. Apresentava comportamentos de evitação a certas texturas, dificultando engajamento em atividades motoras. Estratégia clínica envolveu dessensibilização gradual a texturas, pareamento de atividades motoras com interesses específicos (temas preferidos), e suporte físico mínimo respeitando autonomia crescente. Também apresentava como desafio a impulsividade, pouco controle inibitório e dificuldades em tarefas que exigiam planejamento fino. Intervenções incorporaram atividades metacognitivas, autoinstruções verbais e reforços contingentes. Após 20 semanas, progrediu

para Nível 2, mas sem ainda demonstrar iniciativa em atividades manuais previamente evitadas. Passou a demonstrar maior estabilidade postural e controle de força.

Participante 3 (J.J, 8 anos, 2º ano):

J.J demonstrava perfil cognitivo-motor mais equilibrado, com autonomia no lápis em Nível 3, manejo de tesoura em Nível 2 e pinça em Nível 3. Desafios relacionavam-se a lentidão na execução, resistência a mudanças de atividade e dificuldades de planejamento sequencial. Intervenções enfatizaram estruturação visual de atividades, uso de contadores de tempo para transições, e exercícios de praxia sequencial. Progrediu para Nível 4 em dois domínios após 10 semanas.

3.3 Discussão Integrada: Sinergias entre Literatura Sistemática e Observação Clínica

3.3.1 Heterogeneidade de Apresentação Clínica Confirmada em Casos

Os achados da revisão sistemática sobre heterogeneidade fenotípica do TEA em coordenação motora fina foram integralmente confirmados na observação clínica realizada. Os três participantes acompanhados refletiram espectro amplo de apresentação: enquanto participante J.J. apresentava déficits leves circunscritos primariamente a aspectos de lentidão na execução, resistência a mudanças de atividade e dificuldades de planejamento sequencial com boa preensão palmar basal, participante B. exibia comprometimento severo implicando todas as funções motoras finas investigadas com hipotonia distal significativa. Essa variabilidade intra-diagnóstico, consonante com literatura, enfatiza impossibilidade de abordagem padronizada única para toda população com TEA.

Particularmente relevante foi a observação de que dois participantes (J.B. e B.) apresentavam ambos Nível 1 em habilidade de pinça em avaliação inicial, contudo qualidades de dificuldade eram distintas: J.B. apresentava impulsividade e pouco controle inibitório enquanto B. exibia hipersensibilidade tátil e evitação de texturas. Essas diferenças qualitativas resultaram em estratégias terapêuticas completamente divergentes, apoiando recomendação forte da literatura (68% dos estudos) de que avaliação meramente quantitativa é insuficiente.

3.4.2 Centralidade da Integração Sensorial

O papel preponderante da integração sensorial na compreensão de déficits motores finos, identificado na revisão (79% dos estudos), foi vividamente ilustrado no caso de B. Inicialmente, o déficit de B. poderia ser atribuído a fraqueza muscular ou falta de coordenação motora, classificação que teria levado a intervenção centrada exclusivamente em exercícios de fortalecimento. Contudo, reconhecimento de que déficit subjacente era hipersensibilidade tátil e comportamentos de evitação levou a reorientação estratégica que prioriza dessensibilização gradual associada a exercícios motores, resultando em progresso significativo.

Este caso clínico exemplifica precisamente a advertência de Ayres (2005) sobre inadequação de avaliações motoras isoladas em TEA. Conforme Dunn (1999), o processamento sensorial representa componente fundamental subjacente ao desempenho motor, de modo que integração sensorial prejudicada não causa simplesmente "movimento lento", mas afeta qualidade fundamental de engajamento com tarefa. Intervenção sem consideração específica do perfil sensorial produz adesão inadequada e progressos modestos.

Especificamente no caso de B., reconhecimento de hipersensibilidade tátil permitiu aplicação de protocolo de dessensibilização gradual baseado em princípios descritos por Pfeiffer e Kinnealey (2003), com exposição progressiva a diferentes texturas e redução concomitante de ansiedade defensiva. A observação de que B. progressivamente aceitou contato com diferentes texturas conforme redução de defensividade tátil ilustra reciprocidade entre processamento sensorial adequado e capacidade de desenvolvimento motor fino, apoiando model de Ayres (2005) sobre integração sensoriomotora como base para coordenação motora.

3.4.3 Importância de Frequência Intensiva e Duração de Intervenção

A revisão sistemática evidenciou que intervenções com duração suficiente (12-16+ semanas) produzem resultados superiores a atendimentos mais breves. Dados clínicos confirmam essa tendência: J.B., com 16 semanas de intervenção, apresentou progresso em tesoura (Nível 1→2) e manteve estabilidade postural melhorada. B., com maior duração (20 semanas), alcançou progresso em autonomia do lápis (Nível 1→2), embora com evolução mais lenta refletindo severidade inicial de comprometimento. Em contraste, J.J., com apenas 10 semanas, apresentou progressão acelerada para Nível 4 em dois domínios, sugerindo que velocidade de progresso se correlaciona também com severidade inicial de déficits.

Contudo, duração também emergiu como crítica: J.J. com déficit inicial menor evoluiu mais rapidamente (10 semanas) do que participantes com comprometimento inicial maior. Isso sugere relação curvilinear entre severidade inicial, frequência necessária e tempo requerido para atingir objetivos terapêuticos. A neuroplasticidade, conceito amplamente demonstrado em estudos de reabilitação e aprendizagem motora, refere-se à capacidade do cérebro de reorganizar circuitos neurais e promover recuperação funcional a partir de experiências repetidas e práticas específicas (Ferrari, 2001; Neves et al., 2023). Pesquisas robustas mostram que o volume de prática terapêutica, combinação entre frequência e duração das sessões, impacta diretamente na magnitude de reorganização neural e na aquisição de habilidades motoras, mesmo após lesões cerebrais e em contextos de neurodesenvolvimento atípico (Borghi & Barbosa, 2024; Pereira et al., 2024; Classen et al., 2025). Por exemplo, intervenções motoras intensivas repetidas por várias semanas ou meses promovem maiores ganhos em conectividade cortical e em desempenho funcional quando comparadas a protocolos mais esparsos ou de curta duração (Fang et al., 2015; Classen et al., 2025). Assim, o "volume" terapêutico torna-se variável preditiva fundamental para potencializar efeitos da neuroplasticidade em crianças, adultos ou situações de reabilitação motora, devendo orientar a frequência e duração de planejamentos clínicos.

3.4.4 Orientação Familiar Estruturada como Preditor de Sucesso

Aspecto emergente na comparação dos três casos foi a inadequação de avaliação meramente numérica. J.B. iniciou com Nível 2 em autonomia do lápis e manteve esse nível apesar de 16 semanas de intervenção; contudo, qualidade de movimento evoluiu significativamente, com maior estabilidade postural e controle de força. Similarmente, B. progrediu de Nível 1→2 em autonomia do lápis após 20 semanas, mas mudança qualitativa foi marcada especialmente por redução de evitação sensorial e aumento de iniciativa exploratória. Em contraste, J.J. apresentou progressão linear esperada (Nível 3→4) com *timeline* mais breve refletindo natureza distinta de seu comprometimento.

Este padrão respalda conclusão de Bellodi et al. (2024) e De Albuquerque et al. (2024) de que orientação e avaliação clínica sensível às mudanças qualitativas é fundamental. Mudanças em controle inibitório, sensibilidade tátil e iniciativa comportamental frequentemente precedem mudanças numéricas em escalas padronizadas, mas impactam significativamente na qualidade de vida e autonomia funcional.

3.4.5 Abordagem Multidisciplinar Implicada em Melhores Desfechos

A revisão sistemática identificou abordagem multidisciplinar como preditor de sucesso em 95% dos estudos. A observação clínica demonstrou que a importância do trabalho colaborativo da equipe multidisciplinar no atendimento a crianças com TEA.

Por exemplo, para B., e J. quando incluído a avaliação de integração sensorial sistemática realizada por terapeuta ocupacional especializado e dos demais profissionais da equipe multidisciplinar, o progresso em engajamento motor aceleraram notavelmente. Isso corrobora literatura argumentando que integração entre domínios (motor, sensorial, comunicativo, emocional) otimiza desfechos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o impacto das dificuldades de coordenação motora fina no desempenho funcional de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), articulando revisão sistemática da literatura e análise clínica de casos acompanhados em contexto especializado. Os resultados demonstram que a heterogeneidade fenotípica do TEA também se manifesta sobre os aspectos motores, sendo frequente a coexistência de perfis distintos de hipersensibilidade ou hipossensibilidade sensorial, os quais demandam intervenções adaptadas e sensíveis às singularidades de cada criança.

A análise clínica revelou que ganhos motores expressivos estão associados a planejamentos individualizados, frequência e duração adequada das intervenções, integração entre estratégias sensoriais e motoras e engajamento familiar ativo, em consonância com as evidências da literatura sobre neuroplasticidade e aprendizagem motora. Tais achados reforçam que o sucesso terapêutico não decorre apenas de protocolos padronizados, mas do reconhecimento da complexidade dos desafios e da correspondência entre avaliação precisa, intervenção customizada e apoio multidisciplinar.

Conclui-se que a atuação integrada entre avaliação neuropsicopedagógica, intervenções sensoriais e motoras e orientação familiar constitui estratégia potencializadora do desenvolvimento funcional e da autonomia de crianças autistas. Recomenda-se a ampliação de pesquisas que considerem a interação entre fatores sensoriais, emocionais e contextuais, bem como a disseminação de práticas baseadas em evidências para a formação continuada de profissionais e para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e responsivos.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, A. J. **Integração sensorial e a criança:** compreendendo os desafios sensoriais ocultos. 5. ed. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2005.

BELLODI, J. et al. **A importância da família e da psicomotricidade no desenvolvimento da criança com TEA**: um estudo de caso. Revista Diálogos Interdisciplinares, v. 4, n. 16, p. 170-190, 2024.

BORCHI, M. A.; BARBOSA, B. G. **Processo de plasticidade neuronal pós acidente vascular encefálico**: revisão. Resp Científica, 2024.

BURATTI, J. R.; SOUZA, N. C.; GORLA, J. I**. Coordenação motora**: instrumentos de medidas e avaliação. Campinas: FEF/UNICAMP, 2020.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Digitaliza Conteúdo, 2020.

DE ALBUQUERQUE, G. V. et al. **O transtorno do espectro autista e a aprendizagem escolar**: um olhar a partir da psicomotricidade. Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 6, n. 2, p. 1-25, 2024.

DUNN, W. **Sensory Profile**: User's Manual. San Antonio: The Psychological Corporation, 1999.

FANG, Y. et al. **Recovery of post stroke proximal arm function, driven by complex neuroplastic mechanisms. Frontiers in Human Neuroscience**, v. 9, n. 394, 2015. DOI: 10.3389/fnhum.2015.00394.

FERRARI, E. A. de M. et al. **Plasticidade neural**: relações com o comportamento e abordagens experimentais. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 17, n. 2, p. 201-210, 2001.

JÚNIOR, C. A. O. M.; BATISTA, M. C. **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências. Ponta Grossa**: Atena, 2023.

KERN, J. K. et al. **Sensory correlations in autism**. Autism, v. 11, n. 2, p. 123-134, 2007.

LEITE, I. P.; DINIZ, E. **Principais instrumentos para avaliar o desempenho motor em crianças com o transtorno do espectro autista**: um estudo de revisão sistemática. Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada, v. 23, n. 1, p. 35-52, 2022.

LOBATO, D. M. N. **Desafios para as práticas pedagógicas de professores para a inclusão no ensino regular de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades) – Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, 2021.

NEVES, F. D. S. et al. **Atuação da neuroplasticidade na reabilitação motora**. Revista Fisioterapia em Movimento, v. 36, p. 1-12, 2023. Disponível em: https://revistaft.com.br/atuacao-da-neuroplasticidade-na-reabilitacao-motora/. Acesso em: 06 nov. 2025.

PEREIRA, A. de C.; SOUZA, S. L.; MAGALHÃES, L. V. S. **Neuroplasticidade cerebral**: intervenções que estimulam a reorganização neural em pacientes pós-AVE. Revista Contemporânea, v. 1, n. 45, p. 130-142, 2024. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/3701. Acesso em: 06 nov. 2025.

PFEIFFER, B. A. et al. **Effectiveness of sensory integration interventions in children with autism spectrum disorders**: a pilot study. American Journal of Occupational Therapy, v. 65, n. 1, p. 76-85, 2011.

PFEIFFER, B.; KINNEALEY, M. **Treatment of sensory defensiveness in adults receiving outpatient occupational therapy services. American Journal of Occupational Therapy**, v. 57, n. 5, p. 519-527, 2003.

TAVASSOLI, T. et al. **Sensory overresponsivity in adults with autism spectrum conditions**. Autism, v. 23, n. 5, p. 1028-1041, 2019.

TOMCHEK, S. D.; DUNN, W. **Sensory processing in children with and without autism: a comparative study using the short sensory profile**. American Journal of Occupational Therapy, v. 61, n. 2, p. 190-200, 2007.

DIREITO SOCIAL DOS TRABALHADORES A PROTEÇÃO FRENTE Á AUTOMAÇÃO

Lidiane Vieira Moraes[60]
Anderson Lincoln Vital da Silva[61]

RESUMO: Analisar o direito social dos trabalhadores à proteção frente à automação, considerando os impactos da tecnologia nas relações de trabalho e a necessidade de regulamentação para assegurar uma transição justa. METODOLOGIA: Foi realizada uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, com consulta a doutrinas, artigos científicos e dispositivos constitucionais e infraconstitucionais. O estudo examinou o inciso XXVII do artigo 7º da Constituição Federal e demais normas que tratam da proteção do trabalhador. RESULTADOS: A análise evidenciou que a automação provoca transformações significativas no mercado de trabalho, exigindo políticas públicas e marcos regulatórios que garantam requalificação profissional e preservação de empregos. CONCLUSÃO: Constatou-se que é imprescindível a elaboração de mecanismos jurídicos e sociais que assegurem a adaptação dos trabalhadores às novas tecnologias, promovendo a justiça social e o equilíbrio entre inovação e proteção laboral.
Palavras-chave: Automação; Direito do trabalho; Proteção social; Requalificação profissional; Constituição Federal.

ABSTRACT: To analyze the social right of workers to protection against automation, considering the impacts of technology on labor relations and the need for regulation to ensure a just transition. **METHODOLOGY:** A qualitative literature review was carried out, with consultation of doctrines, scientific articles and constitutional and infra-constitutional provisions. The study examined item XXVII of article 7 of the Federal Constitution and other rules that deal with the protection of workers. **RESULTS:** The analysis showed that automation causes significant transformations in the labor market, requiring public policies and regulatory frameworks that ensure professional requalification and job preservation. **CONCLUSION:** It was found that it is essential to develop legal and social mechanisms that ensure the adaptation of workers to new technologies, promoting social justice and the balance between innovation and labor protection.
Keywords: Automation; Labor Law; Social protection; Professional requalification; Federal Constitution.

1 INTRODUÇÃO

O avanço da automação tem provocado significativas transformações nas relações de trabalho, exigindo novas abordagens jurídicas para garantir a proteção dos trabalhadores. A substituição progressiva da força de trabalho humana por sistemas automatizados levanta questões sobre a manutenção do emprego e da dignidade da pessoa humana. Nesse cenário, o Direito do Trabalho é chamado a reavaliar seus instrumentos de proteção social. A Constituição Federal já reconhece essa necessidade no artigo 7º, inciso XXVII. (Reis et al., 2021).

A automação desafia a eficácia dos direitos sociais ao criar um ambiente de trabalho cada vez mais dependente da tecnologia. A desconexão entre progresso técnico e garantia de empregos revela a urgência de políticas públicas voltadas à preservação do trabalho digno. O princípio da dignidade da pessoa humana impõe limites à substituição indiscriminada de trabalhadores por máquinas. Essa tensão exige o fortalecimento dos instrumentos constitucionais de proteção. (Silva et al., 2020).

O artigo 7º, XXVII da Constituição de 1988 assegura o direito à proteção frente à automação, mas sua efetividade ainda é limitada. A norma, embora clara, carece de regulamentação específica que possibilite sua aplicação concreta. A ausência de políticas públicas eficazes agrava a insegurança do trabalhador frente aos riscos da obsolescência profissional. O direito à proteção, portanto, deve ser reforçado como instrumento de inclusão social. (Alves, s.d.).

[60] Acadêmica do curso de Direito pela Universidade Federal Do Amazonas – UFAM.
[61] Doutor em Educação pela Universidade Luterana do Brasil. Professor do Curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas.

A proposta do Projeto de Lei nº 1.091/2019 é uma tentativa de regulamentar esse direito fundamental, apontando caminhos para a proteção do emprego. O projeto propõe medidas de transição e qualificação profissional como estratégias de adaptação à nova realidade tecnológica. A legislação deve acompanhar a velocidade das transformações tecnológicas para não se tornar obsoleta. É necessário garantir mecanismos eficazes de amparo jurídico. (Feliciano, 2019).

As novas formas de trabalho surgidas com a automação também desafiam a tributação tradicional e os mecanismos clássicos de proteção social. A proposta de uma tributação indutora, voltada à compensação dos efeitos negativos da automação sobre o emprego, surge como alternativa viável. Essa política pode incentivar a manutenção de postos de trabalho e garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário. O Estado, nesse contexto, deve atuar de forma estratégica. (De Carvalho Almeida; Feitosa, 2020).

A proteção do trabalhador frente à automação possui natureza poliédrica, envolvendo aspectos econômicos, sociais e éticos. Não se trata apenas de regulamentar o uso de máquinas, mas de garantir um ambiente de trabalho que preserve os direitos humanos fundamentais. A Constituição deve ser interpretada de forma evolutiva para atender às demandas do presente e do futuro. A justiça social depende dessa adaptação normativa. (Nogueira, 2023).

A substituição de trabalhadores por robôs atinge, em especial, os empregos de menor qualificação, aprofundando desigualdades sociais. As transformações no mercado exigem políticas públicas focadas em educação tecnológica e reconversão profissional. O direito social do trabalho deve ampliar suas fronteiras para incluir novas formas de proteção. A efetividade desses direitos passa pela atuação coordenada entre Estado e sociedade. (Silva, 2025).

Estudos revelam que, embora a automação aumente a produtividade, ela pode levar à precarização das relações de trabalho. A manutenção do vínculo empregatício em ambientes altamente automatizados é um desafio para o legislador. A proteção social precisa ser repensada com base nos princípios da solidariedade e da função social da empresa. A transição tecnológica deve ser justa e inclusiva. (Cavalheiro; Benatto, 2024).

O direito à proteção contra os efeitos da automação também está ligado à função do trabalho como elemento de identidade e inclusão social. A perda do emprego impacta diretamente na autoestima, na dignidade e na participação cidadã. Assim, a proteção jurídica ao trabalho vai além da dimensão econômica. Trata-se da preservação de valores fundamentais à existência humana. (Silva et al., 2020).

A Constituição de 1988 incorporou a proteção contra a automação como um direito fundamental, sinalizando sua importância no contexto contemporâneo. Contudo, a falta de regulamentação compromete sua eficácia. O desafio está em tornar esse direito efetivo, por meio de políticas concretas e normas que acompanhem a evolução tecnológica. Isso exige vontade política e sensibilidade social. (Rocha; Silva, 2019).

Diante disso, esta pesquisa propõe analisar o direito social à proteção frente à automação como mecanismo de preservação da dignidade do trabalhador. Justifica-se pela urgência em regulamentar normas já previstas na Constituição, mas ainda ineficazes diante da realidade tecnológica atual. O objetivo geral é identificar caminhos jurídicos que garantam uma transição justa e inclusiva no mundo do trabalho. (Da Mata; De Carvalho Almeida, 2020).

Deste modo, a presente pesquisa justifica-se diante do avanço acelerado da automação e suas implicações sobre o mercado de trabalho, especialmente no tocante à substituição da mão de obra humana por tecnologias inteligentes. Tal cenário impõe desafios urgentes ao Direito do Trabalho, que deve resguardar a dignidade da pessoa humana e o direito social ao emprego. A ausência de regulamentação efetiva para o inciso XXVII do artigo 7º da Constituição Federal compromete a proteção dos trabalhadores frente à obsolescência profissional.

2 METODOLOGIA

A investigação realizada tomou a forma de uma revisão de literatura, com o intuito de identificar e examinar de maneira crítica estudos que abordem a proteção dos trabalhadores em relação à automação. A pesquisa se propôs a explorar as diversas abordagens e perspectivas existentes acerca de como a automação impacta a segurança e os direitos dos trabalhadores, buscando, assim, fornecer uma compreensão mais abrangente do assunto em questão. De maneira inicial, foi estabelecido o tema principal que serviria como ponto focal para a investigação e, em seguida, foram desenvolvidas várias questões de pesquisa que orientaram de forma precisa todo o processo relacionado à busca e à seleção de fontes relevantes. Esse planejamento estruturado foi fundamental para direcionar os esforços na coleta de informações.

Subsequentemente, foi criada uma estratégia para a busca de informações em diversas bases de dados que são tanto acadêmicas quanto jurídicas. Essa estratégia envolveu o uso de palavras-chave que estão diretamente ligadas aos temas de

automação, direito trabalhista, proteção social e também às políticas públicas. Dessa forma, garantiu-se uma pesquisa abrangente e precisa, focando em aspectos relevantes e atuais. Foram utilizados operadores booleanos com o intuito de aprimorar os resultados obtidos, ao mesmo tempo em que se buscou assegurar uma ampla cobertura em relação aos temas abordados.

Foram considerados para inclusão estudos que foram publicados no intervalo de tempo que vai de 2015 até 2025, tanto na língua portuguesa quanto na língua inglesa, os quais abordavam de maneira direta a temática da automação, assim como os mecanismos relacionados à proteção do emprego. Foram eliminados da análise aqueles resumos que não possuíam uma versão completa em texto e também foram descartados os trabalhos que tratavam do tema apenas de maneira superficial ou que se referiam a ele de forma indireta.

O processo de seleção dos documentos foi realizado em duas etapas distintas e importantes. Na fase inicial, foi feita uma análise cuidadosa dos títulos e resumos dos documentos, com o objetivo de verificar a relevância e a pertinência de cada um deles com relação ao assunto em questão. Em seguida, na segunda etapa, foram realizadas leituras completas e detalhadas dos textos que haviam sido pré-selecionados, permitindo uma avaliação mais aprofundada e criteriosa do conteúdo. Duas pessoas foram responsáveis por conduzir essa fase de maneira independente, ou seja, cada uma realizou suas atividades sem interação com a outra. Após a conclusão desse trabalho individual, elas compararam suas respectivas análises e, em decorrência disso, chegaram a um consenso para permitir a inclusão final dos resultados obtidos.

A coleta de dados foi feita utilizando uma planilha que segue um padrão definido, na qual foram anotados diversos detalhes essenciais, como o nome do autor, o ano de publicação, a categoria do estudo, os objetivos que o nortearam, os métodos utilizados na pesquisa e os principais resultados encontrados. Essa abordagem sistemática garante um registro organizado e claro das informações necessárias para análise posterior. Esse método adotado possibilitou a organização do material de maneira sistemática e, ao mesmo tempo, comparativa, permitindo assim uma visualização mais clara e estruturada das informações apresentadas.s

Com o objetivo de realizar uma análise abrangente, os diferentes estudos foram organizados em várias categorias temáticas que possibilitam uma melhor compreensão do assunto em questão. Dentre essas categorias, destacam-se os fundamentos constitucionais, que abordam as bases legais e princípios constitucionais; as propostas legislativas, que tratam das sugestões e iniciativas de novas leis; os instrumentos econômicos, que se referem às ferramentas e mecanismos utilizados para influenciar a economia; e, por último, as políticas de formação profissional, que englobam as estratégias e ações voltadas para a capacitação e desenvolvimento de profissionais. Essa organização em categorias facilita a identificação e discussão dos diversos aspectos relacionados ao tema analisado. Cada uma das categorias mencionadas foi submetida a uma análise cuidadosa, levando em consideração o cenário das transformações tecnológicas que ocorrem atualmente. Esses mudanças impactam de maneira significativa as diferentes áreas de estudo, exigindo uma compreensão aprofundada das suas implicações e influências no contexto atual. Assim, esta investigação buscou explorar como essas transformações afetam cada categoria analisada.

A elaboração da síntese qualitativa dos conteúdos foi realizada por meio de uma técnica conhecida como análise de conteúdo, a qual se dedicou a identificar tanto as convergências, ou seja, os pontos em comum, quanto as divergências, que representam as diferenças, existentes entre as várias fontes consultadas. Foi realizada uma busca para evidenciar não apenas as boas práticas que estão sendo adotadas, mas também as lacunas que existem tanto em termos teóricos quanto normativos. Essas lacunas sugerem a necessidade de um aprofundamento e uma investigação futura mais detalhada sobre os temas abordados.

Finalmente, as considerações finais que foram extraídas dessa revisão foram organizadas de maneira a fundamentar o referencial teórico já existente e, além disso, fornecer orientações e sugestões pertinentes relacionadas a políticas públicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Fundamentos Constitucionais da Proteção ao Trabalho frente à Automação

O progresso significativo em áreas tecnológicas, juntamente com a implementação de sistemas automatizados nos processos de trabalho, está promovendo mudanças profundas e impactantes nas relações laborais entre empregadores e empregados. Esse cenário contemporâneo demanda uma análise mais aprofundada e reformulada do artigo 7º, inciso XXVII, da Constituição Federal, que aborda assuntos relacionados aos direitos trabalhistas. Esse dispositivo, apesar de ainda contar com uma regulamentação insuficiente, estabelece de maneira clara o direito à proteção contra a automação, ressaltando esse direito como uma manifestação do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, conforme argumentado por Reis em 2021.

Feliciano argumenta que o direito de receber proteção contra os efeitos da automação se constitui como um novo direito social que está emergindo, sendo necessário interpretá-lo considerando as mudanças que vêm ocorrendo no cenário do trabalho

na atualidade. Essas transformações, que afetam a maneira como as atividades laborais são realizadas, colocam em evidência a necessidade de garantir essa proteção, refletindo a realidade contemporânea do universo laboral. O autor sugere a implementação de normas e diretrizes que visem regulamentar o Projeto de Lei número. O documento 1.091/2019 deve ser entendido como um meio efetivo para a concretização desse direito, conforme mencionado por Feliciano em sua obra publicada em 2019.

A automação não se limita a ser apenas um acontecimento de natureza técnica, mas, na realidade, configura-se como um verdadeiro desafio que abrange questões jurídicas, sociais e éticas. Em outras palavras, o impacto da automação vai além de suas implicações tecnológicas, trazendo à tona a necessidade de uma análise cuidadosa sobre suas repercussões em diferentes esferas da sociedade. De acordo com a análise realizada por Silva e seus colegas, existe uma urgência em repensar e reconfigurar a função que o Estado desempenha, assim como a função do Direito do Trabalho, em face do avanço tecnológico que tem promovido a substituição do trabalho humano por máquinas automatizadas e sistemas tecnológicos (silva, 2020).

Da Mata e De Carvalho Almeida ressaltam que é fundamental que o direito do trabalho seja reavaliado e reposicionado de maneira a assegurar uma proteção efetiva ao trabalhador, especialmente em um cenário onde a automação nas atividades laborais vem se intensificando cada vez mais. Essa necessidade de reposicionamento se torna evidente à medida que as transformações tecnológicas estão mudando a dinâmica do trabalho e, consequentemente, as condições em que os trabalhadores se encontram. Portanto, é imprescindível que as regulamentações acompanhem essas mudanças para que a defesa dos direitos dos trabalhadores seja realmente eficaz e condizente com as novas realidades do mundo do trabalho contemporâneo. A normatividade atualmente em vigor se revela inadequada quando confrontada com as novas realidades que se apresentam, conforme salientado por Carvalho Almeida em 2020, em sua análise sobre a temática. Essa inadequação sugere que as normas estabelecidas não conseguem atender de maneira satisfatória às mudanças e desafios contemporâneos.

Nogueira realiza uma análise detalhada sobre a proteção em relação à automação, considerando-a um direito que possui várias facetas, o que se refere a um conceito poliédrico. Essa perspectiva envolve um entrelaçamento de diferentes dimensões, que incluem as esferas econômica, social e ambiental. Dessa forma, ele enfatiza a necessidade de que sejam implementadas políticas públicas que sejam abrangentes e que adotem uma abordagem multidisciplinar, de modo a dar conta das complexidades envolvidas nesse tema (Nogueira, 2023).

De acordo com Silva, as discussões e os debates acerca da modernização tecnológica não devem, de forma alguma, comprometer ou eliminar os direitos fundamentais que são essenciais à dignidade humana e à convivência social. É importante ressaltar que a evolução tecnológica, embora traga diversos benefícios e inovações, deve sempre respeitar e preservar essas bases fundamentais que garantem a liberdade e a justiça. Portanto, a proteção dos direitos básicos não pode ser negligenciada em prol do progresso tecnológico. Ao contrário do que se pode imaginar, é fundamental assegurar que o avanço ocorra de maneira a respeitar os marcos constitucionais relacionados à dignidade no trabalho e à função social que o emprego deve exercer (Silva, 2025). Isso implica que qualquer mudança deve ser alinhada aos princípios que garantem a valorização do trabalhador e o impacto positivo que o trabalho deve ter na sociedade.

Rocha e Silva ressaltam de forma contundente que a proteção dos postos de trabalho deve ser encarada como um elemento fundamental dentro da estrutura da ordem econômica e social. Nesse contexto, a automação se configura como um fenômeno que, por sua natureza transformadora, exige que sejam implementadas políticas de compensação e de qualificação profissional para que seus efeitos sejam adequadamente equilibrados. Portanto, é essencial considerar essas estratégias para garantir que a evolução tecnológica não comprometa a qualidade de vida dos trabalhadores (Rocha; Silva, 2019).

A Constituição Federal, ao estabelecer disposições que garantem a proteção contra a automação em diversas áreas, evidencia um claro compromisso com a valorização do trabalho humano, além de reafirmar a importância da inclusão produtiva de indivíduos no mercado de trabalho. Essa proteção é um reflexo da preocupação em resguardar os direitos dos trabalhadores frente às inovações tecnológicas, reafirmando a relevância do labor humano em um contexto de crescente mecanização e automação das atividades laborais. De acordo com Alves, essa diretriz deve servir como um guia fundamental para que se possa interpretar e também aplicar de maneira adequada as políticas públicas relacionadas ao tema mencionado (Alves, 2019).

Minharro defende a ideia de que é fundamental que o processo relacionado ao trabalho venha a incluir ferramentas efetivas que tenham como objetivo a proteção dos trabalhadores diante dos desafios impostos pela precarização provocada pelas inovações tecnológicas. Esse aspecto abrange a asseguração de formação profissional adequada, além da provisão de proteção legal (Minharro, 2024).

De Carvalho Almeida e Feitosa destacam a abordagem da tributação indutora como uma alternativa viável para mitigar os impactos prejudiciais que a automação desregulada pode causar. Essa proposta visa fomentar o uso responsável e consciente da

tecnologia no ambiente produtivo, promovendo, assim, uma maior responsabilidade na adoção de inovações tecnológicas. Essa perspectiva se torna cada vez mais relevante no contexto atual em que a automação desempenha um papel significativo em diversas indústrias (de Carvalho Almeida; Feitosa, 2020).

Diante do contexto atual, é de suma importância e urgência que se inicie uma discussão aprofundada acerca dos mecanismos institucionais que garantam um direito fundamental, que é o de proteção em relação à automação. Essa discussão é crucial para entender como as estruturas institucionais podem ser mobilizadas para assegurar que os indivíduos recebam a proteção devida diante dos avanços tecnológicos e da automação crescente nas diversas esferas da sociedade. Para que essa proposta seja viável, é fundamental reconsiderar e reavaliar a função que o Estado desempenha na atuação como intermediador entre o capital e o trabalho, conforme menciona Nogueira em seu trabalho de 2023.

Reis e seus colaboradores ressaltam que a eficácia do inciso XXVII está condicionada a uma interpretação que seja progressiva da Constituição. Além disso, enfatizam a importância da interação que deve existir entre as diferentes esferas: a legislativa, a administrativa e a judicial. Essa articulação é fundamental para garantir que a aplicação do inciso seja realizada de maneira adequada e eficaz (Reis, 2021).

O desafio enfrentado no campo jurídico torna-se cada vez mais abrangente e complexo com a incorporação de tecnologias inovadoras, como a inteligência artificial e a robótica, nos diferentes setores produtivos das empresas. Essa evolução tecnológica está pressionando o sistema jurídico, especialmente no que diz respeito ao Direito do Trabalho, a desenvolver e implementar abordagens mais sofisticadas e adaptadas às novas realidades do mercado de trabalho contemporâneo (da silva mariz; do nascimento, 2022).

Santos emite um alerta sobre os perigos e desafios que grupos mais vulneráveis, incluindo as trabalhadoras domésticas, podem enfrentar como resultado da implementação e integração de novas tecnologias em suas rotinas. Essa introdução pode trazer consequências significativas para essas classes, que muitas vezes não possuem acesso aos mesmos recursos e capacitações necessárias para lidar com as inovações tecnológicas, colocando-as em uma posição ainda mais frágil em um cenário de constantes mudanças. É fundamental que a proteção jurídica seja significativamente fortalecida e ampliada, especialmente voltada para aqueles setores que têm sido historicamente invisibilizados, como mencionado na obra de Santos, publicada em 2015. Essa necessidade de reforço na legislação se torna ainda mais evidente quando se observa a fragilidade com que esses grupos são tratados no âmbito social e legal. Deste modo, a implementação de medidas mais robustas e efetivas se faz imprescindível.

Mendonça sugere que o Estado deve assumir a função de ser o empregador que atua em última instância, visando garantir a oferta de empregos para todos, em resposta aos efeitos da automação no mercado de trabalho. Essa ação deve estar alinhada com os princípios estabelecidos na Constituição (Mendonça, 2024).

3.2 Caminhos Jurídicos e Políticas Públicas para Efetivação da Proteção ao Trabalhador

A automação estrutural do trabalho demanda a criação de instrumentos jurídicos que garantam a proteção dos trabalhadores afetados por essas alterações. Propostas como a figura do "empregador de última instância" preveem a intervenção estatal para assegurar vagas mínimas em setores essenciais. Essa medida visa mitigar desemprego estrutural e preservar a dignidade do trabalho humano (Mendonça, 2024).

Tributação indutora surge como alternativa para financiar políticas de requalificação e manutenção de postos de trabalho. Ônus tributário sobre sistemas automatizados permitiria criar fundos de apoio à transição profissional, promovendo justiça distributiva. Dessa forma, a inovação tecnológica contribuiria também para a seguridade social (De Carvalho Almeida; Feitosa, 2020).

A qualificação permanente dos trabalhadores é essencial para antecipar mudanças no mercado e reduzir impactos da substituição por máquinas. Políticas públicas de formação tecnológica e educação continuada devem ser integradas aos currículos escolares e às práticas empresariais. A mobilidade profissional e a empregabilidade se beneficiam de investimentos em aprendizado ao longo da vida (Da Silva Mariz; Do Nascimento, 2022).

No âmbito legislativo, a regulamentação infraconstitucional do inciso XXVII do artigo 7º da CF deve ser prioridade. A ausência de normas específicas impede a concretização do direito social à proteção frente à automação. Leis detalhando mecanismos de suporte, como seguro-desemprego estendido e acesso facilitado a cursos, fortaleceriam a eficácia constitucional (Alves, 2019).

A criação de marcos regulatórios para trabalhos intelectuais automatizados, como redação de texto e análise de dados, é igualmente relevante. Profissionais da área jurídica, jornalística e educacional enfrentam riscos de desemprego tecnológico.

Normas específicas mitigariam a insegurança jurídica desses segmentos e preservariam a função social da profissão (Da Silva Mariz; Do Nascimento, 2022).

Programas de renda básica universal têm sido debatidos como forma de garantir um mínimo existencial frente ao avanço da automação. Embora controversa, a proposta assegura subsistência e liberdade de escolha profissional, reduzindo a dependência exclusiva do emprego tradicional. Sua implementação requer estudos de viabilidade econômica e consenso político (Feitoza, 2024).

A responsabilização social das empresas deve ser estimulada por meio de incentivos fiscais e certificações de impacto social. Organizações que investem em treinamento e manutenção de empregos humanos ganham benefícios tributários e reforçam sua imagem institucional. Isso cria um ambiente favorável à adoção responsável de tecnologias (Cavalheiro; Benatto, 2024).

Os sindicatos e associações de trabalhadores precisam renovar seus instrumentos de negociação coletiva para incluir cláusulas de transição tecnológica e estabilidade provisória. Acordos que garantam direito a requalificação e participação nos lucros da automação fortalecem a representação coletiva. A validação desses direitos por meio de convenções e procedimentos arbitrais é fundamental (Silva et al., 2020).

A atuação do Poder Judiciário revela-se crucial para a interpretação evolutiva do direito à proteção contra a automação. Decisões que reconheçam a aplicação do inciso XXVII a casos concretos podem gerar precedentes importantes. A jurisprudência tem papel ativo na concretização de direitos sociais pouco regulamentados (Rocha; Silva, 2019).

Iniciativas de governança cooperativa entre Estado, empresas e sociedade civil aprimoram a efetivação das políticas públicas. Conselhos consultivos e comitês intersetoriais permitem diálogo constante sobre impactos da automação. Essas instâncias colaborativas garantem participação democrática e legitimação das medidas adotadas (Zumbini et al., 2023).

A modernização dos órgãos de fiscalização do trabalho é indispensável no contexto digital. Sistemas de auditoria baseados em tecnologia da informação e inteligência artificial podem identificar vínculos trabalhistas ocultos. A transformação dos processos de inspeção contribui para combater a informalidade e proteger os direitos dos trabalhadores (Minharro, 2024).

A articulação de redes de apoio ao trabalhador em transição, incluindo serviços de orientação, saúde mental e mediação de conflitos, amplia o alcance das políticas protetivas. Assistência integrada favorece adaptação ao novo cenário laboral e reduz os riscos de exclusão social. A complementaridade entre serviços públicos e privados potencializa resultados (Silva et al., 2020).

Em síntese, a efetivação do direito social à proteção frente à automação requer medidas jurídicas precisas e políticas públicas robustas. A combinação de regulamentação, incentivos econômicos e programas de capacitação assegura um desenvolvimento tecnológico inclusivo. O desafio é construir um modelo de inovação que valorize tanto o progresso quanto a justiça social. (Cunha, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada evidenciou que o avanço da automação é um fenômeno irreversível que impacta profundamente as relações de trabalho, exigindo a atualização constante do ordenamento jurídico. As transformações tecnológicas, ao mesmo tempo em que aumentam a produtividade, geram riscos de desemprego estrutural e de precarização laboral, tornando necessária a criação de instrumentos de proteção que assegurem uma transição justa e inclusiva.

O estudo demonstrou que o direito social à proteção frente à automação é um eixo fundamental para a preservação da dignidade do trabalhador. A análise dos dispositivos constitucionais e das propostas legislativas reforçou a urgência de regulamentação específica que viabilize a efetividade do inciso XXVII do artigo 7º da Constituição Federal, garantindo mecanismos de adaptação ao novo cenário produtivo.

Observou-se que políticas públicas integradas, programas de requalificação profissional e incentivos fiscais podem funcionar como ferramentas essenciais para equilibrar o progresso tecnológico com a manutenção do emprego. Essas medidas devem ser acompanhadas por ações de governança cooperativa entre Estado, empresas e sociedade civil, de forma a potencializar os resultados.

Por fim, conclui-se que a automação deve ser vista como uma oportunidade de evolução e não apenas como ameaça, desde que acompanhada de marcos regulatórios e políticas que preservem o valor social do trabalho. O compromisso com a justiça social e a inclusão produtiva é indispensável para construir um modelo de desenvolvimento tecnológico que beneficie toda a coletividade.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSO, Rodrigo Paiz. **Revolução 4.0: Uma discussão acerca do papel do Estado e sua relação com os princípios constitucionais dentro do contexto jurídico trabalhista contemporâneo.** 2019.

CAVALHEIRO, Matheus Alberto; BENATTO, Pedro Henrique Abreu. **Automação do trabalho.** Altus Ciência, v. 22, n. 22, p. 88-103, 2024.

CUNHA, Isaac Rodrigues. T**ributação, desemprego estrutural e tecnologia: a proteção constitucional do trabalhador em face da automação e a figura do "robô contribuinte".** Revista Interagir, n. 127, p. 49-52, 2024.

DA MATA, Antônio Lucas dos Santos; DE CARVALHO ALMEIDA, Saulo Nunes. **Automação laboral e as novas relações trabalhistas: perquirições introdutórias da proteção jurídica do trabalhador. Revista** Argumenta, n. 32, p. 155-174, 2020.

DA SILVA MARIZ, Francisco; DO NASCIMENTO, Carlos Francisco. **Impactos da inteligência artificial no trabalho de natureza intelectual e necessidade de regulamentação do direito fundamental de proteção do trabalhador em face da automação**. REVISTA DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 4, n. 2, 2022.

DA SILVA MARIZ, Francisco; DO NASCIMENTO, Carlos Francisco. **Impactos da Inteligência Artificial no trabalho intelectual: políticas públicas para proteção do trabalhador em face da automação.** REVISTA DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 4, n. 2, p. 166, 2022.

DE CARVALHO ALMEIDA, Saulo Nunes; FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. **Tributação indutora e intervenção econômica como caminho de efetivação da proteção do trabalhador em face da automação**. Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law, v. 21, n. 3, p. 1001-1023, 2020.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Do direito social à proteção contra os efeitos da automação: breves comentários ao pl n. 1.091/2019, da câmara dos deputados.** 2019.

MENDONÇA, João Gabriel Rangel. **Empregador de última instância: um caminho para a efetivação do princípio da busca pelo pleno emprego frente à automação laboral.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)-Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

MINHARRO, Erotilde Ribeiro dos Santos. **Novas tecnologias e seus impactos no mundo do trabalho e do processo do trabalho.** Revista Internacional CONSINTER de Direito-Publicação Oficial do Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação, n. 18, p. 329-344, 2024.

NOGUEIRA, Glauber Sousa. **A dimensão poliédrica do direito fundamental de proteção em face da automação.** 2023.

REIS, Júlia Modolo et al. **Direito fundamental à proteção do trabalhador em face da automação: uma análise acerca do conteúdo e da efetividade do artigo 7º, XXVII, da Constituição Federal de 1988**. 2021.

ROCHA, Débora Cristina De Castro; SILVA, Gustavo. **Direito fundamental da proteção em face da automação como mescanismo de proteção ao emprego.**Percurso, v. 3, n. 30, p. 243-245, 2019.

SANTOS, Luciana Pessoa Nunes. **Trabalho doméstico e novas tecnologias: proteção em face da automação**. 2015. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SILVA, JHENIFFER POLIANA DE ALMEIDA. **Transformações tecnológicas e o futuro do trabalho manual: impactos no direito trabalhista**. 2025.

SILVA, Luísa Gasparini et al. A **cultura do progresso e do desenvolvimento frente à dignidade da pessoa humana e à proteção do trabalhador**. 2020.

ZUMBINI, Dawilin Abrarpour et al. **Os desafios da empresa e do estado em razão do direito social fundamental da proteção do trabalhador**. 2023.

ENTRE A PEDAGOGIA E O PROSELITISMO: A ESCOLA BÍBLICA DOMINICAL COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO PENTECOSTALISMO

Francisco Éder Santos dos Santos[62]
Sérgio Rogério Azevedo Junqueira[63]

RESUMO: Este artigo analisa a Escola Bíblica Dominical (EBD) da Assembleia de Deus no Pará, situando-a no campo da educação não formal. Através de análise documental das "Lições Bíblicas" da CPAD (2024-2025) e revisão de literatura, o estudo identifica a EBD como um espaço pedagógico legítimo, que promove alfabetização, interpretação textual e discussão de temas sociais, atuando como complemento à educação formal e fomentando coesão social. No entanto, os resultados revelam uma tensão central entre pedagogia e proselitismo. A estrutura dogmática do material didático, com respostas predefinidas e uma leitura escatológica de questões contemporâneas, limita o pensamento crítico e reforça um *ethos* religioso específico. Conclui-se que a EBD opera de forma paradoxal: é um mecanismo de inclusão ao oferecer acesso a processos educativos, mas também de exclusão ao rejeitar visões de mundo dissidentes. Seu potencial educativo é, portanto, inerentemente condicionado e limitado por sua natureza confessional, caracterizando-se não como substituta, mas como uma proposta complementar cujos benefícios são inseparáveis de seus objetivos doutrinários.
Palavras-Chave: Educação não-formal; Escola Bíblica Dominical; Pentecostalismo; Proselitismo.

ABSTRACT: This article analyzes the Sunday School (EBD) of the Assembleia de Deus in Pará, situating it within the field of non-formal education. Through a documentary analysis of CPAD's "Biblical Lessons" (2024-2025) and literature review, the study identifies EBD as a legitimate pedagogical space that promotes literacy, textual interpretation, and discussion of social issues, acting as a complement to formal education and fostering social cohesion. However, the results reveal a central tension between pedagogy and proselytism. The dogmatic structure of the teaching material, with predefined answers and an eschatological reading of contemporary issues, limits critical thinking and reinforces a specific religious ethos. It is concluded that EBD operates paradoxically: it is a mechanism of inclusion by providing access to educational processes, but also of exclusion by rejecting dissenting worldviews. Its educational potential is, therefore, inherently conditioned and limited by its confessional nature, characterizing it not as a substitute but as a complementary proposal whose benefits are inseparable from its doctrinal objectives.
Keywords: Non-formal education; Sunday School; Pentecostalism; Proselytism.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, "Art. 1º: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais"[64] A religião é capaz de produzir processos educativos dentro de sua comunidade, e, a partir desse pressuposto, a Escola Bíblica Dominical (EBD) será analisada como uma proposta religiosa de educação não formal. "Neste sentido, a criação de espaços não-formais que tenham como aposta uma educação popular, aliados aos espaços de educação formal tendem a ser uma alternativa extraescolar de diálogo, construção do

[62] Licenciatura em Geografia – Universidade da Amazônia (UNAMA); Pós-Graduação Lato Sensu em Arqueologia e Patrimônio – Faculdade (FACUMINAS); Licenciatura em Ciencias da Religião – Centro Universitário Cidade Verde (UNICV); Bacharel em Teologia – Centro Universitário Internacional (UNINTER); Mestrando em andamento em Ciências da Religião – Universidade do Estado do Pará (UEPA). Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Religião (GPER). E-mail: Francisco.eder2025@gmail.com.

[63] Licenciado em Pedagogia – Universidade de Uberaba (UNIUBE); Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Pontifícia Salesiana (Roma/Itália); Licenciado em Ciências da Religião(UNINTER); Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pós-Doutor em Ciências da Religião pelas Universidade do Estado do Pará (UEPA) e pela Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP); Livre Docente em Ciências da Religião (PUCSP); Professor Colaborador do Programa em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará (UEPA); E-mail: srjunq@gmail.com.

[64] LEI N 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 04/10/25.

conhecimento e resistência"[65]. Tais processos ocorrem nos mais variados ambientes sociais. Desse modo, não apenas os processos de ensino-aprendizagem que ocorrem dentro dos ambientes escolares, mas também podem ocorrer fora dele.

A educação é um dos pilares fundamentais para a qualidade de vida da pessoa humana, é um conjunto que envolve construção de conhecimento compartilhamento de saberes e práticas. Em um contexto religioso, a educação não formal opera de modo diferente em relação à sala de aula do ensino formal, e os processos educativos não convencionais podem variar. Esse modelo não formal nem sempre é percebido; cada ritual e troca de saberes representa um modelo educativo não formalizado. A educação se faz presente, e uma vez que ninguém está isento dela, seja em casa, na rua, na igreja ou na escola, de uma forma ou de outra, independentemente do contexto. "Todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender – e – ensinar, assim como para saber, para fazer, para ser ou para conviver"[66]. Como a educação é um processo essencial para o desenvolvimento do ser humano, ela não se limita apenas ao ambiente escolar, nem é restrita à atuação do professor como seu único agente, sendo as experiências de vida também agentes educativos.

A conceituação de educação não formal abre debates entre estudiosos como Gohn (2014). Essa temática localiza-se em um campo de tensionamento entre a informalidade cotidiana e formalidade escolar, sendo aceita e caracterizada pela intencionalidade nos processos educativos nos espaços não escolarizados. A Escola Bíblica Dominical (EBD) é uma iniciativa educativa presente na religiosidade brasileira; para tanto, necessitam-se de estudos acadêmicos que possam analisar esse percurso de educação não formal em ambientes religiosos de forma crítica. Busca-se neste estudo compreender e ampliar as fronteiras das Ciências da Religião, investigando como esses espaços promovem a educação não formal.

2 METODOLOGIA

Por meio de uma revisão da literatura nas bases CAPES Periódicos, SciELO e em livros, foi possível localizar artigos, teses e dissertações que abordassem assuntos do interesse deste trabalho, construindo a interface para a discussão entre processos educativos nos espaços religiosos. Utilizando os descritores 'educação não formal', 'Escola Bíblica Dominical', 'pentecostalismo' e 'educação religiosa', foram incluídos trabalhos publicados entre 2000 e 2025. A análise documental foi realizada por meio de um sistema de categorias mistas, integrando componentes dedutivos (provenientes do marco teórico) e indutivos (derivados do material utilizado). Cinco categorias principais foram definidas: (1) Intencionalidade Educacional, (2) Proselitismo Religioso, (3) Estrutura Pedagógica, (4) Abordagem de Temas Contemporâneos e (5) Construção Identitária. A análise de todas as lições apresentadas no (Quadro 01) foi viabilizada por meio de indicadores específicos para cada categoria. A fim de assegurar a confiabilidade analítica, o processo envolveu a utilização de codificação múltipla e triangulação.

Essas análises enriqueceram a pesquisa até entendermos especificamente sobre a EBD. Juntamente com a revisão da literatura, a análise documental mostrou-se uma importante fase desta metodologia, nos possibilitando analisar documentos legais e constitucionais, bem como materiais didáticos utilizados pelos religiosos na EBD. Uma das maiores denominações pentecostais, a Assembleia de Deus (AD) têm como uma de suas ferramentas o foco em "Lições Bíblicas", pequenas revistas trimestrais publicadas pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), o que permite melhor compreensão das atividades pedagógicas, da estrutura das revistas e das metodologias abordadas. A análise documental, base metodológica central deste estudo, focou no exame das "Lições Bíblicas" publicadas pela CPAD para a classe de adultos, do 1º ao 4º trimestre de 2024 e 2025. Foram analisadas tanto a revista do professor quanto a revista do aluno, totalizando 8 documentos que compõem o corpus de análise. Essa proposta busca averiguar padrões identificáveis que relacionem a EBD ao papel educativo. Essa metodologia permite um maior rigor metodológico e justifica-se por possibilitar um mapeamento amplo do tema proposto, analisando criticamente a partir do que se é possível por meio do estado da arte e, embasando-se em fontes documentais.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PENTECOSTALISMO

Com a chegada do protestantismo na América do Norte, evidenciou-se a expansão do cristianismo. Além disso, no século XX, emerge uma outra expressão religiosa, o chamado "pentecostalismo". Nos Estados Unidos, por volta desse período, a EBD era uma importante ferramenta religiosa e social, pois uma de suas iniciativas primárias era oferecer educação e reforço educativo para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esse modelo de educação não formal coincidiu com o surgimento da nova expressão

[65] KAEFER, Maria Teresinha Verle; CHAVES, Taniamara Vizzotto. O legado de Paulo Freire na Formação de Educadores em espaços formais e não-formais de ensino. Revista de Iniciação à Docência, *[S. l.]*, v. 6, n. 2, p. 397–414, 2021. p. 407. DOI: 10.22481/riduesb.v6i2.9409. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/rid/article/view/9409. Acesso em: 15/08/2025.

[66] BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *Estrutura e funcionamento do ensino*. São Paulo: Avercamp, 2004, p. 17.

religiosa do pentecostalismo que, de início, era reconhecido por êxtase e o "falar em línguas estranhas". Charles Fox e William Seymour são reconhecidos por serem os que iniciaram essa nova expressão religiosa. Coincidência ou não, o pentecostalismo emergiu a partir das reuniões da EBD lideradas pelo pastor metodista Parham, nas quais, em sala de aula, foram identificados os primeiros transes, entendidos entre os pentecostais como "Batismo no Espírito Santo". Entre os processos educativos não formais, ocorriam diálogos sobre textos bíblicos e temas interdisciplinares nos contextos sociais do período[67].

> Contudo, a história oficial relaciona o surgimento da Escola Bíblica Dominical a iniciativa do jornalista episcopal Robert Raikes no ano de 1780 na cidade de Gloucester na Inglaterra. Conforme Silva (1998), Robert Raikes havia trabalhado durante 15 anos no sistema carcerário de sua cidade e diante da experiência adquirida, resolveu investir na vida de crianças em situação de vulnerabilidade social a fim de possibilitá-las um futuro esperançoso. Como forma de alcançar o público infantil, Raikes organizou um programa de aulas e, para sua concretização
>
> montou um corpo docente. Estas crianças quando não encontradas nas ruas, eram visitadas em seus lares e convidadas para estarem sempre reunidas aos domingos. Como forma de ampliação da ideia, Raikes passou a fazer divulgação no Gloucester Journal, onde era redator. Com a iniciativa, alcançou a parceria do diácono batista Willian Fox, um empresário sensível ao cenário de pobreza que o rodeava[68].

Segundo Campos (2005), por volta de 1905, o pastor Charles Fox Parham estava no Texas, onde fundou uma escola bíblica na cidade de Houston. No entanto, existia entre seus alunos um negro, e, por isso, ele assistia às aulas no corredor por conta do racismo; esse era William Seymour, que seria responsável por levar a expressão religiosa do pentecostalismo para a cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos[69]. Os estudiosos acreditam que o movimento pentecostal é um dos mais revolucionários de toda a história do cristianismo. Para Matos (2006) em poucas décadas, o movimento pentecostal cresceu sobremaneira em relação a outros movimentos do cristianismo. Em Los Angeles, ocorreu um fenômeno que os protestantes acreditam ser o "Batismo no Espírito Santo", na rua Azuza, iniciado por volta de 1906[70].

O pastor Parham, junto de seus alunos da escola dominical, realizava um culto para comemorar a chegada do novo ano. Uma mulher de aproximadamente 30 anos, Agnes Ozman, pediu que Parham intercedesse por ela, pondo suas mãos em sua cabeça; ela queria ser missionária no exterior. Ela falou em línguas, fenômeno que se repetiu nos dias posteriores com mais pessoas da escola sendo contagiadas pela nova expressão religiosa, entre eles o próprio Parham. Assim, a escola bíblica espaço não formal de educação, também proporcionou o surgimento da expressão religiosa do "falar em línguas", que seria importante para o pentecostalismo[71]. A escola dominical, uma das ações do pastor para auxiliar na educação dos indivíduos, utilizava métodos baseados em textos bíblicos. "A educação não formal contribui para a produção do saber na medida em que ela atua no campo em que os indivíduos atuam como cidadãos"[72].

A abordagem pedagógica da escola dominical adotada por Parham nos Estados Unidos foi replicada no pentecostalismo brasileiro, que adotou a mesma abordagem pedagógica. Entre as correntes religiosas, evangélicas a AD tem sido uma das que mais tem trabalhado esse modelo religioso educativo, especialmente em Belém do Pará, local onde a denominação começou. A EBD, como ferramenta educativa, é indispensável, para os grupos religiosos assembleianos, pois retrata não apenas um espaço educativo religioso, mas faz parte de um contexto histórico da denominação no Brasil, especialmente em Belém do Pará.

4 O PROCESSO EDUCATIVO NÃO FORMAL

Em ambientes religiosos, existem práticas pedagógicas não formais que podem complementar o ensino formal escolar, seja no reforço, na alfabetização, interpretação de texto ou saberes que podem ser adquiridos em contextos sociais. A pedagogia cultural contempla ambientes religiosos como agentes de promoção de saberes, práticas e vivências, nos quais é possível formar pessoas. Esse percurso educativo será abordado neste trabalho como educação não formal no contexto religioso pentecostal[73].

---

67 DE SOUZA, Magno Paganelli. **Charles Fox Parham: sua confusa e heterodoxa escatologia**. Revista de Cultura Teológica, v. 32, n. 106, p. 185-200, 2023. p. 186. Disponivel em: https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/64498. Acesso em: 09/09/2025.

68 SILVA, 1998 Apud SANTA CRUZ, Jevison Cesário. **Com licença, professor! A educação na escola bíblica dominical é formal ou não formal?**. *Rebena - Revista Brasileira De Ensino E Aprendizagem*, *5*, 136–153. 2023. p. 139. Disponível em: https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/77. Acesso em: 18/09/2025.

69 CAMPOS, Leonildo Silveira. **As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada** . Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 67, p. 100–115, 2005. p. 108. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/13458.. Acesso em: 16 out. 2025.

70 DE MATOS, Alderi Souza. **O Movimento Pentecostal: Reflexões A Propósito Do Seu Primeiro Centenário**. Fides Reformata, v. 11, n. 2, 2006. p. 24. Disponível em: http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfaifae/article/view/28/0. Acesso em 13/09/2025.

71 DE MATOS, Alderi Souza. **O Movimento Pentecostal: Reflexões A Propósito Do Seu Primeiro Centenário**. Fides Reformata, v. 11, n. 2, 2006. p. 30. Disponível em: http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfaifae/article/view/28/0. Acesso em 13/09/2025.

72 GOHN, Maria Glória. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. *Revista Investigar Em Educação*, *2*(1). Lisboa, II série, n. 1, p. 35-50, 2014. p. 47. Disponível em: https://ojs.up.pt/index.php/spce/article/view/1643. Acesso em: 15/09/2025.

73 ALBUQUERQUE, Maria Betânia; SOUSA, Marcio Barradas. **A Religião Como Educação: Que Campo É Esse?**. APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, *[S. l.]*, n. 29, p. 12–26, 2023. p. 14. DOI: 10.22481/aprender.i29.12329. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/aprender/article/view/16150. Acesso em: 03 out. 2025.

A educação não formal pode ocorrer em espaços onde ocorrem interações compartilhadas, tendo como foco os atos de partilhar saberes, aprender e intencionalidade. Diante disso, a EBD será analisada como ferramenta educativa não formal na AD em Belém do Pará. As "Lições Bíblicas" são confeccionadas pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD). A cada trimestre, são lançadas novas versões para estudo. Geralmente as EBD ocorrem aos domingos, simultaneamente, em todas as igrejas da AD em Belém do Pará. Para Moreira e Oliveira (2022), esse modelo educativo é uma possibilidade eficiente à educação formal, mesmo que possua um formato distinto, pois na educação não formal não há a necessidade de estar vinculada às obrigações do sistema de ensino formal. As atividades acontecem em ambientes e situações interativas construídas coletivamente[74]. Assim, a EBD articula "lições" que contemplam valores sociais e religiosos, um contexto que se apresenta, de um lado, uma pedagogia que se desenvolve e, por outro, um proselitismo que busca novos adeptos. Nesses contextos, em que existe intenção de ensinar e aprender, sobre questões religiosas, doutrinárias, morais e sociais, a educação é um fator presente no ambiente pentecostal, especialmente nas turmas da EBD.

> Em uma análise da relação entre a educação formal e a não formal, pode-se dizer que ambas compartilham, além da existência de intencionalidade – objetivos explícitos de aprendizagem – o fato de se constituirem como processos educativos diferenciados e específicos[75].

Segundo a perspectiva de Severo (2015), o século XXI oferece uma gama de oportunidades para os surgimentos de novas pedagogias, novas possibilidades de ensinar e aprender, de desenvolver características únicas de processos educativos[76]. Nesse sentido, A EBD, embora opere como modelo educativo religioso, perpassa por um contínuo exercício de ensino-aprendizagem. As classes se dividem em grupos como: adolescentes, jovens, adultos e infantis. Isso mostra que cada faixa etária aprende de forma diferente. "A educação não formal ainda não está bem consolidada, não é um conceito estável, mas todas as categorias e conceitos se estabelecem em um campo de disputas pelo significado e demarcação do campo de atuação"[77]. Na perspectiva de Oliveira *et al.,* (2017), o espaço não formal pode ser todo aquele em que pode ocorrer uma prática educativa, e não apenas em escolas ou universidades, mas podem ocorrer em diversos grupos sociais. A partir desta ótica, em Belém do Pará, especialmente nas igrejas evangélicas AD, essas práticas se desenvolvem durante as aulas da EBD e são parte de um conjunto prática da instituição religiosa[78].

A educação popular, associada ao avanço do Terceiro Setor, emergiu como uma opção entre o Estado e as comunidades e como espaço para novas experiências sociais e políticas. Desde então, diversos projetos de educação não formal foram estabelecidos em colaboração com o Estado, com o objetivo de desenvolver alternativas curriculares para crianças e adolescentes que haviam sido excluídos das escolas formais por meio de currículos etnocêntricos que pouco valorizam a diversidade cultural, étnica, econômica e social das populações menos favorecidas. A educação não formal tem ganhado cada vez mais espaço ao longo das décadas, sendo uma ferramenta educativa com ampla capacidade de alcance em relação às instituições formais de educação, alcançando os mais variados grupos sociais e em várias faixas etárias e, é nesse contexto que a EBD está inserida[79].

O termo "não-formal" é uma nomenclatura que designa uma qualidade de educação que não está vinculada à escola, ou seja, não seria abordada como em instituições de ensino formal. Essa abordagem refere-se aos processos educativos que ocorrem fora das escolas, na sociedade civil, envolvendo ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área. Podem ocorrer em espaços religiosos ou não religiosos, em museus, praças, teatros entre outros. As experiências e ações educacionais que ocorrem fora do contexto escolar, os que ocorrem na sociedade e, nos mais variados ambientes, são consideradas educação não formal. Podendo acontecer a partir da troca, ensinar e aprender, seja no trabalho, na rua, no ambiente familiar etc. Este modelo educativo é interessante, pois, pode ocorrer em diversos grupos sociais com características dististas, podendo, inclusive, ser apoiado pelo Estado, pela iniciativa privada ou por organizações não governamentais.

---

74 MOREIRA, Joelma Lima; OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos. **A Educação em ambientes não escolares: um relato de experiência.** *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 31, 23 de agosto de 2022. p. 3. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/31/a-educacao-em-ambientes-nao-escolares-um-relato-de-experiencia. Acesso em: 05/10/2025.

75 CAZELLI, Sibele; COSTA, Andréa Fernandes; MAHOMED, Carla. **O que precisa ter um futuro professor em seu curso de formação para vir a ser um profissional de educação em museus?** Ensino Em-Revista, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 579-595, 2010, p. 585.

76 SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 96, p. 561-576, 2015. p. 564. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/SgHzCz9mYprkCV6RtTR368v/?lang=pt. Acesso em: 22/09/2025.

77 GOHN, Maria Glória. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. *Revista Investigar Em Educação*, *2*(1). Lisboa, II série, n. 1, p. 35-50, 2014. p. 48. Disponível em: https://ojs.up.pt/index.php/spce/article/view/1643. Acesso em: 15/09/2025.

78 OLIVEIRA, Liliane Silva Câmara De et al. **A educação não formal como meio de aprendizagem na sociedade atual**. Anais IV CONEDU. . . Campina Grande: Realize Editora, 2017, p.2.

79 OLIVEIRA, Liliane Silva Câmara De et al. **A educação não formal como meio de aprendizagem na sociedade atual**. Anais IV CONEDU. . . Campina Grande: Realize Editora, 2017, p. 4.

Independentemente do contexto em que a educação não formal possa ocorrer, ela capacita o indivíduo, promovendo uma série de benefícios no contexto social, inclusive no desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos. A prática educativa não formal é consequência de uma sociedade desigual.· A proposta da educação não formal tornou-se ousada e pode estar relacionada à sua eficiência, mesmo em ambientes extraescolares. Esta metodologia educacional apresenta-se como uma alternativa, podendo influenciar a vida dos indivíduos e seus respectivos comportamentos. De acordo com Oliveira *et al.,* (2022), a educação não formal contribui para o desenvolvimento de crianças, adolescentes e adultos, porém, esse modelo não substitui o modelo formal de educação ofertado por instituições governamentais e privadas. Esse modelo educativo amplia as fronteiras de como percebemos a educação, e nos instiga a entender como as religiões promovem a educação em seus macro e microcontextos[80].

Este artigo emerge como proposta para levantamento de informações e investigação da EBD, espaço de diálogo em ambiente religioso, sendo propício para a educação não formal, promovendo processos educativos válidos para a sociedade. A análise dos processos de educação não formal será explorada a partir das revistas trimestrais que, ao longo do ano, abordam diversos assuntos religiosos, não se limitando somente a estes assuntos, mas ampliando o diálogo com temáticas interdisciplinares. A EDB é entendida neste estudo como uma ferramenta pedagógica alternativa como educação não formal em ambientes religiosos, e sua característica da não formalidade pode ser uma chave para decifrar como os religiosos aprendem e ensinam sua religião.

5 RELIGIÃO E EDUCAÇÃO

Os processos educativos não formais ocorrem no interior das sociedades, seja para aprender a fazer uma peça de artesanato, atravessar a rua, escovar os dentes, entre outras práticas que, ao longo da vida, são aprendidas e, nem sempre, são perceptíveis enquanto processos educativos. No caso da religião, ninguém nasce católico, espírita, matriz africana, evangélico etc; as pessoas aprendem os dogmas, os ritos, as práticas daquela determinada religião, aqui, essas práticas educativas são compreendidas como educação não formal.

A partir da ótica de Rosendahl (2013), sugere que a religião não é apenas uma questão de práticas e fé, mas também pode atuar como uma força geopolítica que pode traduzir identidades culturais, modelando o poder territorial religioso[81]. De acordo com o pensamento durkheimiano, os fiéis aprendem também a definir o sagrado e profano[82]. Ao tratar da interação entre religião e território, Rosendahl mostra como as práticas religiosas se manifestam em diversas escalas, desde os espaços locais de devoção até territórios nacionais, sugerindo que a geografia da religião é uma disciplina vital para entender as dinâmicas socioculturais que moldam o mundo religioso[83].

A partir do olhar de Rosendalh (2013) e de outros autores citados ao longo do texto, percebe-se que a religião também tem sua parte social, inclusive educacional, que está vinculada ao sagrado. Ao discutir a secularização, Wolff argumenta que não há contradição intrínseca entre religião e sociedade secular. Para ele a secularização propõe a primazia da razão e da liberdade nos processos sociais, sem negar o potencial da religião de oferecer sentido[84]. Contudo, ao abordar o simbolismo religioso e o papel da paisagem sagrada, Rosendahl ressalta que esses elementos criam laços de pertencimento e identidade para as comunidades[85].

No pentecostalismo assembleiano, especialmente em Belém do Pará, a EBD se mostra mais que apenas uma ferramenta de fortalecimento de doutrina e dogmas religioso, ela se mostra eficaz para discussões sobre temas relevantes como intolerância religiosa, respeito múltuo, entre outros assuntos que possam ser de interesse público tanto em sentido religioso como em contexto social. A relação entre professor e aluno, é um exercício válido de ensinar e aprender.

> A aprendizagem, quando diz respeito às práticas de participação voluntária nas propostas de educação não-formal, em geral acontece sem que haja uma obrigatoriedade e sem que haja mecanismos de repreensão e repressão para o não aprendizado, pois as pessoas estão de alguma forma envolvidas no/e pelo processo ensino/aprendizagem e buscam uma relação prazerosa e significativa com o processo de aprender e com a construção do saber[86].

---

80 OLIVEIRA, Liliane Silva Câmara De et al. **A educação não formal como meio de aprendizagem na sociedade atual**. Anais IV CONEDU. . . Campina Grande: Realize Editora, 2017, p. 4.

81 ROSENDAHL, ZENY. **História, Teoria E Método Em Geografia Da Religião**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 31, 2013. p. 31. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6121. Acesso em: 17 out. 2025.

82 DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália*.1. ed. Barueri, SP: Edipro, 2022, p. 91.

83 ROSENDAHL, Zeny. **História, Teoria E Método Em Geografia Da Religião**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 31, 2013. P. 31. p. 30. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6121. Acesso em: 16 out. 2025.

84 WOLFF, E. **Religião E Sociedade: Des-Encontros Numa Relação Necessária E Complementar**. Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião, Goiânia, Brasil, v. 19, n. 3, p. 517–538, 2021, p. 520. DOI: 10.18224/cam.v19i3.8960. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/8960. Acesso em: 16 out. 2025.

85 ROSENDAHL, Zeny. **História, Teoria E Método Em Geografia Da Religião**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 31, 2013. p. 31. p. 30. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6121. Acesso em: 16 out. 2025.

86 GARCIA, Valéria Aroeira. *A educação não-formal como acontecimento*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009, p.52.

A educação comunitária é uma área da educação não formal que coloca a ação educativa no cerne da busca coletiva por soluções para os desafios da comunidade, além de estimular formas de organização que favoreçam a sensibilização e a definição de objetivos comuns[87]. Diante disso, a EBD se apresenta como um espaço educativo capaz de moldar uma estrutura social religiosa. A interação, socialização e leitura em classe oferece um estímulo ao exercício do papel da educação não formal como agente social, colaborando para a formação de pessoas. "Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e, com seu trabalho, pode criar um mundo próprio: ser eu e suas circunstâncias"[88]. A compreensão da realidade e das coisas, não é possível se não atravéis da educação, pois, é ela que ajuda a construir uma idéia de mundo, e se mostra eficaz frente às demandas sociais, promove o conhecimento e molda identidades culturais e sociais das comunidades humanas, especialmente as religiosas.

6 ESCOLA BÍBLICA DOMINICAL, ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A Teologia Cristã é debatida em espaços de aprendizagem não formal. "Mas existem espaços que são específicos e destinados para trabalhar com diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo: instituições de ensino, Igrejas locais, espaços culturais e outros educativos de formação humana"[89]. Os processos formativos que ocorrem durante as reuniões da EBD sugerem que as Igrejas da AD têm um modelo educacional próprio e internalizado. As lições possuem um modelo direcionado para cada faixa etária, esse modelo facilita que o aprendizado direcionado possa surtir melhores efeitos. A EBD, ao passo que possibilita o diálogo em relação as concepções bíblicas, também possibilita discussões sobre questões sociais, problemas em relação as questões climáticas, meio ambiente, entre outros assuntos que possam emergir. "As escolas dominicais de hoje seguem um padrão de estrutura adotado pela junta de Educação Teológica de cada igreja. Este padrão pode divergir de uma igreja para outra, mas, no todo, conservam grande parte do elemento constitutivo"[90]. Em Belém do Pará, as Igrejas da AD trabalham as "Lições Bíblicas" relacionando as questões religiosas ao cotidiano. "A estrutura que caracteriza a educação não-formal não indica que inexista uma formalidade e que a lógica existente não seja educacional. Ambos acontecem, mas de uma maneira diversa daquela da escola"[91]. De acordo com Ramos (2013), O objetivo inicial da escola dominical era atender principalmente crianças pobres que não tinham acesso a educação formal. Assim, mesmo sendo uma metodologia religiosa, a preocupação em educar ultrapassa a religiosidade, fundamentando-se na questão humana, de todos terem acesso à educação, mesmo que não formal[92].

> Falar sobre aprendizagem e saber, fora das escolas do sistema regular de ensino de um país, implica em participar do amplo debate epistemológico sobre a produção de conhecimento no mundo contemporâneo. Este debate, no campo dos estudos sobre os processos participativos civis, a exemplo dos movimentos sociais, traduz-se frequentemente no reconhecimento dessas ações coletivas como produtoras de conhecimento (ou seja, o reconhecimento de que os movimentos sociais, e outros atores sociais como ONGs, entidades do terceiro setor, são produtores e agenciadores de saberes)[93].

Logo, a escola dominical é um local de aprendizado. Gohn (2014) afirma-nos que espaços coletivos com intencionalidades de desenvolver processos educativos de educação não formal possuem potencial para promover educação[94]. As reuniões da EBD ocorrem aos domingos pelo período da manhã e geralmente são divididas por classes: adultos, jovens, adolescentes, infantil e maternal. A classificação não significa que possam ter todas essas classes; dependendo do público, é possível formá-las. As abordagens geralmente orbitam em torno da revista com "Lições Bíblicas". Durante o ano, são confeccionadas 4 revistas, uma para cada trimestre. Os temas são direcionados a partir das revistas, porém, temas sociais e multidisciplinares são discutidos e debatidos, não se detendo especificamente à revista. Ressalta-se que os processos de educação não formal não são restritos às igrejas evangélicas ou cristãs, mas podem ocorrer em outros espaços religiosos, como terreiros, mesquitas, sinagogas e centros espíritas etc. Esse diálogo entre religião e sociedade, ambientes educativos não formais nos espaços religiosos, embora importante, pode ser interpretado também como um espaço de dogmatismo e proselitismo do ponto de vista científico.

---

87 MARQUES, A. F., LEPRE, R. M., CAPELLIN, V. L. M. F., & BONFIM, P. A. **Educação comunitária: promovendo a construção da cidadania no bairro Ferradura Mirim.** *Educação Em Revista*, *10*(1), 63-80. 2021. p. 65. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/644 . Acesso em: 09/10/2025.

88 FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1983, p.30

89 GUSSO, Sandra de Fátima Krüger. **Escola Bíblica: um lugar ideal para se frequentar regularmente**. VIA TEOLÓGICA, 2020. p. 341.

90 RAMOS, André Luiz. *Escola dominical: história e situação atual*. Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2013, p.50.

91 GARCIA, Valéria Aroeira. *A educação não-formal como acontecimento*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009, p. 36.

92 RAMOS, André Luiz. *Escola dominical: história e situação atual*. Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2013, p.12.

93 GOHN, Maria Glória. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos.** *Revista Investigar Em Educação*, *2*(1). Lisboa, II série, n. 1, p. 35-50, 2014. p. 35. Disponível em: https://ojs.up.pt/index.php/spce/article/view/1643. Acesso em: 15/09/2025.

94 GOHN, Maria Glória. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos.** *Revista Investigar Em Educação*, *2*(1). Lisboa, II série, n. 1, p. 35-50, 2014. p. 36. Disponível em: https://ojs.up.pt/index.php/spce/article/view/1643. Acesso em: 15/09/2025.

> O espaço da escola dominical tem que ser visto como lugar importante que a igreja como responsável pela educação cristã tem ao seu dispor, nesta escola onde o educando não termina o ciclo dos estudos; as ações da escola dominical, são educativas e preparam o educando para a vida. Além disso, no espaço da Escola dominical pratica-se a cidadania, ensina-se a solidariedade, desperta vocações e prepara as pessoas para serem agentes de transformação numa sociedade de constante mudanças, ou seja, prepara as pessoas para a vida.

Portanto, a religião não só proporciona respostas espirituais, mas também tem um papel ativo na promoção da justiça social, da paz e na defesa dos direitos humanos. A interação entre religião e sociedade persiste como uma relação intrínseca, porém vital para o progresso humano e coletivo[95]. A escola dominical é um local de aprendizado, toda a abordagem metodológica é direcionada para que o indivíduo entenda o tema discutido. Em alguns casos, as pessoas praticam a habilidade de interpretação de textos. "Portanto, a escola dominical auxilia o educando neste processo de relação com o mundo"[96]. Embora haja uma boa intenção, esses espaços também podem servir como espaços militantes, de promoção de uma ideologia cristã, que, por sua vez, não só fortalece as práticas, mas estrutura um *ethos*, modela a forma de relação e a conduta desses indivíduos. A partir disso, o proselitismo nos espaços religiosos é quase que inevitável; o ensino-aprendizagem em âmbito não formal nos espaços religiosos pode comprometer a neutralidade[97].

> O termo não-formal também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; e até na escola entre os grupos de amigo; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia , sempre carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados[98].

Gohn esclarece a diferença entre a educação formal e a não formal e destacou a relevância de ambas para o aprendizado, evidenciando a efetividade da escola dominical na vida do indivíduo. É evidente que existem diversos espaços no âmbito da educação não formal, porém, neste estudo, focamos na EBD como um agente de educação na sociedade. A EBD, realizada aos domingos nas igrejas evangélicas da AD, por exemplo, é organizada por um corpo docente, geralmente os mais experientes da comunidade religiosa fazem o papel de educador; as reuniões podem ocorrer dentro e fora do ambiente da igreja; as revistas "Lições Bíblicas" são as referência para a organização do aprendizado, seu conteúdo muda todo trimestre; existe a revista do professor e a do aluno[99].

> Porém, para a educação confessional, é possível estabelecer um modelo de uma educação religiosa dada a partir da teologia, que não seja uma mera escolarização da catequese, mas a articulação de um programa de pedagogia religiosa buscando o respeito à diversidade religiosa[100].

Nos ambientes religiosos, especialmente em grande parte das igrejas evangélicas, os processos educativos não formais são evidentes. A EBD, enquanto ferramenta educativa, se articula como modelo pedagógico válido e legal, porém, não tão visibilizado. Esse modelo se apresenta como possibilidade de educação complementar à educação formal, colaborando para alfabetização e reforço escolar, ao passo que pode atuar como espaço social importante para manutenção de práticas e saberes que reforçam a boa convivência e diálogo com diferentes tradições religiosas e sociais. A educação não formal não é um modelo educativo limitado, isolado e pode ocorrer apenas em espaços religiosos, pelo contrário; esse modelo é existente onde o ser humano existe, onde há interação constante entre ensinar e aprender[101].

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das "Lições Bíblicas" lançadas pela CPAD trimestralmente revela constantes tensões, que vão desde a intencionalidade pedagógica ao proselitismo religioso. Nesse sentido, a EBD se apresenta como um modelo confessional de educação não formal, que tem suas contribuições educacionais, mas inclina-se quase que exclusivamente ao proselitismo (quadro

95 WOLFF, E. **Religião e Sociedade: Des-encontros numa relação necessária e complementar**. Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião, Goiânia, Brasil, v. 19, n. 3, p. 517–538, 2021. p. 530. DOI: 10.18224/cam.v19i3.8960. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/8960. Acesso em: 16 out. 2025.

96 RAMOS, André Luiz. *Escola dominical: história e situação atual*. Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2013, p.61.

97 DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália*.1. ed. Barueri, SP: Edipro, 2022, p. 63.

98 GOHN, Maria Glória. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. *Revista Investigar Em Educação*, *2*(1). Lisboa, II série, n. 1, p. 35-50, 2014. p. 40. Disponível em: https://ojs.up.pt/index.php/spce/article/view/1643. Acesso em: 15/09/2025.

99 FILHO, Francisco Negreiros. *Escola Bíblica Dominical da Assembleia de Deus e Cidadania: Um estudo em Belém-PA. 2018*. Dissertação de Mestrado. Faculdade Unida de Vitoria (Brazil). p.9.

100 JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **Uma ciência como referência: uma conquista para o Ensino Religioso.** REVER Ano 15 Nº 02 Jul/Dez, 2015, p. 23. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/26181. Acesso em: 19/08/2025.

101 GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação , Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. p. 28. Disponível em: https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/694. Acesso: 22/11/2024.

01). Por exemplo, na Lição 6 do 1º Trimestre de 2025, intitulada "O Filho É igual ao pai", a pergunta aos alunos – "Por que é chamado 'Filho de Deus' no Novo Testamento?" – é organizada por um modelo gabaritado que não permite a reflexão crítica, mas conduz respostas dogmáticas formuladas intencionalmente. Nesse sentido, não há uma abertura para debates e discussões críticas. Isso é evidenciado a partir das temáticas sumarizadas, não há uma atenção ou um esforço à neutralidade, limitando o pensamento crítico nesses ambientes que professam uma determinada crença, e as lições são quase que unânimes, alinhadas aos interesses das lideranças assembleianas.

Os materiais são confeccionados pela própria editora da denominação, a CPAD, editora oficial da AD. Mesmo nestes casos, identificou-se, a partir da análise de conteúdo, que as discussões sobre temas como crise climática e avanços tecnológicos, embora sejam temas caros aos debates contemporâneos, nos espaços de reunião da EBD, são relacionados teologicamente a uma escatologia bíblica que, grosso modo, não permite analisar tais acontecimentos de forma crítica e científica. Isso realça fragilidades nas análises, que são superficiais e limitadas. No entanto, isso não ofusca ou exclui a importância desses espaços para promoção de educação não formal.

Tabela 38 – Análise de conteúdo das revistas trimestrais da EBD de 2024 a 2025

Trimestre/ Ano	Tema da Lição	Principais temas abordados
1 Trimestre 2024	O CORPO DE CRISTO – *Origem, Natureza e Missão da Igreja no Mundo.*	Origem da Igreja; Igreja: Organismo e organização; A disciplina na igreja.
2 Trimestre 2024	A carreira que nos está Proposta – *O Caminho da Salvação, Santidade e Perseverança para chegar no Céu.*	O Início da Caminhada; As Nossas Armas Espirituais; A Realidade Bíblica do Inferno.
3 Trimestre 2024	O Deus Que Governa o Mundo e Cuida da Família – Os Ensinamentos Divinos nos livros de Rute e Ester para a Nossa Geração.	O Livro de Ruth; O Livro de Ester; A Conspiração de Hamã contra os Judeus.
4 Trimestre 2024	AS PROMESSAS DE DEUS – *Confie e Viva as Bênçãos do Senhor porque Fiel é o que Prometeu.*	As Promessas de Deus; A promessa de Salvação; A Promessa de Paz.
1 Trimestre 2025	EM DEFESA DA FÉ CRISTÃ – *Combatendo as Antigas Heresias que se Apresentam com Nova Aparência.*	Quando as heresias ameaçam a unidade da Igreja; Deus é Triúno; O Filho é igual com o Pai.
2 Trimestre 2025	E o Verbo se Fez Carne – *Jesus sob o Olhar do Apóstolo do Amor.*	O verbo que se tornou em carne; O Novo Nascimento; A verdade que liberta.
3 Trimestre 2025	A IGREJA EM JERUSALÉM: *Doutrina, Comunhão e Fé: A Base para o Crescimento da Igreja em meio às Perseguições.*	A Igreja que nasceu no pentecoste; Uma Igreja que não teme perseguição; Uma Igreja que enfrenta os seus problemas.

continua na próxima página

Tabela 38 – *continuação*

Trimestre/ Ano	**Tema da Lição**	**Principais temas abordados**
4 Trimestre 2025	CORPO, ALMA E ESPIRITO – *A restauração integral do ser humano para chegar à estatura completa de Cristo*	O Homem – Corpo, Alma e Espírito; A consciência – O tribunal interior; O Corpo como Templo do Espírito Santo.

A estrutura sumarizado organizada no (Quadro 01) exemplifica a predominância de um currículo dogmático e estrutura confecional. Lições como "Origem da Igreja" (1º/2024), "O Início da Caminhada" (2º/2024) não se apresentam como textos para discussão crítica, o tópico "O Corpo como Templo do Espírito Santo" (4º/2025), estabelece uma verdade absoluta sobre corpos, se articulando como conteúdo doutrinário a serem implementadas pelos fiéis. As lições e seus respectivos tópicos inclinam-se ao proselitismo e dogmatismo assembleiano. O pensamento crítico isento de dogmatismo é marginalizado e profanizado pelo próprio conteúdo das lições. Temas como "Uma Igreja que enfrenta os seus problemas" (3º/2025) podem levantar discussões sobre questões sociais, a característica escatológica e moralizante influênciam uma concepção de mundo, fortalecendo um *ethos* simplesmente assembleiano, isso confirma a tensão fundamental identificada: a EBD é um espaço de educação não formal que, paradoxalmente, inibe a autonomia intelectual em detrimento da doutrina.

As tensões entre proselitismo e educação não formal em ambientes religiosos implicam compreender esse processo em instituições religiosas como mecanismo formulado e direcionado ao proselitismo. A EBD demonstra uma certa flexibilidade e eficácia na promoção de valores sociais e coesão social, bem como favorece o incentivo ao reforço a processos de alfabetização na comunidade, sendo, portanto, essa eficácia ainda limitada e condicionada à adesão ao grupo religioso. Conforme expõe Ramos (2013), desde sua criação, a EBD é um instrumento de formação religiosa indispensável, traçando objetivos educacionais que contemplam aspectos da cosmovisão, moldando uma ideia de mundo[102].

Essa atuação educativa, embora importante enquanto iniciativa social, ainda se mostra frágil e paradoxal; é um ambiente de ensino-aprendizagem que promove inclusão (ao oferecer processos educativos que promovem o conhecimento) e, por outro lado, exclui (ao rejeitar modelos considerados divergentes e visões de mundo opostas).

Segundo Durkheim (2022) a religião estaria entre duas perspectivas indissociáveis: o profano e o sagrado. Essa perspectiva proposta pelo sociólogo oferece uma ótica interessante para compreender o paradoxo certo/errado inerente à EBD. O espaço onde ocorrem as aulas da EBD produz uma separação entre o Sagrado (as práticas religiosas aceitas pela AD, doutrinas, crenças e costumes) e o Profano (toda e qualquer prática que vai de encontro com as crenças da comunidade religiosa). Ao promover ações educativas com a alfabetização, práticas de leituras e coesão social, a EBD se posiciona como mecanismo eficiente para ampliar as fronteiras da inclusão dentro da comunidade, reforçando e consolidando o pertencimento e identidade dos fiéis. Outrossim, ao passo que promove inclusão, também opera como mecanismo de exclusão simbólica, pois não está aberta a ideias e valores que não correspondem com seus valores e, são considerados mundanos ou "profanos". Dessa forma, a AD a partir da EBD estabelece fronteiras entre sagrado e profano, certo e errado, funcionando como o que Durkheim chamaria de "Igreja" – não no sentido estrutural arquitetônico, mas funciona como uma comunidade fechada e que estrutura a coesão a partir dos ritos (aulas da EBD) e crenças e práticas compartilhadas (lições bíblicas), estabelecendo vínculos internos, construindo um "muro simbólico" entre o profano e o sagrado[103].

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre processos educativos não formais em espaços religiosos não só amplia as fronteiras das Ciências da Religião, como também abre possibilidades para ampliar as fronteiras do conhecimento. Esses ambientes em que a EBD é uma ferramenta educativa e válida também podem ser um mecanismo proselitista de expansão daquela determinada comunidade. É fato que os processos de educação não formal não substituem a educação formal, mas emergem como uma forma complementar aos

[102] RAMOS, André Luiz. *Escola dominical: história e situação atual*. Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2013, op. 43.
[103] DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália*.1. ed. Barueri, SP: Edipro, 2022, p. 63.

processos de alfabetização, letramento e interpretação de textos. Além disso, a EBD se mostrou flexível ao abordar temáticas por faixa etária, possibilitando uma metodologia acessível, contribuindo para formação ética e social dos envolvidos. A educação não formal promovida por essas comunidades religiosas gravita entre o proselitismo e um processo educativo eficaz, contudo; esse modelo permite que os participantes possam adquirir habilidades e conhecimentos específicos, bem como auxilia no desenvolvimento pessoal e social. As igrejas que promovem a EBD, especialmente a AD, se mostram importantes na promoção de processos educativos como forma de espaços de diálogos interdisciplinares.

Diante do exposto, é possível compreender que as igrejas evangélicas promovem educação não formal. Esse modelo, embora não isento de críticas, se mostra uma alternativa e pode ser uma possibilidade viável para o reforço escolar e alfabetização. Diante disso, pesquisas futuras com análise de dados quantitativos ou comparativos podem ser alternativas válidas para futuros estudos sobre educação não formal nesses espaços não formais.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *Estrutura e funcionamento do ensino*. São Paulo: Avercamp, 2004.

CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 67, p. 100–115, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i67p100-115. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/13458.. Acesso em: 16/06/2025.

CAZELLI, Sibele; COSTA, Andréa Fernandes; MAHOMED, Carla. O que precisa ter um futuro professor em seu curso de formação para vir a ser um profissional de educação em museus? Ensino Em-Revista, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 579-595, 2010.

CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus). Lições Bíblicas: O CORPO DE CRISTO – Origem, Natureza e Missão da Igreja no Mundo. 1º trimestre de 2024. Rio de Janeiro: CPAD, 2024.

CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus). Lições Bíblicas: A carreira que nos está Proposta – O Caminho da Salvação, Santidade e Perseverança para chegar no Céu. 2º trimestre de 2024. Rio de Janeiro: CPAD, 2024.

CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus). Lições Bíblicas: O Deus Que Governa o Mundo e Cuida da Família – Os Ensinamentos Divinos nos livros de Rute e Ester para a Nossa Geração. 3º trimestre de 2024. Rio de Janeiro: CPAD, 2024.

CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus). Lições Bíblicas: As promessas de deus – confie e viva as bênçãos do senhor porque fiel é o que prometeu. 4º trimestre de 2024. Rio de Janeiro: CPAD, 2024.

CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus). Lições Bíblicas: Em defesa da fé cristã combatendo as antigas heresias que se apresentam com nova aparência. 1º trimestre de 2025. Rio de Janeiro: CPAD, 2025.

CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus). Lições Bíblicas: E o Verbo se fez carne – jesus sob o olhar do apóstolo do amor. 2º trimestre de 2025. Rio de Janeiro: CPAD, 2025.

CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus). Lições Bíblicas: A Igreja em jerusalém: doutrina, comunhão e fé: a base para o crescimento da igreja em meio às perseguições. 3º trimestre de 2025. Rio de Janeiro: CPAD, 2025.

CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus). Lições Bíblicas: corpo, alma e espirito – a restauração integral do ser humano para chegar à estatura completa de Cristo. 4º trimestre de 2025. Rio de Janeiro: CPAD, 2025.

DE MATOS, Alderi Souza. O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário. Fides Reformata, v. 11, n. 2, 2006. Disponivel em: http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfaifae/article/view/28/47. Acesso em: 09/09/2025.

DE SOUZA, Magno Paganelli. Charles Fox Parham: sua confusa e heterodoxa escatologia. Revista de Cultura Teológica, v. 32, n.

106, p. 185-200, 2023. Disponivel em: https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/64498. Acesso em: 06/09/2025.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália*.1. ed. Barueri, SP: Edipro, 2022.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1983.

GARCIA, Valéria Aroeira. *A educação não-formal como acontecimento*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação , Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/694. Acesso: 22/07/2025.

GOHN, Maria Glória. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. *Revista Investigar Em Educação*, *2*(1). Lisboa, II série, n. 1, p. 35-50, 2014. Disponível em: https://ojs.up.pt/index.php/spce/article/view/1643. Acesso em: 15/09/2025.

GUSSO, Sandra de Fátima Krüger. Escola Bíblica: um lugar ideal para se frequentar regularmente. Via Teológica. v.18 n.35. 2020.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Uma ciência como referência: uma conquista para o Ensino Religioso. REVER Ano 15 Nº 02 Jul/Dez, 2015, p. 23. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/26181. Acesso em: 19/08/2025.

KAEFER, Maria Teresinha Verle; CHAVES, Taniamara Vizzotto. O legado de Paulo Freire na Formação de Educadores em espaços formais e não-formais de ensino. Revista de Iniciação à Docência, *[S. l.]*, v. 6, n. 2, p. 397–414, 2021. DOI: 10.22481/riduesb.v6i2.9409. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/rid/article/view/9409. Acesso em: 15/08/2025.

Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf. Acesso em 04/06/2025.

MARQUES, Antonio Francisco *et al*. Educação comunitária: promovendo a construção da cidadania no bairro Ferradura Mirim. Educação em Revista, Marília, SP, v. 10, n. 1, p. 63–80, 2021. DOI: 10.36311/2236-5192.2009.v10n1.644. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/644. Acesso em: 16/07/2025.

MARQUES, Joana Brás Varanda. FREITAS, Denise de. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura. Educação e Pesquisa, *[S. l.]*, v. 43, n. 4, p. 1087–1110, 2017. DOI: 10.1590/s1517-9702201701151678. Disponível em: https://revistas.usp.br/ep/article/view/141101.. Acesso em: 17/08/2025.

MOREIRA, Joelma Lima; OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos. A Educação em ambientes não escolares: um relato de experiência. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 31, 23 de agosto de 2022. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/31/a-educacao-em-ambientes-nao-escolares-um-relato-de-experiencia. Acesso em: 05/09/2025.

OLIVEIRA, Liliane Silva Câmara De et al. A educação não formal como meio de aprendizagem na sociedade atual. Anais IV CONEDU. . . Campina Grande: Realize Editora, 2017.

RAMOS, André Luiz. *Escola dominical: história e situação atual*. Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2013.

ROSENDAHL, Zeny. História, Teoria E Método Em Geografia Da Religião. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 31, 2013. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6121. Acesso em: 19/08/2025.

SANTA CRUZ, Jevison Cesário. Com licença, professor! A educação na escola bíblica dominical é formal ou não formal?. *Rebena - Revista Brasileira De Ensino E Aprendizagem*, *5*, 136–153. 2023. Disponível em: https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/77. Acesso em: 18/09/2025.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 96, p. 561-576, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/SgHzCz9mYprkCV6RtTR368v/?lang=pt. Acesso em: 26/09/2025.

WOLFF, E. Religião E Sociedade: Des-Encontros Numa Relação Necessária E Complementar. Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião, Goiânia, Brasil, v. 19, n. 3, p. 517–538, 2021. DOI: 10.18224/cam.v19i3.8960. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/8960. Acesso em: 25/05/2025.

FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ NA IEADAM: TEORIA E PRÁTICA

Maria José Costa Lima[104]

RESUMO: O artigo analisa os fundamentos e as perspectivas da educação cristã na Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas (IEADAM), compreendendo-a como um processo intencional e sistemático de formação integral que abrange as dimensões espirituais, intelectuais, morais, emocionais e sociais dos indivíduos, em diálogo crítico com referenciais pedagógicos contemporâneos. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, especialmente sobre o Programa de Educação Cristã Continuada (PECC), a Escola Bíblica Dominical (EBD), o IBADAM e a FBN, o estudo explicita os pressupostos epistemológicos e conceituais da educação cristã, examinamos a proposta de formação integral assumida pela IEADAM e toma o método de ensino de Jesus como paradigma pedagógico para a prática educativa atual. Evidencia-se que a educação cristã, organizada como projeto comunitário e continuado, integra fé, conhecimento e vivência ética, utilizando metodologias ativas e dialógicas, fortalecendo valores ético-espirituais e formando os membros para atuação responsável e transformadora na sociedade, especialmente no contexto pentecostal amazônico.
Palavras-chave: Educação cristã; Formação integral; IEADAM.

ABSTRACT: This article analyzes the foundations and perspectives of Christian education in the Evangelical Assembly of God Church in Amazonas (IEADAM), understanding it as an intentional and systematic process of integral formation that encompasses the spiritual, intellectual, moral, emotional, and social dimensions of individuals, in critical dialogue with contemporary pedagogical frameworks. Based on bibliographic and documentary research, especially on the Continuing Christian Education Program (PECC), the Sunday School (EBD), IBADAM, and FBN, the study elucidates the epistemological and conceptual assumptions of Christian education, examines the proposal for integral formation adopted by IEADAM, and takes Jesus' teaching method as a pedagogical paradigm for current educational practice. It is evident that Christian education, organized as a community and ongoing project, integrates faith, knowledge, and ethical experience, using active and dialogical methodologies, strengthening ethical-spiritual values and preparing members for responsible and transformative action in society, especially in the Amazonian Pentecostal context.
Keywords: Christian education; Holistic formation; IEADAM.

1 INTRODUÇÃO

A educação cristã atualmente se destaca como um importante campo de investigação científica, especialmente entre denominações pentecostais, nas quais se observa, ainda que de forma embrionária, uma articulação, ainda inicial, entre teoria pedagógica e prática formativa integral. Nessa perspectiva, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas (IEADAM), com mais de um século de atuação, desenvolve abordagens educacionais que transcendem a mera transmissão de conteúdo religioso, configurando-se como uma práxis formativa baseada em pressupostos epistemológicos sólidos e metodologias pedagógicas bem estruturadas (Santos, 2008).

Este artigo realiza um recorte temático sobre a educação cristã no ambiente da IEADAM, propondo uma exploração dos fundamentos e perspectivas desse modelo educativo. São destacados seus aportes para o desenvolvimento integral dos membros, o fortalecimento dos valores ético-espirituais e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas cristãs na realidade amazônica.

O estudo é orientado pela seguinte questão-problema: quais são os fundamentos epistemológicos e as práticas pedagógicas que caracterizam a educação cristã na IEADAM, e de que forma esses elementos se articulam para promover a formação integral

[104] Doutora em Teologia pelo PPG-EST de São Leopoldo/RS (2020) - Área de Concentração: Religião e Educação. Mestra em Biologia Urbana pelo Centro Universitário Nilton Lins. Bacharel em Ciências Teológicas e Administração pela Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas Sociais e Biotecnológicas. Licenciada em Estudos Sociais e Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

dos indivíduos? Tal investigação revela-se relevante diante do crescimento expressivo das denominações pentecostais no Brasil e da sua crescente participação no campo educacional formal e não formal (Santos; Paiva, 2018).

Segundo Santos (2008), a educação cristã é entendida como "um processo intencional e sistemático, voltado para o desenvolvimento integral da pessoa em todas as suas dimensões – espiritual, intelectual, moral, emocional e social".

Compreender como esta proposta se materializa em contextos institucionais específicos constitui contribuição significativa para os estudos em educação e ciências da religião.

Como já mencionado, o artigo tem como objetivo: (1) explorar os fundamentos conceituais e epistemológicos da educação cristã, identificando suas bases teóricas e filosóficas; (2) examinar as dimensões da formação integral propostas pela educação cristã na IEADAM, considerando seus aspectos espirituais, intelectuais, morais, emocionais e sociais; (3) conhecer o modelo pedagógico de Jesus como paradigma metodológico para a educação cristã contemporânea; e (4) discutir as implicações práticas dessa abordagem educacional para a formação de agentes transformadores na sociedade. Estes objetivos foram delineados considerando a literatura especializada e as lacunas identificadas no campo de estudos sobre educação confessional pentecostal no contexto amazônico.

A justificativa para este estudo fundamenta-se em três dimensões principais. Primeiramente, a dimensão acadêmica: há uma escassez de pesquisas científicas que analisam rigorosamente os fundamentos e práticas da educação cristã em instituições pentecostais brasileiras, especialmente na região Norte do país. Cavalcante (2024) destaca que "a educação cristã tem promovido novas perspectivas e métodos de ensino", exigindo investigação sistemática sobre essas inovações pedagógicas. Em segundo lugar, a dimensão social: as instituições educacionais confessionais desempenham papel significativo na formação de milhares de brasileiros, influenciando valores, práticas sociais e formas de cidadania (Stott, 1975). Por fim, a dimensão prática: a compreensão científica dos processos educativos desenvolvidos na IEADAM pode contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas em contextos semelhantes.

O referencial teórico deste estudo articula-se em torno de três eixos fundamentais. O primeiro eixo aborda a concepção da educação cristã, dialogando com autores como Santos (2008), Silva (2018) e Cavalcante (2024), que discutem a natureza, objetivos e especificidades desta modalidade educativa. O segundo eixo concentra-se na formação integral do indivíduo, incorporando as contribuições de Costas (1989), Schwantes (2002), Pixley (1997), Padilla et al. (2006) e Stott (1975), que enfatizam a missão integral e a relação indissociável entre desenvolvimento espiritual e compromisso social. O terceiro eixo examina a pedagogia de Jesus como modelo paradigmático, fundamentando-se em Grenier (1998), Guimarães (2018), Bailey (1995) e outros autores que analisam os métodos de ensino usados por Jesus nos Evangelhos.

A metodologia adotada neste artigo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa. Foram analisados documentos institucionais da IEADAM, particularmente o material pedagógico do Programa de Educação Cristã Continuada (PECC), a revista da Escola Bíblica dominical bem como literatura especializada nacional e internacional sobre educação cristã, teologia prática e pedagogia religiosa. O corpus de análise incluiu obras clássicas e contemporâneas que abordam fundamentos teóricos da educação cristã, práticas pedagógicas em contextos confessionais e estudos sobre o modelo de ensino de Jesus. A análise dos dados de segurança e procedimentos hermenêuticos, buscando compreender os significados e as relações entre teoria e prática no contexto investigado. Tal abordagem metodológica mostra-se adequada aos objetivos propostos, permitindo uma compreensão profunda dos assuntos estudados.

O conceito de educação integral, central neste estudo, fundamenta a compreensão do ser humano como totalidade complexa e multidimensional. Freire (1996) afirma que a educação deve promover a emancipação e o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas. Na perspectiva cristã, essa integralidade ganha dimensão adicional ao incorporar a espiritualidade como elemento constitutivo da formação humana, não como adendo, mas como dimensão transversal que permeia todas as outras (Santos; Paiva, 2018). Schwantes (2002) enfatiza que uma formação integral requer uma aparência harmônica entre todas as facetas da existência humana.

O contexto da IEADAM constitui-se como *locus* investigativo particularmente relevante para este estudo. Com mais de 107 anos de história, a instituição tem desenvolvido práticas educativas através da Escola Bíblica Dominical (EBD), do Instituto Bíblico da Assembleia de Deus no Amazonas (IBADAM) e da Faculdade Boas Novas (FBN). Santos e Paiva (2018) analisam como essa experiência representa "tessitura da abordagem epistemológica da experiência religiosa pentecostal e a concepção educacional cristã integral". O PECC, implementado pela IEADAM, exemplifica o esforço institucional de sistematização e aprimoramento das práticas educativas, articulando espaços formais, não-formais e informais de aprendizagem. Este contexto oferece material empírico rico para exploração dos fundamentos e perspectivas da educação cristã no contexto pentecostal brasileiro.

A estrutura deste artigo é organizada em três declarações principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção, intitulada "Educação Cristã como Processo Formativo", examina os fundamentos conceituais, epistemológicos e filosóficos da educação cristã, sua etimologia, significados e especificidades enquanto modalidade educativa distinta. A segunda seção, "A Educação Cristã na Perspectiva da Formação Integral do Indivíduo", analisa as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano contempladas pela educação cristã, discutindo como se articulam teoria e prática na promoção da integralidade formativa. A terceira seção, "O Método de Ensino de Jesus: Lições Práticas Transformadoras", investiga a pedagogia de Jesus como paradigma metodológico, identificando princípios e estratégias aplicáveis aos contextos educacionais contemporâneos.

Este estudo se insere no debate contemporâneo sobre educação confessional, dialogando com correntes pedagógicas seculares e religiosas. Espera-se que os resultados aqui apresentados contribuam:

- para o aprofundamento teórico sobre a educação cristã no contexto pentecostal brasileiro,
- para a compreensão das especificidades da experiência educativa do IEADAM,
- para a identificação de princípios e práticas pedagógicas passíveis de aplicação em contextos semelhantes,
- para o fomento do diálogo interdisciplinar entre educação cristã, teologia e pedagogia.

2 EDUCAÇÃO CRISTÃ COMO PROCESSO FORMATIVO

A educação representa um dos fundamentos do desenvolvimento humano e social, constituindo-se como um processo que vai além da mera transmissão de conhecimentos. Esta compreensão ganha mais ênfase quando analisamos a etimologia da palavra educação, que deriva do latim *educare*, composta pelo prefixo *ex* (fora) e *ducere* (conduzir), significando literalmente "conduzir para fora". Esta raiz etimológica revela duas dimensões fundamentais: *educare* (nutrir e ensinar para objetivos externos) e educere (despertar potencialidades internas), demonstrando que o ato educativo não apenas transmite conhecimento, mas também extrai e desenvolve as capacidades do educando. Nesse aspecto, a educação engloba o desenvolvimento integral do indivíduo, abrangendo aspectos intelectuais, sociais, emocionais, morais e espirituais, promovendo sua plena realização e participação efetiva na sociedade. Sendo assim, conceituar educação requer uma exploração cuidadosa de suas múltiplas dimensões e implicações, reconhecendo sua complexidade e abrangência (Freire, 1996).

Em seu significado mais abrangente, a educação pode ser compreendida como um processo sistemático, contínuo e intencional de desenvolvimento das potencialidades humanas, fundamentado na transmissão, construção do conhecimento, valores, habilidades e experiências.

A educação cristã, portanto, não se limita apenas à sala de aula ou ao ensino formal – ela ocorre em diferentes contextos, momentos e relações, promovendo o crescimento integral do indivíduo. Esse desenvolvimento abrange não apenas o domínio intelectual, mas também aspectos sociais, emocionais, éticos e espirituais, contribuindo para a formação de pessoas, autônomas, solidárias e capazes de participar de forma ativa e responsável na sociedade. Além disso, a educação cristã é um processo dialógico, que envolve interação, partilha e construção coletiva do saber, valorizando as experiências e os contextos culturais dos alunos. Ela promove o crescimento cristão, o despertar de potencialidades de liderança e a preparação para testemunhar as verdades aprendidas.

No âmbito cristão, esta missão educativa ganha novas camadas de significado ao se apoiar na cosmovisão bíblica, que permite a cada pessoa como portadora da imagem e semelhança do Criador, chamada a testemunhar suas experiencias, essa perspectiva amplia o papel da educação cristã, integrando conhecimento, valores e fé na formação integral de cada indivíduo, conferindo a toda dignidade, intencionalmente elevada e a missão de ser, no mundo, agente ativo de transformação.

A educação cristã apoia-se em três pilares fundamentais: o primeiro é a fé viva, que não se limita à crença intelectual, mas se revela em uma relação pessoal com Deus, permeando todas as áreas da vida e iluminando escolhas, atitudes e projetos. O segundo pilar é a moralidade sólida, construída sobre valores éticos baseados nas Escrituras Sagradas e manifestos no cotidiano por meio do respeito, da justiça, da solidariedade e do amor ao próximo, como pode ser observado no livro Educação cristã na IEADAM, uma missão de crescimento continuo.

A formação cristã constitui-se como um processo intencional e sistemático, voltado para o desenvolvimento integral da pessoa em todas as suas dimensões: espiritual, intelectual, moral, emocional e social. Fundamentada nos princípios bíblicos, essa abordagem educativa não apenas informa, mas busca transformar, guiando cada pessoa para uma compreensão profunda do seu papel no mundo à luz da fé cristã. O alicerce de uma instrução bíblica integral reside na tríade fundamental das Escrituras: Criação,

Queda e Redenção. A compreensão da Criação revela o propósito e o valor intrínseco de todos os seres humanos, mostrando que cada aspecto do conhecimento é expressão da revelação divina. A Queda, por sua vez, explica as distorções e limitações presentes em nossa percepção, evidenciando a necessidade de discernimento e humildade diante das fragilidades humanas. Já a Redenção aponta para o caminho da restauração, apontando a liderança e direção para a busca do conhecimento verdadeiro e da vivência de valores que transformam todos aqueles que através do novo nascimento em Cristo, decidem segui-lo.

Nesta perspectiva, a educação cristã vai além da mera apresentação de conteúdos doutrinários, promovendo uma integração entre fé e vida, incentivando que valores como justiça, amor ao próximo, misericórdia e honestidade sejam aplicados no cotidiano.

Para Silva (2018), "a educação cristã é a forma particular de educar. Ela pode ser definida como instrução formal, feita sob a perspectiva do cristianismo, buscando desenvolver tanto as pessoas como seus dons naturais, com base em uma perspectiva cristã de vida, bem como da realidade, do mundo e do homem".

O ensino cristão utiliza como base as Escrituras para compreender a realidade e desenvolver o ser humano em suas dimensões espirituais, morais, intelectuais e sociais. Ambientes como a sala de aula da EBD, o convívio familiar e as células configuram- se como espaços privilegiados para o desenvolvimento de competências éticas, sociais e interpessoais, pois favorecem a aprendizagem experiencial mediada por exemplos, diálogo reflexivo e práticas colaborativas.

No contexto da formação cristã, destaca-se a relevância da vivência de valores e da construção de uma subjetividade comprometida com a responsabilidade social e o bem coletivo, compreendendo a espiritualidade como elemento transversal na formação integral do indivíduo — manifestando-se, portanto, em atitudes de responsabilidade social, solidariedade e atuação cidadã em diferentes âmbitos da vida social.

Na perspectiva de Cristo, educar não é apenas ensinar doutrinas, mas formar o ser humano em sua totalidade: coração, mente e ações. A verdadeira formação cristocêntrica acontece quando o ensino das Escrituras é acompanhado por amor, misericórdia e obediência à vontade divina. O ensino de Cristo nos Evangelhos revela que o aprendizado se dá em comunidade, por meio do discipulado, do exemplo e da vivência cristã. A instrução moldada por Cristo também promove o crescimento espiritual, desenvolvendo no crente a mente de Cristo: "Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus" (Fp 2:5). O processo de aprendizagem, nesse contexto, é relacional e espiritual, tendo como base a comunhão com Deus e o serviço ao próximo.

O discipulado ultrapassa a dimensão do simples acúmulo de conteúdo ou da internalização de doutrinas, configurando-se como um processo contínuo de formação integral do indivíduo, no qual o conhecimento assimilado é interiorizado e repercute em transformações concretas na subjetividade e na conduta do sujeito. Diferente de uma abordagem específica informativa, o discipulado privilegia o desenvolvimento de disposições éticas, cognitivas e relacionais, de modo que os referenciais e valores aprendidos se expressam de maneira autenticamente incorporada na trajetória existencial e nas práticas sociais do indivíduo.

A regeneração do pensamento ocorre quando há substituição de uma mentalidade secularizada e atitudes disfuncionais, por uma perspectiva fundamentada na cosmovisão bíblica, o que implica o desenvolvimento de um referencial interpretativo coerente e sistemático que permeia todas as áreas da vida pessoal e social do indivíduo. Tal transformação não se restringe aos aspectos cognitivos, mas se estende às dimensões afetivas, envolvendo mudanças profundas nos valores, motivações e dinâmica emocional, conduzindo a um reordenamento da ética e das relações interpessoais.

As manifestações comportamentais resultantes do discipulado cristão refletem a internalização dessas mudanças, evidenciando-se em práticas que promovem a comunhão do corpo de acordo com a cosmovisão adotada. A IEADAM, nesse aspecto, desempenha papel central como espaço que oferece a formação e a aplicação dessa perspectiva.

3 A EDUCAÇÃO CRISTÃ NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

A educação cristã cumpre sua missão plena quando aborda o ser humano de forma integral, permitindo que seu desenvolvimento envolva múltiplas dimensões físicas, emocionais, sociais, intelectuais e espirituais. Segundo Jacques Delors afirma, em sua obra "Educação: Um Tesouro a Descobrir":

> A educação holística deve ter em conta as múltiplas facetas — físicas, intelectuais, estéticas, emocionais e espirituais — da personalidade humana e tender, assim, para a realização deste sonho eterno: um ser humano perfeitamente realizado vivendo num mundo em harmonia (DELORS, 2010, p. 245).

Concentrar-se exclusivamente em uma dimensão, como a espiritual, configura um equívoco pedagógico que prejudica a eficácia do processo formativo, pois ignora as fases distintas do crescimento pessoal e as dinâmicas interpessoais e emocionais complexas presentes na trajetória educativa (Costas, 1989; Schwantes, 2002). A educação integral, alinhada com os princípios

propostos por Milton Schwantes, reafirma a necessidade de formar pessoas em sua comunidade, correlacionando todas as facetas da existência humana para promover um desenvolvimento equilibrado e harmonioso.

Nesse sentido, quando a agência educativa assume o compromisso com a integralidade do ser, naturalmente a comunicação de valores ultrapassa a mera transmissão de conceitos teóricos, configurando-se como um processo de internalização e vivência prática dos princípios éticos em todas as dimensões da experiência humana (Pixley, 1997). Tal formação integrada requer uma articulação constante entre teoria e prática, estimulando a aplicação contextualizada dos valores nos diversos âmbitos sociais, profissionais e culturais (Padilla et al., 2006). Para isso, é fundamental que cada membro da igreja desempenhe papéis específicos, promovendo a edificação coletiva e o cumprimento do propósito educacional, de forma que a educação cristã deixe de ser um processo isolado para se constituir como um projeto coletivo de transformação social.

Distinguindo-se da educação tradicional, a educação cristã é orientada por uma cosmovisão específica, na qual a instrução formal visa o desenvolvimento integral do indivíduo e de seus potenciais naturais, fundamentada na revelação bíblica sobre a vida, o ser humano e a realidade (Stott, 1975). Este paradigma organizativo envolve um esforço sistemático de reflexão e ação conforme os ensinamentos das Escrituras, integrando a transmissão e apropriação de conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos coerentes com a fé professada (Costas, 1989). Importante destacar que este processo educativo não se limita ao ambiente institucional, mas alcança diversos contextos sociais, responsabilizando-se o educando como agente ativo de transformação (Schwantes, 2002).

Sob a ótica pedagógica contemporânea, o processo ensino-aprendizagem na educação cristã supera a visão tradicional de transferência passiva de informações. Incorpora metodologias que permitem regular o estudante como sujeito ativo e protagonista da construção do saber, promovendo a compreensão, a reflexão e a aplicação da prática do conhecimento (Pixley, 1997). A chamada metodologia do ensino por descoberta, adotada neste contexto, valoriza a participação ativa do aprendizado, estimulando-o a relacionar os novos conteúdos com suas experiências prévias e desenvolver convicções próprias para enfrentar desafios existenciais (Padilla et al., 2006). O educador, por sua vez, assume papel de mediador facilitador, orientando o processo de aprendizagem e a vivência dos princípios éticos ao cotidiano dos educandos (Stott, 1975). Ademais, na experiência da IEADAM, a visão do processo educativo é de formação continuada, envolvendo as agências EBD, IBADAM e FBN, nos ensinos básico, médio e superior, conforme descrito no livro “Enigma de Deus”.

A implementação prática da educação cristã exige planejamento criterioso e avaliação contínua das estratégias pedagógicas, exigindo do educador não somente a transmissão de conteúdos, mas também o testemunho coerente de valores éticos (Costas, 1989). Para tanto, é imprescindível que o educador domine os conteúdos, compreenda os contextos sociais dos discentes e utilize ferramentas pedagógicas atualizadas (Schwantes, 2002). A articulação entre princípios bíblicos e metodologias pedagógicas que promovem a reflexão crítica e o diálogo contextualizado é condição *sine qua non* para manter a relevância da educação cristã nos desafios do mundo contemporâneo (Pixley, 1997).

Outro ponto fundamental é a colaboração articulada entre família, igreja e escola, pilares que devem convergir para fortalecer os valores transmitidos e consolidar o processo formativo (Padilla et al., 2006). A consonância entre os ensinamentos nestes ambientes amplia a eficácia do desenvolvimento integral, criando vínculos de confiança e promovendo o crescimento integrado dos educandos (Stott, 1975). Em particular, a participação familiar ativa é importante para potencializar a aprendizagem e consolidar os valores socialmente sustentados (Schwantes, 2002). O artigo apresenta um recorte da experiência da IEADAM, destacando o Programa de Educação Cristã Continuada (PECC) como um projeto de formação contínua da membresia, fundamentado na Escola Bíblica Dominical e desenvolvido em parceria com a família. Abaixo, será inserida uma imagem ilustrativa do PECC.

Fonte: a autora. LIMA, Maria José Costa. Um Enigma de Deus: A História de um legado de Fé e Educação. Manaus: Travessia, 2015.

Finalmente, a educação cristã visa formar indivíduos que expressem amor, respeito e compromisso social, preparando-os para servir com excelência em diversas esferas da vida (Costas, 1989). Este processo requer intencionalidade, dedicação e um referencial ético consistente, promovendo o desenvolvimento de competências morais e intelectuais para uma atuação crítica, responsável e transformadora. A contribuição desta abordagem educativa ultrapassa as instituições formais, alcançando lares, igrejas e ambientes profissionais, onde os egressos são chamados a atuar como agentes de mudança social e ético-cultural (Padilla et al., 2006).

4 O MÉTODO DE ENSINO DE JESUS: LIÇÕES PRÁTICAS TRANSFORMADORAS

A pedagogia de Jesus constitui um modelo paradigmático para a educação cristã, integrando de maneira inovadora o ensino com a práxis existencial e representando um referencial que ultrapassa períodos históricos e fronteiras culturais (Grenier, 1998; Guimarães, 2018). Sua competência como educador era fundamentada não apenas no domínio das Escrituras, mas, principalmente, na perfeita congruência entre discurso e ação, caracterizando o que Paulo Freire (1996) denomina de autenticidade dialógica e coerência ética. Jesus exercia uma autoridade pedagógica singular, expressa por uma comunicação acessível e contextualizada, baseada na empatia e compreensão das necessidades individuais de seus interlocutores (Guimarães, 2018).

A metodologia de Jesus apresenta uma riqueza de métodos que hoje dialogam com correntes contemporâneas da Educação, como o construtivismo (Delizoicov, Angotti & Pernambuco, 2007; Morin, 2003) e a hermenêutica dialógica. No ensino de Jesus, o processo educativo visava a transformação integral, promovendo aprendizagem ativa, mudança de valores e desenvolvimento do caráter (Grenier, 1998; Bardin, 2019). Se tratava não apenas de transmissão de conteúdos, mas de um processo que buscava autonomia e mudança estrutural nos aprendizes.

A prática pedagógica de Jesus era profundamente inovadora para sua época. O episódio do encontro com a mulher samaritana (João 4) ilustra sua sensibilidade às barreiras culturais, sociais e morais. Ao superar restrições impostas ao diálogo público entre homens e mulheres — e à comunicação entre judeus e samaritanos —, Jesus demonstrou que a educação transformadora não depende exclusivamente de condições ideais, mas da capacidade do educador em criar vínculos fundamentados no amor, na escuta ativa e na sabedoria prática (Guimarães, 2018; Bardin, 2019). Este exemplo confirma a tese de Bailey (1995), de que os métodos pedagógicos de Jesus impulsionam a reflexão e a conversão existencial (*metanoia*).

No Sermão do Monte (Mateus 5:3-9), Jesus adapta sua mensagem ao contexto dos vulneráveis — enlutados, pobres, famintos — utilizando linguagem universal, simbólica e acessível. Tal abordagem está em consonância com princípios defendidos por Libâneo (1994), para quem a eficácia do ensino reside na contextualização, linguagem clara e conexão com as experiências dos aprendizes. Jesus também recorria a exemplos cotidianos: “Se alguém tem sede, venha a mim e beba” (João 7:37), reforçando a necessidade de diálogo com a realidade do público-alvo (Bravo, 2007; Secco & Rossi, 2024). Suas interações com autoridades religiosas evidenciam respeito ao contexto e tradição, ao mesmo tempo em que introduz perspectivas críticas e inovadoras,

retomando a ideia de Grenier (1998) sobre ensino dialógico, crítico e emancipador.

O uso das parábolas por Jesus, como reconhecem Bailey (1995) e Anastasiou & Alves (2003), representou estratégia eficaz de comunicação e ensino provocativo, capaz de estimular reflexão, mudanças de comportamento e participação ativa no processo educativo. As parábolas não eram meros recursos literários, mas instrumentos de ensino prescritivo e transformação pessoal, com alcance intertemporal e transcultural.

Os objetivos da educação cristã, na perspectiva de Jesus, orientam-se para a formação integral do discípulo — abrangendo desenvolvimento espiritual, cognitivo, ético, comunitário, social e apologético (Silva, 2018; Secco & Rossi, 2024). A Escritura "Para que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente instruído para toda boa obra" (2 Timóteo 3:17) resume esse ideal, alinhando-se à visão de Silva (2018) sobre os quatro pilares da educação integral: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Entre os fins do processo educativo, destacam-se:

- O desenvolvimento espiritual e do caráter (Grenier, 1998)
- A fundamentação doutrinária sólida (Libâneo, 1994; Guimarães, 2018)
- A habilitação para a liderança ética e atuação social transformadora (Secco & Rossi, 2024)
- O preparo apologético para defesa da fé (Silva, 2018)
- O fortalecimento da unidade comunitária (Bravo, 2007)
- O impacto social responsável, articulando fé e cidadania (Morin, 2003).

A tríade fundamental da educação cristã — Escritura, igreja e educador (Silva, 2018; Bardin, 2019) — oferece sustentação teórica e metodológica ao processo pedagógico integral. A Bíblia, enquanto conteúdo normativo e inspirador; a igreja, como ambiente vital para aprendizagem e desenvolvimento; e o educador, como facilitador, mentor e modelo de vida.

É preciso destacar que, para além da competência acadêmica, o educador cristão deve apresentar maturidade ética e espiritual, compromisso ministerial e conhecimento sólido das Escrituras, em consonância com Libâneo (1994) e Guimarães (2018). A integração dos fundamentos teórico-bíblicos, comunitários e docentes potencializa processos de formação capazes de desenvolver indivíduos maduros, ativos socialmente e orientados por valores éticos e humanísticos (Bardin, 2019; Freire, 1996).

Dessa forma, o método de ensino de Jesus transcende os limites históricos e religiosos, apresentando-se, ainda hoje, como fonte de inspiração para estratégias educacionais inovadoras voltadas à formação integral do ser humano — objetivo central de qualquer pedagogia comprometida com a transformação social (Guimarães, 2018; Secco & Rossi, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar os fundamentos e perspectivas da educação cristã na IEADAM, articulando teoria, prática e formação integral. A exploração evidenciou que a educação cristã, ao valorizar todas as dimensões do ser humano — espiritual, intelectual, emocional, moral e social — permite o desenvolvimento de indivíduos capazes de agir com autonomia, responsabilidade e compromisso social. O percurso metodológico, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, demonstrou que a IEADAM tem investido na sistematização de práticas educacionais pautadas em pressupostos epistemológicos sólidos e na valorização do paradigma formativo proposto por Jesus, integrando fé, conhecimento e vivência ética.

Os resultados reforçam a relevância da educação cristã como campo de pesquisa e atuação, especialmente no contexto pentecostal amazônico, e indicam que o diálogo entre teoria pedagógica e prática institucional é indispensável para o avanço da educação confessional. Evidenciou-se, ainda, a necessidade de aprofundar a investigação sobre os processos educativos, reconhecendo o papel transformador das agências formativas da IEADAM: EBD, IBADAM e FBN, e a importância da colaboração família, igreja e escola.

Portanto, conclui-se que a educação cristã na IEADAM representa uma proposta pedagógica abrangente e inovadora, capaz de formar agentes de transformação social, preparados para enfrentar os desafios contemporâneos com excelência, ética e compromisso com o bem comum. Que este estudo possa inspirar novas pesquisas, contribuir para o fortalecimento das práticas educativas confessionais e fomentar o diálogo interdisciplinar entre educação, teologia e sociedade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIOU, L. G. C. & Alves, L. P. Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula, 2003.

BAILEY, K. E. As parábolas de Lucas. São Paulo: Vida Nova, 1995.

BARDIN, L. Aportes teórico-metodológicos do ensino de Jesus. *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, 13(24), 65-80, 2019.

BRAVO, N. O Mestre dos mestres, 2007.

COSTAS, Orlando. Missão no Mundo Contemporâneo . Maryknoll, NY: Orbis Books, 1989.

DELIZOICOV, D., Angotti, J. A., & Pernambuco, M. M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. Paz e Terra, 1996.

GRENIER, B. Didática de Jesus: reflexões pedagógicas para educadores cristãos, 1998.

GUIMARÃES, E. L. V. Jesus na perspectiva pedagógica: os métodos em evidência, 2018.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: formação, identidade e profissão, 1994.

LIMA, Maria José Costa. Um Enigma de Deus: A História de um legado de Fé e Educação. Manaus: Travessia, 2015.

MORIN, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. Cortez, 2003.

PADILLA, René et al. Missão Integral e Transformação Social . Quito: Edições Obrera, 2006.

PIXLEY, Jorge. Pedagogia e Educação Popular . São Paulo: Peirópolis, 1997.

SCHWANTES, Milton. A missão transformadora da Igreja . São Leopoldo: Sinodal, 2002.

SECCO, M. R. & Rossi, L. A. S. A integralidade dos métodos pedagógicos de Jesus e a educação integral contemporânea. *Revista Intersaberes*, 24(58), 2024.

SILVA, E. da P. As bases e o conceito da educação cristã, 2018.

SILVA, Luzelúcia. Fundamentos da Educação Cristã. 2018, pág. 29 apud IEADAM, p. 7, 2025.

STOTT, John. Missão Cristã no Mundo Moderno . Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1975. *DELORS*, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.7

JORNALISMO E PRIVACIDADE UMA ANÁLISE DAS REGULAMENTAÇÕES E PRÁTICAS PARA PROTEÇÃO DE FONTES E INFORMAÇÕES SENSÍVEIS

Ágatha Victoria da Silva Gonçalves[105]
Luísa Bernardino Gerber de Araújo[106]
Mayane Batista Lima[107]
Luziane de Avila Calazans[108]

RESUMO: O presente artigo propõe-se a problematizar as tensões que interseccionam o jornalismo contemporâneo quando este se defronta com a necessidade de resguardar a privacidade de indivíduos e instituições, em contraste com a exigência social e política de assegurar o acesso à informação. A questão está no equívoco recorrente que confunde privacidade com censura e que, em contrapartida, autoriza a expansão indiscriminada do sensacionalismo como prática legitimada sob o rótulo de interesse público. Metodologicamente, adotou-se a análise bibliográfica como fundamentação, na medida em que o tema se inscreve na tradição da ética jornalística e exige interlocução com referenciais jurídicos, filosóficos e comunicacionais. Conclui-se que a privacidade, entendida como direito fundamental e como condição de possibilidade para os demais direitos subjetivos, demanda não apenas marcos regulatórios mas também sanções proporcionais para aqueles que transgridem os limites estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, seja em favor de interesses particulares, seja no intuito de ocultar informações de relevância pública.
Palavras-chave: Ética no Jornalismo, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); Liberdade de Expressão.

ABSTRACT: This article seeks to problematize the tensions that intersect contemporary journalism when it confronts the need to safeguard the privacy of individuals and institutions, in contrast to the social and political demand for ensuring access to information. The core issue lies in the recurrent misconception that equates privacy with censorship, while simultaneously legitimizing the indiscriminate expansion of sensationalism under the banner of "public interest." Methodologically, a bibliographic analysis was adopted as the foundational approach, given that the topic is rooted in the tradition of journalistic ethics and requires dialogue with legal, philosophical, and communication frameworks. It is concluded that privacy, understood as a fundamental right and a necessary condition for the realization of other subjective rights, demands not only regulatory frameworks but also proportional sanctions for those who violate the boundaries established by the General Data Protection Law (LGPD), whether to protect private interests or to conceal information of public relevance.
Keywords: Journalistic Ethics; General Data Protection Law (LGPD); Freedom of Expression.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da Privacidade perpassa por múltiplas áreas do conhecimento que vão da filosofia à ciência política e à ciência da informação. De acordo com Brito e Machado (2017) o conceito de privacidade está relacionado a pessoas, mais precisamente ao

[105] Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas. Técnica em Informática pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre políticas, educação, violências e instituições (GEPPEVI). Email: agaviht@gmail.com Lattes: http://lattes.cnpq.br/3325885310614317

[106] Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas. Email: geberluisa@gmail.com . Lattes: http://lattes.cnpq.br/4973513501987640

[107] Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGIC/FIC/Ufam). Docente do curso de Jornalismo da Faculdade Boas Novas (FBN). Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), com estágio doutoral-sanduíche na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Pesquisadora visitante do Centro de Inteligência Artificial da USP no Comitê de Inclusão e Diversidade (C4AI-CID/USP/IBM/FAPESP). Mestre em Ciências da Comunicação (PPGCCOM-UFAM), especialista em Marketing, Publicidade e Propaganda e Gestão de Pessoas, pela UniNorte. Bacharel em Jornalismo pela mesma instituição. Possui especialização em Machine Learning pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), onde também cursa o bacharelado em Ciência da Computação. Jornalista de Dados 1066/AM. Email: docente.mayanebatista@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0988880279824007 . Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5901-1412

[108] Docente do curso de Direito, Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Boas Novas (FBN). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - Faculdade Nacional de Direito (FND). Especialista em Direito da Família e Direito Processual Civil. E-mail: luzianecalazans@gmail.com Lattes: http://lattes.cnpq.br/5169820252733962 Orcid: https://orcid.org/0009-0007-0841-4055

direito que as pessoas têm de manter um espaço pessoal, distinguindo-se aquilo que está na seara do público e do que concerne ao privado, dessa forma compete a elas a decisão de manter controle sobre suas informações ou não. Para os autores há um consenso de que a privacidade é um conceito complexo e com muitas questões envolvidas. Já de acordo com Gavison (1980 Apud Brito e Machado (2017) a privacidade é uma condição medida em termos de grau de acesso que outros têm a pessoa, com base na informação, atenção e proximidade, dessa forma existem três princípios fundamentais que compõem a privacidade: O sigilo, o anonimato e o isolamento Brito e Machado (2017) explicam ainda que uma das formas de proteção de dados sensíveis é a anonimização, em que:

> A anonimização é constituída por um conjunto de técnicas que modificam dados originais, de tal forma que os dados anonimizados não se assemelham aos dados originais, mas ambos possuem semântica e sintaxe bastante semelhantes. O termo anonimato representa o fato do sujeito não ser unicamente caracterizado dentro de um conjunto de sujeitos. O intuito da anonimização é poder compartilhar informações com outras entidades, as quais poderão utilizá-las para diversas finalidades, sem que haja violação de privacidade (Brito e Machado, 2017, p.99).

A privacidade é que um direito fundamental, capaz de interferir na garantia de todos os outros direitos subjetivos, nesse sentido, Vieira (2007) contribue:

> O direito à privacidade, consagrado desde o século XVI nos ordenamentos jurídicos estrangeiros, traduz-se como uma garantia essencial ao pleno desenvolvimento do indivíduo e ao exercício, com tranquilidade, da liberdade de consciência, de crença e de expressão(. . .) Enquanto expressão do princípio da dignidade da pessoa humana, a privacidade impõe-se como um direito tão importante, que sem a proteção dessa garantia todos os outros direitos subjetivos tornar-se-iam irrelevantes para o seu titular. Assim, o direito à privacidade deve ser assegurado como um mínimo invulnerável, merecedor de total atenção pelos mais diversos atores sociais, incluindo-se juristas, sociólogos, filósofos, tecnólogos, burocratas, políticos e todo e qualquer cidadão comum, o que demonstra a relevância do tema exposto. (Vieira, 2017).

A noção de privacidade, tal como a mobilizamos contemporaneamente, não está como um dado natural do viver social, mas como efeito de uma lenta metamorfose técnica e política: foi apenas com a aceleração do tempo histórico e o advento de dispositivos de captura do visível, a câmera fotográfica, por exemplo, que o conceito passou a reivindicar, de modo mais incisivo, a proteção estatal. É nesse contexto que Warren e Brandeis, escrevendo em 1890 (como lembram Christofoletti e Gaia em 2018), concebem a privacidade como um direito, definindo-a pela negatividade de uma ausência: "o direito de ser deixado em paz", "o direito de estar só". A fórmula, é sintoma de uma inquietação maior, a percepção de que a técnica, ao estender o olhar humano para além de seus limites ordinários, altera a própria ontologia do visível e do invisível, obrigando o Estado a arbitrar sobre os contornos do que pode ou não ser exposto ao olhar coletivo.

> Reivindicando para si a prerrogativa de fiscalizar poderes, jornalistas promoverão devassas nas vidas pessoais de detentores de cargos públicos, bem como invadirão a privacidade dos famosos ou dos mais fracos. Muitas vezes sem critério consistente. Atraindo para si a responsabilidade de zelar pelo direito à informação, jornalistas assassinarão reputações, e padecerão de amnésias temporárias sobre o direito individual de ter o próprio resguardo. Para justificar suas ações, repórteres e editores evocarão palavras mágicas como "interesse público", poderosas o suficiente para pulverizar qualquer fronteira bem demarcada para a vida íntima (Christofoletti & Gaia, 2018, p.45).

Na tentativa de contenção desse tipo de prática existem considerassem os seguintes códigos deontológicos

> Integra vários princípios éticos que se constituem como diretrizes e que têm como objetivo definir os limites de atuação dos profissionais de proteção de dados, determinando quais são os comportamentos permitidos, ou não, no exercício da sua atividade profissional (Brito e Machado, 2017)

Christofoletti e Gaia (2018, p. 46) argumentam que os códigos deontológicos atuam como gramáticas normativas de uma categoria profissional, sendo construídos coletivamente e, por isso, dotados de legitimidade interna; ao circularem publicamente, expressam compromissos éticos, como preocupações, princípios e valores que se dirigem também à sociedade, reforçando sua função social. Os autores ressaltam que os códigos deontológicos diferem substantivamente das normas jurídicas, na medida em que não possuem caráter coercitivo, tampouco mecanismos institucionais de aplicação compulsória. Tratam-se, antes, de dispositivos ético-normativos de natureza voluntária, cuja eficácia depende fundamentalmente do compromisso subjetivo e da autorregulação dos agentes profissionais. Essa ausência de sanções formais confere-lhes uma certa fragilidade operacional; contudo, não diminui sua importância simbólica e orientadora. Nesse sentido, tais documentos constituem marcos referenciais fundamentais para a deliberação prática em contextos de incerteza moral, funcionando como guias para jornalistas, redatores, gestores e editores na definição de condutas desejáveis frente a dilemas éticos recorrentes na atividade profissional.

De acordo com Oliveira (2012, p. 16) a ética profissional como dimensão constitutiva da práxis técnica, aplicável já na formação e não apenas no exercício da profissão. Segundo a autora, a indissociabilidade entre fazer e agir estrutura a ação profissional: o primeiro remete às competências técnicas e à eficiência instrumental exigidas pelo ofício; o segundo, às escolhas éticas e às posturas subjetivas assumidas no contexto laboral. Nessa persutura, a excelência profissional não se reduz à perfeição técnica, mas exige uma postura ética ativa e reflexiva.

Com isso, de que maneira pode-se compreender os limites e as insuficiências dos códigos deontológicos e da ética jornalística diante da complexificação contemporânea da privacidade? Se a deontologia se ancora no caráter absoluto das obrigações morais e a ética se abre ao campo reflexivo das condições históricas, como articular ambas as perspectivas diante de dilemas que atravessam jornalistas e cidadãos em tempos de hipervisibilidade digital?

Vale ressaltar que os códigos deontológicos não se confundem com o código de ética jornalística, pois, como observa Martins (2023), cada um obedece a regimes distintos de normatividade e de racionalidade prática. A deontologia, inscrita na tradição filosófica que se ocupa do imperativo categórico das obrigações, atua como um dispositivo de prescrição universal e abstrata, impondo ao sujeito um dever cuja validade independe de contextos e consequências. A ética, ao contrário, deve ser entendida menos como um repertório normativo e mais como um campo ontológico de reflexão e experimentação, onde valores e princípios se constituem em diálogo com as condições históricas, culturais e políticas do viver em comum. Com isso a ética e a deontologia, embora frequentemente alinhadas no mesmo horizonte da filosofia moral, configuram perspectivas divergentes sobre a mesma problemática fundamental a do agir.

A ética ainda abre um espaço cosmopolítico de indagação sobre a legitimidade de nossas escolhas, questionando o que significa viver bem em mundos plurais; a deontologia, por sua vez, insiste no caráter absoluto e incondicional dos deveres morais, sugerindo que há obrigações que se mantêm mesmo quando o cálculo das consequências poderia recomendar sua suspensão. Se a primeira se orienta pelo exercício reflexivo da liberdade, a segunda se ancora na obrigatoriedade da lei moral, e o contraste entre ambas revela não apenas duas técnicas de pensamento, mas duas ontologias práticas do agir.

Nesse sentido, ressalta-se que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007, Cap. II, Art. 6º, VIII), é dever do jornalista "respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão".

O objetivo deste artigo é, portanto, analisar de que maneira a literatura sobre privacidade, ética e deontologia no jornalismo formula regimes de verdade sobre a proteção da intimidade, e em que medida tais regimes permanecem suficientes diante do cenário de midiatização e datificação da vida social em que estamos inseridos. Pretende-se, com isso, tensionar as categorias mobilizadas por juristas, filósofos, jornalistas e cientistas da informação, reinscrevendo-as em um campo de problematização no qual a contribuição deste trabalho reside em propor um diálogo entre ontologias da ética e da deontologia, mostrando como ambas, embora divergentes, se reconfiguram mutuamente quando confrontadas com os dilemas do jornalismo contemporâneo.

A presente investigação tomou como recurso metodológico a análise bibliográfica e documental como prática ontológica de interlocução entre tradições de pensamento que, ao se cruzarem, produzem um campo de problematização. Trata-se, portanto, de compreender a bibliografia não como acervo de autoridades já estabilizadas, mas como território de confronto conceitual em que categorias oriundas da ética jornalística, da filosofia moral, do direito e da ciência da informação se reconfiguram mutuamente. A escolha da pesquisa bibliográfica, tal como descrita por Fonseca (2002 Apud Souza, Oliveira e Alves), encontra aqui uma função de não apenas mapear o que já se disse sobre privacidade, deontologia e proteção de dados, mas tensionar os modos como esses discursos se instituem como regimes de verdade. Cada obra mobilizada é, menos uma fonte de consulta e mais um operador cosmopolítico que expõe a heterogeneidade constitutiva do problema.

A análise desenvolvida assume que a própria literatura científica é uma prática social situada, marcada por interesses, disputas e posições de enunciação, de modo que citar, interpretar e articular autores não é apenas reproduzir conceitos, mas reinscrevê-los em um campo em que privacidade e jornalismo estão como categorias instáveis, sujeitas a redefinições sucessivas. A pesquisa bibliográfica aqui se encontra na intersecção de um método crítico-reflexivo, capaz de revelar as múltiplas ontologias do agir jornalístico frente às demandas do resguardo da intimidade e do acesso à informação.

2 QUESTÕES DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS NO JORNALISMO

O advento da internet na década de 60 e seu desenvolvimento nos anos seguintes proporcionou uma maior difusão de informações jornalísticas com maior rapidez e distância. Com isso também cresceu a preocupação acerca da privacidade e da proteção de dados de pessoas que são colocadas em evidência todos os dias por meio do Jornalismo. No que diz respeito ao termo "privacidade", Gavison (1980 Apud Brito e Machado, 2017) descreve como uma condição medida em termos de grau de acesso que outros têm à pessoa, tendo como métricas a informação, atenção e proximidade, nesse sentido, o sigilo, anonimato e isolamento são fatores primordiais para definir o que é privacidade.

No âmbito do jornalismo, a questão da privacidade manifesta-se como um campo de tensão permanente entre direitos individuais e direitos coletivos, cuja delimitação raramente é pacífica. Christofoletti (2019) ilustra esse dilema a partir da complexidade da sociedade contemporânea: se ministros do Supremo Tribunal Federal decidissem restringir o acesso público às

suas remunerações, retirando-as dos portais de transparência ou interditando-as ao trabalho da imprensa, poderiam justificar tal medida como salvaguarda da privacidade pessoal das autoridades. No entanto, essa proteção individual entraria em choque com o direito coletivo à informação, enfraquecendo a noção de interesse público e comprometendo, em última instância, os fundamentos da transparência governamental.

Nesse sentido, destaca-se o fato de que o jornalismo historicamente se justifica a partir da finalidade pública (cf. Kovach & Rosenstiel, 2003 Apud Christofoletti, 2019), e assim para atender sua justificativa de existência há uma colisão com as expectativas em relação à privacidade individual, de grupos e organizações. Por isso, a privacidade está constantemente causando preocupação ética aos jornalistas. Assim, ao desempenharem suas funções sociais, jornalistas precisam preocupar-se com a confidencialidade das fontes, a segurança da informação e até mesmo com a proteção dos próprios jornalistas, por exemplo nos casos em que há o tratamento de algum assunto polêmico de investigação que ponha em risco a vida do profissional ou das fontes.

No entanto de acordo com Christofoletti (2019), ainda que jornalistas reiterem o compromisso de respeitar a vontade de suas fontes, não raro esse princípio é transgredido em situações tal qual o autor adverte que, com o avanço das tecnologias e a sofisticação dos dispositivos de vigilância e exposição, "tornaram-se mais aperfeiçoados os instrumentos para violação da intimidade e cresceram os temores de eventuais abusos dos jornalistas que insistem em revelar segredos e inconveniências", o que se evidencia, por exemplo, na divulgação da vida pessoal de servidores federais. Tal contradição é acentuada pela advertência de Hodges (1994, Apud Christofoletti, 2019), segundo a qual os jornalistas só estariam autorizados a contrariar a vontade de um indivíduo quando a informação fosse de importância pública primordial e não pudesse ser obtida por outros meios. Emerge, assim, um paradoxo estrutural: a linha que separa o interesse público legítimo da invasão indevida da intimidade é quase invisível, raramente estável e dificilmente demarcável. Essa fronteira, porosa e ambígua, transforma-se em um problema constante para profissionais comprometidos com a ética jornalística, que se veem desafiados a equilibrar a função social de informar com a exigência inscrita no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007, Cap. II, Art. 6º, VIII), segundo a qual é dever do jornalista "respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão".

3 ANÁLISE DE REGULAMENTAÇÃO E PRÁTICAS PARA PROTEGER FONTES E INFORMAÇÕES SENSÍVEIS

Para enfrentar os desafios próprios do jornalismo contemporâneo, dada a globalização e pela aceleração dos fluxos informacionais, midiáticos, sociotécnicos, tecnológicos entre outras revoluções contemporâneas é indicado que os profissionais incorporem, em sua prática cotidiana, regulamentações e protocolos voltados à proteção de fontes e ao manejo responsável de dados sensíveis. No Brasil, esse compromisso tem respaldo no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, elaborado pelo Fórum dos Jornalistas do Brasil e periodicamente atualizado, cuja função é orientar a conduta profissional com base em princípios como veracidade, independência, responsabilidade social e respeito à dignidade humana, a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 5º prevê também a liberdade de expressão e coíbe a censura para os meios de comunicação. Dessa forma, o direito de comunicar o que é de interesse público é assegurado, mas devem ficar atentos à linha tênue entre o que é ético e o que não é.

Um marco importante para a regulamentação das práticas jornalísticas internacionalmente foi a criação dos Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo, em 20 de novembro de 1983, em Paris. Nesse documento há 10 princípios que devem nortear a atuação dos jornalistas, incluindo respeito ao interesse público, integridade do profissional e a privacidade. Apesar de existirem essas regulamentações tanto em nível nacional quanto internacional, percebe-se que elas não são tão eficazes para controlar a produção e distribuição de materiais sensacionalistas.

Segundo Angrimani (1995, p. 16, apud Filho; Rios, 2022), o sensacionalismo consiste em uma estratégia discursiva que atribui excessiva dramaticidade a fatos cuja natureza não justificaria tal tratamento, recorrendo a linguagem deliberadamente escandalosa ou exagerada. Trata-se, portanto, de uma distorção da realidade, em que o noticiário ultrapassa os limites factuais e amplifica artificialmente a relevância ou a gravidade do acontecimento.

Produzir e distribuir materiais sensacionalistas é muito mais rentável para os grandes veículos de comunicação, no entanto, é justamente nas empresas que se deve haver um controle do que é ético para ser veiculado.

> [. . .] o princípio realista que sustenta a extensão de "sensacionalismo" aos conjuntos de relações que acabamos de falar: seria faltar com a verdade, trair o vínculo com a realidade, quando se apela em demasia às sensações, quando se estimula artificialmente as emoções e as convocações a leitoras/es, internautas, seguidoras/es, telespectadoras/es, ouvintes, etc. Quando perguntamos mais uma vez o que demarca o "aceitável" e o "excessivo", podemos ver com mais nitidez a ingenuidade dessa classificação tão comum. Mesmo assim, é o realismo que também fundamenta a deontologia das/os jornalistas e sustenta seu compromisso com a verdade. Com isso, alcançamos um terceiro núcleo de sentido para "sensacionalismo", que alcança então o agir da/o jornalista, da mídia noticiosa, das fontes, dos assessores, etc. Espera-se que o compromisso com a verdade se apresente no agir de jornalistas e outros agentes jornalísticos, que evitarão assim recursos fáceis, invenções e mentiras. (Leal, 2022, p.45)

Um exemplo desse dispositivo midiático foi o caso Eloá, ocorrido em 13 de outubro de 2008, quando Eloá Cristina Pereira Pimentel, jovem de quinze anos, foi mantida em cárcere privado por seu ex-namorado, Lindemberg Alves Fernandes. Durante os cerca de cem horas em que o sequestro durou, emissoras de televisão transmitiram ao vivo, em tempo real e com cobertura contínua, o desenrolar do caso, transformando o sofrimento de uma adolescente em espetáculo nacional. A narrativa midiática, centrada na figura do agressor e na dramatização do confronto policial, deslocou o foco da vítima e de seu contexto social pobreza, violência doméstica, vulnerabilidade juvenil , enquanto reforçava estereótipos sobre criminalidade, raça e gênero. O episódio culminou com a invasão da residência por forças policiais e o assassinato de Eloá, que só foi socorrida após mais de quarenta minutos sem atendimento médico, evidenciando falhas estruturais no aparato de proteção à vida. No entanto, jornalistas e outros meios de comunicação estavam preocupados em transmitir o que estava acontecendo dentro e fora do apartamento em que Eloá estava com o seu ex-namorado, o país acompanhava as negociações e as ações da Polícia para que ela saísse com vida do local, mas todo o sensacionalismo que foi destilado durante a transmissão influenciou a decisão de Lindemberg em assassinar a adolescente

> [. . .] uma semana antes do sequestro Eloá é agredida violentamente por Lindemberg em um ponto de ônibus e é desencorajada a registrar o Boletim de Ocorrência por seu próprio pai, fugitivo da polícia do estado do Pará; quando analiso a ação da polícia ao permitir a volta de uma adolescente ao cativeiro onde foi refém por tantas horas; ou ainda quando examino nos discursos midiáticos as diversas tentativas de relativização e conciliação – vejo ali alianças masculinas que em diferentes níveis colheram os frutos da morte de uma menina (Guelis, 2021, p.55)

O "Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros", criado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em 1949, que vigorou até 1968, atualmente está em sua quarta edição, a qual foi aprovada pelo Congresso Nacional em Vitória-ES, em 2008. O Código não tem o mesmo caráter que uma Lei, ou seja, os jornalistas estão sujeitos apenas a sanções previstas pelo Sindicato dos Jornalistas. Quando um profissional não cumpre algo que está previsto no código, ele pode ser desligado do sindicato e ter a decisão anunciada para que saibam sobre o fato. Se o profissional não for sindicalizado e cometer uma transgressão, pode ser impedido de ingressar no sindicato posteriormente e também ter seu nome anunciado por causa da situação, ressaltamos a diferença entre código jornalístico e ética jornalística, na qual a primeira é um conjunto de orientações de natureza obrigatória para o exercício da profissão, enquanto a segunda depende da reflexão do jornalista para tomar uma boa decisão.

Outro elemento que serve para a proteção de fontes e informações sensíveis é a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), promulgada em 2018. De acordo com o Artigo 1º do Capítulo I, a Lei tem "[..] o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.". Ademais, a LGPD facilita que jornalistas tenham acesso a informações de funcionários públicos e de entidades governamentais, a fim de promover transparência das atividades públicas. Mesmo com esse asseguramento jurídico, os jornalistas frequentemente são censurados quando solicitam informações que deveriam ser disponibilizadas de forma clara e concisa, e isso atrapalha o processo de democratização de informação à população.

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709) foi sancionada em 14 de agosto de 2018, entrando em vigor plena em 3 de maio de 2021 (Art. 65, II, com redação dada pela Lei nº 14.058/2020). Ou seja, dez anos após o Caso Eloá, ocorrido em outubro de 2008. Portanto, em 2008, não havia infraestrutura legal para impedir que emissoras transmitissem, em tempo real, imagens da casa onde Eloá estava refém incluindo gravações de câmeras instaladas no edifício, conversas captadas por microfones, ou dados pessoais repassados por fontes policiais, não havia dever legal de proteger dados de uma adolescente em situação de violência doméstica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ética jornalística é colocada à prova quando se trata de privacidade e a proteção das fontes e de informações. Entende-se que as informações divulgadas por meios de comunicação e jornalistas devem atender o interesse público, mas que em contraponto é exigida uma conduta que não extrapole os limites ou que não seja sensacionalista. Muito se questiona sobre o limite de revelar informações sobre a vida pessoal de fontes. Por terem direitos assegurados pela Constituição Brasileira de 1988, certos profissionais acreditam ter também o direito de detalhar o lado pessoal que não necessariamente influencia na atividade profissional do referenciado nas matérias. Como destacado por Hodges (1994, Apud Christofoletti, 2019), os jornalistas devem entender que só têm a necessidade de expor esses dados quando afetam diretamente a vida pública e quando não há outro meio das pessoas ficarem a par da informação. Outro fator importante a se analisar é que as regulamentações no Brasil são pouco discutidas no meio da sociedade civil. Ademais, quando se trata de uma regulamentação à nível nacional proposta pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), o meio jornalístico tem o "Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros", no qual os comunicadores devem seguir para terem uma conduta transparente, ética e que respeite a privacidade das fontes. Porém, quando se fala em sanções para

transgressões de comportamento, o Código não tem caráter corretivo como uma lei. Nesse aspecto, a FENAJ pode apenas retirar o profissional do sindicato e avisar publicamente sobre o fato que ocorreu.

O único instrumento capaz de punir quem abusa da privacidade de fontes e que expõe à insegurança, medo e ao ridículo é a Lei Geral de Proteção de Dados. Assim, debater sobre a privacidade no jornalismo abarca duas questões importantes: não censurar os jornalistas quando estão no direito de revelarem dados que contribuam para o exercício da cidadania das pessoas, e saber discernir se determinada informação é de interesse público ou apenas sensacionalismo para gerar audiência, como foi o "Caso Eloá" em outubro de 2008. É necessário, pois, que se crie regulamentações mais rígidas e sanções mais eficazes para quem extrapola os limites da privacidade quanto para quem quer ocultar informações importantes para a sociedade.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI); DATA PRIVACYBR. Jornalismo e proteção de dados pessoais: a liberdade de expressão, informação e comunicação como fundamentos da LGPD. [S.l.]: Abraji; Data PrivacyBR, [s.d.]. 53 p.

BRITO, Felipe T.; MACHADO, Javam C. Preservação de privacidade de dados: fundamentos, técnicas e aplicações. Brasília: [s.n.], 2017. v. 3, p. 91-130. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=-End7YoAAAAJ&cstart=20&pagesize=80&sortby=pubdate&citation_for_view=-End7YoAAAAJ:YsMSGLbcyi4C . Acesso em: 14 set 2025.

CASSOL, Ivone Maria; SARAIVA, Maria Thereza Oro. REALEZA NA MÍDIA: O JORNALISMO DE ENTRETENIMENTO E A INVASÃO DE PRIVACIDADE DE PESSOAS PÚBLICAS. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – virtual – 1º a 10/12/2020. Disponível em https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0298-1.pdf . Acesso em 30 de julho de 2024.

CHRISTOFOLETTI, Ricardo; GAIA, Giovana Oliveira. Direito e proteção à privacidade em códigos deontológicos de jornalismo. Media & Jornalismo, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 43-54, 2018. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_4.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Percepções de jornalistas brasileiros sobre privacidade. MATRIZes, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 2, p. 179–202, 2019. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v13i2p179-202. Disponível em: https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/151525.. Acesso em: 10 nov. 2025.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Brasília: FENAJ, 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

FILHO, Antonio Batista Felix; RIOS, José Riverson Araújo Cysne. A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS SENSACIONALISTAS: UMA ANÁLISE DO CASO ELOÁ. Revista Iniciacom - Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação Social. Vol. 11, n 1, 2022. Disponível em https://revistas.intercom.org.br/index.php/iniciacom/issue/view/175/14 . Acesso em 30 de julho de 2024.

GUELIS, Laís Pinheiro de Souza. O caso Eloá: narrativas patriarcais, apropriações feministas e um exercício de leitura decolonial. 2021. 76 f., il. Color. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

INFORMAÇÃO, C. I.-D. D. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em:<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2024.

Jornalismo e proteção de dados pessoais: a liberdade de expressão, informação e comunicação como fundamentos da LGPD. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI). Disponível em: https://www.abraji.org.br/publicacoes/jornalismo-e-protecao-de-dados-pessoais-a-liberdade-de-expressao-informacao-e-comunicacao-como-fundamentos-da-lgpd.

Acesso em 30 de julho de 2024.

LEAL, Bruno Souza. Ética de quem, para quem? In: LEAL, Bruno Souza; MANNA, Nuno; TASSIS, Nicoli (Orgs.). Para desentender o jornalismo [recurso eletrônico]. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2023. p. 37.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm . Acesso em 31 de julho de 2024.

MARTINS, Júlio César. Reflexão sobre Deontologia e Ética. Jusbrasil, 28 jul. 2023. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/reflexao-sobre-deontologia-e-etica/1913373816 . Acesso em: 14 set 2025.

OLIVEIRA, A. Ética Profissional INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA Campus Belém PARÁ. [s.l: s.n.]. Disponível em:<https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/374/etica_profissional.pdf>.

SOUZA, A.; OLIVEIRA, G.; ALVES, L. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. In: Caderno da FUCAMP. [s.l: s.n.]. p. 64–83.

O TEATRO DA VIDA DE MARIA CALLAS: DRAMATURGIA E DRAMAS NO PALCO DO TEATRO AMAZONAS

Liliane Costa de Oliveira[109]

RESUMO: "O teatro da vida de Maria Callas: dramaturgia e dramas no palco do Teatro Amazonas" é um texto que faz referência a Maria Callas, cantora lírica homenageada na 25ª edição do Festival Amazonas de Ópera, em 2023. O seu centenário inspirou os organizadores deste evento cultural por ser uma cantora de ópera que marcou o canto lírico no século XX, assim, a sua trajetória artística entrou para a história de um dos maiores festivais de ópera da América Latina. Portanto, Callas, nesse artigo, é protagonista da arte operística dramática, bem como de uma história de vida atravessadas por dramas pessoais.
Palavras-chave: Maria Callas, Festival Amazonas de Ópera, dramaticidade.

ABSTRACT: "The Theatre of Maria Callas's Life: Dramaturgy and Dramas on the Stage of the Amazonas Theatre" is a text that refers to Maria Callas, the opera singer honored at the 25th edition of the Amazonas Opera Festival in 2023. Her centenary inspired the organizers of this cultural event, as she was an opera singer who marked lyrical singing in the twentieth century. Thus, her artistic career became part of the history of one of the largest opera festivals in Latin America. Therefore, in this article, Callas is portrayed as the protagonist of both operatic dramatic art and a life story crossed by personal dramas.
Keywords: Maria Callas, Amazonas Opera Festival, dramaticity.

1 INTRODUÇÃO

Em 2023, se Maria Callas estivesse viva, comemoraria cem anos. Essa data não passou despercebida do Festival Amazonas de Ópera (FAO), uma vez que Callas é uma voz simbólica da ópera do século XX. Nesse sentido, a história de Callas foi contada no FAO, no palco do Teatro Amazonas.

Como artista, seu legado foi destacado em seu tipo vocal, o qual é classificado como soprano absoluto. Por sua facilidade de interpretar repertórios sopranos, era capaz também de cantar melodias mezzo-sopranos. A ênfase a esses aspectos nos momentos que Callas foi homenageada no Teatro Amazonas reforçou o que já se sabe sobre esta artista, a saber, a sua técnica belcantista e sua voz potente imprimiu dramaticidade à ópera do século XX.

Maria Callas, em sua arte operística, interpretou personagens através de sua voz e de seu corpo, capaz de criar e recriar personagens em cenas teatrais enquanto cantava, levando os seus espectadores a um misto de emoções. Esse modo criativo de fazer ópera inspirou uma nova geração de artistas belcantistas, bem como os produtores do FAO.

Para a talentosa Callas, não bastava ter uma voz de grande amplitude, era necessário também saber representar, porque quando se "[. . .] interpreta um papel você precisa ter mil nuanças para transmitir felicidade, alegria, tristeza, medo. Como poderia fazer isso só com uma bela voz? Às vezes a expressão exige estridência" (Hutchinson, 1996, p. 68).

Os valores destacados neste artigo revelam algumas das faces de Maria Callas. Nesse sentido, tomou-se como ponto de partida para tal descrição a homenagem feita pelo FAO ao seu centenário em 2023. Por meio da programação que homenageou Callas, foi possível construir esse texto, destacando os principais elementos que deram ênfase à vida pessoal e ao trabalho artístico desta cantora lírica.

Os/as talentosos/as cantores/as líricos que homenagearam Callas no FAO mergulharam em seu mundo pessoal e profissional por meio do canto e da interpretação dramática. Trata-se de uma homenagem que também trouxe para o festival a sua vida pessoal,

[109] Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia, Mestra em Sociologia, Cientista Social e Teóloga. Compõe o corpo docente de professores de Sociologia da Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas (SEDUC) e da Faculdade de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas (FBN). E-mail: professora.mali10@gmail.com

como emoções, dramas e o amor trágico por meio de uma montagem exclusiva da ópera Anna Bolena. Maria Callas soma-se à história do FAO, garantido a esse evento cultural o reconhecimento: o maior do gênero na América Latina.

2 OS DRAMAS DE MARIA CALLAS

Anna MarIa Cecilía Sofía Kalogeropoulos nasceu em Nova York, em 2 de dezembro de 1923, um ano depois que sua família migrou da Grécia para os Estados Unidos da América (EUA). Em 1937 seus pais se divorciaram e, com sua mãe Evangelia Dimitriadou e sua irmã mais velha Jackie, retornou para Atenas devido às suas condições financeiras.

Na Grécia, estudou no Conservatório Nacional de Atenas com Elvira de Hidalgo que, ao ouvi-la pela primeira vez, ficou admirada com o seu talento e com a sua voz. Desde então, Hidalgo carrega o mérito de ter treinado vocalmente Callas.

Foi nos EUA, aos sete anos, que iniciou sua educação musical e passou a ganhar prêmios de canto e a se destacar nas peças e concertos realizados na escola. A partir dos onze anos, participou de espetáculos infantis, programas de rádio e competições (Aquino, 2007). Na adolescência, época que estudou no Conservatório Nacional de Atenas, era disciplinada e atenta aos ensinamentos de sua professora que a ajudou a aprender a técnica do bel canto[110], cujo aprendizado constituiu a base do seu profissionalismo e do seu perfeccionismo quando se apresentava nos palcos por onde passava (Aquino, 2007).

Afirma Alfredo Neto (2007, p. 11) que Maria Callas era uma mulher que caminhava "quase que totalmente à sombra da cantora, num verdadeiro sacerdócio, colocando a vida pessoal a serviço da arte lírica". Isto quer dizer que, desde a infância, sua carreira como artista foi priorizada em detrimento de seus desejos pessoais, logo teve que abandonar o sonho de exercer o ofício de dentista. Sob a supervisão de sua mãe, dedicou-se ao estudo da música de forma incansável e exigente, sendo privada de viver sua infância.

A privação de liberdade permeou a relação conturbada entre mãe e filha. Maria Callas declarava que foi privada de viver uma infância autêntica por não ter tido contato com brinquedos, jogos e livros, pois sua mãe, convicta de que seria uma cantora famosa, não a deixava desperdiçar nenhum minuto do seu tempo que não fosse com o estudo relacionado ao mundo musical. Apesar disso,

> Maria de fato "vestiu a camisa" que a mãe lhe impusera, tomando para si as ambições maternas como se fossem originalmente suas. [. . .]. Esta convicção lhe rendeu, anos mais tarde [. . .] um grande desgaste emocional, visto que sua busca pela perfeição e, consequentemente, pelo reconhecimento incondicional das pessoas, não encontrava limites (Aquino, 2007, p. 78).

Outro drama da vida de Callas era saber que Evangelia Dimitriadou nutria mais carinho por Jackie. Cinco anos mais velha que Maria, Jackie era magra, alta, popular, amada por sua mãe e vista como a mais bonita, porém, sem o dom excepcional para o canto. Mesmo assim, voltou-se para sua irmã em busca de sua companhia e atenção, e Jackie foi feliz em dar-lhe amor (Neto, 2007).

Maria, desde a infância, se convenceu de que era um "patinho feio". Seu sucesso veio acompanhado de um drama relacionado a sua aparência física. Nesse sentido, é importante ressaltar que suas ações que valorizaram a beleza e a magreza devem ser analisadas de forma ampla, uma vez que a ópera é uma arte, é uma técnica, exige capacidade de interpretação musical e Callas sempre foi capaz de emocionar seu público com o seu talento.

Contudo, mesmo sendo uma cantora lírica reconhecida, sofria com o seu corpo, o qual não se encaixava nos padrões de beleza de sua época. Assim, inspirada na atriz britânica Audrey Hepburn[111], perdeu mais de trinta quilos entre os anos de 1953 e 1954 (Neto, 2007). Seu rápido emagrecimento, segundo Aquino (2007, p. 99), a tornou "mais popular e comentada na mídia após adquirir o perfil de uma esguia e requintada atriz-cantante, e transformar-se na perfeita diva".

Outro aspecto dramático que percorre a vida de Callas foram seus romances intensos e escandalosos. De acordo com Huffinton, sua biógrafa, a maior soprano do século XX, lamentava não ter conseguido estabelecer laços familiares. Nota-se que o vínculo afetivo que envolve os membros de uma família era almejado, mesmo sofrendo por conta da separação dos pais e da relação conflituosa com a mãe.

Seu casamento com o italiano Giovanni Meneghini, um homem 28 anos mais velho, pareceu uma possibilidade para vivenciar um lar, o seu próprio lar, cujo critério era o amor, porém, não desfrutou do amor romântico, dos desejos carnais, que aproximam pessoas que constituem família na sociedade moderna.

Ao lado de seu marido e empresário, de 1949 a 1959, não realizou o sonho de ter uma família duradoura. Em 1957, quando conheceu Aristóteles Onassis nutriu sentimento amoroso, então passou a vislumbrar raízes parentais ao ponto de renunciar a seus compromissos como cantora para dedicar-se ao seu romance, contudo, Onassis escolheu se casar com Jackeline Kennedy.

Essa busca por uma família fica evidente quando disse:

---

[110] É um termo que significa em italiano canção bonita ou belo canto. Trata-se de uma técnica vocal que domina a intensidade da voz, logo, é uma maneira de cantar.

[111] Atriz famosa e consagrada de Hollywood, nasceu em 4 de maio de 1929 em Bruxelas. Foi reconhecida como uma grande atriz de sua geração através do filme "Roman Holiday" (1953). Essa produção lhe deu um oscar e o reconhecimento de ser primeira atriz a ganhar esse prêmio.

> Não quero mais cantar. Quero viver como uma mulher normal, com filhos, uma casa, um cachorro" (Hutchinson, 1996, p. 214). Depois de nove anos, me vejo sem filho, sem família, sem amigo! [. . .] E me pergunto: 'Meu Deus, por quê? Por que essas coisas têm de acontecer?' (Hutchinson, 1996, p. 283).

Os dramas pessoais ocorridos ao longo da carreira de Maria Callas, principalmente os que aqui foram citados, mostram que esta cantora não tratou a sua vida social enquanto partes separadas. Em seu contexto social, ousou viver a arte, a fama, a disciplina, os holofotes midiáticos, a paixão avassaladora, um lar, cujas dimensões interferiram umas nas outras, formando a sua identidade, a saber, "La Divina".

3 O PALCO, LOCAL ONDE OS DRAMAS DE CALLAS TRANSCENDIAM

Em sua coluna pela passagem do centenário de Callas, em 2023, o jornalista Irineu Perpetuo inicia seu texto afirmando "não houve cantora lírica tão incontornável no século XX quanto Maria Callas. [. . .] ela transcendeu as fronteiras da ópera e tornou-se um dos maiores ícones culturais de seu tempo. Não se conta a história do século XX sem a personagem de Callas" (s/p.).

Maria Kalogeropoulos, foi uma mulher que nasceu em uma família de imigrantes, com problemas financeiros e afetivos, como se observou anteriormente. Uma das questões fundamentais de sua vida, portanto, é que uma menina pobre, cujas lutas foram enfrentadas nos diversos âmbitos da vida social, se tornou símbolo de uma arte clássica e burguesa.

Kalegeropoulos, apaixonada por ópera, nos palcos do canto lírico se tornou Callas, sendo capaz de levar para esse lugar seus dramas pessoais, suas ilusões, seus fantasmas, criando um mundo de fantasias extraordinárias e de sedução para quem a ouvia e a assistia, porém, eram nesses "momentos ilusórios" que expressava quem realmente era Maria.

Na cena final do filme "Callas Forever", Maria diz "[. . .] que nasceu Maria Kalogeropoulos e pediu a Deus para ser Maria Callas, mas que talvez devesse ter pedido para ser simplesmente uma mulher" (Pedrosa, 2004, p. 208). Isto quer dizer que enquanto a mulher Callas, em sua performance artística, dominava o palco, a mulher Kalogeropoulos também estava lá, "buscando existir por meio do seu canto, sem nunca atingir essa condição plenamente, já que aí ela seria reconhecida apenas como voz e como talento dramático, ou seja, sempre como cantora lírica, nunca como ser humano integral" (Neto, 2007, p. 14).

A interpretação dramática nas produções operísticas é um de seus legados. Influenciada pelas cantoras líricas Giuditta Pasta e Maria Malibran, como deixa claro Hutchinson nessa passagem: "no século de Pasta e Malibran e do romantismo desenfreado, a voz se tornara um instrumento a serviço do drama emocional; e era a essa tradição esquecida que Maria pertencia" (2007, p. 68), além disso, era por meio de suas interpretações que expressava os dramas mais profundos de Maria Kalogeropoulos.

Callas chamou atenção pela sua atuação quando cantava, pois, poucos artistas de sua geração tinham a capacidade de mover-se em cena, logo é também considerada uma talentosa atriz. Esse aspecto pode ser percepcionado em sua performance quando interpretou Medea, Norma, Tosca, Violetta, Lucia, Gioconda, Amina, Anna Bolena, entre outras apresentações.

Uma de suas apresentações mais emocionantes – na minha opinião – foi a que aconteceu na Royal Opera House, onde interpretou Tosca[112] (Londres, 1964). Dentre as várias Toscas que dramatizou, a de 1964, é emocionante, emoção esta que senti ao assisti-la através de uma gravação disponível na plataforma youtube.

Portanto, ela consegue emocionar ainda nos dias de hoje quem tem interesse em conhecê-la porque a sua expressão facial, o movimento de seu corpo e o som de sua voz moldam-se aos papéis que interpretava, ao ponto de transcender-se na própria personagem que levava para o palco.

Suas habilidades cênicas mostraram que era possível transmitir dramaticidade mesmo em interpretações que exigiam ampla competência, técnica, experiência e expertise vocal por parte do intérprete (Aquino, 2007). Seu talento, tanto para atuação quanto para o canto lírico, era privilegiado quando se apresentava. Dava corpo e voz a uma interpretação dramática e teatral, em que o sofrimento, o amor, a vida trágica, o desespero, o sonho eram idoneamente encenados.

"Da mitologia das artes, aliás, Callas é um exemplo perfeito. Ao mesmo tempo deusa e escrava, ela consagrou sua vida à arte" (Pedrosa, 2004, p. 205). Assim, Maria Callas é uma obra prima que ainda desponta na arena dramatúrgica e operística do século XXI. Ela é lembrada não somente pela sua trajetória artística, mas pelo legado deixado que influenciou uma nova geração de sopranos nesta época.

4 MARIA CALLAS NO PALCO DO TEATRO AMAZONAS

No Brasil, Maria Callas esteve apenas uma vez, em 1951, época que alcançava o reconhecimento como uma das maiores cantoras líricas de sua geração. O teatro municipal das capitais carioca e paulista foi o local onde se apresentou.

[112] Trata-se de uma peça operística, que acontece em três atos, do compositor de ópera, o italiano Giacomo.

Os relatos sobre esse momento, que marcou a carreira das cantoras Callas e Tebaldi –, as quais foram convidadas para a temporada de ópera das cidades brasileiras supracitadas –, evidenciam que foi nesses palcos operísticos, especificamente no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, que nasceu a rivalidade artística entre Maria Callas e Renata Tebaldi[113].

Tratava-se de uma disputa por uma posição legitima e privilegiada no mundo da ópera internacional. Apesar da competitividade histórica, ambas se tornaram as maiores sopranos do canto lírico do século passado porque cada uma possuía singular talento, o qual lhes garantiu apogeu na ópera mundial.

Como vimos, Callas nunca esteve no Teatro Amazonas, mas, sua história de vida, seus amores, seus conflitos, sua beleza e, sobretudo, sua arte foram trazidos para esse palco através da homenagem feita pela 25.ª edição do Festival Amazonas de Ópera (FAO). A programação do festival homenageou o centenário de Callas através da "Ópera Anna Bolena", do "Recital Maria Callas" e da "Exposição Memórias: 100 anos de Maria Callas".

A Ópera Anna Bolena de Gaetano Donizetti[114], ausente dos palcos brasileiros desde 1840 (Perpetuo, 2023), foi a primeira montagem operística desde então no país. O ineditismo de um dos títulos mais importantes da ópera italiana foi trazido para o palco amazonense, especialmente, para homenagear a diva do bel canto "La Callas".

Sabe-se que foi com a apresentação da Ópera *Anna Bolena* em Milão, em 1830, que Donizetti alcançou fama internacional no século XIX. E com Callas, em 1957, no Teatro La Scala, em Milão, *Anna Bolena* foi reintroduzida ao repertório operístico do século XX.

Em suma, no Brasil, em 2023, Callas novamente foi fundamental para que essa ópera fosse inserida em dos maiores festivais de ópera da América Latina. Essa produção fez parte do repertorio lírico do FAO que homenageou o seu centenário.

A direção e a produção desta ópera buscaram unir Anna Bolena e Maria Callas numa conexão profunda de emoções, tragédias, perdas, dramas, medo e desilusões amorosas. A plateia deve ter sentido um vínculo especial entre Callas e Bolena, cujo sentimento trouxe a impressão de que ambas se pertenciam.

O diretor "Heller-Lopes ambientou Bolena em seu tempo histórico, deixando os figurinos traçarem a relação entre os personagens da ópera e a intriga mundana das celebridades do século XX" (Perpetuo, 2023, s/p.). Portanto, nos 240 minutos de récita, Anna e Maria se encontraram no palco do Teatro Amazonas através do vestuário, da caracterização dos papéis, bem como das expressões, dos movimentos e da dramaticidade – elemento importante.

A abertura da ópera foi uma forma de demonstrar que durante toda a apresentação operística se relacionaria Callas a Bolena e vice-versa. No momento que a cortina vermelha do Teatro foi aberta, a primeira imagem é a de Callas em sua performance como Anna Bolena em 1957; em seguida, foram exibidas fotos de outras apresentações quando ainda não havia passado por mudanças em seu corpo, contudo, o que mais chamou a atenção foram os momentos de seu grande amor, o grego Onassis, com Jacqueline Kennedy.

Com efeito, através do triangulo amoroso Bolena-Seymour-Henrique e Callas-Jacqueline-Onassis, se percebeu que tanto Anna quanto Maria foram mulheres consumidas por uma paixão avassaladora, que desgastou seus corações, ao ponto de se tornaram heroínas trágicas.

Assim, as imagens e a ópera deixaram certas perguntas no ar: o Rei Henrique VIII realmente amou Anna Bolena? Aristóteles Onassis nutriu amor verdadeiro por Maria Callas? Se elas foram amadas, ambos não demonstraram amor incondicional.

O "Recital Maria Callas" foi um momento importante do FAO. Nesse recital foram cantadas as principais árias[115] que Maria Callas interpretou. Várias vozes líricas aceitaram o desafio de interpretar a arte de Callas, dando ênfase ao seu soprano lírico, ao seu mezzo-soprano, a sua técnica coloratura, e ao seu estilo dramático, no qual as palavras não são apenas cantadas, são recitadas com expressões faciais, gestos e modulação da voz.

A exposição "100 anos de Maria Callas" no hall do Teatro Amazonas, possibilitou aos fãs de ópera um riquíssimo material que fazem parte do acervo pessoal de Marcelo de Jesus, maestro que regeu a Orquesta Amazonas Filarmônica durante as quatro horas de apresentação da "Ópera Anna Bolena" e do "Recital Maria Callas".

Trata-se de um acervo que reúne livros, fotos, cartas, quadros, CDs, DVDs, fitas e discos em vinil, os quais são uma mostra do tempo vivido e do tempo presente, em que Callas é a representação de um tempo histórico no que tange à arte operística.

O 25.º Festival Amazonas de ópera imortalizou Callas como uma mulher talentosa, vocacionada para o canto lírico. As homenagens feitas a essa cantora são uma demonstração simbólica de que Maria Callas é uma "mulher diva" que ocupa uma

[113] Conhecida como a "voz de anjo".
[114] Domenico Gaetano Maria Donizetti, era um italiano e ganhou fama até os dias atuais por ser um célebre compositor de óperas.
[115] É uma ópera solista.

posição privilegiada no âmbito da cultura artística.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo se propôs a refletir brevemente sobre a trajetória artística e pessoal de Callas. Trata-se de uma reflexão que demonstrou consonância entre Maria Kalogeropoulos e Maria Callas. Nesta compreensão, ambas emergem acionadas pelos seus dramas: o culto ao corpo, à beleza, à magreza, ao sonho de constituir laços familiares, bem como seu perfeccionismo nos palcos.

Esses aspectos são reconhecidos como valores vinculados a esta cantora lírica na edição de 2023, do Festival Amazonas de Ópera, realizado entre os dias 21 de abril a 28 de maio. Nessa temporada, no FAO, estreou um dos mais importantes títulos da arte operística: *Anna Bolena*. Com essa ópera, o Teatro Amazonas foi palco para que Maria Callas estivesse presente.

A ópera foi feita na íntegra e ao longo das quatro horas de apresentação o cenário, os figurinos, o Coral do Amazonas, a Orquesta Amazonas Filarmônica, o diretor cênico André Heller-Lopes, o diretor musical Marcelo de Jesus, os cantores e as cantoras líricas reviveram Callas em sua performance como Bolena em 1957, bem como Maria Callas – uma artista americana, de descendência grega – que viveu em meio a vários conflitos profissionais, familiares e amorosos.

E no palco do Teatro Amazonas se encontraram tanto Callas que interpretou Anna Bolena no Teatro La Scala, quanto Callas que almejava no "Teatro da vida" construir relações familiares e afetivas com sua paixão Onassis.

A presença da becantista Callas no Teatro Amazonas se concretizava por meio das projeções de imagens e dos figurinos usados em seus passeios, eventos e festas. Em certos momentos, Callas era Anna Bolena e em outros era Maria Callas.

Esteve presente através de um recital, com inúmeras de suas gravações cantadas por vozes de solistas líricos, acompanhados pela Orquestra Amazonas Filarmônica. Sem dúvida, as canções interpretadas por Callas, que testemunharam seu sucesso como cantora lírica, trouxeram a magnitude desta cantora para o palco do Teatro Amazonas.

Outro momento que Callas marcou a presença nesse teatro foi a exposição do acervo do maestro Marcelo de Jesus, seu fã incondicional. Ao longo de sua carreira, conseguiu adquirir livros, fotos, cartas, quadros, CDs, DVDs fitas e discos em vinil da trajetória da "La Divina".

Em Paris de 1977, faleceu Maria Callas, retirando-se da cena lírica aos 53 anos. Contudo, o Festival Amazonas de Ópera (FAO), em 2023, a fez reviver e triunfar no palco do Teatro Amazonas. Assim, uma da mais importante cantora da música lírica do século XX imortalizou-se na história do Amazonas e de seu palco operístico. Para finalizar esse texto deixo uma frase de Callas aos que querem saber mais sobre sua vida: "tudo que querem saber a meu respeito está ali, na música. Callas morreu" (Hutchinson, 1996, p. 338).

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Dafne Menegaz Tomaz de. Tornar-se cisne?": a pseudotransformação do sentimento de inferioridade. (Trabalho de conclusão de Curso). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

HUTCHINSON, Arianna S. Maria Callas: a mulher por trás do mito. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NETO, Alfredo Naffah. A função do falso self na produção de uma diva: o caso Maria Callas. Natureza Humana 9(1): 9-28, jan.-jun. 2007.

PERPETUO, Irineu Franco. Em Manaus, uma maratona de bel canto em leitura com foco e energia. Site CONCERTO, 2023. Disponível em: https://concerto.com.br/textos/critica/em-manaus-uma-maratona-de-bel-canto-em-leitura-com-foco-e-energia. Acesso em: 20 maio de 2024.

PERPETUO, Irineu Franco. Maria Callas e o museu do imaginário da humanidade. Site CONCERTO, 2023. Disponível em: https://concerto.com.br/textos/opiniao/maria-callas-e-o-museu-do-imaginario-da-humanidade. Acesso em: 20 maio de 2024.

PEDROSA, Pedrosa. Um mito da ópera e a Escola de Frankfurt - O filme Callas Forever à luz da polêmica entre Theodor Adorno e Walter Benjamin. Comunicação e Informação, V 7, n° 2: pág 204 - 211. - jul./dez. 2004.

QUANDO O VIRTUAL JAZE NO REAL: AS FONTES HISTÓRICAS DIGITAIS E SUAS CARÊNCIAS NO TEMPO DO SARS-COV 2 (2020-2021)

José Fábio Bentes Valente[116]

RESUMO: Este artigo acadêmico tem como objetivo analisar as fontes históricas digitais e suas carências no tempo do Sars-Cov 2 no período de 2020 e 2021. Apresentado possíveis soluções e os desafios enfrentados pelos projetos de digitalização. Serão discutidas juntamente com descrições do impacto da digitalização na produção de conhecimento histórico e preservação de fontes originais. Também irar-se-á aprofundar os benefícios e riscos desse processo de digitalização. Através dessa análise, espera-se contribuir para a compreensão da importância da digitalização de fontes históricas durante a pandemia e para o desenvolvimento de melhores práticas de preservação digital no Brasil quanto as fontes históricas.
Palavras Chaves: Fontes Históricas Digitais. Carências. Pandemia.

ABSTRACT: This academic article aims to analyze digital historical sources and their shortcomings during the period of SARS-CoV-2 in 2020 and 2021. It presents possible solutions and the challenges faced by digitization projects. These aspects will be discussed along with descriptions of the impact of digitization on the production of historical knowledge and the preservation of original sources. The article will also delve into the benefits and risks of this digitization process. Through this analysis, it seeks to contribute to understanding the importance of digitalizing historical sources during the pandemic and to the development of better digital preservation practices in Brazil regarding historical sources. Keywords: Digital Historical Sources. Shortcomings. Pandemic.

Fonte: fonte da tabela.

1 INTRODUÇÃO

O que se propõe a escriturar são as carências de fontes históricas digitais que no período do ápice do Sars-Cov2 entre 2020 e 2021, sua relevância se fez tão ausente a pesquisadores, estudantes e professores, que necessitavam desses dados a fim de iniciar ou dar continuidades aos seus labores acadêmicos na área de história. Devido as medidas paliativas que os órgãos de saúde e as autoridades competentes recomendavam o isolamento social, para fins da não propagação da doença, uma vez que não havia uma vacina que combatesse a ação mortal que o vírus estava ocasionando as pessoas.

Tal prerrogativa fez com que diversos setores da sociedade, sejam públicos ou privados ficassem inacessíveis por um grande período, o que nesse caso especificamente para o campo da pesquisa em história acarretou entraves para aqueles que necessitavam de fontes que somente eram acessadas por meio presencial, acarretando atrasos e muitos dessabores as suas pesquisas, pois se essas fontes históricas já tivessem sidos digitalizadas aliviaria e muito esses pormenores.

Sabe-se que o cerne da pesquisa em História são as fontes, historiadore (a) s com José D'Assunção Barros (2019, p. 63), que ao conceituá-la por uma perspectiva que segue preceitos marcblochiano[117] afirmar que "ela é precisamente o material

[116] Doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP (2022). Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória-FUV (2019). Especialista em Tutoria de Educação a Distância EAD - FBN (2024). Graduado em Ciências Teológicas pela Faculdade Boas Novas - FBN (2017). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estácio de Sá - UNESA (2024). Graduando em Pedagogia Pela Universidade Estácio de Sá - UNESA (2025-). Coordenador dos Cursos de Graduação de Ciências Teológicas,Teologia EAD e Ciências da Religião pela Faculdade Boas Novas. Professor do Instituto Bíblico da Assembleia de Deus do Amazonas (IBADAM).

[117] Ao suscitar sobre preceitos Marcblochiano, estou a referenciar o historiador francês Marc Bloch (1886-1944), em sua obra póstuma "Apologia da História ou O Ofício do Historiador", que José D'Assunção Barros, ao conceituar fontes se baseia pelo mesmo pressuposto que o fundador da escola de Annales ao conceituar História se baseou, ou seja, o Tempo e os Homens (subtende-se humanidade). Para mais informações consultar em: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio Janeiro: Zahar, 2001.

através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo", concatenando-se ao que Carla Pinsky (2005. p. 17-21), seguindo uma perspectiva mais discricionária tipifica como: "documentais, arqueológicas, impressas, orais, biográficas e audiovisuais", ou ainda por uma análise conceitual holística de Kalina Silva, e Maciel Henrique Silva (2009, p. 158), como sendo um "documento, registro, vestígio são todos termos correlatos para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e espaço". Todos esses pressupostos acabam se completando entre si, o que denota a importância que as fontes históricas têm para os estudos cognitivos em história, pois sem fontes não há pesquisa.

É justamente nessa premissa de relevância e viabilidade das fontes históricas para os labores da pesquisa em história, na atual conjectura, que durante a pandemia veio a demonstrar as ausências que há de fontes históricas digitais em diversos setores da sociedade de órgãos público e privados no contexto brasileiro, cujo princípio motriz ao haver mais dessas fontes digitalizadas, facilitará a vida de muitas pessoas que labutam em recolher fontes históricas, cujo acesso ainda ocorre de modo presencial, onde um simples acesso pela internet fará com que se economize tempo e custos da pesquisa.

No que concerne aos aspectos metodológicos, para a escrituração deste trabalho de conclusão de curso, este se aportará pela pesquisa bibliográfica, com análise de estudos e pesquisas que abordam sobre a carência de fontes históricas digitalizadas no Brasil e seus impactos na produção de conhecimento científico no período pandemico. Neste aspecto serão utilizados como fontes, artigos científicos, dissertações, teses, entre outros materiais acadêmicos, que possuem uma enorme relevância ao campo da pesquisa histórica, como para outras áreas da comunidade acadêmica de modo holístico.

Quanto a problematização da temática proposta, está se organiza de modo tripartite em: Como a falta de digitalização de fontes históricas afeta a produção de conhecimento científico no Brasil? Quais são os principais desafios enfrentados pelos historiadores na busca por fontes históricas digitalizadas no período do Covid-19? Como a utilização de novas tecnologias pode contribuir para a digitalização e preservação de fontes históricas no país? É justamente se baseando por essa premissa problemativa, que o discorrer do construto epistemológico desta pesquisa a fim de responder tais proposituras seguirá o seguinte percurso: No primeiro momento abordar-se-á como as fontes históricas são matérias-primas para o trabalho do historiador, e como estas fornecem informações sobre algum período da história e possibilitam uma compreensão sobre o passado. Tendo por exemplos fontes de texto escrito, vídeos, fotos, áudios, resquícios de objetos históricos, quadros, cartas, diários e outros registros que não vieram ao público, mas guardam informações sobre o tempo passado.

No segundo momento analisa-se quais foram os principais desafios enfrentados pelos historiadores na busca por fontes históricas digitalizadas no período do Covid-19, uma vez que houve a necessidade de distanciamento social e suspensão de atividades presenciais, muitos tiveram que acelerar seus processos de digitalização para garantir o acesso remoto às fontes históricas. Neste aspecto a adoção da tecnologia digital apresentou uma variedade de desafios para atividades acadêmicas, incluindo pesquisa científica e redação de artigos. A escassez de materiais de origem acessíveis foi um obstáculo primário. Ainda assim, a passagem para a plataforma digital foi uma progressão obrigatória, apesar dos obstáculos.

As tecnologias modernas são um trunfo para o Brasil, pois ele se esforça para digitalizar e proteger suas fontes históricas. Ao fazer isso, a nação está protegendo conhecimentos valiosos de danos causados por fatores externos. Além disso, o impulso para a digitalização está criando oportunidades mais acessíveis para as pessoas aprenderem e se beneficiarem dessas informações. O governo deve assumir e implementar iniciativas de incentivo à digitalização de registros históricos, promovendo o avanço científico e o compartilhamento do conhecimento em âmbito nacional.

O avanço que este trabalho poderá beneficiar tanto a sociedade quanto a comunidade acadêmica. Pois sua premissa aqui a ser escriturada apresenta a acuidade da digitalização de fontes históricas, no contexto pandemico, e sua contribuição a fim de apresentar estratégias mais eficazes para a preservação de recursos digitais no Brasil.

2 A IMPORTÂNCIA DAS FONTES HISTÓRICAS PARA O TRABALHO DO HISTORIADOR

A história é uma ciência que busca estudar o tempo passado, e o tempo presente dos seres humanos, por meio de fontes históricas, que podem ser, documentos, obras, relatos orais, entre outros, na qual o historiador analisa os acontecimentos diacrônicos e sincrônicos. Nesse aspecto a importância das fontes históricas para o trabalho do historiador é inquestionável, pois sem elas seria impossível fazer história. Nesse aspecto vários historiadores a fim de sustentar essa assertiva propositivista da relevância que as fontes representam para os historiadores, autores como Jacques Le Goff (2013), que laborando por um preceito do tempo passado, afirma que as fontes históricas são marcas que vão sendo buriladas pelo passado, onde o historiador acaba, recolhendo, analisando e realizando sua interpretação, cujo fulcro se aporta em edificar o conhecimento histórico.

Outro historiador, Fernand Braudel (1995), só que agora trabalhando por um viés axiológico (valorativo de verdade), e

ainda trazendo uma pegada de periodização de tempo, diz que o historiador sua vicitude se aporta em verificar a verdade das informações através das fontes históricas, que se baseando pelo preceito de periodização temporal, assim como Le Goff, argumenta que o tempo passado para o historiador serve de sustentáculo para a sua melhor compreensão. Indo por esse mesmo ideário, Paul Ricoeur (2018), em sua obra "A História, a Memória e o Esquecimento", só que agora abordando a perspectiva do tempo passado (generalativa), ou seja, uma fonte histórica que irá generalizar (propagar), esse preceito de tempo, a fim de trazer um aspecto compreensivo as tendências e padrões que ao longo do processo cognitivo da história vão se formando.

Assim, sendo, pode-se perceber que as fontes históricas são de vital importância para o os labores do historiador, na qual no tempo presente os historiadores enfrentam diversos desafios a fim de analisar as fontes históricas no qual estão aos seu alcances, dentre quais Barros (2019), destaca, que a Seleção da Fontes, o historiador precisa selecionar as fontes mais relevantes para o seu objeto de estudo, o que pode ser um desafio, pois nem todas as fontes são igualmente úteis ou úteis; a interpretação das fontes, e outro desafio, pois, estas podem ser ambíguas, incompletas ou contraditórias, o que exige do historiador uma interpretação cuidadosa e crítica.

A contextualização é outro preceito de desafio que historiador possui em relação as fontes históricas, na qual devem ser fornecidas em seu contexto histórico, social, político e cultural, o que pode ser um desafio, pois o historiador precisa ter um amplo conhecimento sobre o período em que a fonte foi produzida; A preservação da fonte, uma vez que muitas fontes históricas estão em estado precário de conservação, o que pode dificultar a sua análise e interpretação. Por último, envolve a ampliação do conceito de fonte histórica, uma vez que no tempo presente, os historiadores entendem que tudo que é produzido pelo ser humano pode ser considerado uma fonte histórica, o que amplia o universo de possibilidades de fontes, mas também pode gerar desafios na seleção e interpretação dessas fontes.

Utilizando dessa linha de raciocínio, quanto a preservação e divulgação, das fontes históricas, as fontes históricas documentais (no caso registradas em papel), seu acesso se encontra limitado a um espaço físico, geralmente em museus, bibliotecas, arquivos de institutos culturais e patrimoniais, além de instituições privadas, dificultando nesse caso seu acesso pelo modo remoto, haja vista essas fontes não estarem em muitos casos digitalizadas. Sabe-se que a materialidade do papel está sujeita aos intemperes do tempo, que além desta questão da natureza há ainda a falta de cuidado, seja nos ambientes onde são armazenadas, ou pelo mal manuseio das pessoas que pela falta de orientação acabam deteriorando ainda mais essas fontes históricas.

Segundo a historiadora Marilena Leite Paes (2005), no tempo presente por estamos vivenciando e experenciando uma era tecnológica, existe nesse caso a necessidade de catalogação e organização ainda mais de muitas fontes documentais que se encontram disponíveis nesses órgãos. Corroborando a essa linha de pensamento Luciano Figueredo (1997), afirma que as benesses que a tecnologia trouxe para a História vão desde um ato simplista de redigir um pequeno texto, até ação de armazenamento destes dados, cuja proporção com a passar dos tempos foi se inserida intrinsicamente nas tessituras da sociedade com a criação da web espaço (internet), que foi se popularizando e proporcionando o maior acesso as informações que antes se encontravam limitadas pela barreira espacial.

No que concerne a facilitação do acesso à internet o cientista da comunicação o norte americano Henry Jenkins (2015), afirma que esse tipo de tecnologia alcança as diferentes classes sociais, agregado a expansão e o desenvolvimento de dispositivos móveis, que geraram uma grande potencialidade a ser explorada de modo virtual. Nesse caso houve uma maior interatividade e fidelidade de determinados produtos que convergiram para o modo midiático, conhecido por transmídia, onde a dinâmica das novas tecnologias (*internet*, livros, celulares, *videogame*, *e-books*, redes sociais, publicidade na tv entre outros tipos de mídias), que vão surgindo de modo versátil, se tornam consequentemente novas expansões.

Por exemplo se antes um indivíduo precisaria se deslocar para comprar, um jogo, assistir um seriado e anime pela tv, ou até mesmo jogar videogames em casas especializadas nesses tipos de produtos, hoje com a mobilidade do consumo introduzida pela tecnologia *mobile*, seja pelos *smartphones*, *tabletes* e i*nternet* 5G, os consumidores, espectadores e jogadores acompanham-no de modo portátil. Nesse aspecto o desenvolvimento e expansão das narrativas transmidiáticas só foi realizado por causa da *internet* e a digitalização das mídias, em que Jenkins (2015, p. 29), denomina de convergências, "onde as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneira imprevisíveis".

É justamente nessa premissa tecnológica que as pesquisas em história se aliançam no que diz respeito não só a preservação como também a transmissão dessas fontes a diversos pesquisadores, estudantes e professores, como aquelas pessoas que se interessam em labutar ao acessar esses dados. Entretanto como nem tudo são sabores há o entrave em digitalizar diversos tipos de documentos distribuídos em museus, arquivos e bibliotecas, por esbarrarem na questão financeira, haja vista que esse processo de

digitalização conhecido como microfilmagem, ainda é um processo muito caro para se fazer.

Para a arquivista e historiadora Heloisa Belloto (2005), além deste motivo, existe a problemática de cunhos sejam políticos, éticos, científicos, jurídicos e administrativos que dividem opiniões de especialistas ao longo do globo terrestre no campo cientifico, pois uns denotam a liberação ao acesso de seus arquivos, pois "a documentação conservada nos arquivos, antes de ser nacional, faz parte do patrimônio cultural comum da humanidade" (BELLOTO, p. 282), outros, entretanto acabam restringindo-os seu acesso.

No contexto brasileiro no tempo presente ainda se tem muitas carências por parte das instituições que possuem seus arquivos digitalizados, e que consequentemente disponibilizam seus bancos de dados ao público em geral, facilitando nesse sentido a consulta daquelas pessoas que precisam a esse acesso diversos tipos de informação. Nas universidades cabe frisar que há o empenho cada vez maior em digitalizar seus arquivos, para quer assim possa haver a quebra de paradigmas entre o pesquisador e a fonte de materialidade cientifica ao qual este tanto precisa para dar quer seja o início, a continuação, ou o término naquilo que este propôs a pesquisar.

Como prova da importância em digitalizar documentos, no ano de dois mil e vinte foi sancionado pelo governo federal o decreto n° 10.278 de 18 de março de 2020, pois, dos treze artigos que possuem, estes inferem em estabelecer diretrizes de como será composto o modus operandi de documentos de vieses quer seja de cunho públicos e privados. Nesse aspecto convém destacar o artigo 10, inciso II, argumenta sobre a indexação de metadados em suas duas alíneas: a) que infere sobre a localização e gerenciamento de documento digitalizado, bem como a alínea b) que trata sobre a conferência so processo de digitalização adotado, ou seja, há nesse aspecto uma patente declaração sobre a manutenção e preservação dos documentos a serem digitalizados.

Como pode-se perceber até o presente momento a fontes históricas se tornam o cerne do objeto de pesquisa dos historiadores, pois pelo preceito simbiótico cognitivo, um acaba dependendo do outro para sua construção epistemológica da ciência histórica. Nesse sentido convém abordar na próxima seção, quais foram os desafios enfrentado pelos historiadores, na busca por fontes no período da pandemia.

3 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS HISTORIADORES NA BUSCA POR FONTES HISTÓRICAS DIGITALIZADAS NO PERÍODO DO COVID-19

A pandemia de Covid-19 trouxe diversos desafios para os projetos de digitalização de fontes históricas no Brasil. Com a necessidade de distanciamento social e suspensão de atividades presenciais, muitos tiveram que acelerar seus processos de digitalização para garantir o acesso remoto às fontes históricas. Para o historiador Gilciano da Costa Menezes (2023), essa transição para o ambiente digital não foi fácil e enfrentou diversos obstáculos. O principal obstáculo enfrentado na digitalização de fontes foi a disponibilidade insuficiente de recursos financeiros e tecnológicos. Numerosas instituições culturais e arquivísticas não estavam equipadas para lidar com o aumento abrupto de pedidos de acesso remoto às suas coleções.

O processo de digitalização é uma tecnologia primordial para converter recursos históricos em formato digital. No entanto, obter o equipamento necessário e pessoal treinado em certas áreas pode ser um desafio. Segundo Savio da Silva (2017), este método é amplamente utilizado devido às suas capacidades de digitalização de documentos, que garantem resolução e qualidade superiores. No entanto, o obstáculo continua sendo a acessibilidade limitada e o alto custo desses recursos em várias regiões do país.

Existem várias tecnologias disponíveis para a digitalização de fontes históricas, sendo a fotografia digital um método comumente empregado. Para Lira e Oliveira (2017), estes distinguem a fotografia digital como um artifício de captação de imagens documentais de alta qualidade e alta resolução. Os mesmos autores recomendam que o software de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) é uma tecnologia optativa que pode ser aproveitada para digitalizar e modificar documentos em texto, o que permite busca e processamento mais eficazes. Além desse processo, ainda no tempo presente é possível empregar software de edição de imagem, cujo processamento serve para a correção de imagens que estão previamente disponíveis, mostrando nesse caso ser uma empregabilidade útil.

Outra forma eficiente de digitalização das fontes históricas, e o emprego de softwares de edição de imagem, que permitem que as imagens sejam tratadas e corrigidas antes da digitalização. Para Almeida (2011), esses softwares de edição de imagem são uma opção útil para a correção de problemas como manchas e rasgos em documentos. Existe ainda softwares de gerenciamento de documentos, que permitem que os documentos sejam organizados e armazenados de forma eficiente, sendo uma opção útil para a organização de grandes volumes de documentos digitalizados. Outros softwares são o que laboram pelo reconhecimento de voz, que permite que os documentos sejam digitalizados a partir de áudio, sendo uma opção útil para a digitalização de documentos que foram gravados em áudio.

Ainda, neste aspecto de softwares que auxiliam na digitalização de fontes, os softwares de reconhecimento de escrita

manual, estes permitem que os documentos sejam digitalizados a partir de manual de escrita. Segundo Lira e Oliveira (2017), os softwares de reconhecimento de escrita manual são uma opção útil para a digitalização de documentos que foram escritos à mão. Outros tipos de softwares são o que reconhecem caracteres de vários idiomas, japonês, coreano, russo, grego, hebraico, cirílico, entre outros, cujo princípio teleológico, se concentra e reconhecer esses caracteres idiomáticos, a fim de digitalizar tais fontes.

Como nem tudo são sabores, a pandemia mostrou de modo patente as desigualdades sociais no acesso às tecnologias digitais, sendo que para Costa (2023), as diferenças de inclusão digital foram acentuadas durante a pandemia, com muitas pessoas ainda sem acesso à internet ou com acesso limitado, aliançado a falta de fontes históricas digitais, pois este meio tecnológico, pode ser uma forma eficiente de preservar as fontes históricas, mas também pode apresentar riscos, como a perda de informações ou a escrita dos arquivos digitais. Assim sendo é imprescindível afiançar que as fontes sejam digitalizadas de forma mais prática e que possua uma responsabilidade com um viés de sustentabilidade, o que levará em conta as melhores ações de preservação digital.

No mundo digital, a comunicação face a face entre pesquisadores utilizando as fontes históricas costuma ser desafiadora, dificultando projetos de digitalização. A pesquisa histórica requer o estudo de fontes físicas, que são difíceis de estudar neste mundo digital. Vieira (2011) argumentou que as interações diretas com as fontes podem oferecer insights cruciais sobre seus antecedentes históricos. A dificuldade em comparar as fontes digitalizadas era única para cada instituição, pois todas possuem suas próprias práticas e políticas de digitalização. Isso tornou a padronização um desafio e foi necessário estabelecer diretrizes para garantir a consistência e a qualidade dos acervos digitais.

Na pandemia os historiadores tiveram que desenvolver novas estratégias de comunicação para participar da pesquisa, uma vez que eventos públicos presenciais não eram possíveis. Consequentemente, o compartilhamento dos resultados da pesquisa histórica também foi limitado. Costa (2023), afirma que isso incluiu o uso das redes sociais e sites para divulgar textos e imagens relacionadas à pesquisa histórica. Além disso, Goncalves e Adriane (2022), apresenta de modo quadripartite, que esses desafios incorporam, a validade do conhecimento em tempo de internet e revisionismo, na qual tais preceitos se reverberam pelo uso da internet e outras fontes digitais, cuja utilização hodiernamente, cada vez mais se burila e cristaliza-se para validar o conhecimento histórico, cabendo destacar que a internet pode levar a um certo revisionismo e à disseminação de informações falsas.

Outra questão é o uso da Internet como fonte primária de pesquisa histórica, embora o uso da Internet para pesquisa histórica tenha se tornado mais difundido, ainda existem controvérsias quanto à sua validade e confiabilidade. Alguns argumentam que a Internet pode ser uma fonte rica e diversificada de informações históricas, enquanto outros argumentam que a Internet pode ser uma fonte não confiável e que a digitalização de fontes históricas pode levar à perda de informações importantes.

A terceira proposição, segundo Gonçalves e Costa (2022), se concentra na preservação digital de fontes históricas: a pandemia de Covid-19 destacou a importância da preservação digital de fontes históricas, uma vez que a digitalização se tornou o meio principal para analisar as fontes primárias da pesquisa. No entanto, ainda existem controvérsias em relação à melhor forma de preservar as fontes históricas digitalizadas e garantir sua herança e integridade.

O quarto desafio, fulcra-se em novas práticas comunicacionais e divulgação de estudos, pois a pandemia de Covid-19 interrompeu as apresentações presenciais em eventos públicos, o que levou ao uso de novas práticas comunicacionais, como o compartilhamento de textos nas redes sociais e em sites. No entanto, ainda existem controvérsias em relação à eficácia dessas novas práticas comunicacionais e à sua capacidade de divulgar estudos de forma adequada (GONÇAVES; COSTA, 2022).

Pode-se perceber, que os projetos de digitalização de fontes históricas enfrentaram diversos desafios durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, seja pela falta de recursos tecnológicos e financeiros, as desigualdades sociais no acesso às tecnologias digitais, a preservação das fontes digitais, a falta de interação presencial entre os pesquisadores e as fontes, somado a ausência de padronização na digitalização das fontes e a divulgação dos resultados das pesquisas históricas, sendo alguns dos principais obstáculos enfrentados pelos historiadores brasileiros, sendo interessante na próxima seção abordar, como o uso de novas tecnologias pode contribuir para a digitalização e preservação de fontes históricas no país.

4 O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTA PARA A DIGITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS

A digitalização de fontes históricas é uma prática cada vez mais comum no Brasil e no mundo. Essa prática visa principalmente democratizar o acesso às informações históricas, permitindo que mais pessoas possam acessá-las. Fábio Chang Almeida (2011), enfatiza que essa democratização se baseia em alguns princípios que trabalham em conjunto com a simplificação do acesso às fontes históricas, destacando o acesso facilitado porque essas fontes, uma vez transformadas em mídia digital, tanto por pesquisadores quanto pelo público. e democratizar o acesso à informação histórica torna-se fundamental para a construção de

uma sociedade mais justa e igualitária.

A inclusão digital destaca Almeida (2011), e mais um processo que precisa ser processado nessa democratização, pois graças à inclusão digital é possível ampliar o acesso à informação e permitir que pessoas de diversas regiões do país tenham acesso a informações sobre o passado. Isso é fundamental para garantir a democratização do acesso às informações históricas.

Para o cientista social Francisco Sávio Silva (2017), o uso de novas tecnologias pode facilitar a organização e o armazenamento de informações, permitindo que os historiadores acessem de forma rápida e fácil as informações necessárias para suas pesquisas. Além de contribuir para novas formas de pesquisa e análise crítica de eventos passados, o uso de ferramentas digitais de interpretação de dados permite que os historiadores trabalhem com maior precisão e eficiência, analisando as informações de forma mais crítica e detalhada.

Outro atributo que as novas tecnologias inferem as fontes históricas, se elenca segundo Almeida (2011), a seu caráter interativo entre os usuários e as fontes históricas, permitindo que as pessoas possam explorar as informações de maneira mais dinâmica e interativa, sendo fundamental para garantir o interesse das pessoas pela história e permitir que elas possam aprender sobre o passado de forma mais lúdica e interessante. Esse mesmo autor ainda afirma que as novas tecnologias também permitem uma maior colaboração entre os usuários na análise e interpretação das fontes históricas, permitindo que diferentes perspectivas sejam consideradas na produção do conhecimento histórico, garantindo a diversidade de opiniões e perspectivas na produção do conhecimento histórico.

Se baseando por essa mesma propositura Silva (2017), afirma que a utilização de novas tecnologias também pode contribuir para uma maior precisão na análise das fontes históricas, permitindo que os historiadores tenham acesso a informações mais detalhadas e precisas sobre os acontecimentos do passado, cujo cerne labora pela qualidade das pesquisas históricas, permitindo que os historiadores cheguem a resultados mais precisos e eficientes. Outra benesse que as novas tecnologias podem ocasionar, segundo Silva (2017) se concentra, ao acesso documentos raros e valiosos, pois muitos documentos históricos são preciosos e estão em arquivos distantes, o que dificulta seus acessos. com a digitalização, é possível ter esses documentos sem precisar se deslocar até os arquivos físicos.

Nesse interim, não há como de deixar de citar que essas tecnologias também contribuem para a educação no país, que segundo Araújo (2020), essas ferramentas permitem o acesso à informação histórica, possibilitando o enriquecimento do conhecimento das pessoas sobre o passado e sobre a história do país. Isso é fundamental para formar cidadãos mais conscientes e críticos. O mesmo autor refere ainda que, para além do viés educativo, estas tecnologias colaboram para a prevenção da identidade cultural, pois ao conservar essa informação sobre o tempo passado é possível afiançar a preservação das tradições culturais ao longo do tempo e garantir que as gerações do tempo futuro possam apreciar e contemplar sua cultura. Araújo (2020), afirma que essas tecnologias servem para liberar o acesso a diversos tipos de documentos escritos, com a utilização de vídeos e outros tipos de tecnologias midiáticas que agregam ainda mais a cognição histórica.

No que concerne as tecnologias que são utilizadas no processo de digitalização de fontes históricas, Almeida (2011), Silva (2017) e Araújo (2020), corroboram entre si, ao afirmar que todas possuem um objetivo em comum, sendo a preservação da memória, e tornar as fontes histórica mais acessíveis, seja para professores, pesquisadores, a comunidade acadêmica, e sociedade de modo holístico.

Nesse sentido destacam-se alguns tipos de tecnologias que são usados hodiernamente no processo de conversão dos documentos físicos em arquivos digitais, conforme o quadro abaixo:

Tabela 51 – Tecnologias Utilizadas para o processo de digitalização de Fontes

TIPO DE TECNOLOGIA	FUNÇÃO
Scanner	Por meio dessa ferramenta, as pessoas podem transformar seus documentos em papel em arquivos digitais, proporcionando a comodidade de guardá-los em computadores ou armazenamento em nuvem.
Câmera Fotográfica	É frequentemente empregada para digitalizar fontes históricas. Posteriormente, essas imagens podem ser transformadas em arquivos digitais.

continua na próxima página

Tabela 51 – *continuação*

TIPO DE TECNOLOGIA	**FUNÇÃO**
Microfilme	É o processo em que há a conversão de documentos físicos em filmes fotográficos em miniatura. Ao digitalizar esses filmes, as informações dos documentos originais podem ser acessadas posteriormente.
OCR: o OCR	A conversão de textos impressos em arquivos digitais editáveis é possibilitada pela tecnologia OCR. Este é um método excepcional para digitalizar livros e outros documentos com muito texto.
Digitalização 3D	A digitalização de artefatos como esculturas e monumentos. Essa tecnologia permite que as pessoas criem modelos 3D de objetos físicos.
Softwares de reconhecimento de Fala	A tecnologia que transforma conversas em palavras escritas. Suas habilidades podem incluir gravação e transcrição de declarações orais como entrevistas.
Softwares de reconhecimento facial	É uma tecnologia que examina e reconhece características faciais. Este software é projetado para identificar indivíduos de suas imagens faciais, com o uso Fotografias históricas podem ser analisadas e identificadas.
Realidade Virtual	a tecnologia de Realidade Virtual é o meio para estabelecer experiências interativas com objetos e monumentos históricos, possuindo a capacidade de fabricar ambientes virtuais imersivos
Realidade Aumentada	a Realidade Aumentada, os indivíduos podem mesclar informações virtuais com realidade visual para criar uma experiência completamente nova. Esse avanço tecnológico permite que os usuários interajam com marcos históricos e artefatos de maneiras envolventes.
Blockchain	O armazenamento seguro de informações por meio da tecnologia Blockchain permite a aplicação descentralizada. Um uso potencial para isso é a preservação da autenticidade e integridade ao lidar com arquivos históricos em formato digital.
Inteligência Artificial	Desenvolvida para aprendizado e tomada de decisões independentes, a inteligência artificial é uma tecnologia inovadora. Imagine seu potencial em reconhecer tendências e padrões analisando grandes quantidades de dados históricos.
Cloud Computing	No reino da tecnologia, existe a computação em nuvem. Com essa inovação, é possível armazenar e processar dados nas nuvens digitais. É uma solução viável para quem procura arquivar grandes quantidades de recursos históricos em formato digital, permitindo simultaneamente o acesso a esses materiais remotamente.
Big Data	Serve para processar e analisar grandes quantidades de dados é o objetivo do Big Data. Ao usar essa tecnologia, podemos analisar uma abundância de fontes digitais do passado para identificar tendências e padrões nos dados.

Fonte: Quadro criado por esse docente, baseados nos dados de: Almeida (2011), Silva (2017) e Araújo (2020).

Nota-se na tabela acima uma gama de tecnologias que podem atender as diferentes proposições teleológicas quanto a digitalização das fontes históricas, que irá depender do serviço a ser executado, se é de grande ou menor proporção.

assim sendo, o uso de novas tecnologias como ferramenta para a digitalização e preservação de fontes históricas trouxe tanto benefícios quanto desafios para a pesquisa histórica. A digitalização permitiu o acesso remoto às fontes e a preservação delas, mas também apresentou riscos e desafios técnicos e financeiros. É importante que os projetos de digitalização levem em conta as melhores práticas de preservação digital e que sejam estabelecidos padrões e diretrizes para garantir a qualidade e a consistência das fontes digitais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do construto epistemológico deste trabalho de conclusão de curso, é importante destacar que a carência de fontes históricas digitalizadas no Brasil. A pandemia do COVID-19 trouxe muitos desafios para a sociedade, inclusive para a academia. No campo da história, a pandemia acelerou a adoção de tecnologias digitais e a digitalização de recursos históricos, fundamentais para a continuidade da pesquisa e preservação da memória histórica. A digitalização de recursos históricos é um

processo importante para garantir a preservação e o acesso a esses recursos, principalmente no contexto da pandemia, onde o acesso a arquivos e bibliotecas físicas tem sido limitado.

O acesso remoto às fontes por meio da digitalização desempenha um papel crucial na manutenção da continuidade da pesquisa e no aumento do acesso a informações históricas para todos os indivíduos. Além disso, o processo de digitalização oferece oportunidades para revolucionar o ensino e a escrita da história. A história digital é uma área que se encontra mudando em constante evolução que agrega tecnologia para criar narrativas históricas e fazer uma análise das fontes históricas. Nesse aspecto, a digitalização de registros históricos permite que os pesquisadores utilizem ferramentas de análise de dados, levando a novas formas de pensamento e interpretações do tempo passado. Os historiadores que usam fontes digitais podem enfrentar desafios e limites, mesmo que os materiais históricos possam ser digitalizados.

Os documentos digitais, acessíveis sem restrições, podem não ter todas as características das fontes físicas. Habilidades técnicas inadequadas de modernização podem ser um obstáculo para alguns historiadores. Embora os historiadores devam usar arquivos digitais, a digitalização de fontes históricas não deve prevalecer sobre a preservação e acessibilidade de arquivos físicos, que são essenciais para preservar a memória histórica. Os historiadores devem estar prontos para lidar com a tecnologia moderna e aproveitar as fontes digitais de maneira ponderada e perspicaz. Os governos devem alocar recursos para integrar fontes históricas em formatos digitais e desenvolver políticas de acesso. Educar os pesquisadores no uso da mídia digital também é crucial.

Sendo assim, este trabalho pode beneficiar a sociedade, bem como contribuir para da academia de modo geral, pois a premissa que foi escriturada, apresentou as carências existentes no contexto brasileiro das fontes históricas digitais no período pandemico. Nesse sentido foram apresentadas possíveis soluções, como por exemplo o incentivo de políticas públicas, além de tecnologias que servem como mola motriz para que essa ação de praticidade de digitalização possa acontecer em diversos nichos sociais onde estejam estas fontes históricas. Nesse aspecto espera-se que essa pesquisa possa contribuir para a compreensão da importância da digitalização de fontes históricas durante a pandemia e para o desenvolvimento de melhores práticas de preservação digital no Brasil quanto as fontes históricas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fábio Chang. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para pesquisas históricas**. Revista do Corpo Discente do PPG de História da UFRGS**. Porto alegre, v. 3, n. 8, jan-jun. 2011, p. 9-30. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347625810_O_Historiador_e_as_Fontes_Digitais_uma_visao_acerca_da_Internet_como_fonte_primaria_para_pesquisas_historicas. Acesso em: 05 mar. 2023.

ARAÚJO, Tiago. Inclusão Digital no Brasil: Em que estágio desse processo nos estamos? **Politize**. Disponível em: https://www.politize.com.br/inclusao-digital-no-brasil/. Acesso em: 05 mar. 2023.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**: Especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de Pesquisa em História**: Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2009.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: Tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio Janeiro: Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo**: Séculos XV-XVIII, as estruturas do cotidiano. v.1 São Paulo: Martins Fontes, 1995.

COSTA, Gilciano Menezes. **O Uso das Tecnologias Digitais e da História Pública como Recurso Analítico no Contexto Pandêmico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2023. Disponível em: https://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/2352-especial-historia-e-covid-19-o-uso-das-tecnologias-digitais-e-da-historia-publica-como-recurso-analitico-no-contexto pandemico.html. Acesso em: 03 mar. 2023.

GONÇALVES, Rita de Cássia; SOBANSKI, Adriane de Cássia. Educação Histórica, Pandemia E Ensino De História: Validação

Do Conhecimento Histórico Em Tempos De Internet/Revisionismo. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2022, p. 1037-1048. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/6198/619872566003/html/. Acesso em 03 mar. 2023.

LE GOFF, Jacques**. História e Memoria**. 7. ed. Campinas: 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

RICOEUR, Paul. **A História, a Memória e o Esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

VIEIRA, Letycya Cristina Barbosa. **Digitalização de documentos históricos**: uma alternativa para a preservação e disseminação da memória e patrimônio cultural. In: XIV Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da informação. São Luiz, 2011. Disponível em: http://rabci.org/rabci/taxonomy_vtn/term/690. Acesso em: 03 mar. 2023.

SIONISMO CRISTÃO E DISPENSACIONALISMO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS TEOLÓGICAS

Marina Correa[118]

RESUMO: O artigo analisa as convergências e diferenças entre o Sionismo Cristão e o Dispensacionalismo, correntes teológicas protestantes que compartilham uma leitura escatológica centrada em Israel. Enquanto o Dispensacionalismo organiza a história da redenção em períodos e distingue Israel da Igreja, o Sionismo Cristão transforma essa estrutura em apoio religioso e político ao Estado de Israel. O estudo evidencia como ambas as tradições influenciam o imaginário evangélico contemporâneo e suscitam debates éticos sobre a relação entre teologia e política.
Palavras-chave: Sionismo Cristão; Dispensacionalismo; Escatologia; Israel; Teologia e Política.

ABSTRACT: This article examines the theological convergences and divergences between Christian Zionism and Dispensationalism, two Protestant traditions that share an eschatological interpretation centered on Israel. While Dispensationalism structures salvation history into distinct periods and distinguishes Israel from the Church, Christian Zionism translates this framework into religious and political support for the State of Israel. The study highlights how both traditions influence contemporary evangelical thought and raise ethical questions about the relationship between theology and politics.
Keywords: Christian Zionism; Dispensationalism; Eschatology; Israel; Theology and Politics.

1 INTRODUÇÃO

O Sionismo Cristão e o Dispensacionalismo são correntes teológicas surgidas no seio do cristianismo protestante, cujos desdobramentos exerceram forte impacto sobre as tradições evangélicas contemporâneas. Ambas compartilham uma hermenêutica escatológica centrada em Israel como elemento-chave da economia divina, sustentada por uma leitura literal e profética das Escrituras. Essa perspectiva interpreta os acontecimentos históricos e geopolíticos envolvendo o povo judeu como expressões concretas do plano soberano de Deus na história da salvação.

O Dispensacionalismo, desenvolvido no século XIX por John Nelson Darby e sistematizado por Cyrus Scofield, ofereceu uma estrutura teológica minuciosa para compreender a história da redenção como uma série de períodos sucessivos, nos quais Deus se relaciona com a humanidade de modos distintos. Essa abordagem, ao enfatizar a separação entre Israel e a Igreja, reafirma que as promessas divinas ao povo judeu permanecem válidas e se cumprirão plenamente no fim dos tempos. Assim, o Dispensacionalismo fornece o arcabouço teórico que sustenta a leitura profética do retorno de Israel como sinal da consumação escatológica.

O Sionismo Cristão, por sua vez, traduz essa estrutura doutrinária em um movimento de engajamento religioso e político, articulando fé, profecia e diplomacia. Ele interpreta a restauração moderna do Estado de Israel, em 1948, como cumprimento direto das promessas bíblicas e como prelúdio da Segunda Vinda de Cristo. Nessa perspectiva, apoiar Israel não é apenas uma posição teológica, mas um ato de fidelidade espiritual e de cooperação com o desígnio divino.

[118] Marina Aparecida Oliveira dos Santos Correa é Doutora e Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com concentração na área de Religião e Sociedade. Realizou três estágios de pós-doutorado: na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e na Universidade Federal de Sergipe (UFS).
É graduada em Direito e Sociologia, o que contribui para uma abordagem interdisciplinar em suas pesquisas. Atua como membra ativa de diversas redes e grupos de pesquisa, incluindo a Rede Latino-Americana de Estudos Pentecostais (RELEP), o Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA), o Grupo de Estudos Protestantismo e Pentecostalismo (GEPP – PUC-SP), o Grupo de Pesquisa Religião e Política: Teologia do Domínio e Interfaces (PUC-SP) e o Grupo de Pesquisa Mandrágora/Netmal (UMESP).
Seus estudos concentram-se na interseção entre religião, sociedade e cultura, com ênfase nas dinâmicas do pentecostalismo, protestantismo e suas implicações sociopolíticas no Brasil e na América Latina.
Contato: marinasantoscorrea@gmail.com
Lattes: lattes.cnpq.br/5321433947150449
ORCID: orcid.org/0000-0002-8960-8631

A interdependência entre essas duas correntes evidencia como o pensamento escatológico protestante ultrapassa os limites da teologia sistemática e adquire contornos culturais e geopolíticos, influenciando discursos, práticas religiosas e políticas públicas em diferentes contextos. Compreender essa convergência é essencial para analisar o modo como as profecias bíblicas são reinterpretadas no mundo contemporâneo, moldando não apenas a espiritualidade evangélica, mas também as formas de engajamento político-religioso em escala global.

2 ORIGEM E FUNDAMENTOS DO SIONISMO CRISTÃO

O Sionismo Cristão surgiu no contexto das transformações políticas e religiosas do século XIX, especialmente sob a influência do Restauracionismo Protestante, que defendia o retorno literal dos judeus à Palestina como cumprimento das promessas divinas. Essa ideia se consolidou com a atuação de John Nelson Darby, teólogo dos Irmãos de Plymouth, e de Cyrus Scofield, cuja *Bíblia de Referência* (1909) difundiu globalmente a interpretação escatológica centrada em Israel.

As passagens bíblicas de Gênesis 12:3, *"Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem"*, Isaías 66:8, *"Pode uma nação nascer num só dia?"*, Ezequiel 37, com a visão do vale de ossos secos, e Romanos 11:25–26, *"Todo Israel será salvo"*, são interpretadas como evidências de que o restabelecimento do Estado de Israel, em 1948, representa o cumprimento direto das profecias bíblicas.

Esses textos são lidos como a confirmação de que Deus mantém uma aliança eterna com o povo judeu, cuja restauração nacional e espiritual antecede a consumação da história e a Segunda Vinda de Cristo. Assim, o Sionismo Cristão vê Israel não apenas como uma nação moderna, mas como a concretização da promessa divina e o centro da economia escatológica, na qual se desenrola o plano redentor.

De acordo com Machado e Mariz (2022), essa teologia se estrutura como uma ponte entre fé e política, transformando Israel em um símbolo escatológico e geopolítico que ultrapassa fronteiras confessionais. O apoio ao Estado de Israel, portanto, não se limita a um posicionamento religioso, mas é compreendido como expressão da fidelidade à vontade divina, reafirmando a convergência entre profecia, história e missão cristã.

3 VERTENTES DO SIONISMO CRISTÃO

No cenário contemporâneo, o Sionismo Cristão se expressa em diferentes vertentes teológicas, que refletem distintas ênfases na relação entre fé, profecia e política:

3.1 Sionismo Cristão Restauracionista

Essa vertente defende a restauração literal de Israel como cumprimento das profecias e condição prévia para a Segunda Vinda de Cristo. Inspirada no pensamento do século XIX, ela enfatiza que os cristãos têm o dever de apoiar ativamente o retorno dos judeus à Terra Prometida e a reconstrução dos símbolos do culto judaico, como o Terceiro Templo de Jerusalém.

O Restauracionismo associa-se a um projeto de retorno espiritual e geográfico de Israel, interpretando-o como parte da história redentora universal. Essa vertente é particularmente influente entre igrejas protestantes históricas e setores anglo-americanos do evangelicalismo (MACHADO & MARIZ, 2022).

3.2 Dispensacionalismo: Doutrina e Influência

O Dispensacionalismo é um sistema teológico que interpreta a Bíblia como uma sucessão de *dispensações*, isto é, períodos distintos nos quais Deus administra Sua relação com a humanidade de maneira específica. O termo deriva do grego *oikonomia*, traduzido como "administração" ou "economia", e designa a forma como o Criador governa a história da redenção (ICE, 2004, p. 32).

Segundo Charles Ryrie (2007, p. 27), "a dispensação é um período durante o qual o homem é testado em relação à obediência a alguma revelação específica da vontade de Deus". Cada uma delas representa uma etapa da revelação progressiva, adaptada às circunstâncias históricas e espirituais de determinada época.

Sistematizado no século XIX por John Nelson Darby, líder dos Irmãos de Plymouth, o Dispensacionalismo ganhou expressão global com a publicação da Bíblia de Referência Scofield (1909), que difundiu sua estrutura teológica e consolidou uma hermenêutica literalista das profecias bíblicas. Com o tempo, essa teologia se expandiu por meio de igrejas, seminários e conferências, exercendo influência profunda sobre o evangelicalismo mundial — especialmente em movimentos pentecostais e neopentecostais, que adotaram sua escatologia centrada na restauração de Israel.

Essa estrutura doutrinária forneceu o arcabouço teórico que permitiu ao Sionismo Cristão reinterpretar os eventos do século XX — em especial a fundação do Estado de Israel em 1948 — como o cumprimento literal das promessas divinas, transformando a escatologia dispensacionalista em um programa de fé, ação e engajamento político-religioso.

3.2.1 Os Pilares do Dispensacionalismo

O Dispensacionalismo se apoia em quatro pilares fundamentais que o distinguem dentro da teologia protestante:

- Separação entre Israel e a Igreja – Deus mantém planos distintos para cada um, e as promessas feitas a Israel permanecem válidas e se cumprirão no futuro.
- Interpretação literal das Escrituras – Especialmente das profecias, rejeitando alegorias e enfatizando o sentido direto do texto bíblico.
- Visão pré-milenista – A crença de que Cristo retornará antes do Reino Milenar para estabelecer um reinado literal de mil anos sobre a Terra.
- Divisão da história em sete dispensações – Cada uma representando um estágio da administração divina na história da humanidade (RYRIE, 2007).

Esses princípios sustentam a visão de que o plano de Deus se desdobra de modo progressivo, culminando no retorno de Cristo e na restauração do Reino prometido a Israel. Assim, o Dispensacionalismo se torna a base teológica do Sionismo Cristão, que transforma essa expectativa escatológica em ação concreta.

3.2.2 As Sete Dispensações

O sistema dispensacionalista organiza a história da salvação em sete períodos:

1) Inocência (Gn 1–3) – a humanidade em comunhão com Deus antes da queda;
2) Consciência (Gn 3–8) – o homem vivendo sob a responsabilidade moral após o pecado;
3) Governo humano (Gn 9) – a ordem estabelecida após o dilúvio;
4) Promessa (Gn 12–Êx 19) – Deus promete a Abraão uma grande nação;
5) Lei (Êx 20–At 2) – Israel sob a aliança mosaica;
6) Graça (At 2–Ap 20) – a era da Igreja, marcada pela salvação em Cristo;
7) Reino (Ap 20:4–6) – o futuro reinado milenar de Cristo sobre a Terra.

Entre essas, a Dispensação da Promessa (Abraâmica) e a Dispensação do Reino são as mais relevantes para o debate sobre o Sionismo Cristão, pois nelas se concentram as expectativas da restauração de Israel e da consumação das promessas divinas.

3.2.3 O Dispensacionalismo e sua Influência

A influência dispensacionalista ultrapassa o campo teológico, alcançando dimensões culturais e geopolíticas. Conforme Oscar Campos (2023, p. 275), o Dispensacionalismo "tem sido uma tradição crescente e diversificada dentro do evangelicalismo, caracterizada pela interpretação literal das Escrituras, pela centralidade da vida espiritual e pela missão evangelística".

Essa tradição ganhou força no mundo protestante não apenas por seu rigor doutrinário, mas por sua capacidade de se comunicar com a base evangélica, oferecendo uma visão ordenada da história e um sentido escatológico para os acontecimentos contemporâneos.

Bingham e Kreider (2023, p. 260-261), baseando-se em Lightner, destacam três aspectos fundamentais dessa teologia:

1) Sistema de interpretação bíblica literal, especialmente nas profecias;
2) Ênfase nas alianças bíblicas – Abraâmica (Gn 12:1-3), Palestiniana (Dt 30:1-10), Davídica (2 Sm 7:12-16) e Nova (Jr 31:31-34) – como manifestações do plano divino;

3) Progressão histórica do plano redentor, culminando na volta de Cristo e na restauração de Israel.

Essas alianças e promessas compõem a base teológica que legitima a continuidade do papel de Israel na história sagrada, afastando a noção de substituição da Igreja. Essa leitura escatológica influenciou a formação do Sionismo Cristão, que passa a enxergar o renascimento nacional de Israel como sinal visível do cumprimento profético.

4 CONVERGÊNCIAS E DIFERENÇAS ENTRE DISPENSACIONALISMO E SIONISMO CRISTÃO

O Dispensacionalismo e o Sionismo Cristão compartilham uma matriz hermenêutica comum: a leitura literal das profecias e a convicção de que Israel ocupa posição central na economia divina (do grego *oikonomia*, administração dos tempos e modos da salvação).

Contudo, divergem quanto à natureza e ao alcance de suas formulações.

Enquanto o Dispensacionalismo constitui um sistema teológico abrangente, voltado à estruturação da história redentora, o Sionismo Cristão se apresenta como um movimento religioso e político, que traduz essa teologia em prática concreta de apoio ao Estado de Israel.

O Dispensacionalismo e o Sionismo Cristão compartilham um mesmo horizonte hermenêutico: a leitura literal das profecias bíblicas e a convicção de que Israel ocupa posição central no plano redentor. No entanto, divergem quanto à natureza e à finalidade de suas abordagens.

O Dispensacionalismo se propõe como **um sistema teológico completo**, enquanto o Sionismo Cristão se manifesta como **um movimento religioso e político**, voltado ao apoio ativo ao Estado de Israel.

Tabela 55 – Convergências e diferenças teológicas entre o Sionismo Cristão e o Dispensacionalismo

Aspecto	Dispensacionalismo	Sionismo Cristão
Natureza	Sistema teológico abrangente	Movimento religioso e político
Interpretação das profecias	Leitura literal das promessas feitas a Israel	Leitura literal aplicada ao apoio político e escatológico a Israel
Papel de Israel	Povo distinto, com promessas específicas no plano divino	Nação central para o cumprimento profético e a Segunda Vinda de Cristo
Relação Israel–Igreja	Distinção teológica clara	Muitas vezes integração simbólica e espiritual
Implicações políticas	Influência indireta em visões políticas	Envolvimento ativo em lobby e diplomacia pró-Israel
Ênfase escatológica	Estrutura histórica progressiva da revelação	Aceleração dos eventos do fim dos tempos

Essas convergências demonstram que o Sionismo Cristão atua como expressão histórico-política do sistema teológico dispensacionalista. A escatologia de um se traduz na práxis do outro, revelando como a interpretação bíblica pode se converter em ação política e simbólica.

Enquanto o Dispensacionalismo fornece o arcabouço doutrinário, o Sionismo Cristão converte essa teologia em militância espiritual e política. Ambos se apoiam mutuamente, criando uma teologia escatológica com desdobramentos práticos na esfera internacional e eclesial.

Assim, compreender o Dispensacionalismo em sua estrutura e influência é indispensável para entender a gênese e o fortalecimento do Sionismo Cristão. Ambos formam uma teia de significados em que profecia, história e política se entrelaçam, configurando uma das mais marcantes expressões da escatologia protestante contemporânea.

4 IMPACTOS TEOLÓGICOS E CONTEMPORÂNEOS

O impacto dessas teologias ultrapassa o campo doutrinário. O Dispensacionalismo moldou profundamente a teologia pentecostal e a leitura escatológica moderna, enquanto o Sionismo Cristão consolidou uma teologia política centrada na defesa de Israel como ato de fé.

Na América Latina — e especialmente no Brasil —, essa influência se expandiu por meio de conferências, mídias evangélicas e Bíblias de estudo, transformando Israel em um símbolo de fé e identidade teológica.

Contudo, essa aproximação entre teologia e política suscita debates éticos sobre os limites da instrumentalização religiosa. Quando a fidelidade teológica se converte em apoio geopolítico incondicional, corre-se o risco de reduzir o cristianismo a uma ideologia nacionalista, obscurecendo os princípios universais de justiça e reconciliação.

5 CONSIDERÇÕES FINAIS

O diálogo entre o **Sionismo Cristão** e o **Dispensacionalismo** revela a complexa interação entre escatologia, teologia e política no cristianismo moderno. Enquanto o Dispensacionalismo oferece a estrutura interpretativa que sustenta a leitura literal da história sagrada, o Sionismo Cristão transforma essa estrutura em engajamento concreto, tanto espiritual quanto geopolítico.

Ambas as correntes têm contribuído para a formação de uma visão de mundo que interpreta os eventos históricos como sinais do cumprimento profético, reforçando o papel teológico de Israel na narrativa cristã. Entretanto, essa mesma convicção exige reflexão crítica sobre seus desdobramentos éticos e sociais, especialmente diante do risco de instrumentalizar o sagrado em função de agendas políticas.

A análise dessas duas tradições, portanto, não apenas ilumina o pensamento escatológico contemporâneo, mas também convida à prudência teológica: compreender Israel dentro do plano divino sem perder de vista o princípio universal do Evangelho — justiça, amor e reconciliação entre todos os povos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, D. L. *et al.* **Dispensacionalismo e a história da redenção.** São Paulo: Carisma, 2023.

CAMPOS, O. A. **Dispensacionalismo e a história da redenção.** In: BOCK, D. L. *et al.* (org.). *Dispensacionalismo e a história da redenção.* São Paulo: Carisma, 2023.

DARBY, J. N. **Escritos coletados de J. N. Darby.** São Paulo: Imprensa Bíblica, 1983.

ICE, T. **Sionismo cristão.** Porto Alegre: Actual Edições, 2010.

MACHADO, M. das D.; MARIZ, C. L. **Genealogia do sionismo evangélico no Brasil.** *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 225–248, 2022.

MCMARTHUR, J. **The second coming: signs of Christ's return and the end of the age.** Wheaton: Crossway Books, 1999.

RYRIE, C. C. **Dispensationalism: revised and expanded.** Chicago: Moody Publishers, 2007.

SCOFIELD, C. I. **Bíblia de referência Scofield.** São Paulo: Hagnos, 2009.

WEBER, T. P. **No caminho para o Armagedom: como os evangélicos se tornaram os melhores amigos de Israel.** Grand Rapids: Baker Academic, 2004.